

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

**FORMAÇÃO E ATUALIDADE HISTÓRICA DE UM GRUPO DE AGRICULTORES
ENTRE SANTA CATARINA E PARANÁ: DISPUTAS SOBRE OS USOS DA
NATUREZA E AMBIENTE**

CURITIBA

2013

ANTONIO MARCIO HALISKI

**FORMAÇÃO E ATUALIDADE HISTÓRICA DE UM GRUPO DE AGRICULTORES
ENTRE SANTA CATARINA E PARANÁ: DISPUTAS SOBRE OS USOS DA
NATUREZA E AMBIENTE**

Tese apresentada no Programa de Pós-graduação
em Sociologia na Universidade Federal do Paraná,
para a obtenção do grau de doutor em Sociologia.

Orientador: Profº Dr. Dimas Floriani

CURITIBA

2013

Dedico este trabalho à minha família, pois é ela que sempre sentiu a intensidade da minha presença/ausência.

AGRADECIMENTOS

Aos professores Osvaldo Heller e Alfio Brandenburg, pelo comprometimento em suas aulas e contribuições que ajudaram a construir esta tese.

Ao professor Nicolás Floriani, pela contribuição com seus conhecimentos e sugestões na elaboração deste trabalho.

Ao professor Marcos Aurélio Saquet, pelo seu comprometimento com a pesquisa e sugestões na elaboração deste trabalho.

Ao professor Dimas Floriani, grande referencial teórico e de vida, pela contribuição com seus conhecimentos e sugestões na orientação da tese.

À professora Maria Lúcia, pelas contribuições, sugestões e, acima de tudo, pela amizade e lealdade.

Ao meu amigo/irmão Ezequiel Westphal, grande incentivador da minha trajetória profissional e acadêmica.

À minha amiga Gislaine Garcia de Faria, a Gisa, pelas intensas discussões e confecção dos mapas.

Aos colegas Marcos Pansardi, Rogério Baptistella, Patricia Martins e Clovis Brondani, pelo incentivo e amizade.

Aos meus amigos, que ficaram em União da Vitória e Porto União, mas que sempre estão comigo.

À minha mãe, irmão e irmãs, pela nossa luta.

Aos moradores/trabalhadores rurais, que permitiram que eu os entrevistasse e pudesse apreender com eles e com suas histórias de vida.

Aos representantes das instituições IBAMA, IAP, EMATER e EPAGRI, pelas entrevistas.

Aos meus colegas de doutorado, por partilharmos conhecimentos e vivermos as mesmas angústias, dúvidas e alegrias.

Este conflito representa uma luta entre dois modelos de conceber o uso da terra. De um lado, uma visão privatista e exploradora. De outro, a terra como dom de Deus para todos. Isso só foi possível a partir de uma liderança que catalizou os anseios místicos proféticos e sociais daquele povo. O místico de toda luta levou a superação de muitos limites encontrados pelos caboclos, que foram derrotados pelo poder político, militar e econômico. Mas a luta e a garra permanecem na vida de muitos e são alimentados pela mística dos cuidados com a natureza. (Padre Celso)

RESUMO

A tese aborda a formação e a atualidade histórica de um grupo de agricultores entre os estados do Paraná e Santa Catarina, tendo como foco o desenvolvimento de um trabalho que procura traduzir os diferentes significados que os atores atribuem à natureza, no sentido geral, e às suas experiências materiais mais imediatas. Na busca de uma articulação entre passado e presente ou de se usar o passado para falar do presente (empíria), lança-se mão de uma análise que sublinhou aspectos de permanência e transformação ao longo do período analisado daquilo que denomina-se economia da natureza - concepção de natureza-objeto, entendimento de impactos ambientais e de usos dos recursos naturais - revelando as disputas sobre os significados de natureza e ambiente presentes na atualidade. Esta situação fica latente quando se compara os (des)entendimentos de natureza e ambiente dos agricultores (reflexos da formação do grupo) com as instituições ambientais (reflexos das políticas ambientais recentes). Foram utilizados livros, artigos, ensaios, entrevistas e questionários. Em razão do caráter da pesquisa e da metodologia empregada, sobressaíram as dimensões política e econômica frente à cultural, embora compreenda-se a indissociabilidade existente entre elas.

Palavras-chave: natureza, ambiente, economia da natureza

ABSTRACT

This thesis discusses the education and training process as well as the historical actuality of a group of farmers from the states of Paraná and Santa Catarina focusing on the development of a work that aims to convey the different meanings that those farmers assign to nature and to their way of using the natural resources. Searching for a link between past and present, the analysis emphasized permanence and change aspects of what is called economy of nature, understanding the environmental impacts and uses of natural resources – revealing the current disputes concerning nature and environment uses. This is an underlying situation when comparing the farmers' misunderstandings regarding nature and environment (due to their education and training process) with the environmental institutions (as a result of recent environmental policies). In order to develop the research books, articles, essays, interviews and questionnaires were used. Due to the nature of the research and the methodology used, the political and economical aspects were highlighted rather than the cultural dimension, although there is an indissociability among them.

Keywords: nature, environment, economy of nature

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Desflorestamento no estado do Paraná – 1890-1980.....	46
Mapa 2 – Vegetação remanescente do estado do Paraná -2002.....	47
Mapa 3 – Território das Gêmeas do Iguaçu.....	80
Mapa 4 – Estrutura geológica do estado do Paraná.....	81
Mapa 5 – Uso do solo.....	82
Mapa 6 – Localização da área de estudo.....	86
Gráfico 1 – Destino das vendas.....	94
Quadro 1 – Total de questionários.....	107
Figura 1 – Propriedades rurais da área estudada.....	107
Quadro 2 – Idade dos entrevistados.....	108
Quadro 3 – Estado civil.....	109
Quadro 4 – Característica do imóvel.....	110
Quadro 5 – Tempo no lugar.....	110
Quadro 6 – Renda fixa.....	112
Quadro 7 – Escolaridade.....	112
Figura 2 – Paisagens predominantes.....	113
Quadro 8 – Preparo da terra.....	113
Quadro 9 – Utiliza agrotóxico.....	114
Quadro 10 – Recebe ajuda do governo.....	114
Mapa 7 – Uso do solo.....	120
Quadro 11 – Motivos da retirada da cobertura vegetal.....	135
Quadro 12 – Para aumentar o reflorestamento é necessário.....	136
Quadro 13 – Plantio consorciado.....	139
Quadro 14 – Queimadas.....	140
Figura 3 – Queimadas nos Barreiros e Nova Galícia.....	140
Figura 4 – Antigo moinho e museu rural.....	142

Figura 5 – Plantações em estufas.....	143
Figura 6 – Igreja ucraniana de 1904.....	145
Quadro 15 – A natureza é importante para o desenvolvimento do país.....	152
Figura 7 – Pocinho de São João Maria em Porto União – SC.....	156
Figura 8 – Informativo no Parque São João Maria em Porto União – SC.....	160

1 INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I.....	12
2 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	19
2.1 Metodologia.....	25
3 APROPRIAÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL: A MATA ATLÂNTICA EM DESTAQUE.....	27
3.1 Notas sobre a economia geral da natureza.....	27
3.1.1 O Paraná em destaque.....	45
CAPÍTULO II.....	48
4 FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO.....	48
4.1 Apropriação territorial do Brasil.....	48
4.2 Os sertões do Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina.....	52
4.3 O CONTESTADO: IMAGENS DA NATUREZA PELO OU ATRAVÉS DO CONFLITO.....	57
4.3.1 Monges: da liderança aos usos dos recursos naturais.....	61
4.3.2 O grupo Farquhar e a estrada de ferro.....	66
4.3.3 Algumas notas sobre o Contestado e a estrada de ferro.....	69
4.4 Caracterização socioambiental das Gêmeas do Iguçu.....	75
4.4.1 Formação das Gêmeas do Iguçu: União da Vitória e Porto União em destaque.....	82
4.4.2 Instalação de madeireiras e serrarias.....	86
4.4.3 Fortalecimento da economia madeireira.....	89
4.4.4 A madeira, os produtos e as matérias – primas.....	91
4.5 A história de um rural “escondido”: uma história das árvores?.....	96
4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA.....	100
PARTE II.....	105
CAPÍTULO III.....	105
5 CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES/TRABALHADORES RURAIS E DE SUAS PROPRIEDADES: DO PERFIL DO GRUPO PESQUISADO AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	105

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	105
5.1.1 Reconhecimento da área de estudo e a aplicação de questionário.....	105
5.1.2 Perfil das propriedades e do público – alvo.....	107
5.2 A relação com a natureza nas propriedades rurais: da produção aos conflitos socioambientais.....	113
5.3 Os conflitos com as instituições ambientais.....	115
5.4 Por uma análise da dinâmica da paisagem: a ótica dos moradores/trabalhadores rurais.....	121
CAPÍTULO IV.....	126
6 RELAÇÃO COM A NATUREZA: OS USOS, AS TÉCNICAS E OS COSTUMES.....	126
6.1 Sobre as técnicas e a preservação/conservação ambiental.....	126
6.2 Sobre a degradação, os reflorestamentos e as técnicas.....	132
6.3 Sobre as técnicas de conservação/preservação.....	136
6.3.1 Casos específicos.....	142
6.4 Reflexos de um passado recente: animais silvestres na dieta alimentar, Produtos que não se cultiva mais e as festividades religiosas.....	145
6.5 O QUE PERMANECEU NA(S) COMUNIDADE(S).....	149
6.6 A importância da natureza e a perspectiva de futuro.....	151
6.6.1 Perspectiva de futuro.....	153
6.7 O CAMPO REVISITADO.....	154
6.8 Atualidade e presença dos conhecimentos do(s) monge(s).....	156
6.8.1 Pesquisa de campo II.....	162
7 DA DIVERGÊNCIA À CONVERGÊNCIA: A NECESSIDADE DO DIÁLOGO DE SABERES.....	176
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS.....	195

INTRODUÇÃO

Geralmente as análises ambientais procuram evidenciar o lado da destruição ou o da conservação, estando implícita a ideia de preservação da Natureza. Nesse sentido, pode-se pensar em autores que trabalham na ótica deste ou daquele contexto expondo seu ponto de vista sobre o(s) assunto(s) - num dado momento do tempo - relativos a questões que importam a ele(s) (Bourdieu, 2004). Pois bem, a tese insere-se numa linha muito tênue entre destruição e conservação, ou seja, consiste em evidenciar que os dois enfoques são possíveis/realizáveis e podem estar presentes no mesmo tempo/espço sob uma lógica comum a todos que é a sobrevivência humana. Em grande medida comunga-se com a ideia de Dean (1996) no sentido de se evidenciar os grandes prejuízos que a espécie humana causa aos recursos naturais, mas por outro lado valoriza-se outro enfoque que mostra a necessidade de se conhecer estes recursos para que a vida seja possível e, por esse motivo, emerge a conservação dos recursos naturais. Portanto, afirma-se que as práticas de conservação são tão antigas quanto aquelas de destruição. Isso implica em dizer que nem sempre se pensa somente num dos enfoques, embora grande parte do que é produzido induza a esse pensamento.

Na atualidade, os discursos sobre conservação estão em destaque como se essa prática resultasse tão somente das grandes conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento das décadas de sessenta e setenta (que se manifestam hoje em eventos como a Rio+20). Dito isso também entende-se que conservar ou destruir faz parte de um contexto, por exemplo, o Paraná até meados do século XX, era sinônimo de desflorestamento – o símbolo do progresso – e, hoje, é um dos grandes combatedores dessa prática. Mas isso não implica em afirmar que na atualidade, o desflorestamento não existe nesse estado e muito menos que nunca se pensou em conservação em períodos anteriores. Assim, os estudos de Pádua (2002) são fundamentais para continuarmos nesta discussão. Embora ele tenha avançado e mostrado que os usos racionais dos recursos naturais têm íntima ligação com a academia europeia (o que podemos verificar em autores como Martins – 1944 – Maack 1981 – ou Bigarella - 2012), ou mesmo com sistemas socioeconômicos baseados, por exemplo, no escravismo, não fica claro nesse processo o papel de

outros atores como os camponeses ou mesmo de pessoas com baixa escolaridade no que se refere ao uso racional do recursos naturais.

Porque as pessoas preservam/conservam¹ ou destroem a natureza? Num primeiro momento parece que essas práticas estão relacionadas à sobrevivência humana e, nesse sentido, podem ser vistas por diferentes prismas ou dimensões como a econômica, a política, a cultural, entre outras. A primeira situação pode ser ilustrada pela empresa Lumber que devastou tudo o que via pela frente, nos sertões do Paraná e Santa Catarina, em busca de madeiras comercializáveis; a segunda pelas concessões que o governo brasileiro ofereceu às empresas estrangeiras em nome do sonhado progresso, tão bem representado pelas ferrovias; o terceiro pelas práticas dos moradores de áreas rurais que sobrevivem da terra, como é o caso dos faxinalenses, no centro-sul do Paraná ou mesmo dos cipozeiros do litoral paranaense ou catarinense. Certamente que uma dimensão não anula a outra, mas ao mesmo tempo evidencia que uma delas se destaca nesta trama de relações que caracterizam distintos territórios dispostos no espaço (Haliski, 2009).

O que distingue, enquanto usos dos recursos naturais, aquele indivíduo que devasta toda uma vegetação daquele que preserva/conserva a “natureza”? Ancorados em autores como o próprio Dean (1996) ou mesmo Holanda (1983)² entende-se que a dilapidação dos recursos naturais geralmente associasse a ânsia de enriquecimento das pessoas. Isso gera análises que mostram uma crise de civilização e a necessidade de um saber ambiental para se atingir a sustentabilidade (Leff, 2001;2001) e, ao mesmo tempo, a necessidade de uma epistemologia ambiental que rompa as barreiras disciplinares podendo se materializar em uma sociologia ambiental (Floriani, 2008). Provavelmente, isso cooperará para que, com

¹ Tem-se alguma clareza do significado de preservação e conservação. Sabe-se que são conceitos distintos que emergiram de todo um debate intrínseco ao desenvolvimento sustentável, estando à preservação, por exemplo, associada ao não uso de uma área e a conservação a utilização racional da mesma. Certamente que irão aparecer trabalhos como o de Kanashiro (2010) que mostram uma diversidade de interpretações no conceito de sustentabilidade (ecoeficiência, decrescimento, condição estacionária, ecodesenvolvimento, ecossocialismo, sociedade de risco). Porém, na tese, não se faz distinção entre preservação e conservação, haja vista que estamos abordando períodos, como no século XIX, que obviamente não se discutia a preservação ou a conservação nos moldes atuais, ou seja, a partir do desenvolvimento sustentável. O mesmo vale para o nosso público alvo, pois os moradores/trabalhadores rurais, em muitos casos, provavelmente pela baixa escolaridade, os enxergam como sinônimos. Ressalva-se, porém, que os indígenas têm baixa escolaridade, mas um sentido de preservação diferente a outros modelos de apropriação da natureza.

² Especificamente sobre a lavoura, Holanda afirma que ela fez-se nas florestas e à custa delas.

a contribuição da ciência moderna, possamos pensar uma *nova civilização* fundamentada no *uso sustentável* dos recursos naturais (Sachs, 2009).

Mas o que dizer daqueles que preservam/conservam a natureza? Eles o fazem também visando lucros econômicos através de uma economia da natureza (Pádua, 2002) ou motivados por razões específicas de sua formação sociocultural pautada em distintos usos dos recursos naturais? (Kesselring, 2000; Pádua 2002). Pode-se supor que tanto um discurso quanto o outro estão presentes nas práticas daqueles que preservam/conservam? Em que medida essas ideias se aproximam e se afastam? Enfim, quais as lógicas que orientam as práticas dos homens na natureza?

A tese originou-se principalmente em torno desta última questão. Isto porque nos últimos anos temos tido grandes debates em torno da conservação e da preservação dos recursos naturais que buscam evidenciar a necessidade do desenvolvimento sustentável. Isso fica explícito em autores como Brandenburg (2005) que embora reconheça o caráter preservacionista do discurso de Pádua, afirma que não há, em período anterior à década de 1970, manifestações de cunho ecológico que coloque em questão o padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade-ambiente, ou mesmo os instrumentos que intermediam essa relação. Pois bem, é justamente em torno desse discurso ecológico que se origina a pesquisa. Provavelmente porque nossa concepção inicial é de que existe muito mais discurso sobre o que é ecologicamente correto do que prática. Mas isso não significa afirmar que não existem práticas ecologicamente corretas ou que elas são frutos dos debates pós década de 1970.

Nesse contexto, entende-se que: se existem debates em torno do meio ambiente e desenvolvimento (econômico, sustentável, entre outros) é porque eles são consequências de um processo contínuo e complexo de relações do homem com a natureza ao longo do tempo-espaço (inclusive no que se entende por natureza e mesmo no papel do homem dentro ou fora dela). Assim, tendo como pano de fundo os debates atuais, parte-se da hipótese de que por trás de um discurso e mesmo algumas práticas do que se considera “ecologicamente correto” existem permanências do discurso e das práticas do homem do século XIX e início do século XX, ou seja, aquele que vê nos recursos naturais a possibilidade de

desenvolvimento econômico ou de permanência na terra através de uma lógica de conservação pautado na economia da natureza. A questão é que esta forma de pensar e agir (n)a natureza e ambiente - presente em muitas práticas de usos do recursos naturais - convive com a emergência e a intensificação de novas representações sobre ambos gerando, inclusive, uma disputa de sentidos sobre natureza e ambiente.

Desde o primeiro capítulo a intenção é evidenciar as distintas interpretações de natureza e ambiente ao longo do tempo e mesmo entre sociedades, porem, destaca-se o desenvolvimento e permanência das ideias da economia da natureza, ou seja, visão de natureza-objeto típica da razão iluminista. A questão é mostrar que ela está presente, inclusive em obras como a de Martins, desde a formação do grupo de agricultores – com algumas permanências e transformações - gerando conflitos com a tendência atual que vê a natureza não como objeto, mas também como sujeito na relação homem natureza.

Para analisar esta questão opta-se por um estudo de caso dos moradores/trabalhadores rurais de União da Vitória-PR e Porto União- SC. Um estudo dessa natureza pode ser ilustrado pela experiência de Holanda (2009) ao ser inquirido por seu orientador (Sachs) sobre o que ele pretendia estudar em Paris: *quando perguntado sobre o que queria estudar, expus algo extremamente teórico sobre o comércio internacional. Sachs ouviu e depois apontou para os livros dizendo que mesmo que eu passasse anos estudando, não faria nada melhor do que já estava em alguns volumes. Mas em contrapartida disse que nenhum daqueles autores tinha condições de escrever sobre o Nordeste do Brasil como eu tinha, com minha experiência de vida.* Pois bem, a nossa experiência de vida nos parece de extrema importância para retratar uma parcela significativa do Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina.

É provável que Vianna tenha razão ao afirmar que o passado está latente em nós. Refiro-me especificamente à escolha do objeto de análise e das áreas a serem aplicados os questionários. No final dos anos 1990, trabalhava como ajudante de caminhoneiro e minha função principal era carregar lenha na área rural e descarregar em empresas na área urbana onde seriam queimadas em caldeiras para produção de energia. De certo modo participei diretamente da destruição de

extensas áreas florestadas. Lembro-me de olhar com tristeza para locais cuja mata fora retirada e apesar disso continuar fazendo a mesma coisa, ou seja, ganhar dinheiro com a destruição. Dentre as situações que presenciei duas delas marcam até hoje. Uma é a imensa fila de caminhões carregados de lenha (bracatinga, sapopema, cedro, Miguel pintado, entre outras) esperando para depositá-las no pátio da empresa. Cheguei a contar mais de 60 caminhões carregados com cargas que variavam entre 14 e 40 m³ e que realizavam em média 2 cargas por dia. Quem tinha um caminhão com menor porte e potência de motor sonhava em ter um mais forte para carregar mais e mais. Ficava impressionado com tanta lenha a ser queimada.

Vivi outra situação em uma propriedade de descendentes de alemães. Uma propriedade belíssima e que tinha como base a produção leiteira. Nesse espaço foi feito pelo meu patrão um arrendamento de terras e o propósito era a retirada de lenha (árvores que não possuem valor para virarem toras, vigas...). Entrávamos na propriedade com “nosso” caminhão velho e de pequeno porte, carregávamos o que podíamos e íamos embora sempre vigiados por alguém da família um tanto quanto desconfiada. Cuidavam muito das terras e de certo modo exigiam que fizéssemos o mesmo, por exemplo, tapar um buraco onde o caminhão tinha patinado. Porém, um dia chegamos à propriedade e presenciamos tratores, motosserras, caminhões e um grupo de trabalhadores a todo vapor destruindo tudo que vinha pela frente. Onde passavam parecia que tinha sido bombardeado. Os donos da leiteria tinham vendido uma reserva de pínus a um dono de serraria e, obviamente, ele foi retirar a seu modo o que lhe pertencia.

A justificativa para a escolha do recorte espacial/temporal e do público alvo encontra-se ao longo da pesquisa, pois neste momento a preocupação maior é mostrar a estrutura da tese. Sendo assim, ela consta de duas partes com dois capítulos cada. A divisão é simplesmente didático-metodológica, visto que todos os capítulos estão interligados e, certamente, resultam num trabalho único.

O primeiro capítulo trata especificamente da construção da problemática e da metodologia da tese, passando pela discussão sobre o(s) sentido(s) do conceito de Natureza ao longo do tempo. Isso para que se possa chegar à discussão sobre a economia da natureza. A questão é que ao longo do texto já vai se delineando a

noção de conservação dos recursos naturais, seja para o desenvolvimento econômico ou mesmo para a permanência/sobrevivência do homem na terra (economia da natureza). Inicialmente as questões relacionadas à destruição, preservação/conservação irão aparecer nos trabalhos de autores como Dean (1996) e Pádua (2002). Como nosso foco estará sempre na preservação/conservação e na permanência de alguns discursos e práticas ao longo do tempo, tentar-se-á relacionar o pensamento de autores, ideias e conceitos de modo que isso seja evidenciado, ou não, na atualidade (com a empiria).

No segundo capítulo, procura-se traçar a formação socioambiental da área estudada, ou seja, trata-se de um esforço teórico-metodológico que visa entender a trama de relações multidimensionais e multiescalares (Saquet, 2003) que originou União da Vitória e Porto União (Haliski, 2009; Haliski e Floriani 2009), ou seja, a gênese da formação do grupo de agricultores estudados. Entende-se que é um exercício difícil, pois o que nos interessa é a(s) forma como se “originou” os significados que os atores atribuem à natureza e ambiente neste espaço.

As dificuldades se dão pelos seguintes motivos: a) os municípios citados estão numa área marcada pelo conflito do Contestado assim, como não é nosso foco uma sociologia do conflito, deve-se abordá-lo, sem diminuir a sua importância e, ao mesmo tempo, entender a exploração predatória dos recursos naturais ou preservação/conservação através dele; b) Os monges tiveram uma importância significativa no que concerne ao conhecimento da floresta, de sementes, entre outros, na área estudada, mas não nos interessa uma sociologia da religião, ou seja, são atores importantíssimos que devem ser utilizados “com cuidado” para que se extraia deles o necessário para a pesquisa³, ou seja, a utilização (ou os usos) da “natureza”; c) na área estudada a exploração da madeira é a principal atividade e a árvore muitas vezes acaba sendo sinônimo de natureza e também do urbano através das serrarias. A questão é justamente fazer entender que esta árvore está no rural, mas que não é somente ela que interessa e muito menos que ela resume

³ Um dos trabalhos mais notáveis envolvendo conflito e religião foi desenvolvido por Engels, em 1850, na Alemanha. Ele analisa o fenômeno do conflito camponês, sob o manto da religião, liderada por Thomas Munzer, o teólogo da revolução camponesa e mostra que a verdadeira força motivadora do conflito era sócio-econômica (conflito de classes) ao invés de religiosa (2002).

uma complexidade de flora e fauna da mata ou floresta de araucária ou mesmo do rural em questão; d) entender a relação do homem com a natureza numa região em que o rural é praticamente invisível. Para fugir dessas armadilhas toda a tese centra-se na busca de elementos da economia da natureza através da destruição e conservação/preservação dos recursos naturais, ou seja, mesmo que se fale, por exemplo, do Contestado, é a utilização dos recursos naturais e os sentidos atribuídos a eles pelos atores estudados o foco e não o conflito em si.

A segunda parte também é distribuída em dois capítulos, seguida pelas considerações finais. Trata-se basicamente da parte empírica. No primeiro deles, a preocupação é fazer uma caracterização dos moradores/trabalhadores rurais partindo do perfil do grupo pesquisado, passando pelos conflitos socioambientais atuais até chegarmos à representação da paisagem que esses atores possuem. A intenção é analisar as permanências da economia da natureza. Quem são as pessoas do rural em questão, como se ligam à história do Contestado, o que produzem, qual o tempo de moradia no lugar, qual o nível de instrução desse povo, quais as principais dificuldades ou vantagens de estarem nestas áreas, como percebem as modificações da paisagem, entre outros, é foco do capítulo. Isso tudo para que seja possível analisar as lógicas em torno dos usos dos recursos naturais nesta área. Esse exercício será fundamental para que possamos sair de generalizações como aquela desenvolvida por Cunha (2003) ao analisar o Paraná Tradicional como um todo. Embora ele tenha desenvolvido uma pesquisa seminal que evidencia a heterogeneidade de espaços rurais, dentro do que hoje se denomina de perspectiva territorial do desenvolvimento, percebe-se que o extremo sul do Paraná não foi contemplado, pelo menos como mereceria, em sua análise.

O capítulo que segue é voltado à compreensão da relação do homem com a natureza nesse espaço rural. Assim, analisam-se as formas de utilização dos recursos naturais, as técnicas de preservação/conservação e os hábitos e costumes das comunidades pesquisadas. A questão é justamente entender como as práticas desses sujeitos se relacionam, ou não, com as questões ligadas à economia geral da natureza, assim como, analisar as permanências e rupturas dos significados que os atores atribuem à natureza, no sentido geral, e às suas experiências materiais mais imediatas. Já nas considerações finais é realizada uma análise da tese como um todo, assim como, a aferição da hipótese da pesquisa e da metodologia.

PARTE I

CAPÍTULO I

2 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Existe uma continuidade histórica entre os macroprocessos em curso no final do século XVIII, tanto em termos subjetivos quanto objetivos, e a constituição do mundo contemporâneo.

(José Augusto Pádua, 2002)

O homem por toda parte é o mesmo e a ganância individual visa o lucro imediato, pouco se importando com as consequências que acarretará às gerações vindouras.

Claro está que, organizada uma cultura racional das florestas, o Brasil poderá exportar madeira em grande escala. O que é condenável é o corte sem o necessário replantio.

(Hermann Von Ihering in: Martins, 1944)

A desflorestação das montanhas causa enchentes das corredeiras ali nascidas, que aumentam em frequência e em violência, lavando os campos e as estradas e ocasionando prejuízos imensos à lavoura e às obras públicas. 'Sua continuação produzirá a destruição precoce das condições mais valiosas para o Estado (do que os prejuízos monetários) e que nem a ciência nem as fortunas poderão jamais restabelecer'.

(Romário Martins, 1944)⁴

Notadamente, estamos presenciando uma grande concentração de impactos ambientais em diferentes lugares e intensidades. Nesse contexto, aumentam consideravelmente os discursos e as práticas de conservação/preservação da

⁴ Segundo Lazier (2003), Romário Martins foi jornalista, historiador, literato, estadista, ecologista, paranista. Nascido em 8/12/1874, aos 15 anos iniciou sua intensa atividade como tipógrafo no jornal "Dezenove de Novembro". Foi o mais ativo e fecundo historiador do Paraná, escreveu mais de 70 obras, entre elas a primeira "História do Paraná". Em 1900, convocou e liderou a organização do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, onde atuou até sua morte, em 10/9/1948. Ele pontificou, também, nas funções públicas, tanto eletivas como de nomeação. Foi deputado estadual em dez legislaturas, sendo autor das leis que criaram o **Código da Erva Mate e o Código Florestal**. Em 1905 foi vereador em Curitiba. Em 1928 assumiu o cargo de secretário da Agricultura do Estado, onde empreendeu o "Cruzada do Trigo", conseguindo aumentar a produção em 585%, entre as safras de 1927 a 1930. Martins, foi um dos grandes defensores da ecologia e fanaticamente defensor do Paraná. No ano de 1927, organizou o Centro Paranista. Na mensagem de fundação, afirmou: "Paranismo é o espírito novo, o enlace e exaltação, idealizador de um Paraná maior e melhor, pelo trabalho, pela ordem, pelo progresso, pela bondade, pela justiça, pela cultura, pela civilização". Romário foi, também, um idealista, um sonhador, utópico, refletido no seu opúsculo "O socialismo", editado em 1895, onde defende que a propriedade é um roubo e que todos devem se unir, sem classe e sem discriminação.

natureza. Outra questão importante é que o próprio conceito de Natureza – e a sua apropriação – muda (ou) ao longo da história do pensamento humano, pois as nossas práticas, técnicas e tecnologias e mesmo o conhecimento sobre ela ligam-se à dinâmica social e seu respectivo contexto. No entanto, acredita-se que existe uma continuidade histórica nos usos e nas práticas associada à Natureza (Gonçalves, 2005), tanto em termos subjetivos quanto objetivos, que se revela na constituição do mundo contemporâneo. Do ponto de vista metodológico, como em Holanda (1983), entende-se que o conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente.

Interessa-nos o conceito de Natureza e a sua apropriação no Ocidente, especificamente, no final do século XIX, no transcurso do século XX e início do século XXI.

Sobre o assunto Kesselring (2000) faz algumas considerações importantes. A primeira é evidenciar que esse conceito tem uma história; a segunda é a sua classificação em fases, sendo elas:

a) *Antiguidade grega*; b) *Idade Média* (Ocidente cristão); c) *Primeira fase da Idade Moderna* – nesta fase são importantes três considerações: 1) algumas heranças do pensamento teológico da Idade Média; 2) o fato de a Antiguidade ter sido redescoberta no século XV; 3) aprofundamento de uma *tradição experimental na pesquisa científica sobre a Natureza*; d) *Segunda fase da modernidade*: nesta, destaca-se o século XIX e a grande transformação no conceito de Natureza e de processos naturais. Notadamente a discussão gira em torno da aceitação geral da Teoria da Evolução, do descobrimento do acaso nas teorias sobre a Natureza⁵ e a Segunda Lei da Termodinâmica; e) *últimas décadas do século XX* – Nessa fase destaca-se a relação entre técnica e Natureza: os âmbitos da técnica e da Natureza começam a se confundir. A possibilidade de se criar processos que não ocorriam na história da Terra como, por exemplo, a produção de uma série de isótopos

⁵ Várias descobertas colocaram em destaque o acaso e seu papel na Natureza. Robert Brown observou que pequenas partículas imersas em líquidos vibravam e se deslocavam de maneira irregular. Esse movimento é causado pelos choques moleculares; em 1896, Henri Becquerel descobriu a radiatividade do Urânio e a desintegração atômica, ou seja, na desintegração natural dos átomos a decomposição de cada átomo singular ocorre independentemente da decomposição de outros átomos. A desintegração atômica não pode ser influenciada de fora, assim, pode-se afirmar apenas proposições estatísticas como, por exemplo, que a metade dos isótopos 14 do Carbono decai em 5730 anos.

radioativos, já é uma realidade; também é possível patentear bactérias ou organismos construídos pela tecnologia genética, o que indica que caiu a fronteira tradicional entre produtos da engenhosidade técnica e os seres vivos da Natureza; o próprio estilo de vida, dominado pela técnica, tem consequências não reversíveis, o que nos força a contar com eles como se fossem eventos naturais. O crescimento populacional (indício da adaptação do homem) tornou-se um sinal de alerta sobre o futuro da humanidade⁶; ocupando e explorando a Natureza, na prática, o homem moderno está vivendo como se ele estivesse fora dela - mesmo que as fronteiras entre Natureza e técnica tenham sido abaladas. Segundo ele, a perda dessa relação com a Natureza é uma das raízes espirituais de sua destruição que está em curso. Assim, a diminuição de reservas naturais de flora e fauna, poluição de rios, lagos, contaminação da atmosfera, etc., são uma ameaça à própria Natureza. Também pode-se mencionar a ameaça nuclear criada pelo homem e seu poder de destruição.

Assim, destacar-se-ão na tese, as permanências das concepções de Natureza (do final do século XIX), e seus usos desde o início do século XX, até o presente. Ou seja, nos interessa entender quais os significados que os atores pesquisados atribuem à natureza, no sentido geral, e às suas experiências materiais mais imediatas através das suas práticas.

Como afirma Kesselring (2000), no século XIX, a autoconsciência humana sofreu uma série de abalos. Portanto, assim como a evolução, os acontecimentos econômicos e históricos são também encarados como processos naturais, contra os quais o sujeito individual é impotente. A sua estratégia natural para combater a insegurança e limitar o domínio do acaso é a tentativa de se impor ativamente a cada tipo de ocorrência. Assim, o que conta na *luta pela sobrevivência* é a prerrogativa sobre a sobrevivência do mais forte. O conceito de *sobrevivência do mais bem adaptado* torna-se um princípio fundamental até mesmo para a economia liberal. Concorrência e exploração parecem ser legitimadas pela própria Natureza. Nesse enfoque, o conceito de Natureza, no final do século XIX, não tem mais muito a ver com o conceito grego de Natureza (*physis*), nem com a Teologia cristã. Ressalta-se também que aquela impressão de homem abrigado e seguro no centro

⁶ Ainda hoje constantemente emergem análises (neo) malthusianas sobre os impactos do crescimento populacional e a pressão sobre os recursos naturais. Ver Damiani (2002).

do universo (cosmologia antiga e medieval) tornou-se obsoleta com as descobertas da astrofísica.

Essa tipologia de análise não é restrita à filosofia. Também pode ser encontrada em livros como aquele do geógrafo Gonçalves (2005). O autor parte do pressuposto que o conceito de natureza no Ocidente e a sua (in)devida apropriação se manifesta na forma como atuamos sobre ela. De fundamental importância, passando pela análise do período pré-socrático, até o momento, é o entendimento que o homem é natureza. Esse enfoque - pautado numa indissociabilidade - visa superar a relação sujeito (homem) e objeto (natureza) nos moldes estabelecidos principalmente pelo Iluminismo. Aliás, como mostrará a tese, essa superação parece ser o grande desafio da atualidade.

As concepções de Natureza mostram a postura do homem “dentro” ou “fora dela”. Na atualidade, o discurso tem sido muito pautado na preservação/conservação indicando um século XXI “da ecologia” e, ao mesmo tempo, indicando que devemos rever/repensar nossas práticas e ações. Assim, se continuarmos a tomar a ideia de concorrência num sentido absoluto – que é subjacente ao nosso sistema econômico e domina o nosso comportamento social -, nós permaneceremos presos ao conceito de Natureza do século XIX. Nem o liberalismo, nem a filosofia do mais forte são coisas do nosso tempo. Ambos provêm do século XIX e têm de ser superados ou, pelo menos, profundamente diferenciados (Kesselring, 2000).

Nesse enfoque, a tese tem como pergunta de partida dois questionamentos básicos: o que restou do conceito de Natureza do final do século XIX, e início do século XX? Como essa concepção determina/influencia a relação e/ou práticas do homem com a natureza, na atualidade? Contudo, é importante estarmos atentos para os diversos significados mais atuais de “natureza” para que se possa perceber como os mesmos são utilizados pelos entrevistados e como podem ser remetidos a outros contextos do passado.

No intuito de aprofundar essa questão, tendo como respaldo a empiria, surgem outras situações como a escolha do recorte espacial (escala) e do grupo a ser pesquisado. Assim, opta-se pelo estudo da utilização dos recursos naturais onde está a mata de araucária, na transição do segundo para o terceiro planalto

paranaense, especificamente nos municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC. O grupo a ser analisado compreende os moradores/trabalhadores da área rural destes municípios que sobrevivem diretamente dos recursos presentes neste espaço (solo, floresta, água, entre outros).

A escolha da Mata de Araucária justifica-se pela utilização centenária de seus recursos e redução gradativa de seus limites originais. Já é um bom argumento o fato de que a araucária (e outras espécies) está na lista de extinção do Ministério do Meio Ambiente - MMA (2008); outra questão relevante é que a mata ou floresta (como alguns preferem) não se restringe à araucária e, isto sim, a aproximadamente 1500 espécies botânicas, entre herbáceas, arbustivas e arbóreas, além de epífitas, musgos, fungos, etc.; também deve-se ressaltar que a sua fauna é muito rica compreendendo mais de 250 espécies de aves e inúmeros outros animais como a onça pintada, serelepes, antas, lobos, sapos, bugios, cobras, ouriços, porcos, lagartos, pererecas, pacas, cutias, ratos, etc. (Corrêa e Koch, 2010)

Quanto às características de relevo e sua influência na utilização do solo percebe-se que onde está a floresta, entre o segundo e terceiro planalto, as irregularidades do terreno não permitiram um avanço tão avassalador sobre as áreas florestadas como ocorreu em direção ao sudoeste ou mesmo o norte do Paraná. Análises similares a esta, na perspectiva do planejamento ambiental, também já foram realizadas por autores como Ross (2009) e indicam as consequências das características do relevo no que se refere à ocupação e exploração de áreas florestadas.

Já a delimitação mais exata em torno dos municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC fundamenta-se na história extrativa e de permanência, ainda hoje, de práticas associadas aos usos do solo e da floresta para os mais variados fins como, por exemplo, reflorestamentos, extrativismo vegetal, fabricação de carvão, produção de hortaliças, etc. Na atualidade, esses dois municípios são considerados como a “capital das esquadrinhas de portas e janelas de madeira” do Brasil. Certamente que não se produz somente portas e janelas, pois se destaca ainda a produção de papel e celulose, compensados, tabuas, vigas, ripas, lenhas, entre outros.

Quanto à escolha dos proprietários/moradores rurais: justifica-se pela sua “sobrevivência a partir da Natureza”. Também se deve ressaltar que esse povo é o símbolo da utilização/exploração da floresta seja na figura clássica do madeireiro e suas serrarias ou do agricultor ávido pelo avanço de suas fronteiras agrícolas. Por se tratar de um grupo específico acredita-se que poder-se-á entender quem é esse proprietário/morador, como ele se utiliza e concebe o que é a Natureza, quais são as permanências e rupturas associadas aquele conceito do século XIX, início do XX e como ele se materializa nas práticas atuais. Outro ponto fundamental é a legitimação do estudo de grupos para a análise sociológica - na tese - (Souto e Souto, 1985), ou outras classificações possíveis como, por exemplo, o estudo de comunidades (Tonietto, 2007).

Dito isso, trabalha-se com a hipótese de que na atualidade, por trás do discurso ecologicamente correto dos proprietários/moradores rurais permanece o espírito predatório do extrativista/explorador - com a mesma concepção de natureza - do final do século XIX, início do XX, ou seja, mudou o momento histórico e logicamente algumas práticas, mas mantém-se o espírito devastador e individualista que vê a natureza como aquela que deverá ser vencida/superada ou mesmo aquela que deve servir o homem. Por trás de um discurso de escassez dos recursos, parece que existe uma concepção de natureza rica e infinita que deve gerar frutos. Em linhas gerais, está se supondo que a economia geral da natureza que prevê a necessidade de se preservar/conservar para que se tenha lucros futuros, está presente nas práticas atuais. Neste contexto, Pádua (2002) afirma que as discussões sobre as consequências sociais, econômicas e políticas da devastação das florestas, erosão e esgotamento dos solos, degradação do clima e extinção de espécies animais e vegetais – elementos fundamentais para se pensar numa economia da natureza - estão presentes no pensamento científico brasileiro desde o século XVIII, através de intelectuais como José Bonifácio e Joaquim Nabuco. Segundo ele, nestes autores fica explícita a necessidade de se eliminar as práticas devastadoras do homem, a partir de um esforço consciente de modernização tecnológica que passaria, necessariamente, pela implementação de reformas socioeconômicas que rompessem com as marcas danosas do colonialismo (o tripé escravidão – latifúndio – monocultura). Para tanto, o trabalho científico deveria ficar em relevo, pois era necessário combater a baixa produtividade da agricultura,

aclimatar espécies vegetais que pudessem gerar lucros econômicos ao país, entre outros, além de se aprofundar os estudos sobre a natureza brasileira, investigando a utilidade econômica das espécies nativas ainda desconhecidas. Isso seria fundamental para superar o atraso econômico e científico que o mundo lusitano estava envolto.

Nesse contexto, acredita-se que é possível verificar na região estudada algumas práticas ambientalmente corretas (exemplo: o plantio consorciado de espécies vegetais como a bracatinga com a erva-mate ou preservação de nascentes de água, ou controle de erosão, etc.) que, em nossa concepção inicial, “escondem” o desejo puro e simples do morador/trabalhador rural de ganhar mais dinheiro e/ou de gerar lucros com a terra, ou seja, a necessidade de se conhecer a natureza para extrair dela o que se deseja.

2.1 Metodologia

No esforço de se realizar uma análise que contemple uma macro-sociologia com uma micro-sociologia, sentiu-se a necessidade da aplicação de uma metodologia que articulasse e ao mesmo tempo desse conta de explicar a relação entre os macroprocessos políticos e econômicos em curso, desde o final do século XIX, e os seus efeitos manifestados na atualidade em um grupo de agricultores/trabalhadores rurais, no que se refere à utilização dos recursos naturais. Estudos desse cunho e, com as suas especificidades devidas, já foram e ainda o são utilizados em ciências como a História – através das mentalidades⁷ – ou mesmo em estudos sociológicos como o realizado por Elias ao estudar, em 1939, “O processo civilizador”, livro sobre a sociedade de corte e o surgimento da origem da etiqueta na Europa moderna.

Para atingir este propósito parte-se da análise de textos e livros de autores como Pádua (2002) que evidencia a formação do pensamento político e da crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Nele ou a partir dele pode-se verificar a formação de um discurso que se materializa em práticas tidas, na atualidade, como

⁷ Sobre o assunto ver Palazzo (2007), Barros (2007), Le Goff (1994) e Vainfas (1997). Regionalmente o autor mais próximo desse enfoque é Tonon (2008) que desenvolveu uma pesquisa que aborda as permanências históricas de longa duração das predições e rituais dos monges do Contestado no imaginário coletivo.

ecologicamente corretas. Também se lança mão da análise de autores como Martins (1944) e Maack (1981) que acabam evidenciando a continuação das ideias de conservação/preservação nos moldes apontados por Pádua. Nesse mesmo enfoque e, (re)valorizando as dimensões econômicas e políticas analisa-se autores clássicos como Candido (1971), Maria Izaura de Queiros (1965), Holanda (1983), Douglas Monteiro (1990) e regionais como Fagundes e Ribas (2005), Gaspari (2005), Tonon (2002; 2008), Riesemberg (1973), entre outros, que são fundamentais para a construção do arcabouço teórico metodológico e que nos remete à gênese do grupo estudado.

Na esteira deste processo analítico, iluminado por autores como Sachs (2009), Floriani (2008), Leff (2001), entre outros, evidencia-se as ressignificações que as temáticas ambientais ou de usos dos recursos naturais sofreram ao longo do tempo. Em linhas gerais, (a) assinalou-se os principais elementos constitutivos do povo das Gêmeas do Iguaçu (b) valorizando-se os macroprocessos econômicos e políticos que resultaram na conformação deste povo, (c) nas suas práticas de usos dos recursos naturais e (d), pela empiria, verificou-se o que permanece, ou foi ressignificado desde o final do século XIX, até a atualidade. Trata-se de aferir se os elementos constitutivos de uma economia geral da natureza – visão de natureza objeto – estão presentes na atualidade do grupo pesquisado e se materializam em suas práticas. Esta metodologia funda-se basicamente na obra clássica de Antonio Cândido “Os parceiros do Rio Bonito” e, por esse motivo, destaca-se: a) o levantamento de fontes históricas referente à formação do povo do rural em questão; b) uma empiria que valoriza as falas dos atores do rural⁸; c) uma conversa necessária entre a sociologia e a antropologia e, em nosso caso, com a geografia e a história.

Assim, neste momento, afirma-se que a formação discursiva que regula a retórica hermenêutica sobre os usos da natureza, seu significado e finalidade pode ter diferentes matrizes filosófico-culturais. Mas, no caso das práticas sociais e dos conflitos políticos oriundos das relações sociais de produção e de poder, pergunta-se: como é possível pensar uma metodologia ou pesquisa que procure traduzir os

⁸ Cândido (1971), afirma que assim é possível conhecermos o passado pela tradição de alguns informantes escolhidos, e o presente pela análise de pequenos agrupamentos. Também enfatiza que os interesses pelos dados individuais, pelos detalhes significativos, constitui elemento fundamental neste tipo de pesquisa; ratifica que o senso do qualitativo é condição de eficiência nas disciplinas sociais, e que a decisão interior do sociólogo, desenvolvida pela meditação e o contato com a realidade viva dos grupos, é tão importante quanto a técnica de manipulação de dados.

diferentes significados que os atores atribuem à natureza, no sentido geral, e às suas experiências materiais mais imediatas? Parte-se de suas formas e obstáculos de apropriação desses recursos materiais que já estão impregnados por uma lógica social, produtiva, técnica e jurídico-legal. Num primeiro momento, entende-se que o estudo da formação socioeconomia e ambiental do povo das Gêmeas do Iguaçu, pode dar conta de responder esta questão.

Mas o que analisar e a partir de onde? a) formação socioambiental das Gêmeas do Iguaçu, notadamente do grupo de agricultores; b) permanência dos ideais da economia da natureza através das práticas de usos, preservação e/ou conservação dos recursos naturais; c) análise das permanências e rupturas destas ideias.

3 APROPRIAÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL: A MATA ATLÂNTICA EM DESTAQUE

O paradigma conceitual era que os territórios não deviam permanecer intocados, mas sim serem aproveitados de maneira racional e cuidadosa. O progresso econômico não era entendido como antagônico em relação à conservação da natureza.

O atraso e a devastação ambiental poderiam ser superados pela modernização substantiva das tecnologias e pela diversificação da produção primária.

(José Augusto Pádua, 2002)

Para viver no meio da floresta, os moradores da floresta necessariamente a derrubam.

(Warren Dean, 1996)

Dentre os autores que se destacam na elaboração de trabalhos sobre desflorestamentos, sem dúvida, Warren Dean (1996) ocupa um lugar especial. Seu livro “Ferro e Fogo” analisa a Mata Atlântica e sua devastação ao longo da história brasileira. Ao abordar a intervenção do homem na Natureza evidencia como as técnicas e tecnologias humanas foram avassaladoras de ambientes. Seu estudo vai, por exemplo, da utilização do fogo à enxada e o machado. Também evidencia a prática de coletores/caçadores, grileiros, mineradores, políticos, ambientalistas além

de tratar de temas como gado, formigas, etc., e seus respectivos impactos no(s) ambiente(s) seja por um processo simples de erosão do solo ou mesmo pelo empecilho que podem significar para, por exemplo, práticas rurais. Assim, acaba revelando, dentro da história ambiental, uma Natureza que não é apenas objeto, mas também, sujeito da relação homem-natureza.

Um dos pontos fundamentais do livro é mostrar que impactos ambientais não são exclusivos da sociedade moderna. Por isso afirma que a caá-etê, nome da Mata Atlântica na língua indígena, já era destruída por esses grupos através de, por exemplo, queimadas para afugentar animais. Vale ressaltar que técnicas de queimadas são utilizadas até hoje para “limpar” propriedades (essa prática era chamada de coivara pelos índios). O pensamento de Dean contrasta com autores como Martins. Se o primeiro destaca a destruição ocasionada desde o “aparecimento” do indígena até o “homem moderno”, o segundo foca na importância dos indígenas para a preservação/conservação da natureza e das práticas “atuais” para aproveitar os recursos naturais em favor do desenvolvimento.

Tudo isto mostra a influencia que a floresta exercia sôbre o espírito dos primeiros habitantes do nosso país, como é natural. Mas tudo isto já não representa hoje, pelo menos em muitas partes do nosso território, senão uma recordação, como a que se refere a Capital paranaense outrora expressivo de sua característica flôra primitiva. (MARTINS,p.12,1944)

Sobre a diversidade de flora e fauna pode-se afirmar que ela é uma característica da floresta Atlântica. Isso é ponto comum entre os dois autores.

A extraordinária diversidade de suas árvores, uma das marcas características da floresta – em um local no sul da Bahia encontraram-se 270 espécies em um único hectare -, é acompanhada pela diversidade de outras espécies de plantas, principalmente epífitas, parasitas e saprófitas, e de animais invertebrados. As condições ideais para o crescimento e a reprodução – períodos prolongados de crescimento, radiação solar intensa, altas temperaturas, e regimes de chuvas generosos e levemente sazonais – facilitam a abundância de formas de vida. Sob tais condições, os processos metabólicos são acelerados e o crescimento é constante e rápido. (DEAN,1996,p.32)

{...} nas florestas do nosso país avultam, pela sua homogeneidade como muito bem diz o nobre deputado (Marins Camargo), as matas de Cedro, na Baía, e as de Pinho no sul, tendo a hegemonia desta espécie florestal o Estado do Paraná, onde a Araucária brasiliensis, num total de 50 milhões de hectares e numa concentração de tal maneira ocorrente, que permite a extração de 1.500 metros cúbicos e até 1.800, de madeira por hectare. (MARTINS,1944,p.113)

Um dos maiores marcos da destruição da floresta, segundo Dean, ocorreu no século XVI, com a chegada dos portugueses no Brasil. Para ele o ato da derrubada de uma árvore para confeccionar uma cruz, símbolo da “salvação da humanidade” (Dean, 1996,p.59), foi o início de uma devastação contínua. Assim, iniciada a colonização intensifica-se a troca de espécies animais e vegetais entre lugares/continentes ocasionando impactos nesses “novos” ambientes (na atualidade pode-se citar o exemplo do pinus, do eucalíptus, etc.).

Talvez seja de alguma relevância, no entendimento do curso do assentamento humano na região da Mata Atlântica, que nem os homens nem seus animais domesticados evoluíram correlativamente nesse meio, mas a ele viram como estrangeiros. (DEAN, 1996,p.34)

{...} A florestação pelo Eucalípto é perfeitamente viável, bem assim a reflorestação dos nossos pinheirais sacrificados.

O eucalipto não tem preferências por determinadas terras. A sua frugalidade faz com que êle resista num meio onde as outras essências morreriam de inanição. (MARTINS,1944,p.114)

Gradativamente, desde a ocupação europeia, o Brasil se tornava um grande empreendimento com mão de obra escrava (no início indígena) onde as condições naturais propiciariam enriquecimento(s) ou pelo menos a busca por ele. Basta lembrar a introdução da cana de açúcar em nosso país e o que ela representou para o povo português. A agroindústria do açúcar baseada num sistema de *plantation* e com mão de obra escrava durou aproximadamente 300 anos.

Portanto, transcorridos os séculos XVI, XVII e XVIII notava-se que a destruição seria irreversível. Plantas e animais exóticos, utilização de instrumentos como a enxada e o machado, práticas agrícolas, queimadas, criação de gado, migrações em direção ao oeste do país, crescimento populacional, industrialização, desflorestamentos, entre outros, contribuíram para aumentar a pressão impactante na natureza.

{...} Os jesuítas desejavam também afirmar a separação entre o divino e o natural. Optaram por identificar o deus cristão com um espírito remoto e sem culto, Tupã, o trovejador, e aviltaram os espíritos da floresta, que caracterizavam, indiscriminadamente, como diabos. Assim, a Mata Atlântica se tornou a morada do diabo, uma metáfora conveniente para aqueles que receavam e pretendiam eliminá-la. (DEAN, 1996,p.76)

Ouçamos Teodoro Roosevelt ao inaugurar o **Congresso Florestal Americano** em 1905, neste prudente cáuto: (lê)

‘Todos vós sabeis que nos países novos os habitantes das regiões florestadas consideram medida de progresso cortar até a última árvore,

deixando aos vindouros terrenos desertos ... Sereis péssimos cidadãos americanos si os vossos cuidados pelo bem estar da nação se limitarem a garanti-lo unicamente durante a vossa existência. Tenho razões para acreditar que a nossa pátria está apenas no começo de seu desenvolvimento e, se as florestas dos Estados Unidos não estiverem preparadas para corresponder a enorme procura que a futura expansão forçosamente acarretará, o país sofrerá desastres inevitáveis'. (MARTINS,1944,p.113)

Dos escritos de Dean corroborando com a afirmação de uma ocupação dilapidadora apontada por Roosevelt (1905)⁹ entende-se que uma das “poucas” contribuições que os europeus trouxeram veio pela pesquisa. Notadamente destacam-se algumas no século XIX, desenvolvidas por pesquisadores como August Saint-Hilaire que através de suas observações pode fazer constatações importantes como aquelas que evidenciam o conhecimento indígena sobre plantas e animais e também a classificação de espécies animais e vegetais. “As plantas florestais de valor medicinal eram extremamente variadas; de fato, o saber medicinal dos indígenas era o único aspecto de sua cultura que os brancos da cidade não desdenhavam” (Dean, 1996,p.146)

O processo de ocupação e povoamento do Brasil não respeitou a nossa diversidade de flora e fauna, visto que, a Natureza era percebida como um obstáculo a ser vencido/superado em prol do desenvolvimento econômico. Dean afirma que a vinda da coroa portuguesa que deveria significar mais avanços para praticas de preservação/conservação do patrimônio natural não fez mais do que favorecer a vinda de alguns poucos pesquisadores e, noutro exemplo, iniciar um processo de reflorestamento da Floresta da Tijuca-RJ. Um dos pontos fundamentais que podemos destacar é que o conhecimento da diversidade biológica da Mata Atlântica e de sua fragilidade, não inibiu a ação predatória do homem (que Dean chama de invasor).

Ao se referir ao homem como invasor Dean (1996) nos leva a uma reflexão sobre nossas práticas, ou seja, nossa postura teórica e prática em relação ao ambiente/natureza (mesmo que essa não tenha sido sua intenção). Para nossa análise o que vai se tornando interessante no seu pensamento é o apontamento de

⁹ Nesse período temos a grande contribuição de Weber ao analisar as “Seitas protestantes e o espírito do capitalismo” evidenciando a relação da religião com a prosperidade e a economia (2008). E, obviamente, não se pode esquecer do clássico “A ética protestante e o espírito do capitalismo” onde dentre as suas contribuições está aquela que mostra o asceticismo cristão no âmago do mercado (2008).

que nem tudo ou sempre a destruição estava por trás das ações humanas (reafirmamos que não é essa a interpretação de Dean, pois ele vê o homem como um invasor). Portanto, o fato dele citar um reflorestamento como na Tijuca/RJ nos leva a um questionamento básico: se o homem é um invasor/destruidor porque ele reflorestou?

Se o objetivo da Coroa Portuguesa era crescimento econômico certamente que ela, na grande maioria dos casos, não o relacionou a práticas eficazes de preservação/conservação (mas isso não significa que elas não foram realizadas). Assim, dos impactos ocasionados pelos nomadismos e suas queimadas em nosso território, intensificados pela enxada e pelo machado dos europeus, agora, com a instalação da Coroa, tem-se a intensificação dos desflorestamentos pela agricultura. Depois dos impactos ocasionados pela cana de açúcar e pela mineração, chega a vez do café. A crença de que alta produtividade estava associada à terras virgens oportunizou devastações imensuráveis, ora, era mais barato derrubar uma mata e usurpar sua riqueza do que recuperar um solo enfraquecido.

Um grupo de caiguangue residente no Paraná, que havia recebido ferramentas de aço apenas na metade do século XX, lembrava-se de que não mais tinha de escalar árvores, outrora uma atividade muito freqüente, para apanhar larvas e mel. Muitos dos que caíam das árvores morriam – agora eles simplesmente derrubam a árvore. (DEAN, 1996,p.65)

A depredação ocorrida de forma tão espontânea, sem dúvida uma reação aos horrores vivenciados na costa africana, é uma espécie de amuleto que revela a atitude totalmente pragmática para com o mundo natural: na dúvida, ponha fogo. (DEAN,1996,p.69)

{...} o vale do Paraíba se tornou uma colcha de retalhos de cafezais e floresta primária à medida que, em primeiro lugar, as encostas voltadas para o norte e, depois, os locais menos favoráveis, eram queimados e plantados. O rápido envelhecimento dos pés e seus poleiros precários aumentava o valor da floresta remanescente: 'A riqueza de uma plantação consiste, portanto, menos na grande extensão de seus cafezais que nas terras disponíveis para o plantio futuro da rubiácea'. (DEAN,1996,p.202)

É nesse contexto evolutivo que se inicia os investimentos em estradas e ferrovias para transporte de mercadorias. Bois e cavalos já não eram suficientes para escoar a produção. Ao longo das estradas de ferro ficavam armazenadas grandes quantidades de madeira que seriam vendidas pelas empresas interessadas. Quando isso não acontecia era porque a vegetação foi queimada para limpar o terreno que serviria para práticas agrícolas ou mesmo para novas colônias.

Com o tráfego ferroviário, inaugurado em 1886 de Curitiba à Paranaguá, tomou incremento a exportação de madeiras, não somente para os mercados nacionais de S. Paulo e Rio, como também para Buenos Aires (MARTINS, 1944, p. 241)

A dificuldade oposta pela deficiência dos transportes ferroviários tem sido útil às nossas florestas ameaçadas. Mais ainda assim houve tempo em que a madeira apodrecia à margem das estradas, pois tal foi o descontrôle desse comércio, que o 'madeireiro', mesmo sem transporte às vezes nem ferroviário nem marítimo, ainda assim punha abaixo o Pinheiro e a Imbúia inebriado pela ganância e à espera que o acaso viesse proporcionar saída, ao menos em parte, da madeira acumulada ao longo das vias férreas e nos terreiros das serrarias. (MARTINS, 1944, p. 243)

Dito isso, Dean (1996) mostra que já no final do século XIX, com o fim da escravidão e a implantação da República, tivemos muitas mudanças econômicas e políticas¹⁰, mas a postura do homem frente à Natureza era a mesma, ou seja, destruição.

Assim, com essa lógica de relação com a Natureza, entramos no século XX investindo naquilo que denominou-se de *industrialismo predatório*¹¹. Posterior à Segunda Guerra Mundial as técnicas e tecnologias aplicadas na Natureza propiciaram impactos mais fulminantes do que no período anterior. Aqui não se tem somente o machado, mas a motosserra e os tratores e seus respectivos poderes sobre a floresta. Já nas décadas de 60 e 70, as preocupações com o futuro do planeta começam a ganhar expressão mundial a ponto de, em 1972, ser realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Toda essa lógica de destruição mostrada por Dean (1996) nos leva a uma "desconfiança" das práticas tidas como ecologicamente corretas, na atualidade. Dito isso, a nossa hipótese é que usamos um discurso de preservação/conservação

¹⁰ Andrade (1991) destaca que na Velha República, o poder dos *coronéis* foi consolidado e ampliado em função da *política dos governadores*, desenvolvida a partir de Campos Sales. Essa política transferia grande parcela de poder aos chefes políticos nacionais, aos governadores, e estes, que se elegiam por meio de fraudes e eram reconhecidos pelo Legislativo dessa mesma forma, tinham o seu apoio nos coronéis do interior.

¹¹ Segundo Andrade (1991) entre os intelectuais, sobretudo no meio urbano e no Parlamento, se discutia a vocação nacional pela industrialização ou pela manutenção de uma economia predominantemente agrícola. Esse grupo de intelectuais era naturalmente apoiado pelos latifundiários que temiam o desenvolvimento de uma indústria subsidiada que prejudicasse a colocação dos seus produtos – café, açúcar, algodão, cacau, borracha etc. – no mercado internacional. Entre os intelectuais que defendiam uma política agrária conservadora e as vantagens do latifúndio, podem ser destacados Torres (1933 e 1943) e Vianna (1933). O primeiro defendia uma política econômica agrarista, beneficiadora dos grandes proprietários; o segundo até mesmo pontos de vista que demonstravam uma simpatia pelo racismo e pela superioridade dos colonos louros do norte de Portugal – arianos – sobre os mesclados, os mouros e os negros.

afirmando o que é politicamente correto, mas na grande maioria dos casos, nossas práticas ainda revelam o mesmo espírito destruidor/predatório do homem ao longo de sua existência. Ao contrário de Dean, não se nega a preservação/conservação, mas se enfatiza que ela geralmente está associada aos ganhos de um indivíduo, grupo, empresas, proprietário/moradores rurais, entre outros.

Dito isso, nos parece importante afirmar que os usos da Natureza nunca o foram pensando somente na sua destruição, como também nunca o foram pensando somente em sua conservação/preservação, pois isso depende dos interesses envolvidos. Porém, mesmo quando existe conservação/preservação parece que o que predomina é o interesse individual como mostra o trabalho de Andrade (1976, p.85)

Achamos, deste modo, que o homem deve maximizar a utilização dos recursos disponíveis na Terra, de vez que ele necessita elevar constantemente o seu nível de vida, mas deve fazê-lo procurando racionalizar esta utilização a fim de preservar para as gerações futuras recursos que não se renovam.

Nesse enfoque, a obra de Pádua (2002) que analisa o período de 1786 a 1888, é basilar. Ele afirma que, nesse tempo, existiram muitos autores que discutiam a degradação ambiental como, por exemplo, José Bonifácio e Joaquim Nabuco. Pois bem, isso implica na afirmação de que o discurso e as práticas de preservação/conservação ambiental não são recentes e muito menos que se restringiram a esses autores e somente há esse tempo. No caso paranaense Romário Martins (1874-1948) é um dos principais exemplos da continuidade dessas ideias.

A multiplicação de exemplos de que a desflorestação sem replantio é um dano causado a condições vitais e econômicas do país, - nada acrescentaria ao que está dito acima (ao se referir à fala de Manoel Ribas¹²). Em toda a parte onde se derrubou a floresta sem substituí-la, criaram-se problemas de difícil solução futura.

¹² O Sr. Interventor Manoel Ribas, um dos Homens que mais conhece o Paraná, escreveu em Mensagem à Assembleia Legislativa, de 1938: 'Onde se viam outróra densas e intermináveis florestas, deparam-se-nos hoje lombas e planuras inteiramente núas de espécimens vegetais. As copoeiras, as tiguéras, os carrascais, as campinas vão se alastrando por todo o território, ressecando o solo, transformando em tristes desertos, regiões que antes ostentavam flora variada e rica e onde a fauna era representada pelos belos animais selvagens que se vão rareando rápidamentee. (MARTINS,1944,p.16)

A maneira mais rápida e mais prática de inutilizar o país, é destruir-lhe as matas, - que são modos equivalentes para o alcance de um mesmo objetivo contra o futuro. (MARTINS,1944,p.16)

Interessa-nos o pensamento de Dean para afirmar que a degradação existe mas, por outro lado, temos Pádua que nos mostra que nem tudo é somente destruição. Mas se existe um espírito de destruição no homem (Dean, 1996) porque existem práticas de preservação/conservação (Pádua, 2002)?

Se na época analisada por Pádua não existia muitas Universidades¹³ para disseminar o conhecimento ambiental (uma justificativa para destruir?), hoje, nós temos inúmeras e ainda destruimos a Natureza (obviamente que também preservamos/conservamos). Será que a destruição e a conservação/preservação não camuflam o que o homem *foi* ou *é*, ou seja, uma espécie que age visando à sobrevivência? Independentemente do tipo cultural, todos querem a sobrevivência (não importa os sentidos ou valores que deem a ela). Nesse contexto, a devastação estaria justificada pelo acúmulo de riquezas em um curto espaço de tempo, ou seja, devastar cada vez mais para ganhar cada vez mais e se caso, por exemplo, o explorador ficar doente, terá condições de se cuidar. Já a conservação/preservação se relacionaria com ganhos contínuos, ininterruptos, ou seja, se poluir o ar terei problemas pulmonares, se comer alimento com agrotóxicos terei câncer, se devastar em elevações perderei o rio pela sedimentação, se não cuidar do solo produzirei menos e tantos outros exemplos. Seria essa interpretação um grande equívoco? É provável que a tese responda ou ao menos sinalize respostas.

Assim, parece-nos fundamental entendermos o que compreendemos por Natureza e as lógicas que orientam nossas práticas para, se for o caso, a partir daí, pensarmos em soluções para problemas ambientais. Também nos parece evidente que representações de ou sobre a Natureza mesmo em um único país ou em ambientes distintos, são diferentes, ou seja, uma coisa é falar de Natureza de dentro de um prédio olhando pela janela e outra e falar olhando de dentro da floresta amazônica, da mata atlântica, de um manguezal ou um deserto.

Em sua obra, Pádua afirma que por trás de cada texto analisado por ele existia um denominador teórico comum, ou seja, esse denominador comum foi

¹³ Segundo Holanda (1983) os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana, faziam parte do propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem por em risco a estabilidade de seu domínio.

essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista “Em suma, profundamente enraizado no ideário iluminista do século XVIII” (Pádua,2002,p.13)

{...} Os pensadores aqui analisados, de maneira geral, não defenderam o ambiente natural com base em sentimento de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido a sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais constituíam o grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa. A destruição e o desperdício dos mesmos eram considerados uma espécie de crime histórico, que deveria ser duramente combatido. (PÁDUA, 2002,p.13)

Assim, o valor da Natureza fundava-se na sua importância econômica e política. Nesse contexto, defendia-se o seu conhecimento para auxiliar no progresso do país e, por isso, as práticas herdadas do passado colonial (como o escravismo) deveriam ser superadas por técnicas e tecnologias menos degradantes.

Para Correa (2009) um dos arautos do pensamento ecológico no Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva, já acusava o escravismo como um modo de produção altamente nocivo àquelas gentes, mas também ao meio-ambiente. José Bonifácio criticou o modelo latifundiário, monocultor e escravista, pois o mesmo era o grande responsável pela destruição da Mata Atlântica.

{...} É significativo que ainda em 1876, quando André Rebouças lançou pela primeira vez a proposta de criar parques nacionais no Brasil, especialmente em Sete Quedas de Guaíra e na Ilha do Bananal, o eixo da sua argumentação tenha sido o progresso que o turismo poderia trazer para aquelas regiões, e não a necessidade de colocar áreas selvagens fora do ímpeto destruidor da civilização. (PÁDUA,2002,p.18)

Plantar árvores é aumentar o patrimônio de riqueza e de beleza da Pátria. Destruir árvores é empobrecê-la e enfeia-la. Explorar florestas nativas sem replantá-las é desaparecer a Pátria de suas mais preciosas reservas naturais, é ter de comprá-las amanhã ao estrangeiro previdente que as replantou, porque todas as necessidades da vida as reclama. (MARTINS,1974,p.290)

A questão de Pádua é mostrar os autores “do discurso e das práticas ambientais” que perduraram até o final do século XIX. Já o nosso propósito é mostrar a permanência desse discurso o qual , ainda hoje, se manifesta/materializa nas práticas dos moradores/produtores rurais. Isso implica em afirmarmos que estamos diante de uma lógica antropocêntrica e progressista que perdura nas concepções de preservação e/ou conservação conflitando com aqueles que

defendem formas de usos dos recursos naturais menos danosas ao meio ambiente. Eis o grande desafio da tese.

3.1 Notas sobre a economia geral da Natureza

O fato de no final do século XVIII estarem sendo discutidas no país ideias que se aproximam da reflexão ecológica contemporânea – tais como a imagem da Terra como uma realidade viva e integrada, a tendência destrutiva da ação humana, o risco de colapso social pela degradação do meio ambiente e a necessidade de promover uma forma não-predatória de progresso – indica que estamos diante de um fenômeno intelectual instigante. É claro que não se trata de ignorar as enormes diferenças históricas que separam o século XVIII e o século XXI. Mas também não é correto, a meu ver, estabelecer uma barreira intransponível entre os pensamentos, as práticas e as instituições de ambos os períodos. (PÁDUA, 2002,p.38-39)

Embora Pádua esteja mais interessado em avançar sobre as origens da crítica ambiental no Brasil, também se pode utilizá-lo para a construção de um quadro geral sobre as relações do homem com a natureza no período por ele analisado (1786-1888). Referimo-nos especificamente ao “caráter ambientalmente predatório da economia colonial brasileira.” (Pádua, 2002,p.39)

Conforme Pádua (2002) até o final do século XVIII, poucas pessoas condenaram ou perceberam a dilapidação da Natureza. Tanto é verdade que o nome de Fernando de Noronha é hoje associado a um santuário ecológico, mas o nome do português estava ligado à exploração do pau-brasil no início do século XVI, quando ele recebeu o consentimento da coroa portuguesa para fazer esse comércio no Atlântico (Correa, 2009).

Porém, a partir de 1780 iniciou um movimento teórico que contestava a degradação. Ele se insere dentro do Iluminismo Luso-brasileiro “A introdução do ideário ilustrado em Portugal, ou mais especificamente de uma certa leitura desse ideário, foi promovido pelo próprio Estado, como parte de um projeto semi-oficial de modernização cultural e econômica” (Pádua, 2002,p.39)

Em razão das resistências existentes pela adoção plena desse modelo em Portugal, o que se configurou foi uma “cultura ilustrada maleável e moderada” fazendo com que o “iluminismo contestatório, radical e republicano” fosse rechaçado.

No final do século XVIII, de toda forma, o desenvolvimento das ciências naturais em Portugal já seguia um caminho mais ou menos irreversível, até mesmo por força da sua importante dimensão econômica. A produção de metais preciosos no Brasil, relevante fonte de receitas para a metrópole, apresentava sinais de esgotamento, sendo cada vez mais evidente a impossibilidade de levá-la adiante a partir de métodos rudimentares que vinham sendo utilizados. O estudo da mineralogia tornou-se uma prioridade, representando uma esperança de salvação econômica pela descoberta de novas minas e revitalização de antigas. Por outro lado, as crises revolucionárias que estavam desarticulando provisoriamente importantes centros de agricultura colonial, como no caso do Caribe Francês posterior à revolução de 1789, abriram novos espaços de competição internacional que podiam ser aproveitados pela agricultura brasileira. (PÁDUA, 2002,p.39-40)

Essa conjuntura impulsionaria uma reforma da agricultura brasileira em virtude de sua baixa produtividade. Holanda (1983) também mostrou as resistências do meio tropical à implantação de melhoramentos na lavoura.

Para isso era fundamental promover duas dinâmicas que tinham seu eixo no trabalho científico. Em primeiro lugar, era preciso impulsionar no país a 'aclimatação' de espécies exógenas que pudessem ter valor econômico. Esse, aliás, era um tema central da agenda econômica do final do século XVIII. A transposição de espécies de uma região do globo para outra, com o estabelecimento de jardins botânicos para garantir a sua sobrevivência, estava na ordem do dia de potencias coloniais como a França, a Inglaterra e a Holanda {...} O atraso de Portugal nesse campo {...} era bastante claro {...} O importante Jardim Botânico do Rio de Janeiro começou a ser construído bem depois, em 1808. (PÁDUA, 2002,p.40)

Outro empecilho era o (des)conhecimento da natureza brasileira sendo necessário investir em estudos que mostrassem a utilidade econômica das espécies nativas.

{...} desde o século XVI estavam sendo publicados na Europa inventários sistemáticos da utilidade dos minerais, vegetais e animais encontrados ao redor do mundo, especialmente nas colônias asiáticas. Do riquíssimo território brasileiro, ao contrário, pouco se conhecia de sistemático, já que as informações desagregadas e inexatas dos cronistas estavam muito aquém do que seria necessário. A economia colonial no Brasil praticamente havia ignorado as espécies locais, optando por utilizar a base territorial do país – e a fertilidade temporária propiciada pela queima de sua biomassa florestal – como um mero substrato para a implantação monocultural de espécies exóticas provenientes dos trópicos orientais. (PÁDUA,2002,p.40-41)

As buscas por espécies que poderiam gerar lucro se tornaram o grande objetivo. A ideia era encontrar algo sem enfrentar concorrências (o que estava ocorrendo com o algodão e a cana) que o mundo todo ou várias partes dele quisessem como, por exemplo, a borracha no século XIX. A motivação econômica foi ao encontro da mentalidade científica que emergia na Universidade de Coimbra e na Academia de Ciências de Lisboa. A partir daí surgiram pesquisas botânicas e

mineralógicas fruto de várias viagens em Portugal e no Brasil. As dificuldades nas pesquisas ocorridas por falta de apoio político e operacional geraram um conhecimento muito pobre se comparado a potências da época.

{...} De toda forma, foi no contexto dessas pesquisas de campo que muitos intelectuais começaram a perceber com clareza que os recursos naturais dos territórios lusitanos estavam sendo destruídos antes mesmo de serem estudados ou aproveitados de forma mais apropriada. (PÁDUA, 2002,p.41)

Já hoje podemos ver claramente as consequências desastrosas da destruição das florestas, tanto no sentido fisiográfico como econômico. Essas consequências, em sua extensão total, são tão alarmantes que apenas podemos dizer: chegou a última hora para pedirmos socorro. (MAACK, 1981, p.267)

As questões relacionadas à colônia vão ficando mais interessantes quando Pádua se remete à análise de autores da época como Domenico Vandelli¹⁴.

O protesto de Vandelli adquiriu um tom bem mais exaltado, porém, quando passou a discutir a degradação ambiental que estava ocorrendo no Brasil, já que a economia implantada nessa colônia lograva associar dois elementos igualmente negativos e aparentemente opostos: a subocupação e a superexploração. É interessante observar que esse tipo de comentário reapareceu posteriormente em vários outros autores. **O paradigma conceitual era o de que os territórios não deviam permanecer intocados, mas sim serem aproveitados de maneira racional e cuidadosa.** O progresso econômico não era entendido como antagônico em relação à conservação da natureza. (PÁDUA, 2002, p.42 grifo nosso)

A grande questão era evidenciar que o progresso econômico brasileiro deveria ser fruto da riqueza do próprio território. Nesse contexto deveriam ser realizados estudos que não destruíssem aquilo que poderia ser sinônimo de desenvolvimento, a natureza. Outra situação interessante na fala de Vandelli é o uso racional dos recursos naturais, pois isto é uma discussão atual em torno do que se concebe como desenvolvimento sustentável. Dentre as críticas realizadas por ele estava o avanço crescente do desflorestamento que provocaria extinções de elementos ainda desconhecidos da flora tropical.

Não é difícil perceber que no enfoque de Vandelli não existe qualquer culto da natureza ou arrebatamento subjetivo diante das suas manifestações. A

¹⁴ Naturalista italiano que se estabeleceu em Portugal durante o governo do Marques de Pombal. Iluminista moderado e próximo ao catolicismo, foi um apoiador da reforma universitária de Coimbra. Também participou da criação dos Jardins Botânicos de Coimbra e Lisboa e da Academia de Ciências, consolidando-se como mestre do naturalismo e formando vários estudiosos. Difundiu um ideário intelectual que combinava as novas concepções de ciência natural com a doutrina fisiocrata, defensora do progresso a partir da produção primária. **Realizou várias publicações criticando a destruição ambiental que estava ocorrendo em Portugal e nas suas colônias.** Sua análise foi a partir da economia da natureza - entendendo que o mundo natural apresentava-se como um sistema interdependente onde cada elemento, mesmo o mais pequeno, desempenhava um papel importante para a manutenção da ordem. (Pádua,2002)

destruição ambiental é criticada por motivos utilitários e políticos, fundamentados em uma visão pragmática. A agricultura de queimada é ruim por ser nômade e efêmera, sendo incapaz de conservar a fertilidade do solo. A extinção das espécies arbóreas é indesejável por impedir a sua utilização futura em navios, casas, trastes e tinturarias. O que estava em jogo era a correta ocupação de um enorme território, que nunca poderia fundar-se sobre uma base tão precária e devastadora. (PÁDUA, 2002, p.43)

Nessa lógica de pensamento Martins (1944) afirma que todas as razões de ordem social justificam o reflorestamento *com intuito utilitarista ou simplesmente estético*, pois somente os *egoístas destroem árvores* sem replantá-las “mas nenhum progresso provém do egoísmo”. Isso também é retratado em autores como Maack.

A ‘*Organização de Agricultura e Alimentação*’, a ‘*Food and Agricultural Organization*’ das Nações Unidas, considera o reflorestamento um dos problemas mais agudos e difíceis, que exige a mais rápida solução. Em um dos seus relatórios proclamou, como um ‘slogan’: ‘o mundo precisa aumentar com rapidez as suas reservas florestais, a fim de atender a crescente procura de madeiras para diversos fins’, e fez, apelando angustiantemente, para todos os países, as seguintes recomendações:

- 1) Leis práticas que impeçam a exploração desordenada das florestas, de forma a se estabelecer equilíbrio entre a derrubada e o crescimento ou o plantio anual;
- 2) Estímulo às pesquisas de índole florestal, para melhor utilização das reservas;
- 3) Sistemático reflorestamento de todas as terras desnudas não próprias para agricultura ou criação;
- 4) a introdução de métodos avançados de silvicultura tendentes a incrementar a capacidade de produção anual. (MAACK,1981,p.268)

O estudo de vários autores da época analisada por Pádua mostra um Brasil rico em fertilidade e biodiversidade. Por esse motivo defendia-se a agricultura em detrimento da mineração que produzia enriquecimentos efêmeros e desequilibrados. A base do progresso estava na terra, mas a agricultura rudimentar associada ao escravismo era extremamente prejudicial à fertilidade dos solos e às florestas.

{...} A difusão da ‘economia da natureza’ no pensamento europeu, a partir de meados do século XVIII, ajudou a suplantir a imagem da ‘grande cadeia do ser’ como principal modelo de entendimento do mundo natural. O caminho que vai da ‘cadeia do ser’ à ‘economia da natureza’ expressou uma transformação intelectual mais ampla que Cassirer definiu como sendo de crescente domínio do ‘princípio da imanência’¹⁵. De uma ordem estática,

¹⁵ Giraldi e Quadros (2001) fazem a seguinte definição de Imanência: O homem é um ser profundamente inserido em seu mundo, constituindo-se em parte integrante deste mundo onde não se sente estranho e isolado, mas alguém no meio de uma realidade complexa onde o homem vê algo. Assim, manifesta o homem uma profunda solidariedade com o seu universo, sentindo-se em

concebida de forma acabada pela mente divina, constrói-se a imagem de uma ordem dinâmica, dotada de uma legalidade que se manifesta em seu próprio funcionamento. Essa mudança, de maneira geral, não significou um abandono do princípio da criação Divina. A inversão teórica fundamental na formação do iluminismo, ainda segundo Cassirer, foi a de 'deduzir e explicar o Ser a partir do devir' e não, como antes, 'o devir a partir do ser'.(PÁDUA,2002,p.44)

Esse momento desencadeou uma série de estudos sobre o funcionamento da natureza e o rompimento com aquela ideia de natureza estática ou fixa.

As observações sobre o equilíbrio populacional das várias espécies, sobre seus padrões alimentares (especialmente o papel dos predadores no controle populacional), sobre a interação dos seres vivos com o meio ambiente (solos, clima, sistema hídrico etc.), tudo isso veio modificando a metáfora de entendimento da natureza. A metáfora dominante passa a ser a de uma 'economia', uma rede de iniciativas e controles mútuos cujo resultado agregado é a continuidade do equilíbrio geral. **Na imagem da 'cadeia do Ser', Deus desenhava o mundo como uma arquitetura fixa. Na 'economia da natureza', ao contrário,** Ele criava os seres e os espaços naturais, dotando-os de leis que orientavam o seu comportamento específico e promoviam, desde que obedecidas, um equilíbrio funcional. Da observação das leis presentes no movimento dos seres vivos, da legalidade expressa no devir do mundo, era possível deduzir o plano da mente Divina. (PÁDUA, 2002, p.44 grifo nosso)

Essa ideia de economia da natureza marca uma renovação do entendimento de natureza no século XVIII, ou seja, ela é associada a uma ordem construída a partir de movimentos interdependentes "{...} um sistema de equilíbrios que, qualquer que fosse a fonte do seu dinamismo, deveria ser apreendido com base no princípio da imanência" (Pádua, 2002, p.45)

Mesmo com um caráter antropocêntrico que mostrava uma natureza para o bem-estar do homem, tem-se um aprofundamento nos estudos ambientais e da relação existente entre os seres vivos. Foi nesse contexto de formação de uma *econômica da natureza*, ou seja, dessa necessidade de se manter um equilíbrio ambiental "{...} que começaram a emergir análises mais consistentes sobre os danos provocados pela ação humana, especialmente sobre as consequências do desflorestamento {...} esgotamento dos solos, do secamento dos cursos d'água {...} (Pádua, 2002, p.45). Estes elementos vão se tornando frequentes, de diferentes maneiras, em inúmeros trabalhos posteriores.

sua própria casa. Esse sentido de permanência no interior do universo do qual faz parte é que, segundo ele, se denomina imanência. Sobre uma discussão mais aprofundada no plano filosófico ver os estudos de Nietzsche, Platão e Spinoza ou mesmo de Gilles Deleuze.

A natureza não espalhou cegamente as matas pela superfície da terra; elas estão ou estavam situadas nos pontos convenientes, para fornecer ou proteger êstes dois elementos indispensáveis à vida: o ar e a água. As árvores são as fornecedoras do oxigênio, que respiramos e as protetoras das fontes, que nos dessedentam e dessedentam a terra.

A sua derrubada desfalca a provisão de oxigênio, deseca as fontes, esteriliza a terra. (MARTINS,1944,p.127)

{...} Aqui mesmo no Nordeste já tivemos ocasião de pesquisar os problemas causados à população ribeirinha da região da Mata – tanto da Mata seca como da Mata Úmida – pelo despejo dos resíduos industriais, sobretudo das destilarias das usinas de açúcar. Este despejo, no entanto, continua a ser feito, apesar de haver, **desde 1906, uma legislação** que proíbe e manda punir os responsáveis da poluição. (ANDRADE, 1976, p.84-85 grifo nosso)

O conhecimento sobre a intensidade da ação humana e suas consequências para a sobrevivência do próprio homem na ou pela natureza ganharam destaque. Assim, várias teorias emergiram tentando explicar os danos ambientais provocados.

{...} ‘teoria do dessecamento’. Essa teoria, possivelmente a primeira concepção científica moderna sobre o risco das mudanças climáticas antrópicamente induzidas, relacionava a destruição da vegetação nativa com a redução da umidade, das chuvas e dos mananciais de água. {...} A recepção mais entusiasta dessa investigação ocorreu na França {...} sendo aplicadas em estudos de ponta sobre agricultura e manejo florestal. (PÁDUA,2002,p.46)

A ideia básica dessa teoria afirma que a destruição das florestas é responsável por secas e desertificações. Foi nesse contexto que José Bonifácio advertiu em 1823 “{...} a falta de chuvas ‘fecundantes’ {...} poderia reduzir o belo território brasileiro aos desertos de Líbia” (Pádua, 2002, p.46). No mesmo contexto, Maack afirma que

A primitiva distribuição das matas e campos no Estado do Paraná era a expressão de um equilíbrio natural no que se refere aos fatores climáticos e à qualidade dos solos. A relação entre temperatura e umidade constituía a fonte de riqueza para a obtenção de produtos naturais e de cultura. Um aproveitamento racional das matas e da agricultura intensiva garantem a manutenção do equilíbrio natural numa paisagem no que diz respeito à temperatura, umidade e circulação de água. Entretanto, pela destruição irracional das matas, que não deixa reservas florestais, o equilíbrio natural entre temperatura e umidade é rapidamente perturbado, diminuindo-se a umidade em favor da temperatura. Este fator desempenha papel de grande importância na química do solo e, principalmente, na economia de água de uma zona. (MAACK,1981,p.267)

Um século mais tarde (1928) em sua fala sobre o dia da árvore Martins faz o mesmo tipo de análise realizada por Bonifácio.

Vós que estais plantando agora, atentai bem no que estais fazendo!

Estas árvores, amanhã, serão sombra para a vossa própria fadiga, serão as oxigenadoras e saneadoras destes lugares e as contribuidoras de sua beleza! Serão flores que alindarão o rincão, serão fruto que vos alimentarão e que farão o prazer das vossas refeições e que vos defenderão a saúde e que vos incitarão ao trabalho.

Serão também as vossas companheiras. Vê-las-ei crescerem e produzirem serenamente, no doce encanto da vida ao ar livre, frondejando para a luz das alturas.

Tomai-as como exemplo! Vivei com elas, crescendo em cultura e virtudes, iluminando o vosso espírito para serdes úteis à sociedade, produzindo utilidade para serdes felizes. (MARTINS, 1974, p.290)

A contribuição da escola econômica fisiocrata¹⁶ veio chamar atenção para o valor econômico fundamental da natureza (Pádua 2002). Esse lado fisiocrata também estava presente em Martins (1944), pois ele afirmava que a agricultura nunca seria como as indústrias extrativas, cujas constantes crises são avisos para a *nossa orientação econômica, que havemos de fazer nossa prosperidade, ou seja,*

¹⁶ Segundo Machado (2007), François Quesnay foi o maior expoente dos fisiocratas, cujas ideias podem ser entendidas a partir da decomposição da própria palavra que dá nome à escola: **Fisio = natureza e Cracia = governo**. Portanto, Fisiocracia significa governo da natureza. Daí podem ser depreendidos os quatro principais postulados defendidos pelos seus adeptos: a) Ordem natural - os fisiocratas introduziram a ideia de ordem natural ao pensamento econômico. Achavam que o funcionamento da economia correspondia a uma ordem natural. Assim, as leis da natureza governam as sociedades humanas da mesma maneira que as descobertas de Newton governam o mundo físico. Todas as atividades humanas, portanto, deveriam ser mantidas em harmonia com essas leis naturais. O objeto de todo estudo científico era descobrir as leis às quais todos os fenômenos do universo estavam sujeitos. Na esfera econômica, as leis da natureza conferiam aos indivíduos o direito natural de usufruir os frutos de seu próprio trabalho, desde que isso fosse consistente com os direitos dos outros; b) Laissez-faire, laissez-passer - essa expressão, creditada a Vincent de Gournay, e que na tradução literal quer dizer "deixe fazer, deixe passar", significa na verdade "deixe as pessoas fazerem o que quiserem sem a interferência do governo". Ela expressa a reação à excessiva intervenção governamental na economia, prática que estava fortemente enraizada nos países europeus após mais de dois séculos de predomínio das ideias mercantilistas. Para os fisiocratas, portanto, os governos nunca deveriam estender sua interferência nos assuntos econômicos além do mínimo absolutamente essencial para proteger a vida e a propriedade e para manter a liberdade de adquirir; c) Ênfase na agricultura - os fisiocratas acreditavam que a indústria, o comércio e as profissões eram úteis, mas estéreis, simplesmente reproduzindo o valor consumido na forma de matérias-primas e subsistência para os trabalhadores. Para eles, a indústria apenas alterava a essência e o comércio apenas transferia de lugar uma riqueza que havia sido produzida genuinamente pela agricultura, ou, em maior extensão, pela natureza. Sendo assim, somente a agricultura (e, possivelmente, a mineração) era produtiva, pois produzia um excedente, um produto líquido acima do valor dos recursos utilizados na produção. Para sintetizar, os fisiocratas pensavam que apenas a agricultura era capaz de agregar valor ao produto; d) Reforma tributária - os fisiocratas estavam interessados em reformar a França, que estava passando por desordens econômicas e sociais, causadas principalmente por uma perversa combinação de muitas das piores características do feudalismo e do mercantilismo. A tributação estava desordenada e era ineficiente, opressiva e injusta, constituída de uma multiplicidade de tarifas, impostos, subsídios, restrições e regulamentações que prejudicavam a produção e o comércio. A recomendação dos fisiocratas era de que toda a renda do governo deveria ser obtida através de um único imposto, para todo o país, **sobre as atividades agrícolas** (a serem pagos, portanto, pelos proprietários de terras).

deveríamos viver das indústrias agrícolas, plantando, colhendo, criando e vendendo, e dessa maneira ter a “felicidade prometida pelo divino idealista na sublime parábola do apelo às forças realizadoras da terra.”

A principal questão nesse pensamento era desenvolver um agricultor que preservasse para poder se desenvolver com eficácia.

{...} o ideal da escola fisiocrata era essencialmente produtivista. O bom produtor rural {...} ‘cultiva em grande escala, governa, comanda, multiplica as despesas para aumentar os lucros; não negligenciando nenhum meio, nenhuma vantagem particular faz o bem geral. (PÁDUA,2002,p.46)

Assim, tudo que, na ótica dos fisiocratas, fosse sinônimo de destruição (como o escravismo) era condenado. A cultura romântica europeia também teve sua parcela na preservação/conservação da natureza.

{...} A valorização do mundo natural difundida pela cultura romântica e seus antecedentes, a partir da segunda metade do século XVIII, exerceu uma influência genérica sobre o conjunto da cultura ocidental. A influência romântica contribuiu, por exemplo, para valorizar a natureza selvagem – as grandes florestas, cordilheiras e desertos -, superando a tendência pós-renascentista de reduzir a imagem de ‘natureza’ à paisagem dos jardins e dos campos arados. (PÁDUA,2002,p.47)

Embora Rousseau e Kant tenham contribuído, percebe-se que a maior influência no Brasil, referente às análises da natureza, veio através do naturalista alemão Alexander Von Humboldt (1769-1859)¹⁷ - considerado o fundador da Geografia como ciência.

{...} Suas reflexões de economia da natureza aplicada, desenvolvidas especialmente no contexto das Américas, fazem com que seu nome se situe, de forma praticamente unânime entre os especialistas, na linhagem genealógica mais imediata da ecologia. Um atrativo especial, para os intelectuais brasileiros do século XIX, esteve no fato de Humboldt ter sido capaz de observar e criticar duramente o impacto da ação humana na América do Sul colonial. (PÁDUA, 2002, p.48)

É a partir de seus conhecimentos geológicos, mineralógicos, botânicos, entre outros, que ele afirma que o lago Valência, na Venezuela, reduziu seu nível em virtude das práticas destrutivas das florestas. Assim, era necessário preservar as florestas para não faltar água etc., para as gerações futuras. Dentro desse contexto de importância da vegetação Maack (1981, p.266-267) afirma

¹⁷ O interessante é que no século XIX Humboldt chegou a ser “impedido” de entrar no Brasil por representar um risco à coroa portuguesa. Por isso, segundo Holanda (1983) o Conde da Barca se apressou em interceder junto ao príncipe regente em favor de Alexandre Humboldt. Posterior a este fato Humboldt chegou a ser condecorado com a grande ordem brasileira em virtude de sentença arbitral que proferiu num litígio entre Brasil e Venezuela. O seu parecer valeu ao império uma porção apreciável de território.

A destruição das matas pluviais no norte e oeste do estado do Paraná e sua substituição por cafezais, sem deixar reservas de matas ou proteção das nascentes, aumentou em dois decênios o coeficiente de variação de precipitações {...} Isto indica que as precipitações ficaram mais irregulares, registrando-se ocasiões de abundância e escassez de chuva. Se somarmos o total das precipitações de um decênio, ainda se pode verificar uma média normal. Todavia, no decênio atual assinalam-se frequentemente anos secos e anos ricos em chuva, sendo os coeficientes de variação característicos para regiões periodicamente secas, semi-áridas e áridas.

Em relação às posturas que “ignoraram” a destruição e valorizaram ao extremo as ações humanas de intervenção e melhorias na natureza pelas técnicas e tecnologias, Pádua afirma (2002, p.50):

Esse modelo de mentalidade conquistadora frente à natureza, de elogio incondicional do avanço tecnológico, marcou profundamente o pensamento iluminista. Uma visão desse tipo seria provavelmente compartilhada pela maioria dos intelectuais ilustrados do Brasil, cuja vontade teórica de progresso não incluía qualquer atenção pelos danos potenciais da ação humana sobre o mundo natural.

Do que fora apresentado fica evidente uma postura única: a natureza deve ser dominada ou preservada/conservada para satisfazer as necessidades humanas. Seja pelo domínio imposto pela tecnologia ou no respeito a uma vegetação (para que a água não seque) a noção de lucro/ganhos está presente. Ele pode estar na maximização dos lucros em um curto período pela técnica ou na permanência por longos períodos explorando uma mesma área.

Até Reinhard Maack (1892-1969) insere-se nesse contexto. Por isso Correa (2009) afirma que uma revisão crítica do trabalho de Maack a serviço do colonialismo alemão na África e, mais tarde, para companhias de exploração extrativa e de transporte no Brasil pode relativizar o alcance de sua *preocupação ecológica*. Vale lembrar que outro pesquisador alemão, Leo Waibel, também esteve no sudoeste africano quase na mesma época que Reinhard Maack e também desenvolveu, posteriormente, pesquisa no Brasil. Waibel era geógrafo e fez duas expedições científicas pelas colônias alemãs na África. Assim como Maack, Waibel também *defendeu uma racionalização da exploração dos recursos naturais* em meio tropical subtropical. Mas o princípio de uma ciência instrumental ao desenvolvimento econômico defendido por Maack e Waibel é, hoje, muito criticado por alguns ecologistas, economistas e mesmo historiadores que veem no *desenvolvimento*

*sustentável nada mais que um oxímoro*¹⁸. É provável que este tipo de análise tenha gerado outras como, por exemplo, de Sen (2000) que mostra outra(s) prioridade(s) além daquela meramente econômica, no processo de desenvolvimento. A dimensão pessoal é valorizada ocorrendo uma ampliação da(s) liberdade(s) individuais através da educação, saúde, distribuição de renda, entre outras.

Na atualidade as ideias de Maack ou do pensamento europeu estão explícitas em autores renomados como Bigarella (2012). Fica muito evidente a importância de Maack na sua formação, pois foi “assistente” do mesmo. Isso também fica claro nos estudos da deriva continental (também visto por Maack) e no método de análise de impactos ambientais onde relaciona a geologia (estrutura e rochas) com a geografia (paisagem e clima) e os ecossistemas. Mesma lógica que Pádua (2002) mostra em Humboldt.

Conforme Bigarella, dessa(s) relação é possível entender a(s) dinâmica(s) do(s) ecossistema(s), uso(s) do solo, planejamentos dos usos dos recursos naturais e, de tudo isso, “a parte importante, o desenvolvimento econômico”. Assim, devemos lutar para um “crescimento consciente e sustentável”. Essas afirmações condizem com sua prática, pois, no período do governo militar, foi o principal responsável pela preservação da vegetação na Serra do Mar “não pode tirar madeira por causa do Porto”, ou seja, tirando as árvores os sedimentos que vão para o mar comprometem o funcionamento portuário e o seu tempo de vida útil.

Disso emerge a questão fundamental (para nós) da economia da natureza, ou seja, condenar a destruição e mostrar a importância do equilíbrio natural para a sobrevivência humana. Essa situação mostra a necessidade de se utilizar os recursos naturais de modo que ganhos sejam gerados ao país e, em nosso caso, aos moradores/proprietário rurais.

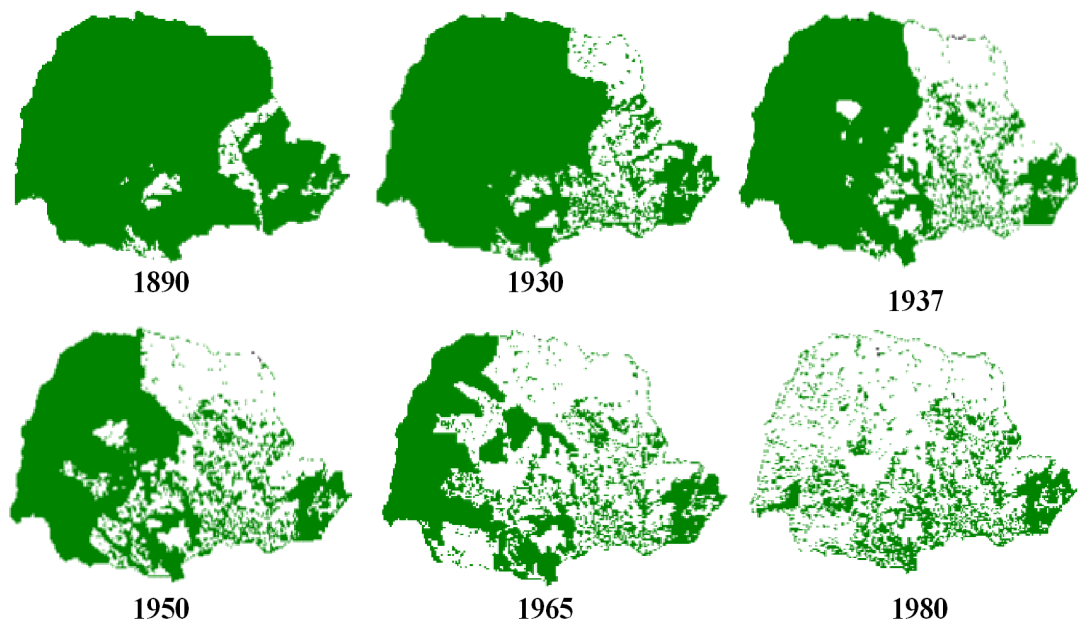
3.1.1 O Paraná em destaque

O Crescente avanço sobre as florestas brasileiras pode ser representado pelo caso paranaense, já citado em Martins e Maack. Este último foi responsável por mapeamentos que ilustram os descasos ocorridos no processo de ocupação e

¹⁸ Oxímoro é uma figura de pensamento em que se exprime um paradoxo. Consiste na associação de dois termos contraditórios, ou seja, o que é desenvolvimento e o que é sustentável?; duas imagens que na realidade se repelem, que aproximam dois sentidos totalmente incompatíveis. (Infopédia, 2012)

povoamento deste estado. Seus estudos resultaram em mapas como o elaborado por Gubert, em 1980. Em sua análise centenária, vê-se claramente a intensificação da degradação pós - década de 1930. Não são à toa os discursos em prol dos reflorestamentos e da escassez de madeira anunciados desde o início do século XIX.

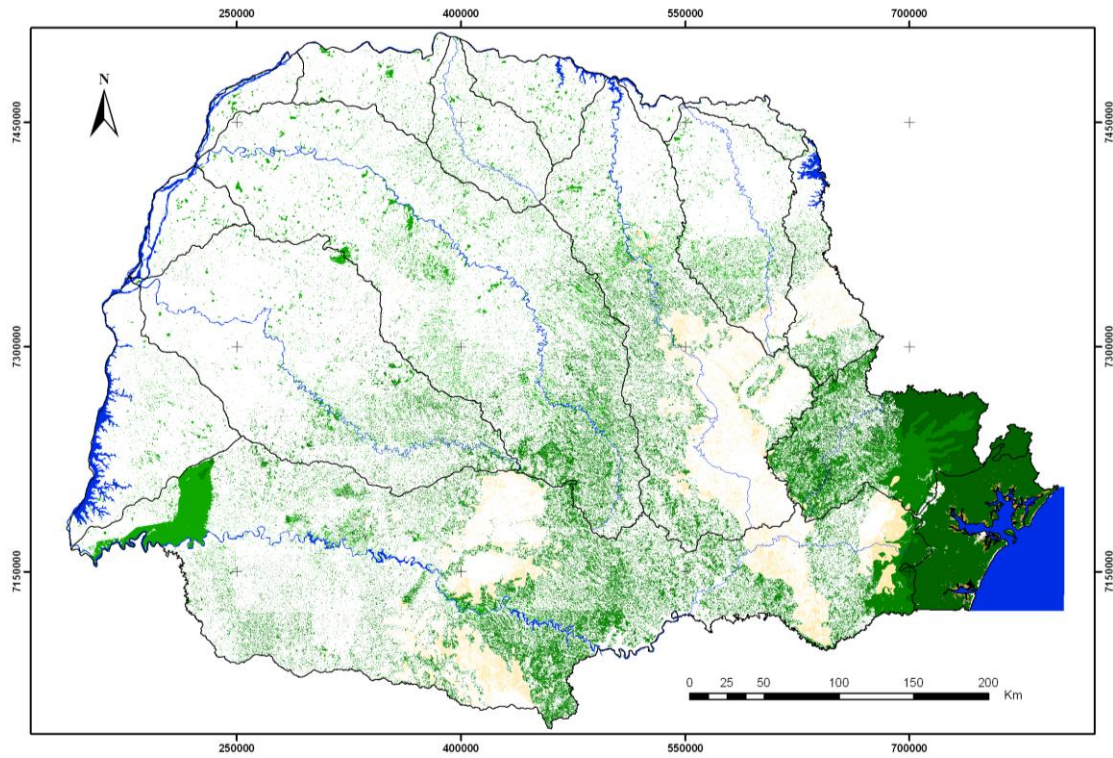
DESFLORESTAMENTO NO ESTADO DO PARANA – 1890 – 1980



Fonte: Fr^o Gubert Junior, 1980. Org. Faria, 2008

Posterior a este período, o que se verifica é uma intensa batalha das instituições ambientais para preservar o que restou das incursões humanas pelo estado. As ações/leis para manter o que sobrou de vegetação, retratam um jogo de forças entre proprietários rurais e instituições, ambos com interesses (muitas vezes) antagônicos. A projeção de 2002 (abaixo) revela que os poucos pontos com florestas contínuas estão em áreas de preservação. Grosso modo, de leste para oeste, a faixa de mata atlântica litorânea, a faixa de vegetação em cima da serra da esperança e a vegetação do parque do Iguazu.

VEGETAÇÃO REMANESCENTE DO ESTADO DO PARANÁ - 2002



Fonte: SEMA, 2002. Modificado po IPARDES, 2006

CAPÍTULO II

4 FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO

4.1 Apropriação territorial do Brasil

Os principais conflitos, rebeliões e lutas que ocorreram no Brasil no século passado e neste século foram resultantes de diversas deformações de nosso desenvolvimento econômico. Rebeliões do século XIX e início do século XX, tais como revolta dos cabanos no Pará; dos balaios no Maranhão; dos sabinos na Bahia; Caldeirão, Pedra Bonita, Canudos, Contestado, Cangaço entre outras, são provocadas de forma direta ou indireta, pela concentração da propriedade ou monopólio da terra. Essas revoltas foram comandadas pelos chamados fanáticos, jagunços, bandidos, cangaceiros ou simplesmente rebeldes, os primeiros a denunciarem a deformação de nosso processo de transformação tardio. (TONON, 2002,p.63)

O processo de distribuição de terras no Brasil desde seu iniciou se mostrou excludente. Privilégios concedidos a uma minoria, expropriação, intolerâncias, desrespeito e preconceitos marcam a nossa história. Essa divisão de terras é resultado do processo de formação do Estado de Portugal e que, posteriormente, foi repassado nos “mesmos” moldes para a Colônia.

Segundo Abreu (1997), a apropriação territorial introduzida no Brasil a partir do século XVI, tem sua origem na idade média ibérica, ou seja, no processo de reconquista cristã dos territórios ocupados pelos sarracenos. Esse processo resultou na reapropriação de territórios quase vazios, abandonados por mouros em fuga. Os territórios ganhos pertenciam aos soberanos por título originário, isto é, por direito de conquista e para facilitar sua ocupação os reis logo transferiam parte deles para particulares e especialmente a nobreza guerreira.

Esse mecanismo de repasse de terras é conhecido como *presúria*, mas, por não garantir a produção da terra pelo trabalho logo foi extinto e substituídos por outros processos.

{...} O primeiro foi a autonomização política do país em relação ao reino de Leão; o segundo consistiu no desenvolvimento do poder local, surgindo então os conselhos municipais {...} Foi. a partir deles que o povoamento

definitivo das terras reconquistadas pôde ser concretizado, garantindo-se assim a consolidação territorial do país¹⁹. (ABREU,1997,p.199)

Segundo Abreu (1997), esse processo de acumulação de terras pelos conselhos municipais originou as sesmarias que se converteu em uma verdadeira política de povoamento. Assim, a instituição de um conselho implicava a necessidade da distribuição de suas terras pelos moradores. Para ser uma distribuição territorial mais justa utilizou-se uma variante do antigo instrumento greco-romano da enfiteuse, que ficou conhecida como *sesmaria*.

A *enfiteuse* (ou aforamento) é um contrato de alienação territorial que divide a propriedade de um imóvel territorial em dois tipos de domínio: o *domínio eminente*, ou *direto*, ou *domínio útil*, ou *indireto*. Ao utilizar um contrato enfiteutico, o proprietário de pleno direito de um bem não o transfere integralmente a terceiros. Apenas cede seu domínio útil, isto é, o direito de utilizar o imóvel e de nele fazer benfeitorias, retendo, entretanto, para si o domínio direto, a propriedade em última instância. Em troca do domínio direto que lhe é repassado, o outorgado aceita uma série de condições que lhe são impostas, e obriga-se também a pagar uma pensão anual (ou *foro*) ao proprietário do domínio direto, razão pela qual transforma-se em *foreiro* deste último. Não cumprindo o foreiro as condições de contrato, o domínio útil reverte ao detentor do domínio direto. (ABREU,1997,p.201)

Ao invés do pagamento obrigatório do foro o que se exigia era o cultivo da terra num tempo determinado. Caso não fosse cumprido o acordo a propriedade poderia ser repassada a outras pessoas.

A origem do nome sesmaria está ligada à organização territorial dos conselhos. Para melhor distribuir os casais, passou-se a dividir as terras dos conselhos em *sesmos*, ou sextas partes. A fim de evitar injustiças nas doações e fiscalizar o cumprimento das condições legais, era indicado um *homem bom* (um cidadão) para cada sesmo, exigindo-se a sua presença ali durante um dos dias uteis da semana. Os sesmos ficaram então conhecidos como sesmos de segunda-feira, de terça-feira etc., e os delegados municipais tomaram a denominação de *sesmeiros*. Por sua vez, a terra que eles concediam ficaram conhecidas como sesmarias {...} (ABREU,1997,p.202)

As sesmarias se tornaram um importante instrumento de apropriação de terras e obrigavam os trabalhadores rurais a permanecerem no campo. A legislação sobre sesmarias foi incorporada em 1446 às Ordenações Afonsinas, Manuelinas e nas Ordenações Filipinas. O processo de expansão marítima e, conseqüentemente, apropriação do território brasileiro, reproduziu o sistema sesmarial que só foi abolido

¹⁹ Segundo Abreu, os conselhos municipais multiplicaram-se em Portugal a partir do século XII. Passou a ser comum dotá-los de um patrimônio territorial, as vezes concedidos por um proprietário local interessado na consolidação do povoamento do local ou, o que foi mais comum, instituído pelo rei através de cartas de foral.

próximo a Independência. O *direito de conquista* permitiu com que a Coroa portuguesa pudesse fazer o que bem entendesse de sua colônia.

As características geográficas e populacionais (primeiramente indígenas) do Brasil imprimiram novas características às sesmarias. A partir da análise dos escritos de Abreu (1997) podem-se destacar ao menos quatro mudanças fundamentais para entendermos os mecanismos de uso e ocupação de terras:

- a) ao conceder as primeiras sesmarias, Martin Afonso já o fez em caráter perpétuo, contrariando o texto régio que estabelecia a doação vitalícia;
- b) as determinações das Ordenações para que os sesmeiros estabelecessem um tempo mínimo para a produção nas terras também foi pouco respeitada – a subordinação indígena ao trabalho foi levado em conta;
- c) o velho preceito das *Ordenações* mandando que não dessem maiores terras a uma pessoa que não pudesse cultivá-la também não foi respeitado – isso fez surgir propriedades com grandes dimensões;
- d) a própria Coroa incentivou a concentração de terras e, ao instituir o *Governo Geral*, ordenou *El Rei* Tomé de Souza que só concedesse terras para a construção de engenhos de açúcar àqueles que tivessem posse bastante para fazê-los.

Assim, a entrada da Colônia no mercado mundial gerou uma economia voltada à agricultura com incentivos a monocultura, ao latifúndio e ao escravismo. As terras cedidas aos cristãos brancos e bem afortunados restringiram o acesso a ela em nosso país e gerou muita *revolta* entre os que não puderam obtê-la.

Notamos que o regime de sesmarias era o regime de posse da terra vigente em Portugal, no século XVI, quando o Brasil foi descoberto. Este regime sesmarial foi transplantado para a colônia portuguesa. O regime de concessão de terras no Brasil sofre uma modificação significativa somente em 1850, com a Lei de Terras²⁰, em que o agricultor tinha reconhecido o direito de posse, mantendo o Estado de domínio. (TONON,2002,p.59)

²⁰ Lei Nº601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Império com

A imensidão das glebas concedidas pelas sesmarias e a imprecisão das medidas gerou vários conflitos. Os posseiros se apropriaram de terras mais distantes dos núcleos de povoamento e as utilizaram até que sua posse fosse reclamada pelo “seu dono”.

{...} A figura jurídica do posseiro foi definida pelo alvará de 05/10/1795. A lei que criou a figura jurídica do posseiro concede-lhe pequenos direitos sobre a posse que havia cultivado. Na prática, esses direitos não serão respeitados; o posseiro é facilmente expulso de suas posses, quando interessam ao grande proprietário na expansão de seu latifúndio. O sistema de sesmarias foi anulado apenas nas concessões de novas sesmarias, não tendo sido substituído por um novo regime. A lei de 14/03/1822, que anula a concessão de títulos de sesmarias, abre um novo regime de posses. Com o impedimento da concessão legal, o interessado entra na propriedade pública ou privada, cultiva-a, tendo, então, seu título reconhecido. Esta inversão na aquisição de terras irá beneficiar o grande proprietário, expandindo a sua área de cultivo para a monocultura de exportação. (TONON, 2002,p.60-61)

Tonon (2002), afirma que a Lei de Terras regularizou um direito de propriedade que poucos teriam acesso fortalecendo um pequeno grupo de pessoas que a gestaram. A elite agrária desse período não tinha interesse em facilitar o acesso a terra pelos trabalhadores livres existentes e antevendo a abolição dos escravos também cuidou para que estes também não fossem beneficiados.

É nesse contexto que começa a vir para o Brasil uma grande massa de imigrantes que tentavam melhorar suas condições de vida em sua “nova” terra natal.

paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente. Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes. Art. 3º **São terras devolutas:** § 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal. § 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. § 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei. § 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.(PRESIDENCIA DA REPUBLICA,2013)

A maioria por não possuir dinheiro viria a trabalhar nas fazendas motivados pelo sonho de um dia adquirirem sua propriedade e sobreviver de recursos próprios.

Segundo Tonon (2002), no início do período republicano as terras devolutas vão para a mão dos estados, dominados por oligarquias, gerando uma constante instabilidade e precariedade na posse da terra com relação à situação do camponês. Os conflitos pela posse da terra passaram a opor cada vez mais os camponeses e seus antigos senhores, assim como, produziram um rompimento nos vínculos pessoais entre coronéis e suas clientelas. Nesse contexto eclodem vários conflitos regionais

No início do século XX, na região do Contestado, a situação era de tensão. O controle das terras devolutas pelas oligarquias paranaenses e catarinenses, associado à questão política de limites levou a uma desenfreada disputa, envolvendo grandes proprietários, coronéis e empresas de colonização com terras ocupadas por posseiros, sitiantes e agregados. As oligarquias estaduais, com prerrogativas constitucionais que lhes outorgavam poderes para controlar e distribuir as terras devolutas, fizeram o controle com inúmeros favoritismos, em proveito de uma minoria de afortunados. (TONON,2002,p.65-66)

4.2 Os sertões do Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina

{...} a silhueta antiga do senhor de engenho perde aqui um de seus traços característicos, desprendendo-se mais da terra e da tradição – da rotina – rural. A terra de lavoura deixa então de ser o seu pequeno mundo para se tornar unicamente seu meio de vida, sua fonte de renda e de riqueza. A fazenda resiste com menos energia à influencia urbana, e muitos lavradores passam a residir exclusivamente nas cidades. Decai rapidamente a indústria caseira e diminuem em muitos lugares as plantações de mantimentos, que garantiam outrora certa autonomia à propriedade rural. (HOLANDA, 1983,p.129)

No processo de formação do Brasil se percebe um momento de relativa uniformidade social até o início do século XX. Posterior a esse período a diversidade social, movida principalmente pelos fluxos migratórios e de capital, marcam profundamente este tempo (espaços?). Quais as consequências (socioambientais?) desse momento histórico na formação social brasileira e, especificamente, na formação das gêmeas do Iguazu? A grande questão é evidenciar quais os nexos existentes entre a constituição de um povo (política, econômica, cultural, ambientalmente, etc) e a permanência destes elementos, na atualidade.

Ao que tudo indica essa passagem, ou início dela, de um Brasil rural para urbano, intensificação dos fluxos migratórios, industrialização e a expansão do capital estrangeiro em nosso país foram a força motriz de vários acontecimentos que marcarão a formação do povo brasileiro e, conseqüentemente, será o embrião que resultará nas Gêmeas do Iguaçu e seus respectivos problemas socioambientais.

Enquanto diversidade étnica e cultural, fazendo uma *análise específica* da religião, Queiroz (1965) afirma que sendo a nação brasileira formada por várias etnias, forçosamente a religião, como outros setores socioculturais brasileiros, sofreu influências de costumes muito diversos, que ou se conservaram em cerimônias e ritos, ou deram um influxo especial à sua evolução. Notadamente a autora aprofunda sua discussão em torno da população indígena e da população que define baseada em Antonio Cândido, como rústica²¹.

Esse tipo populacional chamado de rústico nos interessa por ser aquele vinculado ao rural e a população da área estudada. Ser rústico significa conservar/preservar ou destruir a natureza?

Mas que significa 'cultura rústica'? Trata-se {...} do 'universo das culturas tradicionais do homem do campo', as quais 'resultam do ajustamento do colonizador português ao novo mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine'. O isolamento permitiu que, formada e concluída praticamente nos dois primeiros séculos de colonização, esta cultura rústica persistisse através do tempo, apresentando traços de cultura nativa misturados com traços de cultura negras, mas tudo vitoriosamente colorido com as tonalidades da comunidade portuguesa. Todavia, malgrado esse isolamento, em nenhum momento da vida nacional se pode considerar a cultura rústica como fechada, assim como não podemos considerar os grupos rústicos como formando em si mesmos, devido ao seu isolamento e auto-suficiência, cada qual uma unidade separada das outras. Trata-se de uma sociedade 'parcial dotada de cultura parcial', isto é, de um pedaço de sociedade global, completada pela primitiva e cidadina. (QUEIROZ, 1965, p.140)

Em razão das características geográficas do Brasil como, por exemplo, a vastidão de terras existentes e a baixa densidade demográfica, oportunizou-se um processo de diferenciação da cultura brasileira quando comparada à portuguesa e, certamente, a qualquer outro povo. Assim, os indígenas, os primeiros imigrantes europeus, em especial o português, e os grupos negros a partir de trocas genéticas conformaram um povo com características particulares, ou seja, o brasileiro

²¹ Antonio Cândido usa a denominação "rústica" porque o termo "caboclo", em seu significado de origem, quer dizer mestiço de branco e índio, já o termo "caipira" tem a desvantagem de ser um termo exclusivamente paulista.

(RIBEIRO,2006). Nas palavras de Queiroz (1965, p.140-141) “Em meados do século XVII, a cultura brasileira já estava suficientemente individualizada, ligada a uma estrutura social também peculiar, não podendo mais ser confundida com a portuguesa”.

Da vastidão de áreas rurais e dos hábitos e costumes do campo, o Brasil timidamente começa sua mudança para o que se denomina hoje de Brasil urbano. A nossa primeira grande experiência, até então irreversível, de urbanização é propiciada pela instalação da coroa portuguesa no Rio de Janeiro.

O isolamento em que permaneceu a colônia, segregada do resto do mundo pela metrópole, fez com que a mesma cultura cobrisse de maneira mais ou menos homogênea o país, de norte a sul, tanto mais que de norte a sul também foram mais ou menos homogêneas as condições sócio-culturais. Seus costumes, seus valores, evoluíram com lentidão, até que D. João VI abriu as portas à navegação estrangeira e instalou-se com a corte portuguesa no Rio de Janeiro, inaugurando ali o foco verdadeiramente urbano. (Queiroz,1965,p.141)

Nesse momento se inicia no espaço brasileiro um período de “transformação” da sociedade. A vida isolada nas grandes propriedades começa a perder espaço para o contato cada vez mais direto entre pessoas e, dessa maneira, novos modos de vida vão assumindo papéis de destaque. Assim, a cidade

{...} deixou de ser um apêndice do campo, recebeu uma camada de indivíduos inteiramente desligados da terra e de suas tarefas; a administração pública adquiriu um vulto nunca sonhado e deu lugar à formação de outro grupo de indivíduos também afastados das lides agrícolas; a abertura de escolas superiores e de indústrias veio contribuir para que nessas camadas cidadinas se infiltrassem elementos nascidos e criados no próprio país. Se a existência urbana é vivida por indivíduos que não extraem diretamente da terra seus meios de subsistência, é então que vemos delinear-se com clareza no Brasil. As novas camadas cidadinas foram núcleo disseminador de um novo estilo de vida que aos poucos se espalhou por outras cidades importantes da época, e continuou a avançar pelo interior a dentro nos anos subseqüentes. (QUEIROZ,1965,p.141)

Nessa análise temos a cultura rústica, característica do povo brasileiro de então, passando a conviver com uma cultura urbana europeia. Posteriormente, a indústria deixa sua marca intensificando as relações entre essas culturas deixando-a “muito moderna” (QUEIROZ,1965).

No contexto que Queiroz realiza sua análise pode-se afirmar que o Brasil possuía uma cultura rústica (conjunto de culturas tradicionais do homem do campo) predominante, pois a população rural era maior que a urbana. Mesmo que seja percebido que a autora faz uma separação entre a cultura rústica, a primitiva e a

citadina tratando-as isoladamente, começa-se a ficar explícito o grande impacto que a modernidade estava exercendo nessas sociedades.

Outro ponto importante a evidenciar é que os conflitos sociais ocorridos no Brasil, principalmente aqueles do final do século XIX e início do século XX, não se resumem a este país. Várias outras lutas pela terra se seguiram pelo mundo nesse período e, certamente, cada conflito com as peculiaridades de seu país de origem.

Sobre o catolicismo popular brasileiro e em especial o catolicismo rústico Monteiro (1996) afirma que ele tem suas raízes na Tradição judaico-cristã em que se sobressaem a esperança messiânica no Reino de Deus, numa terra renovada e as expectativas de uma expiação individual. Assim, apresenta características que estão presentes no cristianismo europeu mediterrâneo e nas manifestações populares do catolicismo em toda a América Latina.

{...} é importante assinalar que, na América Latina, ao contrário, (ou pelo menos, mais acentuadamente), do que ocorreu em outras partes do mundo afetadas pela expansão do Ocidente, a cristianização foi regularmente associada à instauração de um poder colonial sobre as populações submetidas. Mais importante do que isto: gerou uma 'cristandade colonial', expressão da submissão das classes inferiores, mas, paradoxalmente, com potencialidade subversiva que se estenderam muito além dos momentos históricos da libertação política, na medida em que, apesar desta, persistiram estruturas sociais e econômicas opressivas. (MONTEIRO, 1996,p.41-42)

Outro ponto esclarecedor do pensamento de Monteiro é a afirmação de que os movimentos brasileiros (juazeiro, canudos e contestado) estão inseridos no contexto de transformações sociais, econômicas e políticas que tiveram seu princípio antes da instauração da República, mas que nesta encontraram sua mais completa manifestação.

{...} de um modo muito geral, e com incidências mais ou menos acentuadas em cada caso, essas transformações dizem respeito às mudanças no relacionamento local de mando e os círculos abrangentes de poder político, de administração e da economia. De um modo sintético, e sob um de seus aspectos, pode-se dizer que esses fenômenos ligam-se com o que tem sido caracterizado como uma crise do mandonismo tradicional e, mais especificamente, com a emergência do coronelismo. (MONTEIRO, 1996,p.42)

Nesse momento o que se percebe é uma interação maior entre áreas "afastadas" ou isoladas com as principais forças políticas e econômicas brasileiras.

Com a emergência do 'coronel', o mandonismo local tem seu poder de barganha acrescido em decorrência do significado adquirido pela representação político-eleitoral. Ao mesmo tempo, entretanto, reduziu-se a autonomia do poder local com a diminuição do isolamento, propiciada pela modernização dos meios de transporte e de comunicação; com a progressiva integração no sistema econômico global de áreas de sertão, antes relativamente marginalizadas; com a criação de mecanismos mais eficientes e mais próximos de controle, por força da descentralização republicana. Por outro lado, a autoridade estadual e federal, conquanto fosse uma força incipiente, tendia a crescer. Entre essas duas tendências – a do declínio do poder local, e a do reforço do poder das oligarquias – é que se define o *ponto ótimo* {...}, lugar do *compromisso coronelista*, onde a parte, atual ou potencialmente mais forte está com as autoridades externa, particularmente as oligarquias estaduais. (MONTEIRO, 1996, p.42)

Aqui já se pode perceber o início das grandes modificações nas relações sociais que a *modernidade* (Queiroz, 1965) trouxe. O jogo de forças entre os atores das escalas local, estadual, federal e global se intensifica e acaba resultando em múltiplos conflitos ligados a essa expansão capitalista.

Como pano de fundo para esses fenômenos, certamente pode ser invocado o processo mundial de expansão dos modos de produção capitalista. Seja através das repercussões nacionais dos surtos econômicos mundiais, ligados à borracha e ao algodão, seja pela intensificação da aplicação de capitais europeus e americanos na construção e na exploração de ferrovias, de modo direto, ou indireto, nas últimas décadas do século XIX, e durante a Primeira República, em vários pontos do território brasileiro, os sertões foram sendo abertos a penetração de estilos de vida e modalidades de relacionamentos 'modernizantes' e incompatíveis com o patriarcalismo rural. Se é falso pensar-se a fase anterior como de isolamento com relação ao sistema econômico nacional, é também incorreto ignorar que, a partir de um certo momento, esse relacionamento, não apenas ampliou-se, como sofreu importantes alterações qualitativas. (MONTEIRO, 1996, p.43)

A preocupação em mostrar o processo de distribuição de terras, os conflitos culturais, econômicos, políticos, ambientais, entre outros, faz parte da análise apontada por Dean (1996) que resulta numa dilapidação ou em alternativas de conservação da natureza como apontado por Pádua (2002). Dito isso, torna-se necessário construir/mapear a formação socioeconômica e ambiental de União da Vitória e Porto União para se entender essa relação conservação/preservação e destruição da Natureza neste espaço. O que se pretende é evidenciar que essa conjuntura política e econômica influenciou diretamente na formação de um povo com características muito particulares de usos dos recursos naturais.

A grande questão é que as Gêmeas do Iguaçu são fruto de um contexto cuja transição da Monarquia para a República representou profundas transformações socioeconômicas, políticas, ambientais e culturais nas diferentes escalas (local, regional, estadual, nacional, global). Isso fica latente em vários momentos. O próprio

projeto de República sofre críticas, pois influencia diretamente numa opção por um modo de desenvolvimento pautado na industrialização. Os adeptos da Monarquia, tendo como pano de fundo a fisiocracia, defendem um desenvolvimento a partir das riquezas do rural. Em contrapartida, a rejeição a este modelo também significou o seu descarte. A figura do coronel, grande proprietário de terras, passa cada vez mais a ser associada ao do empresário e do político. O seu “isolamento” em grandes áreas de domínio diminui gradativamente em razão da velocidade das trocas de informações via meios de comunicação e/ou transportes ou mesmo na nova dinâmica de funcionamento das decisões políticas. Neste contexto de mudança se dá o conflito pela terra. É nela ou a partir dela que o homem vive. Os seus usos podem significar o seu destino: viver nela ou viver dela.

Nessa conjuntura de mudança ressaltam-se as políticas de imigração e seus efeitos, em que homens e mulheres com distintos modos de vida passam a conviver num mesmo espaço, seja entre imigrantes de origens distintas (alemães, poloneses, ucranianos, etc) ou entre eles e os “brasileiros”. O “brasileiro” que não possuía terras reivindicava o seu direito a elas. O imigrante lutava para sobreviver em lugares, na grande maioria dos casos, ermos. Quem veio com dinheiro ou conseguiu terras produtivas, sobreviveu melhor. Mas isso não anulou o conflito, muitas vezes velado, entre os “brasileiros” e os imigrantes. Porém, gradativamente suas culturas vão se fundindo e isso se manifesta nos usos dos recursos naturais, formas de se vestir ou de manifestar a religiosidade.

4.3 O CONTESTADO: IMAGENS DA NATUREZA PELO OU ATRAVÉS DO CONFLITO

No primeiro quartel deste século, a controvérsia a respeito da jurisdição sobre uma vasta região que abrange as porções dos territórios atuais do Paraná e Santa Catarina, provocou uma acirrada disputa entre esses dois Estados. O litígio, cujas origens eram antigas – muito anteriores à República – agravou-se com o estabelecimento do novo regime, em decorrência direta da autonomia constitucional adquirida pelas unidades federativas. (MONTEIRO,1996,p.71)

O processo de passagem da Monarquia para a República parece ter provocado grandes reações nos sertanejos, na igreja e nos poderes estaduais e

federal. Essa relativa instabilidade se justifica pelas circunstâncias políticas econômicas e sociais que o país estava vivenciando.

De acordo com Mocellin (1989) na região contestada entre os estados do Paraná e Santa Catarina ocorreu, entre 1912 e 1916, uma violenta guerra camponesa. O território dessa luta compreendia 40.000 Km² e era rica em ervais nativos, a qual era avidamente disputada por paranaenses e catarinenses, que se digladiavam há muito tempo nos tribunais, na ânsia de abocanhá-lo.

Mocellin (1989) afirma que o caboclo abandonado no meio do mato, analfabeto e místico, atravessava uma fase difícil, pois era explorado de uma forma sórdida e desumana pelos coronéis da região. Assim, o governo federal, bem como os governos do Paraná e Santa Catarina estavam pouco preocupados com a sorte dos sertanejos. Tanto é verdade que uma extensa área de terras devolutas foi concedida ao grupo de Percival Farquhar, que construía a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, a qual cortava a área contestada.

Extasiado diante de tanta madeira, Farquhar se esqueceu de colonizar as terras recebidas dentro da faixa que acompanha a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, e decidiu expulsar todos os posseiros que, há dezenas de anos, viviam na região que lhes servia de morada e sustento. Terminada a construção da estrada, Percival Farquhar teve pressa em encher os vagões de carga com alimentos produzidos nas terras dos posseiros e com a madeira serrada dos pinheirais, para entregá-la no porto de São Francisco. Para desalojar o posseiro e o pequeno proprietário, a Lumber organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça brasileira. Fortemente armado, o grupo vasculhou os pinheirais da empresa para expulsar e até matar. De ambos os lados pessoas morreram, outros sobreviveram, mas isso era apenas o começo do que ainda estava para surgir. A posse da terra perdida e o pinheiro roubado desesperavam milhares de caboclos que não tinham para onde se dirigir, pessoas sem um lugar para morar e nem de algo para se sustentar. (FRAGA, 2006, p.72)

Com o apoio do governo e dos coronéis, as companhias estrangeiras passaram a expulsar os caboclos das terras em que viviam há muitos anos, das quais porém não tinham o título de propriedade. Os poderosos não estavam interessados em reconhecer o direito de posse dos camponeses, daí a expulsão sumária.

Uma das características que singularizou o movimento do Contestado com relação a Juazeiro e a Canudos, foi a ausência da personalidade central e marcante de um líder. José Maria foi somente seu iniciador. Começara como rezador e curador, por volta de 1912, nos arredores de Curitiba e Campos Novos, numa época particularmente conturbada. {...} o primeiro

ajuntamento por ele liderado teve como ponto de partida as festas do Senhor Bom Jesus, num lugarejo denominado Taquaruçu. As condições vigentes na área por esse tempo eram tensas, em decorrência, tanto de conflitos políticos locais, na zona de curitibanos, onde dois ‘coronéis’ e respectivas clientelas se enfrentavam, como da expulsão de posseiros de terras que vinham sendo ocupadas pela Brazil Railway e pela Southern Lumber & Colonisation. Estas duas empresas financeiramente ligadas ao grupo dirigido por Percival Farquhar, obtiveram amplas concessões territoriais no planalto catarinense. A primeira delas, tendo contratado a construção do trecho ferroviário que liga União da Vitória a Marcelino Ramos (1908), tornou-se proprietária, por força do mesmo contrato, de uma faixa de 15 quilômetros de cada lado do traçado da estrada, de onde passou a expelir os ocupantes. O mesmo ocorreu, a partir de 1911, nos 180 mil hectares obtidos pela Lumber, sua subsidiária, que instalou, em plena região contestada, suas serrarias, expulsando posseiros e arruinando pequenos madeireiros. (MONTEIRO,1996,p.73)

Colocado os principais atores envolvidos na questão do Contestado faltava apenas um ambiente propício para que os sertanejos pudessem se encontrar e consolidar o que seria um dos maiores movimentos de luta pela terra, já visto em nosso país.

Foi nestas condições que se efetuou a concentração de sertanejos para as festas de Bom Jesus: sob o clima tenso criado pelas pressões sociais e políticas desencadeadas e, menos diretamente, sob o impacto da destruição de esquemas de dominação tradicionais, fundados em um autoritarismo paternalista. Terminados os festejos, os caboclos se deixaram ficar em Taquaruçu – muitos, porque não tinham para onde ir – gastando os dias em rezas, ouvindo respeitosamente a leitura que José Maria fazia dos trechos da *História de Carlos Magno* e dos *Doze Pares de França*, obra muito divulgada no sertão. Foi nesse princípio que começou a surgir um princípio de organização, com a constituição do primeiro grupo de pares de França, uma espécie de corpo de elite, cuja inspiração era calcada sobre a tradição carolíngia popular. (MONTEIRO,1996,p.73)

O que se segue a esse princípio de organização é uma expulsão de Taquaruçu devido aos “riscos” que esse movimento poderia ocasionar para a localidade e, posteriormente, um grande mal entendido que viria a opor os estados de Santa Catarina e Paraná

O chefe político de Curitibanos, Coronel Francisco de Albuquerque, não via com bons olhos o ajuntamento em Taquaruçu, em zona sob sua jurisdição; tanto mais que o Monge estava inteiramente as boas com o adversário político do Coronel Chiquinho, o Coronel Henriquinho de Almeida, em cujas terras se instalara e que o protegia. Em telegrama ao Governo do Estado, o Coronel Chiquinho denunciou o agrupamento de Taquaruçu como subversivo e monárquico, pedindo garantia e tropas. No entanto, quando estas chegaram, o Monge e seus adeptos já se tinham posto ao largo. O bando todo partiu em ordem, indo refugiar-se no município de Palmas, onde José Maria esperava encontrar proteção. No local denominado Irani, José Maria prosseguiu as mesmas atividades anteriores, atraindo os habitantes da vizinhança, que vieram reforçar suas fileiras. (QUEIROZ,1965,p.249)

Esse deslocamento de um grupo de pessoas para o estado paranaense foi interpretado como uma invasão de catarinenses.

Como os campos de Irani se localizavam em área disputada pelos dois Estados, as autoridades de Curitiba interpretaram a ocorrência como uma invasão catarinense e enviaram um contingente da polícia militar para enfrentá-la. A tropa seguiu sob a chefia do comandante do Regimento de Segurança do Paraná, Coronel Gualberto. No combate travado entre soldados e sertanejos, pereceram o chefe militar e o líder religioso. Os fiéis remanescentes dispersaram-se, tudo indicando que o processo não teria novos desdobramentos. (MONTEIRO,1996,p.74)

O povo dispersado pelo ataque e a morte do líder popular poderia significar o fim do conflito, mas isto não ocorreu. A crença no regresso de José Maria fomentou um novo agrupamento em Taquaruçu no local onde o Monge estava instalado anteriormente.

Comandava-o Euzébio Ferreira dos Santos, fazendeiro rico e considerado, adepto do Monge, e cuja neta Teodora tinha visões: descia o Monte do céu a falar-lhe, e mandou que fundasse em Taquaruçu uma Cidade Santa, uma nova Jerusalém, pois só disso dependia o seu regresso. As famílias afluíram, de todos os lados, esperando o retorno do Monge, e a organização do povoado foi idêntica a que já tinha existido. (QUEIROZ,1965,p.250)

Inconformado com a (re)organização dos adeptos do Monge “em seu território”, Chiquinho de Albuquerque novamente entra em contato com o Governo do Estado.

Chiquinho de Albuquerque inquietou-se mais ainda. Um fermento de revolta contra sua chefia política existia em todo o município de Curitiba; acusavam-no de agir como um pequeno déspota, e previa que só por meio de uma luta seria possível derrubá-lo do poder. Inimigos do Coronel Chiquinho, os adeptos do Monge seriam excelentes aliados da oposição. Alertou de novo o governo do estado – do qual era um sustentáculo, - e conseguiu que um destacamento de soldados bem armados fosse enviado contra o arraial, nos últimos dias de dezembro de 1913. (QUEIROZ, 1965, p.250)

Em 1913, o ataque a Taquaruçu foi mal sucedido e caracterizou a vitória dos sertanejos frente às forças do governo. Isso não aconteceu novamente em 1914. Tendo o arraial destruído os seus sobreviventes buscaram refúgio em um novo local denominado Caraguatá.

O conhecimento das características de relevo e vegetação sempre foi um trunfo nas mãos destes homens do sertão. Sua força chegou até mesmo a interromper o tráfego da estrada de ferro que cortava a região

Foi somente a partir de 1914, quando o General Fernando Setembrino de Carvalho, nomeado comandante da XI Região Militar, assumiu o cargo de

chefia das operações, que a ação repressora tomou um caráter mais sério e organizado. As vilas santas dos rebeldes e suas numerosas guardas e redutinhos foram sendo destruídas, refugiando-se os remanescentes no vale do rio Santa Maria, onde vieram a formar uma grande concentração. Foram então atacados nesse lugar, a partir de várias direções, por 6 mil soldados do Exército e da Polícia, acrescidos por mil vaqueanos. O mais moderno equipamento bélico foi contra eles utilizado, experimentando-se, inclusive, o emprego de pequenos aviões de bombardeio e reconhecimento. Em fins de 1915 consumou-se a liquidação dessa rebelião sertaneja, restando apenas pequenos grupos esparsos. Em 1916, Adeodato – último de seus chefes – caiu prisioneiro. (MONTEIRO,1996,p.74-75)

Depois de um desgastante conflito entre as forças dos governos estaduais e federal contra os sertanejos enfim, no ano de 1916, foi assinado o acordo limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina e está vigente até a atualidade.

Do exposto faz-se necessário algumas considerações. Concordando com Mocellin (1989), a Guerra do Contestado foi uma insurreição camponesa, gerada pelas injustiças sociais reinantes na época. Explorados pelos estrangeiros, esquecidos pelas autoridades, os sertanejos, ao seu modo, rebelaram-se contra essa ordem econômica, social e política que os sufocava. Dentro das limitações históricas em que viviam (isolamento, analfabetismo, estrutura “coronelística”), a ideologia do movimento tinha um cunho místico; os rebeldes, ao romperem com o catolicismo ortodoxo, assim fizeram porque a *Igreja Romana* ficava do lado das classes dominantes. Já o catolicismo rústico, exigido nos redutos, aproximava-se muito do catolicismo primitivo, pois vivia-se numa grande comunidade igualitária; rejeitaram a ordem capitalista que estava sendo implantada na região e, por isso, procuraram elaborar uma visão de mundo diferente daquela da classe dominante; quanto às forças repressoras, em sua fase inicial, não estavam preparadas para combater os rebeldes que se destacavam pelo conhecimento das características naturais do ambiente que estavam inseridos, daí os sucessivos fracassos. Somente com a interferência do Governo Federal é que a situação mudou. A expedição do general Setembrino de Carvalho, com milhares de soldados e farto armamento, colocou na defensiva os sertanejos e gradativamente os derrotou.

4.3.1 Monges: da liderança aos usos dos recursos naturais

{...} O ser humano mora numa casa onde ele não é estranho, mas sua presença dá significação e razão de ser à própria casa. O mundo circundante ao homem é um mundo histórico, um mundo em transformação, um mundo constantemente remodelado, porque aí se acha o homem. É ele que justifica a própria existência do mundo. Imagine-se o mundo sem o

homem e teríamos um mundo cuja existência careceria sentido. (GIRALDI e QUADROS,2001,p.37)

Dentre os atores que tiveram participação no Contestado destaca-se a figura dos Monges.

Segundo Mocellin (1989), nas terras sulinas, desde meados do século XIX, era comum a figura dos monges, indivíduos ascéticos e místicos, que faziam as vezes de médicos, padres e conselheiros, naquelas regiões ermas. Houve vários deles, porem foi *José Maria D' Agostini*, na verdade Miguel Lucena Boaventura, um ex-soldado paranaense, que, num momento de crise profunda nas estruturas econômicas e sociais da região, atuou como agente catalisador do descontentamento popular. As perseguições, movidas pelo coronel *Francisco Albuquerque*, obrigaram-no a migrar para as terras do Paraná, sendo depois atacado e morto pelas tropas do coronel *João Gualberto*. Após a sua morte, os sertanejos passaram a acreditar que ele ressuscitaria, à frente de um poderoso exército encantado. Assim, num clima de grande efervescência mística, criaram-se redutos (o massacre do reduto de Taquaruçu fez com que o movimento se radicalizasse). Adotando táticas de guerrilha e cada vez mais guiados por um grande fervor místico, aquela multidão de exploradores da região contestada chegou a dominar uma área de 28.000 km² e uma população de vinte a trinta mil habitantes, espalhada por vários redutos (nos redutos predominava a divisão por igual dos alimentos e de outros meios de subsistência). Mocellin afirma que uma sociedade desse estilo preocupava os poderosos da época e, assim, era preciso destruí-la antes que multidões de oprimidos percebessem que era possível estabelecer uma nova ordem social, mais justa e mais humana, rompendo com o capitalismo que se estabelecia na região.

Sobre o(s) monge(s) Queiroz (1965) diz que pelo menos dois (até três) profetas diferentes tenham tomado o mesmo nome para aproveitar a celebridade que o cercava.

De um deles, João Maria Agostini temos a indicação precisa do início de suas atividades: num dos livros de inscrição de estrangeiros, em Sorocaba, está registrado sob esse nome um italiano que ali chegou em 24 de dezembro de 1844, declarando ser de profissão *eremita solitário*, vindo ao país em exercício de seu ministério. **Habitou durante muito tempo as matas do Ipanema {...}** de onde veio o apelido de Monge do Ipanema. {...} não permanecia ali continuamente; peregrinava para o sul, erguendo cruzeiros e capelas, pregando, curando, organizando procissões, sendo sua

presença assinalada até em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 1849. Viveu também muito tempo na gruta da Lapa, próxima da cidade de mesmo nome, onde sua memória até hoje é venerada, segundo atestam os ex-votos cada vez mais numerosos que ali se empilham; tornou milagrosa a água que vertia da gruta e ainda agora vão ali os devotos encher garrafas para a cura de todos os males. (QUEIROZ, 1965,p.247 - grifo nosso)

O segundo João Maria chamava-se Anastás Marcaf. Sobre ele Queiroz (1965, p.247) afirma:

Não se percebe solução de continuidade entre as atividades do outro monge e deste, que também **tinha fases de retiro no meio das florestas**, de onde saía para percorrer o sertão, entregando-se a atividades idênticas às de seu antecessor. Também não queria ser seguido; reunia os homens para realizar novenas e terços, pregava-lhes e despachava-os para casa, afirmando 'que o homem é bom, os homens são maus'. Vivia de esmolas como o primeiro Monge não comia carne e não dormia dentro das casas. Falava uma linguagem sibilina, simbólica, de compreensão difícil, que enchia de espanto a veneração dos ouvintes: '... o povo deve fazer penitencia porque os castigos de Deus se aproximam ...' '... dia virá em que o sangue correrá abundante ...' {...} Os adeptos acreditavam nele e lembravam as prédicas cheias de terror: pois não dissera o Monge que iria haver 'muito pasto e pouco rastro' – e a doença tinha pouco depois dizimado os rebanhos? (grifo nosso)

Os monges passaram a interferir diretamente na vida das pessoas chegando, até mesmo, a transportar sementes, indicar melhores terras para plantios, entre outros. Seus ensinamentos associados às curas milagrosas fizeram com que as crenças em seu retorno nunca fossem abandonadas.

Foi a partir dessa fama construída que apareceu o monge denominado José Maria (e não João com os outros). Como apontado em outros momentos, sua presença foi fundamental para o conflito das forças do governo do estado contra os sertanejos.

Por volta de 1911, os jornais de Florianópolis noticiaram o aparecimento de um 'irmão' de João Maria e seu enviado, que se fazia chamar Monge José Maria. Averiguou-se depois que se chamava Miguel Lucena de Boaventura, desertor do 14º Regimento de cavalaria de Curitiba, que em Palmas começara a agir como curandeiro ou 'profeta', tendo então sido preso ou por homicídio, ou por atentado à moral. Fugira da cadeia e fora aparecer em Curitiba, exercendo a atividade de curandeiro. Várias curas bem sucedidas aumentaram-lhe o seu renome, e então retomou inteiramente as atividades de seu predecessor, cujo exemplo seguiu quase por completo. No entanto, ao contrário de João Maria, o novo Monge conservava em torno de si os fiéis, que o seguiam em procissão de um lado para o outro. E também aceitava donativos pelos conselhos e receitas, em dinheiro ou em espécie, justificando que precisava comprar uma farmácia para 'seu povo'. Ainda desta vez Frei Rogério Nenhau se abalou de Lages para ir ao refúgio do Monge, tentar demovê-lo das atividades que empreendia: sem sucesso. (QUEIROZ, 1965, p.249)

Além das desavenças com o pensamento da Igreja Católica percebe-se que a concentração de pessoas em torno de José Maria provoca um desconforto nas autoridades locais. A necessidade de deslocar “seu povo” de um lugar para outro provoca diferentes interpretações como, por exemplo, de invasão de terras e tem-se a partir de então conflitos físicos entre sertanejos e forças do governo. Com a morte de José Maria começa-se a crer no retorno de um messias que livraria o povo de todos os males. Neste momento, outros líderes – não monges - surgem no movimento, lançam mão de táticas de guerrilha e conseguem várias vitórias sobre as forças do governo. O último grande chefe foi Adeodato. Ele foi preso em dezembro de 1915 e condenado a trinta anos de prisão. Depois de uma tentativa de fuga foi baleado e morreu.

Tonon (2008), ao analisar a obra de Euclides J. Felipe mostra o que seria, no imaginário social, uma das criações do Monge. Referimo-nos especificamente aos *Mandamentos das Leis da Natureza*. Vejamos alguns:

- 1- Não se devem queimar folhas, cascas e nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
- 2- É errado jogar palha de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que comer e virar o coxo. A terra se ofende.
- 3- Ao cortar uma árvore ou pé de mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.
- 4- Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho é quase gente.
- 5- As casas e as propriedades de quem incendeia as matas. Um dia também hão de virar cinzas.
- 6- A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. Cuspir e urinar na água, é o mesmo que escarrar e urinar na boca de sua mãe.
- 7- O Pai da Vida é Deus. A mãe da vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou.
- 8- Quem não sabe ler o Livro da Natureza é “analfabeto de Deus”.
- 9- As horas de chuva são as horas de Deus. É quando a Mãe-Natureza vem trazer água para seus filhos na terra.

- 10- O cavaleiro que passar perto de lagoa ou cruzar uma corrente de água e não dar de beber ao animal, morrerá com a garganta seca.
- 11- Bicho do mato é bicho da terra. Só se matam os danosos.
- 12- Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence a Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso, será punido.
- 13- Não permita que seus filhos matem passarinhos. É malvadez.
- 14- Não se chama nomes feios à criação. Ela obedece ao instinto que é a linguagem da Mãe natureza.
- 15- Quem encilha animal com 'mata' no lombo ... cuidado com as contas.
- 16- Não se tira leite, sem deixar um teto cheio ao terneiro.
- 17- Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas.

Ao todo Tonon nos mostra 29 mandamentos. Os demais estão relacionados ao bom funcionamento da sociedade como, por exemplo, ser bom pagador, honrar os compromissos, não ser vadio e nem ladrão, entre outros.

Mesmo não tendo a certeza de terem sido subtraídos na plenitude da fala do monge, os mandamentos de domínio popular retratam a tradição cultural dos sujeitos sociais, no cotidiano da época, uma tradição cultural que se sustenta na moral e ética, contendo ainda fundamentos sólidos do catolicismo rústico. Os mandamentos da natureza atribuídos ao monge encontram ressonância no cotidiano sertanejo ao enfatizarem um conteúdo escatológico bíblico. {...} A cosmologia do sertanejo retrata os valores éticos e morais socialmente aceitos no cotidiano sertanejo e a forma de interagir com a natureza. A lógica que pode se observar em todos os mandamentos é o da preservação da natureza, da lealdade nas relações sociais, do cuidado e do amor para com os animais e a natureza. Os mandamentos aproximam os horizontes culturais do sertanejo com os da pregação dos monges. (TONON, 2008, p.122)

Nos mandamentos fica explícita a necessidade de se buscar um equilíbrio entre o homem e o que é necessário para sua sobrevivência. Os excessos nos usos da natureza serão punidos por Deus. Aí entram várias questões interessantes: a) a primeira é o conhecimento da dinâmica natural; b) o segundo, a relação da natureza com os negócios; c) a terceira, a relação do homem com a natureza; d) a quarta, a relação entre castigo, prosperidade e equilíbrio ambiental; e) a quinta, a relação dos monges com o povo; f) a sexta, a ética em torno dos usos da natureza. Com exceção desta última questão pode-se afirmar que todas as outras levam as marcas da economia da natureza.

Para nós, quando evidenciado por Tonon (2008) as relações éticas e morais do homem com a natureza, fica latente a ideia de preservação/conservação do que se conhece ou dever-se-ia conhecer, ou seja, os recursos naturais, visando a sua utilização momentânea e também para as gerações vindouras (como apontado por Pádua, 2002)

4.3.2 O grupo Farquhar e a estrada de ferro

Sem dúvida, forjou-se a consciência, que se revelou mais claramente durante a guerra, de que o governo brasileiro privilegiava os estrangeiros na concessão de terras; um bilhete achado junto a um 'fanático' morto em combate pode exemplificar essa consciência: 'Nóis não têm direito de terras, tudo é para as gentes da Oropa'. (MACHADO, 2004, p.152)

O território outrora contestado passou a ser rapidamente ocupado por milhares de migrantes europeus e excedentes das colônias do Rio Grande do Sul, ocupando as terras de posse dos caboclos, sob domínio e direito de colonização, da Cia. Lumber. (FRAGA, 2006, p.91)

O início da República também significou um esforço do governo federal em atender aos interesses estrangeiros. A construção da malha ferroviária é um exemplo desse processo de favorecimento que resultou em vários conflitos físicos e políticos, especificamente, na região do Contestado.

Dentre os investidores externos destacar-se-á o grupo Farquhar, pois é possível fazer um mapeamento dos seus principais investimentos. Conforme Mocellin (1989), Percival Fraquhar, natural da Pensilvânia, Estados Unidos, passou a atuar, a partir de 1904, em diversos empreendimentos em nosso país: construção e exploração do porto de Belém; criação da Companhia de navegação do Amazonas; construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré; criação do Development Co. e a Amazon Land & Colonization (após uma visita de Farquhar a Belém em 1911, a empresa recebeu uma doação de 60.000 km² de terras que hoje constituem o estado do Amapá); construiu diversas linhas de estrada de ferro (E.F. Sorocaba, E.F. São Paulo – Rio Grande, entre outras.); construção e exploração do porto do Rio de Janeiro e do porto de Paranaguá; comprou grandes fazendas de gado; fundou o primeiro frigorífico do Brasil, em Osasco (SP); construiu um hotel

com cassino, no Guarujá (SP); ergueu a maior serraria da América do Sul, em Três Barras (SC).

Em 1906, o grupo Farquhar, através da Brazil Railway Company, adquiriu a concessão para construir a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande. A construção da ferrovia no trecho contestado contribuiu para a instabilidade social que existia na região.

A construção da linha entre União da Vitória e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, concluída em 1910, e o ramal leste, ligando União da Vitória a Rio Negro, concluída em 1913, é uma forte evidencia do papel de centralidade (no norte de Santa Catarina e Sul do Paraná) desempenhada por União da Vitória.

{...} A empresa concessionária responsável pela exploração da linha por 90 anos era a Brazil Railway, formada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar com a contribuição de ingleses e franceses, o qual, além da garantia de juros em caso de prejuízos, recebia como doação por parte do governo federal um trecho de até 15 quilômetros de terras de cada margem da linha. A concessão inicial da Estrada de Ferro Itararé - Santa Maria, feita pelo governo imperial pelo Decreto nº10.432, de 9 de novembro de 1889, doava 30 quilômetros de cada margem dos dormentes. Essa concessão foi renovada pelo governo provisório da República, por decreto de abril de 1890, segundo o qual a doação de cada margem seria de no máximo 15 quilômetros, tendo, no conjunto da extensão, um domínio médio de 9 quilômetros por margem. (MACHADO, 2004,p.143)

Outro ponto importante diz respeito à perda de centralidade desempenhada por algumas outras localidades frente a essa nova dinâmica relacionada ao transporte pelos trilhos. Machado (2004) afirma que o antigo caminho das tropas foi quase à extinção levando à depressão econômica trilhas inteiras pontilhadas de vendas, locais de pouso, descanso e internada das tropas, principalmente no interior de Lages, Campos Novos, Curitiba e Canoíhas. Assim, o transporte de animais perde importância ao mesmo tempo em que não podia mais competir com mecanismos mais baratos de deslocamento de mercadorias.

Antes da construção da estrada de ferro a preocupação das autoridades locais e estaduais era com os conflitos envolvendo a disputa de terras entre estados. Com a entrada do capital estrangeiro, nessa região, as preocupações se avolumam. O interesse da construtora da estrada de ferro não se resumia à implantação desta, pois, a existência de grande quantidade de madeira e a possibilidade de extraí-las era a garantia de grandes lucros. Assim, tendo o direito de usar/explorar os recursos

naturais ao longo da linha férrea, fez com que a **empresa construísse uma ferrovia sinuosa tentando buscar os melhores pontos de extração de vegetação**. A população envolvida na construção da ferrovia era formada basicamente por moradores das redondezas. Depois da obra concluída, ela se tornou o principal veículo de deslocamento de cargas e pessoas facilitando a chegada de vários grupos étnicos.

Entre 1908 e 1910, houve um violento processo de grilagem no vale do rio do Peixe. A Brazil Railway fez cumprir seu domínio sobre os terrenos devolutos das margens de até 15 quilômetros de cada lado do leito da sinuosa estrada de ferro. **O objetivo era preparar este território adjacente para a exploração de madeira e venda de terras a imigrantes estrangeiros ou a filhos de colonos já nascidos no país**. Para obter a posse direta destes territórios, habitados por posseiros legitimados, ou por proprietários de terra diretamente comprada ao estado de Santa Catarina, a companhia valeu-se da força de um contingente armado, comandado pelo coronel Palhares, antigo oficial da polícia paranaense. Este coronel adquiriu fama pelas violências praticadas na região. (MACHADO, 2004,p.148 - grifo nosso)

Para explorar as terras adquiridas a Brazil Railway criou a Lumber Colonization Company. Além das terras ao longo da ferrovia a Lumber também comprou cerca de cento e oitenta mil hectares para instalar suas serrarias.

Paralelamente às atividades da ferrovia, a sua subsidiária Brazil Lumber organizava um extenso processo de exploração de madeiras – araucária, imbuia, cedro e jacarandá – existentes em grande quantidade na região, a partir dos terrenos marginais à estrada concedidos pelo governo. A Lumber montou duas serrarias na região, a primeira em Calmon, estação da estrada de ferro às margens do rio do Peixe, e a maior em **Três Barras, em outra estação da estrada de ferro do ramal União – São Francisco**, onde foi montado um verdadeiro complexo industrial, com 400 empregados permanentes, em sua maioria imigrantes europeus. Analisando as folhas de pagamento de 1912 da Lumber, verificamos que, dentre os 400 empregados permanentes 20% possuíam nomes luso-brasileiros; 50% nomes de origem polonesa e ucraniana; e 30% de origem alemã ou anglo-saxã. Além desses trabalhadores permanentes, a Lumber empregava sob empreitada grande número de caboclos, para corte e transporte de toras. (MACHADO,2004,p.150-151 – grifo nosso)

As serrarias da Lumber geraram uma concorrência desleal fazendo com que empreendimentos de menor porte fossem fechados. Outra questão interessante é a entrada de imigrantes como mão de obra para o trabalho assalariado e a sua preferência se comparado ao sertanejo.

Também deve-se ressaltar os imensos impactos ambientais gerados por processos predatórios de extração que não respeitavam a flora e fauna local. A lógica da empresa Lumber e de todas as outras vinculadas ao extrativismo visava somente o lucro econômico.

O processo de beneficiamento da madeira era completamente mecanizado, da extração ao corte de tábuas e dormentes. A Lumber construía ramais ferroviários que adentravam as grandes matas, onde grandes locomotivas com guindastes e correntes gigantescas de mais de 100 metros arrastavam para as composições de trem as toras, que jaziam abatidas por equipes de turmeiros que anteriormente haviam passado pelo local. A exploração industrial da madeira criou sérios prejuízos para a coleta da erva-mate e a subsistência de muitas famílias caboclas. Quando o guindaste arrastava as grandes toras em direção à composição de trem, os ervais nativos e devolutos do interior das matas eram 'talados' por este deslocamento. (MACHADO,2004,p.151)

O processo de exploração de madeira também servia para limpar os terrenos que posteriormente seriam vendidos aos imigrantes. Os posseiros que se recusavam a sair das terras da Lumber eram expulsos por capatazes a serviço da empresa.

{...} a intervenção da companhia atingia em cheio o conjunto da região, significando para o caboclo a destruição das matas e ervais. Além do impacto econômico, houve o impacto ambiental e, como resultado desse processo de grilagem, um verdadeiro processo de exclusão étnica. (MACHADO,2004,p.151-152)

Segundo Machado (2004) os grupos étnicos que chegaram à região anteriormente ao ano de 1900, eram facilmente incorporados pela cultura cabocla visto que eram em menor número. Muitos eram devotos de João Maria e engrossaram as fileiras de combate contra as forças do governo. Depois desse período União da Vitória/Porto União (entroncamento ferroviário) vivenciou a chegada de inúmeros grupos estrangeiros (ucranianos, poloneses, italianos, suíços, espanhóis, alemães, etc.) que propiciaram o surgimento de espaços de interação multiétnicas tanto nas áreas urbanas quanto rurais (Haliski, 2007).

4.3.3 Algumas notas sobre o Contestado e a estrada de ferro

A *Brazil Railway* construiu, também, a estrada de ferro (ramal ferroviário) entre União da Vitória (PR) e São Francisco do Sul (SC), para descer e exportar a madeira beneficiada pela *Lumber*. Para atender às conveniências

do Paraná, por caminho mais longo, as tábuas seguiam também pelo Porto de Paranaguá. (FRAGA, 2006, p.154)

Somente em 1917 a *Brazil Railway* e suas subsidiárias entraram em concordata, após explorarem e degradarem ao máximo grande parte do território brasileiro. (FRAGA, 2006, p.151)

De acordo com Santos (2000), as primeiras décadas do século XX marcaram profundamente o futuro imediato de Santa Catarina. Os desdobramentos do projeto da modernidade²² que avassalava o mundo, estavam chegando através de uma estrada de ferro. A questão dos limites entre o Brasil e a Argentina, na chamada área de Palmas (ou Missões), estava resolvida e uma Comissão Mista definia, entre 1900 e 1904, a demarcação da fronteira entre eles. Foi nesse cenário de busca pelo “*progresso*” e de disputa entre os dois países que foi projetada, ainda no Império, a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande²³, objetivando garantir o rápido deslocamento de tropas em caso de um conflito e paralelamente assegurar o domínio de imenso território no interior da região Sul. O Estado-Nação unitário e hegemônico tomava a sua conformação, definindo seus limites, construindo estradas de ferro e linhas telegráficas, e criando os seus símbolos.

A área compreendida entre os rios Iguazu e Uruguai, até a fronteira com a Argentina, foi considerada como passível de apropriação privada. A constituição de 1891 havia outorgado aos estados a administração das terras chamadas devolutas. A ideia de que a região era um grande vazio demográfico prevalecia e despertava a cobiça entre os que podiam tomar decisões e facilitar a distribuição de títulos de propriedade para alguns poucos privilegiados. Na falta de recursos financeiros para construir a estrada de ferro, o governo republicano concedeu vantagens para investidores nacionais e estrangeiros. Para os poucos proprietários de terras, para os posseiros e para os indígenas, assim como aos habitantes tradicionais da região, nada se assegurou (Santos, 2000).

²² Segundo Santos, o trem a vapor simbolizava o moderno. As ferrovias haviam possibilitado novas formas de articulação de bens e capital, em nível mundial.

²³ Na semana anterior a sua destituição, o Imperador Pedro II concedeu ao engenheiro João Teixeira Soares privilégios para a construção de uma estrada de ferro que partia de Itararé, na província de São Paulo, e chegava até Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul. Teixeira Soares criou inicialmente a *Compagni Chemins de Fer Sul Quest Brésiliens*, que a seguir transferiu parte da concessão original para a Brazil Railway Company, empresa sediada em *Portland* (EUA). Esta empresa já controlava vários trechos ferroviários no Brasil e na América do Sul, investindo também na extração de madeiras, indústria de papel, frigoríficos e negócios de colonização, formando um grande conglomerado, administrado pelo mega investidor Percival Farquhar.

Resolvida a questão de fronteiras com a Argentina fica a delimitação das unidades da federação. Assim, a disputa pela posse de terras entre Paraná e Santa Catarina acabou ocasionando o conflito do Contestado²⁴.

Quando se emancipou de São Paulo, o território da província do Paraná estendia-se de São Paulo até o Rio grande do Sul. Só uma faixa litorânea, de São Francisco do Sul até Laguna não estava incluída no mapa paranaense, pois constituía a província de Santa Catarina. A população que ocupava a região que estamos focalizando, era formada por uns poucos fazendeiros e seus agregados, pequenos sitiantes, alguns fugitivos da justiça e negros escapulidos do cativoiro. Além desses, grupos de índios Kaingang, Xokleng e Guarani tentaram manter seus espaços de ocupação tradicional. A mestiçagem estava presente há muito tempo nesse cenário *rústico*. O caboclo emerge neste contexto. A passagem de tropeiros com suas cargas e manadas de gado e de militares e civis envolvidos em guerras, permitia um pequeno escambo e a troca de informações sobre o que acontecia em locais distantes, como São Paulo, Curitiba, ou Porto Alegre. A região também era percorrida por andarilhos, beatos, e monges. (Santos, 2000)

Ao abordar o conflito do Contestado, Ribeiro (2006), diz que a rebeldia virtual de massas marginais brasileiras, tanto as do Sul como as demais áreas, só encontram em seu patrimônio cultural, formas arcaicas de expressão, revestidas quase sempre de uma feição messiânica. O motivo do conflito do Contestado, na região fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, deu-se em virtude de uma suspensão eventual da legitimidade das autoridades reguladoras da apropriação das terras devolutas. Ao estabelecer-se a disputa entre os dois estados pelo domínio da área contestada, esta ficou juridicamente em suspenso, ensejando movimentos populares de ocupação das terras de ninguém pela população matuta e de alargamento de suas posses pelos fazendeiros. Dada a fome de terra das massas rurais circunvizinhas, a região povoou-se rapidamente através da abertura de inúmeras clareiras na mata, onde famílias de posseiros procuravam conquistar um nicho e organizar uma economia independente de granjeiros. A violenta reação dos dois estados em disputa diante dessa invasão e, depois, a intervenção armada

²⁴ Segundo Fagundes e Ribas (2002), no primeiro dia do mês de janeiro de 1910, nasce em União da Vitória a Junta Governativa do “Estado das Missões”, estado esse que deveria compor todo o território em litígio. O Estado das Missões seria constituído da zona denominada de “O Contestado” em toda a sua extensão. A tentativa de criação deste estado fracassou. Representantes de Palmas, Rio Negro, Clevelândia e União da Vitória eram seus idealizadores.

do governo federal lançou aquelas populações na ilegalidade, criando condições para o desencadeamento do conflito.

Para chegar a esta configuração territorial atual dos estados do Paraná e Santa Catarina, Santos (2000) afirma que ao fim do conflito do Contestado houve muitos sacrifícios de parte a parte. Acredita-se que em torno de 20.000 pessoas nela estiveram envolvidas. Ao liquidar os últimos focos de resistência cabocla, o governo havia enviado para a região 13 expedições militares. Pela primeira vez no Brasil utilizara-se avião como veículo bélico. Lutara-se quatro anos. Milhares de pessoas entre caboclos, militares e civis, foram mortas. A guerra *sertaneja* terminou em 1915, quando nos bastidores da República desenhava-se um acordo entre os governos do Paraná e Santa Catarina para pôr fim a questão de limites. Aos poucos sobreviventes, que escaparam do arbítrio e da repressão, não sobrou alternativa senão a fuga para o mais distante do sertão, apostando na invisibilidade para garantir a vida.

No começo de 1915, com a tomada dos últimos redutos e a apresentação voluntária às autoridades de centenas de rebeldes, todos maltrapilhos, esfaimados e exaustos, estava terminada a medonha luta armada do Contestado, na qual, segundo documentos escritos, que dela há, tomaram parte cerca de oito mil soldados, componentes das forças regulares do Exército e das milícias paranaenses e catarinenses (FAGUNDES E RIBAS, 2002, p.37).

Vivenciada a questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, ressalta-se a relevância desse fenômeno social para a formação e ocupação de União da Vitória e Porto União. Tanto em Santos (2000), em sua análise dos impactos da modernidade, como em Ribeiro (2006) e sua análise antropológica percebe-se os vazios demográficos e a intensa e conflituosa relação estabelecida entre grupos sociais distintos que ocupavam o mesmo espaço. Mestiços conformados historicamente da troca genética entre índios, negros e portugueses, passam a dividir o mesmo espaço geográfico com imigrantes europeus dispersos pela área do Contestado. Essa trama de relações influenciou na conformação dos hábitos, costumes, economia, usos da natureza, enfim, do povo dos municípios citados. Nesse processo a estrada de ferro teve grande participação.

De acordo com Paraná (2004), o estado paranaense ingressa no século XX dando destaque à estrada de ferro²⁵, sendo uma das principais a estrada São Paulo - Rio Grande, ligando Itararé (SP) a União da Vitória (PR), estando em franca atividade. A *Brazil Railway Company*, que adquiriu a concessão, está, neste período, construindo a continuação de União da Vitória a Marcelino Ramos (RS)²⁶. Ao longo da ferrovia, dezenas de serrarias se encarregam do beneficiamento da madeira, cuja indústria está em ascensão. Por volta de 1912, o sucesso que as estradas de ferro estavam proporcionando a São Paulo e no resto do Brasil, levou o governo Federal e os Estados a sonharem com a multiplicação das ferrovias por todo o território nacional, e não dispendo de verbas para construí-las, apelaram para as concessões de ramais a particulares.

Conforme Santos (2000), a nova dimensão da velocidade permitia a incorporação de enormes áreas de terras ao processo produtivo, promovendo a reorientação da produção econômica, a exploração de recursos naturais e a realocação de investimentos²⁷. A expansão da malha ferroviária para os mais distantes pontos da superfície terrestre era uma realidade que interessava a diferentes governos e grupos econômicos.

Até a interligação ferroviária, rodoviária e mais recentemente aérea, os povoamentos desenvolveram-se distanciados no tempo e no espaço dentro da região Sul. Segundo Paraná (2004), é na década de 1870 que começa a tomar vulto a ideia de interligar as regiões paranaenses por estradas de ferro, gerando diversos

²⁵ A estrada de ferro do Paraná (Paranaguá – Ponta Grossa) está em plena atividade (1908), possuindo três ramais: o que liga Lapa a Rio Negro, transportando a produção da colônia Lucena (Itaiópolis) ; o de Curitiba a Rio Branco, que visava inicialmente interligar a capital com Jaguariaíva e o Norte pioneiro; o terceiro liga Morretes e Antonina, para beneficiar este último porto.

²⁶ Fraga (2006) analisa o contestado a partir das relações entre as categorias rede-território-trabalho para entender a formação socioambiental da região. Para isso lança mão de autores como Bourdieu e Foucault mostrando os impactos da modernidade e as relações de poder que resultaram na conformação do atual território do Paraná e Santa Catarina e, em certa medida, de Hobsbawm no sentido de se combater os estigmas em torno dos conflitos camponeses, por exemplo, chamá-los de marginais. Também é evidente no estudo dele o predomínio de autores da geografia para discutir aquilo que, em nossa análise, mais se destaca em sua tese que é a formação de redes (estradas, trilhos, etc.). Deste autor nos interessa afirmação de que “Ao longo dos séculos, há muitas mudanças, tanto globais como nacionais e regionais, porém no que se refere ao Contestado há mais permanência do que mudanças no que se refere às redes viárias que geram fluxos complexos sobre a produção gerada e aos deslocamentos que se fazem necessários.” Certamente que não é somente a rede que permanece, mais os seus usos e funções no processo de comunicação/socialização regional nos moldes do século XIX e início do século XX.

²⁷ Cerca de 30.000:\$000 (trinta mil contos de réis), equivalentes ao cambio da época a três milhões de libras esterlinas, foram gastos para a construção dos 1.403 Km de estrada.

estudos e traçados²⁸. A riqueza principal do Paraná, desse tempo, era o mate, com expressivo aumento da produção, havendo grande aceitação da erva-mate paranaense na América do Sul²⁹. A partir de 1891, a zona colonizada, notadamente, por ucranianos e poloneses, estende-se na margem direita do rio Iguaçu (colônia de Palmira, Água Branca, São Mateus e Rio Claro), seguindo a política de povoar as margens do rio. As colônias indicadas na margem esquerda do Rio Negro (campos da estiva) marcam os planos paranaenses de colonizar essas terras localizadas no Contestado. Nessa época, a conexão de transportes do sistema fluvial do rio Iguaçu com o sistema ferroviário ocorria em porto Amazonas³⁰. Circundando a região de Curitiba, as colônias de imigrantes prosperavam, garantindo gêneros de primeira necessidade³¹.

Nesse processo de múltiplas relações estabelecidas entre distintos atores Tonon (2002) afirma que a presença de novas forças econômicas e sociais, compostas pelo capital estrangeiro, na construção da ferrovia e extração da madeira e os imigrantes nos projetos de colonização, alteram de forma significativa o panorama social da região. Os sertanejos da área contestada, isolados do restante do país, inseridos na estrutura coronelista, praticando uma agricultura de subsistência e de extrativismo, defrontam-se com uma nova ordem capitalista, representada, sobretudo, pelas consistentes e modernas empresas do grupo Farquhar, que invadem de forma abrupta o espaço e tempo do sertanejo. O reordenamento econômico promovido pelo avanço do capital estrangeiro marginaliza milhares de sertanejos. São novas as relações de trabalho que adentram o sertão, são elementos de culturas distintas, trazendo novos costumes. Nesse contexto, os municípios de União da Vitória e Porto União conhecidos como as cidades “Gêmeas do Iguaçu” emergem como consequência do seu passado.

A demarcação de fronteira entre o Paraná e Santa Catarina (em 1916), marca as cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), visto que, anterior ao

²⁸ Para Paraná (2004,p.5), a preocupação também do império, sobretudo após a Guerra do Paraguai (1864-1869), era ligar o Mato Grosso ao litoral paranaense.

²⁹ De acordo com Paraná (2004,p.5), é nessa década que o estado passou a receber grande contingente de imigrantes europeus.

³⁰ A erva-mate, a madeira e produtos de subsistência eram as mercadorias que mais circulavam nessa navegação fluvial.

³¹ Após a reincorporação da área do território do Iguaçu, o Paraná apresenta as marcas da colonização: a tradicional (portuguesa), partindo do litoral com sede em Curitiba; a nortista (mineiros e paulistas), na região de Londrina e a sulista (catarinense e gaúcha) nas regiões oeste e sudoeste.

acordo de limites elas eram uma só, denominada de Porto União da Vitória (pertencente ao Paraná). Ficou estabelecido que o limite entre as duas cidades na área urbana seria a linha férrea. Ou seja, a mesma linha compreendida como progresso também o foi de conflito³².

Além da disputa entre os estados pela demarcação de fronteiras existia a luta de caboclos, fazendeiros e a empresa responsável pela construção da estrada de ferro pela posse de propriedades. Do lado dos caboclos – adeptos de um catolicismo rústico, diferente do catolicismo tradicional da igreja católica - estava atrelada a figura dos monges que por esta localidade transitaram. De um lado as grandes empresas destruindo os recursos naturais para aumentar seus lucros e do outro os pequenos proprietários rurais lutando para conservar o necessário para sua sobrevivência.

Este povo é a base desta sociedade nos dias atuais. São eles os operários de firmas, erveiros, madeireiros, sitiantes, fazendeiros, lavradores, comerciantes, entre outros.

4.4 Caracterização socioambiental das Gêmeas do Iguaçu

No ano seguinte, em 1858, aparecem melhor definidos os rumos que seguiria a política imigratória da província paranaense, tomando o sentido que perdura até o presente: *'não contando a província proprietários habilitados a receber colonos por salário ou parceria, porque como sabeis, sua lavoura é a chamada – pequena -, portanto, a que menos se presta à colonização por aqueles meios, é pelo de venda ou aforamento de pequenos lotes de terra por módico preço, que se há de realizar, em meu entender, a colonização nesta província {...}'*.(BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN,1969,p.161-162)

As raízes da ocupação europeia no Sul do Brasil remontam aos séculos XVIII, XIX e XX, sendo o último, o período da intensificação do povoamento nos municípios do norte catarinense e sul paranaense.

³² De acordo com Paraná, até 1916, os interesses geopolíticos do Paraná concentravam-se no contestado, mas uma outra região começa a se destacar: o norte pioneiro, iniciando a produção do café em larga escala.

Além dos açorianos, índios, negros e mestiços, estes, oriundos de trocas genéticas, deve-se 'destacar o ingresso maciço de imigrantes centro-europeus promovido depois da independência', que serviu para povoar as áreas 'desabitadas entre as fronteiras sulinas e os principais núcleos do país'³³, (RIBEIRO, 2006, p.373).

Diversas empresas colonizadoras foram organizadas, com o objetivo de explorar os recursos florestais disponíveis – madeira e erva-mate – e, simultaneamente, comercializarem lotes destinados à fixação de colonos. Com o transcorrer das décadas, modos de vida diferenciados sobre a superfície brasileira despontam, evidenciando as especificidades locais.

Já tivemos várias análises que atribuíram à distribuição da terra como um fator indispensável para a diferenciação social e para as condições econômicas e políticas dos países. Alguns estudos clássicos sobre a formação histórica das classes rurais do capitalismo europeu influenciaram os estudiosos desse mesmo fenômeno em regiões de formação do capitalismo agrário periférico. Estudos de Marx, Kautsky, Lênin e Weber pautaram as orientações de muitos dos nossos intérpretes no Brasil e América Latina; no centro dessas interpretações sempre estavam presentes as análises sobre os conflitos entre os grandes proprietários agrícolas, os camponeses (agricultura familiar) e os trabalhadores temporários e assalariados agrícolas. Max Weber (2008) ressaltava, além das características de cada uma dessas categorias sociais na Prússia do século XIX, a importância do território, isto é, da distribuição espacial da população rural e da produção diferenciada existente entre as regiões oeste e sul com as do Leste, naquele país europeu. Esta forma de apresentação do problema, segundo Weber, pretendia responder também à importante questão não apenas do peso e distribuição econômica entre as regiões, mas também da distribuição e influência política em termos regionais e nacionais.

Soma-se à análise weberiana, na realidade brasileira, o fato de que dentro dos limites do território nacional, existem diferenças históricas e geográficas, consequências das migrações, processos de ocupação e da aplicação de técnicas de exploração dos recursos naturais. Da interação do meio natural com o social, surgem ambientes com características que lhe são próprias.

³³ Para Ribeiro, eles ativaram economicamente aquelas áreas, contribuindo para viabilizar e modernizar a economia sulina e capacitá-la para melhor forma de intercâmbio com o restante do país.

O território das Gêmeas do Iguaçu está incrustado na região do Contestado, uma área com um histórico de devastação, lutas e conflitos pela posse de terras, marcadas por uma ocupação tardia.

A própria formação do latifúndio no Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina tem suas origens no Segundo Reinado, fortalecendo-se com a lei de terras de 1850 e sedimentando-se com o início do Período Republicano. A região foi ocupada a partir do século XIX (TONON, 2002, p.20).

Lago (2000), ao discorrer sobre a ocupação dos espaços catarinenses, nos aponta o caminho seguido para esta prática no território sulino. Entre os séculos XVI e XVIII duas orientações gerais, em sentido longitudinal, caracterizaram o movimento de contingentes humanos para a ocupação de espaços geográficos. Uma elegeu a faixa litorânea, buscando solos agrícolas de baixadas, próximos a lugares de atração de veleiros, mais tarde também freqüentados por vários navios vapores luso-brasileiros e de outras nacionalidades que buscavam o Rio da Prata, a conexão com os altiplanos andinos e portos do Pacífico, principalmente antes da abertura do canal do Panamá, em 1914. A outra orientação se localizou em áreas do planalto, com maior dependência de meios animais de transporte, valorizando áreas de cobertura vegetal campestre com objetivos pecuaristas.

No caso específico da região do Contestado, Fagundes e Ribas (2002), relatam que recursos parcos possuíam estas populações, excetuados naturalmente os centros pastoris e as cidades que monopolizavam o comércio do sertão. Os produtos da caça, da pequena agricultura, a erva cortada, eram trazidos para estes centros, trocando-os por gêneros de imediata necessidade: pano, pólvora, chumbo e sal. Prossegue o autor

Verifica-se, desta maneira, a existência de destinos diversos, nestas populações sertanistas: as das zonas pastoris conheciam a abundância; as do sertão bruto, a miséria. Na exuberância da selva quase virgem vegetava uma população pobre e conformada. A riqueza desta terra e a miséria desta gente disputavam dois estados: Paraná e Santa Catarina. Ao caboclo inculto e ignorante, na sua pobreza e abandono, importava-lhe pouco a jurisdição que pertencesse a sua ignorância (FAGUNDES E RIBAS, 2002, p.29).

Conforme Tonon (2002), anterior ao século XIX, o território era ocupado por indígenas e alguns poucos habitantes, oriundos do Norte ou Sul e que se fixaram ao

longo do caminho das tropas. Este território foi cortado pelo caminho do Viamão que, no século XVIII, representou um importante estímulo para a economia sulina. O transporte de tropas bovinas e muares do Sul para Sorocaba, com o intuito de atender às regiões auríferas, estimulou de forma gradativa a ocupação e povoamento da região.

Os primeiros roteiros de Entradas³⁴ e Bandeiras³⁵, que ligaram o litoral ao interior do Sul do Brasil, foram fundamentais para a formação desta região. Caminhos foram traçados. Em torno destes caminhos formaram-se os primeiros vilarejos. A história dos caminhos e estradas inicia-se antes do “descobrimento”, devido às trilhas que os nativos traçaram³⁶.

Os caminhos indígenas passaram a ser utilizados tornando-se rotas a serem seguidas pelos tropeiros transportando, principalmente, carne e couro para São Paulo. Os deslocamentos necessitam de pontos de paradas. Nestes pontos surgem pequenos vilarejos que os abastecerão durante a sua estadia; intensificam-se as relações comerciais de compra e venda de produtos e ou animais.

Segundo Tonon (2002) o tropeirismo dependia da demanda de carnes e disponibilidades de tropas no Sul. Inicialmente, os tropeiros dispunham do gado nativo introduzido no Sul por intermédio dos pregadores jesuítas como atividade de subsistência para os indígenas. Com o aumento da demanda de carne e industrialização do charque, o gado vacum passou a rarear, havendo a necessidade de criatórios. Surgem, então, os estanceiros.

Os estanceiros, os imigrantes e outros lavradores, conforme ocupavam o território, expulsavam os habitantes nativos – os indígenas. [...] E a frente pastoril estende-se até os municípios de Irani e Palmas, limite dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Nessa região de pecuária extensiva, formaram-se grandes fazendas constituídas de famílias que deram origem a grandes coronéis (TONON, 2002, p.21).

³⁴ Expedição organizada, no período colonial brasileiro, pelas autoridades para explorar o interior em busca de metais preciosos e índios.

³⁵ Expedição armada, de caráter privado, que, partindo de São Paulo, desbravava os sertões em busca de ouro e índios para escravizar.

³⁶ Ver Albuquerque 1978.

Percebe-se que o território das Gêmeas é de ocupação tardia, pois no período anterior a 1900, o que se tem são esparsos vilarejos com uma dinâmica econômica interna de subsistência e com o comércio ligado ao tropeirismo.

Inicia-se o fortalecimento econômico e o crescimento populacional dos municípios com a navegação a vapor nos rios Iguaçu e Negro (1882), responsáveis pelo transporte da erva e da madeira que são abundantes na região. Sobre isso Fagundes e Ribas (2002,p.28), fazem o seguinte relato:

O planalto Catarinense e parte do paranaense estendem-se apertado entre o Iguaçu e o Uruguai [...]. A sua natureza difere grandemente da do litoral. Longos campos se desdobram, sinuosos, pelas colinas que se sucedem em curvas macias e longas. Os capões de mato denso, semeados de longe em longe, são oásis deste deserto verde. Avultam os pinheiros e as erveiras; aqueles, estendendo ao sol a taça magnífica das suas linhas; estas, cerrando-se em ervais admiráveis e ricos.

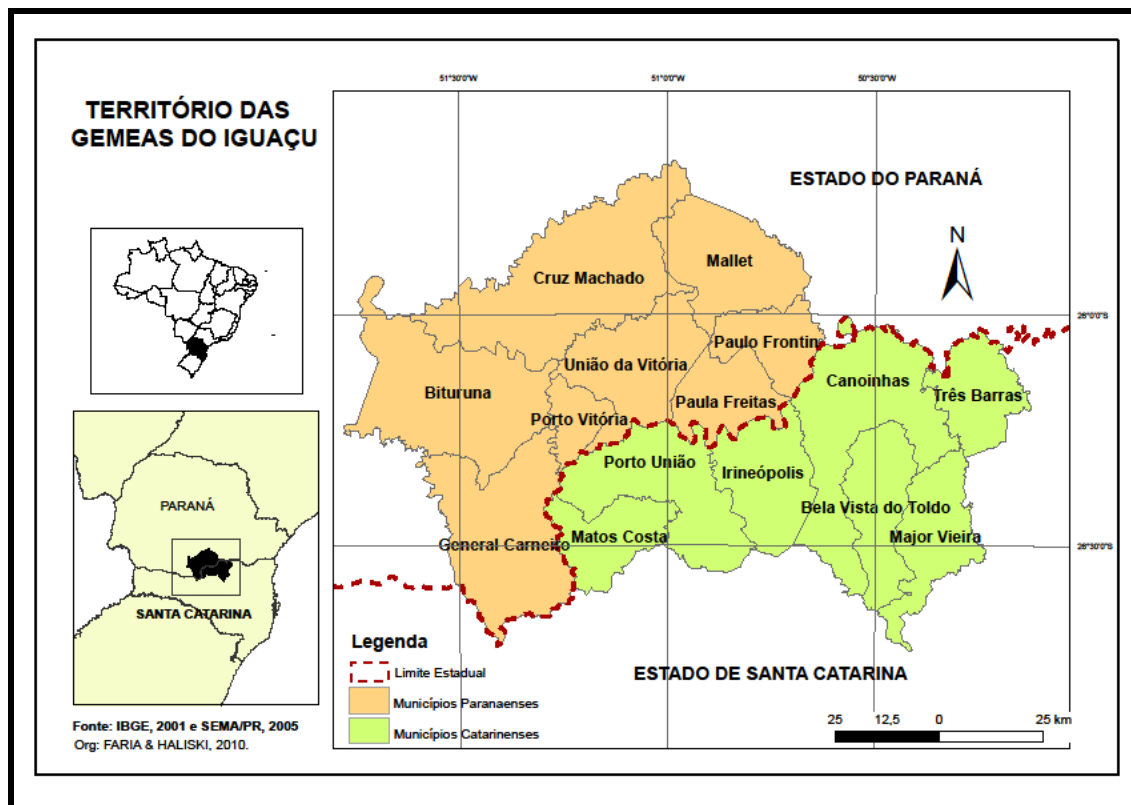
Fagundes e Ribas (2002) afirmam que segregada, isolada, abandonada, por longo tempo, nas suas mais remotas paragens, esta região permaneceu inculta e bravia, agressiva e hostil, conservando quase intacta a sua riqueza nativa. Assim, ao longo dos grandes rios, foi o homem implantando cidades: Rio Negro, Canoinhas e Porto União. A audácia do sertanista deitou fundamentos em Palmas, em pleno sertão. O lageano que trazia no sangue glóbulos dos desbravadores audaciosos de Piratininga plantou Campos Novos e Curitiba. O mais era sertão grosso; eram os campos sem fim. O homem do planalto remoto permaneceu segregado ali. Não chegavam até ele os influxos da civilização. Nem conforto, nem instrução, nem justiça. Viveu, por isso, segundo as leis da natureza, sem sofrer quaisquer restrições a sua liberdade.

Onde estão os municípios existia um verdadeiro vazio demográfico, fruto das condições de relevo já mencionadas. A maior responsável pela disseminação de povos e culturas por este território foi a estrada de ferro. Conforme Santos (2000), na Região do Contestado, a estrada de ferro São Paulo Rio Grande propiciava o surgimento de diferentes cidades e atraía descendentes de imigrantes que originalmente haviam se localizado no Rio Grande do Sul e europeus que, vitimados pelas agruras da Primeira Guerra Mundial, procuravam novas terras para refazer suas vidas.

Outro grande motivo da vinda de europeus é associado à ideologia do branqueamento populacional presente na história brasileira. Segundo Skidmore (1976), aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era a teoria peculiar ao Brasil. A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. A conclusão otimista dessa análise racial repousava sobre uma afirmação chave: a de que a miscigenação não produzia inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça capaz de tornar-se mais branca, tanto cultural quanto fisicamente.

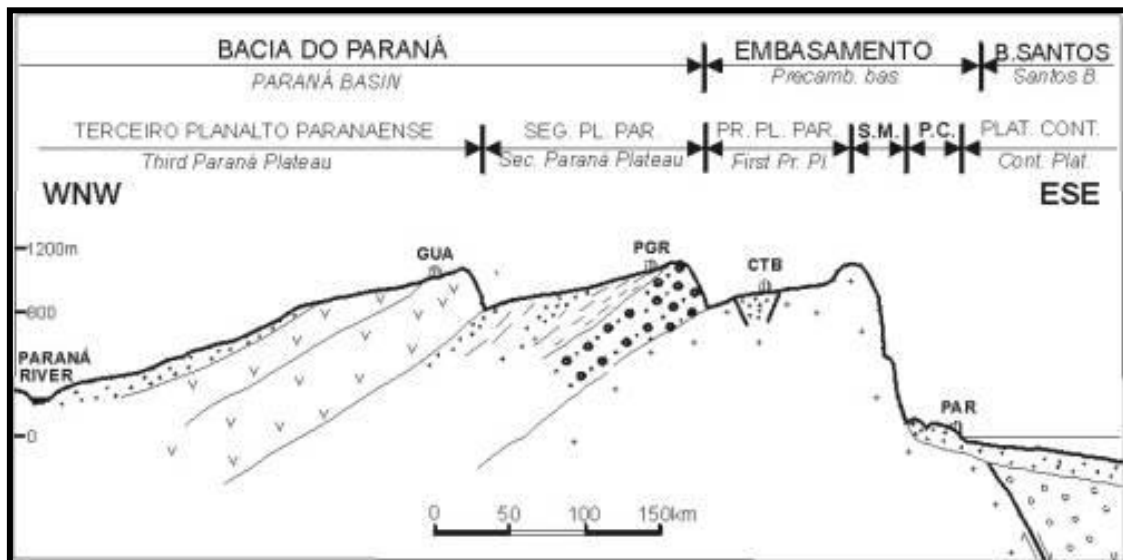
O contingente populacional que ocupou os municípios do norte catarinense e sul paranaense tem um histórico similar de apropriação e instalação nesta área.

União da Vitória e Porto União estão inseridos na formação rochosa que segue a estrutura paranaense - estando todos os dois - na transição do segundo para o terceiro planalto. A cobertura florestal remanescente que cobre esta localidade, ainda hoje, movimentava a economia.



O mapa abaixo representa a seção esquemática do relevo do Estado do Paraná mostrando a sua estrutura geológica. Nele consta: (P.C) Planície Costeira; (S.M) Serra do Mar; (PAR) Paranaguá; (CTB) Curitiba – 1º planalto; (PGR) Ponta Grossa – 2º planalto; (GUA) Guarapuava – 3º planalto.

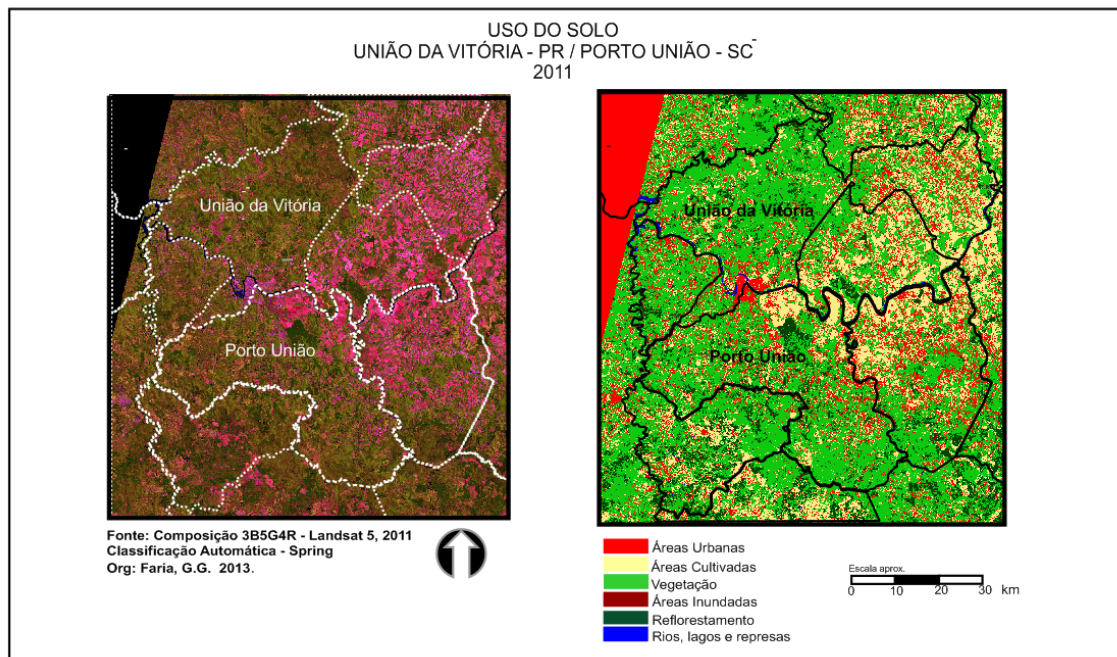
ESTRUTURA GEOLÓGICA DO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: M,S, Melo (2000)

As características do relevo são marcantes na paisagem do segundo para o terceiro planalto, aí predomina a Mata de Araucária. Devido ao relevo irregular, a vegetação resistiu à ação predatória do homem e ainda hoje se extrai madeira para a comercialização. Nas localidades menos íngremes pratica-se a agricultura, criação de gado, cultivo de peixes, entre outros.

Isso fica evidente na imagem de satélite, abaixo. Outro aspecto que chama atenção é a intensificação dos desmatamentos nos municípios do entorno, quando comparado com União e Porto União. Isso também é resultado da função urbana exercida pelas Gêmeas do Iguaçu, pois se destacaram na comercialização de produtos e instalação de fábricas e serrarias. Note-se também a intensificação dos adensamentos populacionais adentrando a vegetação, a grande quantidade de áreas agrícolas, o crescente número de reflorestamentos e a ocupação desenfreada ao longo do rio Iguaçu (moradia, criação de animais, extração de areia).



As Gêmeas do Iguaçu, por terem sido um porto fluvial de embarque e desembarque de pessoas e produtos; ponto de parada de tropeiros – levando suas boiadas e cavalos – no trajeto São Paulo - Rio Grande - e por último ponto de parada – um importante entroncamento ferroviário - do trem “o símbolo da modernidade”, adquiriram moradores de várias etnias.

O índio, o tropeiro, o sertanejo e os imigrantes estão na base da formação social do povo do território das Gêmeas do Iguaçu. É um povo miscigenado instalado em uma localidade cujo tipo de relação entre eles baseava-se na dependência econômica, nos conflitos pela terra, entre outras, e no compadrio, sendo o batismo uma forma de buscar proteção junto às pessoas de maior influência local/regional.

4.4.1 Formação das Gêmeas do Iguaçu: União da Vitória e Porto União em destaque

A partir do exposto sobre a formação socioambiental do sul do Paraná e norte de Santa Catarina, podem-se fazer algumas inferências sobre o perfil da população e sobre as centralidades existentes nesta área. Quanto à população evidencia-se um povo miscigenado com hábitos e costumes híbridos (Hall, 2006). Com relação

à(s) centralidade(s) de localidades pode-se destacar os municípios de Curitiba, Campos Novos, Lages, Rio Negro, Canoinhas e União da Vitória.

Outra questão fundamental vem pelo Contestado – uma das consequências da modernidade – que nos revela municípios conformados como sendo resultado de uma trama de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e naturais.

Portanto, destaca-se que dentro dos limites do Contestado alguns municípios passaram a desempenhar funções específicas como, por exemplo, ponto de embarque e desembarque, comércio, carregamento de madeiras e erva-mate, implantação de indústrias, entre outras, que se mantêm até hoje. Esse é caso de União da Vitória e sua irmã Porto União (que fazia parte de União da Vitória).

A confirmação da origem dessas centralidades está presente na história

Essa região deixava de ser um sertão inóspito e transformava-se numa frente de ocupação das fazendas e lavouras, onde as populações irradiadas pelas vilas catarinenses de Curitiba, Campos Novos e Lages e as povoações paranaenses de Rio Negro, União da Vitória e Palmas passaram a ocupar o espaço contestado. As vilas paranaenses de Rio Negro e União da Vitória ocupavam os dois leitos dos respectivos rios (Negro e Iguaçu), que deveriam demarcar a divisa entre os estados. Os paranaenses irradiaram-se em várias direções: a partir de Rio Negro, fundaram as vilas de Três barras, Papanduva e a Colônia Lucena (Itaiópolis), próxima às nascentes do rio Itajaí do Norte; a partir de União da Vitória fundaram as vilas de Valões, Poço Preto e Vila Nova do Timbó, todas na margem esquerda do rio Iguaçu; a partir de Palmas, fundaram as povoações de Clevelândia e criaram os distritos de Chapecó, Campo Erê e Irani. (MACHADO, 2004, p.127)

Outra frente de ocupação ocorre pelo litoral adentrando o sertão. Aqui, destaca-se a chegada dos imigrantes até Canoinhas a, aproximadamente, 72Km de União da Vitória e Porto União.

Os catarinenses, em contrapartida, a partir do litoral norte de sua província, colonizaram com imigrantes alemães as terras ducais pertencentes à família real brasileira e fundaram, a partir de Joinville e subindo pela serra do Mar, a colônia São Bento e o município de Campo Alegre. Para ligar essas comunidades ao litoral é aberta, ainda no século XIX, a estrada de rodagem Dona Francisca. A partir do núcleo São Bento, em 1889, os catarinenses fundaram o povoado de Canoinhas, quase às margens do rio Negro, povoado este que é logo transformado em distrito do município de Curitiba, emancipando-se em 1911. (MACHADO, 2004, p.127)

Mesmo que Canoinhas tenha recebido a maioria de seus imigrantes de fluxos vindo do litoral e que tenha sido fundada a partir de São Bento, fica explícito que sua centralidade é mais fraca que aquela exercida por União da Vitória.

Vejamos um fato que ilustra essa situação ao longo da história.

{...} Gravíssimo incidente ocorreu em 1905, quando o juiz paranaense de União da Vitória formou uma força mista de 400 policiais e ‘voluntários’ a pretexto de prender criminosos escondidos no vale do Timbó. Segundo o presidente do Paraná, estes ‘criminosos’, eram ‘protegidos por autoridades catarinenses falsamente constituídas’ nesta jurisdição. O motivo imediato para a formação da expedição foi o boato dando conta de que o coronel Demétrio Ramos investiria contra a cidade de União da Vitória, com uma milícia de 500 homens montada com a colaboração de comerciantes de erva-mate de Canoinhas e do próprio governo catarinense. É um evidente exagero. Seria muito difícil armar 500 homens no vale do Timbó e no distrito de Canoinhas; muito mais improvável seria este grupo investir contra União da Vitória, o centro mais rico e populoso do Paraná no Contestado {...} (MACHADO, 2004, p.131)

Em razão da força socioeconômica Fagundes faz o seguinte relato sobre as Gêmeas do Iguaçu

Na década de 50, União da Vitória estava entre as maiores e mais prósperas cidades do estado; era a mais importante cidade do sul e sudoeste do Paraná, exercendo influência econômica e cultural sobre toda esta região. Dentro de toda essa conjuntura começou a ser pensada a possibilidade de criação de curso superior em União da Vitória. (FAGUNDES, 2005, p.07)

Da citação acima podem-se fazer duas considerações importantes sobre União da Vitória e, conseqüentemente, sobre sua “irmã” Porto União: a primeira sobre o momento de força econômica pautada na extração da erva-mate e madeira; a segunda sobre a situação atual cuja influência sobre seus municípios vizinhos se dá pela produção do conhecimento (Universidades) e oferecimento de serviços em geral e do comércio que também é bastante diversificado.

O início dos municípios de União e Porto União está diretamente ligado à sua posição geográfica que facilitava o escoamento de produtos como o sal e o gado. Segundo Riesemberg (1973), as incursões adentrando o sertão do Tibagi culminaram na descoberta dos campos de Guarapuava e posteriormente, ensejou-se as novas entradas em direção ao vale do Iguaçu. A ideia era povoar sua margem e utilizar o rio como via de comunicação. Nesse trajeto foi-se conhecendo os campos de Bituruna, Palmas e localidades como de Porto Vitória.

No momento da conquista, na verdade, a via mais fácil de acesso aos campos de Palmas era por Guarapuava, através de terrenos já em partes explorados e segundo notícias suficientemente conhecidas. De lá partiram, com efeito, as duas bandeiras povoadoras que, em 1839, por caminhos diferentes e simultaneamente, chegaram aos desejados campos dos butiazeiros {...} O esforço daqueles pioneiros foi plenamente compensado, pois em 1851, segundo informação de José Joaquim Pinto Bandeira, 36.000

reses já povoavam os belos campos da margem esquerda do Iguaçu, representando parcela apreciável da economia paranaense. (RIESEMBERG,1973,P.40)

Nesse período inicia-se o que posteriormente, foi um marco significativo para a economia paranaense, ou seja, o conhecimento do rio Iguaçu. A princípio a descoberta do vau (parte rasa do rio para passagem de pessoas, gado, entre outros) e depois o potencial para navegação.

Entretanto, uma dificuldade surgiu decorrente do abastecimento do sal necessário aos rebanhos. O transporte por Guarapuava era muito dispendioso, em virtude da extensão e do acidentado do caminho. A picada de Paula Gomes, além de péssima, levava apenas ao Iguaçu, criando, depois, o problema do transporte fluvial, que dificilmente podia ser atendido pelos criadores. Em face destas circunstâncias, deliberaram os fazendeiros de Palmas abrir uma estrada que os puzesse em comunicação direta e fácil com os mercados do sal. Com este objetivo, Pedro Siqueira Côrtes, em 1842, partindo de Porto Vitória, procurou um ponto em que o Iguaçu desse vau, indo encontrá-lo poucas léguas acima, onde surgiu, logo depois, o antigo Porto da União. Dali rumando para nordeste, levou uma picada até Palmeira. Por outro lado, em 1846, os fazendeiros, partindo dos campos, abriram outra picada que foi cair diretamente no vau, completando-se, desta forma, a antiga estrada de Palmas. Este caminho assume relevo histórico, porque representa o primeiro eixo de povoamento do vale. Ao longo dele formaram-se as primitivas posses de terra e constituíram-se os primeiros agrupamentos humanos. (RIESEMBERG, 1973, p.40-41)

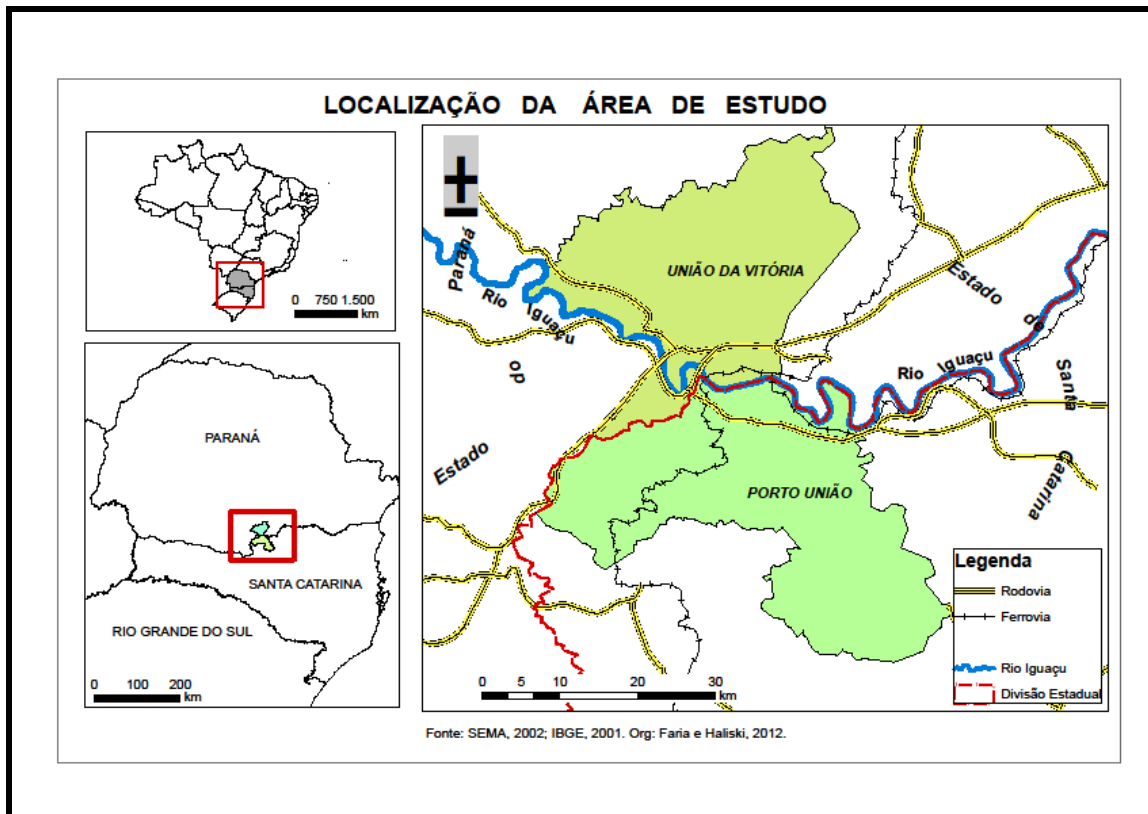
Segundo Riesemberg (1973), o rio não foi abandonado e nele estabeleceu-se um serviço de navegação por canoas realizando o transporte de gêneros que necessitavam os fazendeiros. Porém, somente em 1882, foi que Amazonas de Araújo Marcondes iniciou com a navegação a vapor (nome da embarcação era “Cruzeiro”)

O apito do ‘Cruzeiro’ ecoou no vale imenso como um trompejamento glorioso, anunciando o advento de uma nova era. Na verdade, o rio passava a constituir um segundo eixo de povoamento: o da colonização européia do vale. Por outro lado, em 1905, uma estrada de ferro, a então ‘São Paulo – Rio Grande’, atravessou o rio Iguaçu exatamente no vau do Porto da União, pondo o vale em sólida comunicação com o país. Um pouco mais tarde, em 1915, pela linha férrea ‘São Francisco’, que partiu do mesmo vau, ele se comunicou diretamente com o mar. (RIESEMBERG,1973,p.41)

Essa mesma linha férrea serviu para dividir União da Vitória e criar um “novo” município chamado Porto União. Segundo Gaspari (2005), a denominação inicial de Porto da União foi alterada para Porto União da Vitória em 1855; em 1877 virou Freguesia de União da Vitória; em março de 1890 se torna Vila de União da Vitória. Permaneceu assim até 1916, quando foi assinado o acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, dando fim ao conflito do Contestado.

Com esse acordo as cidades são divididas em duas: Porto União e União da Vitória; por isso são chamadas popularmente de 'Gêmeas do Iguaçu'. Política e administrativamente são duas cidades; entretanto, histórica e culturalmente uma só, considerando os valores culturais e sociais que a caracterizam e permeiam o agir e o pensar dos seus moradores. (GASPARI, 2005,p.95)

Nas gêmeas do Iguaçu tem-se o mesmo tipo social dividido, somente, por linhas administrativas fixadas pelos municípios em questão.



Assim, pode-se morar em Porto União e ir ao cinema em União da Vitória ou morar em União e trabalhar em Porto União, entre outros exemplos, sem que os moradores percebam essa migração intermunicipal e interestadual. Basta cruzar a linha férrea que ora você estará em União da Vitória – PR ou, no sentido inverso, Porto União – SC.

4.4.2 Instalação de madeireiras e serrarias

Pela ocupação tardia do território verifica-se que serrarias e madeireiras de grande porte instalaram-se após a implantação da linha férrea. Antes, as

dificuldades de escoamento da produção eram muitas, as madeiras eram transportadas através de carroças até os pontos de parada de embarcações, serrarias ou marcenarias locais. Segundo Hort (1990), o ciclo da madeira no território, iniciou-se com a chegada das primeiras caldeiras a vapor, em 1884, o que propiciou a instalação das primeiras serrarias.

As grandes reservas de espécies vegetais madeiráveis atraem o investimento estrangeiro, sendo o mais significativo na história deste território a implantação da Lumber. Em 1909, prevendo o aumento dos negócios da madeira, em função da facilidade de escoamento de produção pela ferrovia, a *Brazil Railway Company* subsidia a *Southern Brazil Lumber Colonization Company*, e instala no território as duas maiores serrarias do Sul do país, uma em Três Barras e outra em Calmon, ambas em Santa Catarina. Altamente mecanizada para os padrões da época, necessitava pouca mão de obra e produziam muito, provocando a falência das pequenas serrarias da região³⁷.

Toda bibliografia que aborda a temática do Contestado, cita a implantação de serrarias pela Lumber, enfocando-a como símbolo da modernidade que adentrava o sertão, até então repleto da rusticidade sertaneja. Podendo explorar nove quilômetros de cada lado da estrada de ferro, a Lumber propiciou mudanças econômicas e sociais neste território. Atraídas por ofertas de empregos, pessoas de diversas regiões do Brasil e da Europa concentraram-se ao longo da estrada, extraíndo, serrando e transportando madeira.

Segundo Tonon (2002), a companhia construtora da ferrovia não respeitou o tratado contratual que demarcaria nove quilômetros de cada lado. Utilizou-se de uma demarcação de quinze quilômetros de cada lado do eixo onde passaria a ferrovia. A demarcação da área não levou em conta sesmarias e posses. O traçado da ferrovia estava sob a responsabilidade da empresa que, em conluio com uma equipe formada de topógrafos e engenheiros enviados pelo Governo paranaense, estabeleceu um traçado que atingisse as melhores áreas de florestas de araucárias e madeiras de maior interesse comercial.

³⁷ O corte dos pinheiros era completamente indiscriminado e, a par de outros motivos, provocava mais um problema social, o desmatamento, e ainda prejudicou a criação de porcos debaixo dos pinhais, a extração da erva mate e as pequenas serrarias (CONHECENDO, p.28, 2004).

A utilização da madeira, apesar de sempre estar associada à exploração do mate³⁸ (combustível de embarcações e casas, construção de casas, embalagens, entre outros), não tem papel de destaque no cenário econômico paranaense e catarinense até a década de trinta.

A propósito da indústria madeireira é oportuno assinalar ainda que ela pouco beneficia as regiões em que se desenvolve. O industrial madeireiro quase nunca pertence à região; geralmente vem de fora; alguns nem sequer residem nas serrarias, que funcionam sob a orientação de feitores. E nem tampouco fica na região o capital apurado na industrialização da madeira, afora os poucos salários pagos aos trabalhadores. Desta forma, abatidos os pinheiros de uma zona, um montão de serragem marca, ele só, a passagem daquela indústria (RIESENBERG, 1973, p.140).

Quanto à origem e evolução tecnológica das serrarias, Lazier (2003) afirma que foi no final do século XIX, com Antonio Rebouças, que começou a industrialização do pinheiro. Passou-se do giro lento da roda d'água do velho engenho para a rotação rápida da máquina a vapor. Em torno do pinheiro, organizou-se a maior indústria de madeira do país – as serrarias. Formaram-se em torno dela novos grupos de trabalhadores: os boiadeiros, carroceiros, os serradores, os maquinistas, conservadores de estradas, empilhadores de madeira, entre outros. As serrarias, porém, não exerceram função povoadora e sim transmigradora, por exemplo, terminadas as árvores existentes, a serraria mudava para outra região, ficando no local um monte de serragem, e não uma cidade.

A extração e industrialização da madeira estão ligadas à ocupação humana do planalto norte de Santa Catarina e Sul do Paraná. Municípios como “[...] Canoinhas e Caçador emergem economicamente com a exploração da erva-mate e da madeira³⁹” (TONON, 2002, p.85).

A partir da segunda década de 1900 a indústria madeireira começou a tomar incremento no vale. Todavia, nenhum amparo deu à economia colonial. Em primeiro lugar, porque a quantidade de pinheiros ainda existentes nos 25 ou 30 hectares dos lotes rurais dadas a prospecção de 40 árvores por alqueire, era demasiado pequena. Em segundo lugar,

³⁸ Segundo Lazier (2003), a produção de divisas com a exportação dependia do mate, que chegou a representar 98% do total das exportações paranaenses, em 1902. Em volume, a exportação foi de 12.462 toneladas em 1867, para 97.500 em 1928. Daí em diante, começou a cair, chegando a apenas 23.000 em 1983. O principal motivo da queda da venda está ligada à produção deste produto pela Argentina, que era a maior compradora do produto brasileiro.

³⁹ Conforme Tonon (2002), a exploração predatória da madeira principia no início do Regime Republicano, com a instalação de empresas estrangeiras na região. As perspectivas de desenvolvimento da economia madeireira passam a atrair capitais estrangeiros, o que não acontecia na economia ervateira.

porque o preço do pinheiro era então muito baixo, equivalendo, de um modo geral, ao preço de uma arroba de erva mate. Mesmo nos vastos alqueires das posses a venda de pinheiros, naqueles dias, não representou capitais apreciáveis (RIESENBERG, 1973, p.139-140).

4.4.3 Fortalecimento da economia madeireira

O segundo setor mais importante da indústria de transformação paranaense, o da madeira, também podia, ainda em 1959, ser considerado como atividade primária, uma vez que 89% do valor de transformação industrial provinha da produção de madeiras compensadas, e somente 9% de peças e estruturas de madeira aparelhada. De outro lado, apenas 30% da madeira extraída, sofria operações secundárias no Estado, com todo o seu restante era exportado. (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p.241)

A capital do Estado era, aliás, o maior centro industrial, com seu município gerando 23,3% do total da transformação industrial paranaense. Neste sentido, os dez principais municípios eram: Curitiba (23,3%), Londrina (4,8%), Maringá (4,8%), Guarapuava (4,4%), Tibagi (3,5%), Ponta Grossa (3,4%), Arapongas (3,4%), União da Vitória (2,7%), Rio Branco (2,6%) e Paranavaí (2,6%). (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p.242)

Desde 1940, o ramo madeireiro passou a ser de suma importância para a economia dos municípios. Com dados obtidos junto ao IBGE, realizou-se uma descrição da representatividade desse ramo madeireiro na economia a partir da década de 1950 até 1980. Objetiva-se mostrar a predominância dos estabelecimentos ligados à madeira em relação aos demais. Inicia-se com Santa Catarina e posteriormente faz-se o mesmo com o estado paranaense.

Fazendo um confronto dos resultados dos censos industriais de 1950 e 1960, no estado de Santa Catarina, verifica-se que, dos 1.547 estabelecimentos ligados ao ramo madeireiro, ocorreu uma média mensal de empregos de 9.334 pessoas, no ano de 1950. Em 1960, o número de estabelecimentos voltados ao ramo madeireiro elevou-se para 2.167, e a média mensal de empregos subiu para 14.360. As empresas que trabalhavam com papel/papelão em 1950 eram 28, empregando um total de 985 pessoas. Em 1960, o número de estabelecimentos que trabalhavam com papel/papelão subiu para 68 e passou a empregar 2.136 pessoas.

Consultando os censos industriais de 1959/1960, no que diz respeito aos estabelecimentos por classe e gênero da indústria nos municípios de Santa Catarina, verifica-se a ausência de dados sobre a média mensal de empregos. Os dados encontrados se referem a Canoinhas, possuindo 102 estabelecimentos, no

total, sendo 1 representante de papel/papelão e 33 do ramo madeireiro. Porto União possuía 102 estabelecimentos, sendo 5 papel/papelão e 41 do ramo madeireiro.

Na década de 1970, dos 79 estabelecimentos de Porto União, 20 estavam ligados à madeira, 10 a móveis e papelão, assim, se tinha 657 pessoas ocupadas, sendo 223 na madeira e 82 no papel.

No ano de 1975, Porto União possuía 89 estabelecimentos com 1148 pessoas ocupadas, destes, 25 estavam ligados à madeira e empregavam 519 pessoas, 14 estabelecimentos se enquadram nos quesitos móveis/papel, sendo o último empregador de 211 pessoas.

Em 1980, o município de Porto União possuía 68 estabelecimentos que empregava 1.368 pessoas, sendo que 655 estavam ligadas à madeira e 331 ao papel.

Na atualidade, cerca de 84% da população é urbana e, conforme dados Município (2012), as 26 agroindústrias espalhadas por todo o interior envolvem mais de 250 famílias e significam 25% da economia de Porto União. Também é destacada a produção de embutidos onde são produzidos produtos como linguiça, salame, lombo defumado, costelinha, bacon e o chouriço. Com relação à indústria percebe-se a ligação direta como a área rural, pois ela depende basicamente da madeira. O seu parque industrial é constituído por 112 empresas de micro, pequeno e médio porte. O principal segmento é a indústria madeireira com 48% dos estabelecimentos, oferecendo produtos de maior valor agregado com as esquadrias, compensados, móveis e casas pré-fabricadas, além de bebidas e água mineral. Estima-se que a capacidade instalada de produção brasileira de portas seja de 6 milhões de peças por ano, o que significa que, com 56 fábricas, (colocando nesse cálculo os municípios vizinhos), produz efetivamente 18,6% da produção brasileira de portas, já que é responsável por uma produção mensal de 93 mil portas e cerca de 55 mil janelas, ou 1.116.000 portas/ano e 660.000 janelas/ano.

Fazendo o confronto do resultado dos censos industriais do estado paranaense nos anos de 1950 e 1960, na década de cinquenta, o estado possuía 561 estabelecimentos ligados ao ramo da madeira que empregavam 8.801 pessoas, e 18 empresas de papel/papelão com 1.297 pessoas, em média. Em 1960, os

estabelecimentos que trabalhavam com a madeira aumentaram para 1.459, empregando 19.744, e 21 empresas de papel/papelão com 2.863 empregados.

No ano de 1959, encontramos os seguintes números: União da Vitória, 83 estabelecimentos, 28 trabalhavam com a madeira e 1 com papel/papelão.

No ano de 1975, em União da Vitória, os 100 estabelecimentos empregavam 2.780 pessoas, 35 ligava-se a madeira com 2156 pessoas e 15 empresas de móveis/papel com 116 pessoas.

Na década de oitenta, dos 160 estabelecimentos, que ocupavam 4.421 pessoas, de União da Vitória, 59 era da madeira e ocupava 3.271 pessoas, e 21 móveis/papel com 269 ocupados.

Com relação à média mensal do pessoal ocupado no ramo da madeira em 1980, temos os seguintes dados: União da Vitória, 3.241.

Conforme apontado na pesquisa, a população urbana de União da Vitória é em maior número e chega próximo a 94,78% (IPARDES, 2012). Isso indica o peso da indústria da transformação, assim como a de bens e serviços neste espaço. Quando se relaciona o número de empreendimentos (1.478) com o de empregos (12.437) ainda se verifica o peso da indústria de transformação associada à madeira e seus derivados. As indústrias do mobiliário (91), papel e papelão (11) agricultura, extração vegetal, pesca e silvicultura (102) empregam cerca de 4.000 pessoas. Como também indicado na pesquisa, próximo a esses valores somente o comércio possui tamanha relevância, empregando algo em torno de 3.300 pessoas em 661 estabelecimentos. Os demais empregos estão distribuídos em distintos estabelecimentos na área urbana (IPARDES, 2012).

4.4.4 A madeira, os produtos e as matérias-primas

Entretanto, em 1949, as atividades industriais paranaenses podem ser ainda consideradas como pré-industriais de beneficiamento primário, de algumas matérias-primas oriundas da agricultura e da extração florestal. (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p.240)

Em estudos realizados pelo IPARDES (2005) e Haliski (2007), constata-se uma dinâmica econômica das Gêmeas do Iguazu com algumas diferenças, quando comparado aos anos anteriores a década de 1980. Referimo-nos especificamente à obtenção de matérias-primas e a própria organização da indústria. A diminuição gradual das reservas florestais locais, os reflorestamentos e a busca por madeiras agora também recebem o reforço da floresta amazônica.

{...} O *jerivá*, isolado ou em grupo numeroso, agita na altura o leque farfalhante; mas, dominando tudo, o pinheiro eleva o caule vigoroso e retilíneo por sobre a massa matizada da verdura, imprimindo à paisagem um cunho majestoso e melancólico. E a floresta derrama-se pelo vale amplo, variada e pujante: o cedro e a imbuia, as acácias e mirtácias, a *illex*
...

É, em toda a sua plenitude, a zona de araucária (RIESERBERG,1973,p.10).

Uma das preocupações dos empresários do ramo madeireiro é a disponibilidade de matéria-prima⁴⁰. A redução da cobertura vegetal para plantio de outras culturas comestíveis, queimadas, restrições por legislação ambiental são os argumentos mais comuns utilizados pelos madeireiros locais para justificar a falta de madeira.

Conforme dados obtidos junto ao IBGE Cidades (2007), constatamos que, no ano de 2006, os municípios do território, produziram juntos: 64.848 toneladas de erva-mate; 438 toneladas de pinhão (semente da araucária, comestível); 118.411 toneladas de carvão vegetal; 1.022.100 metros cúbicos de lenha; 231.100 metros cúbicos de madeira em tora; Abateram 60 mil árvores (de pinheiro brasileiro nativo); produziram 118.877 metros cúbicos de pinheiro brasileiro nativo (em toras). Com relação aos produtos da silvicultura, produziram: 652.000 metros cúbicos de lenha; 4.538.600 metros cúbicos de madeira em tora; 1.098.500 metros cúbicos de madeira em tora para papel e celulose e 3.441.340 de madeira em tora para outras finalidades.

⁴⁰ Este foi o motivo da criação do Projeto Renda Crescente, coordenado pela Câmara dos Dirigentes Lojistas de União da Vitória. O projeto consistia em informar a população sobre a falta de matéria prima para a indústria madeireira que iria ser sentida já a partir de 2003. Desta forma, o objetivo era mostrar para a população que respeitando as leis ambientais era possível plantar o pinus, respeitar a natureza e ainda ganhar dinheiro. A propaganda era feita fazendo um comparativo da região sul do Brasil com a Finlândia, mostrando que aqui pode-se colher o pinus com 20 anos e que naquele país levaria 80 para se atingir o mesmo porte. A propaganda era feita visando mostrar que em propriedades pequenas poder-se-ia ganhar dinheiro.

A obtenção da matéria-prima é fundamental para a sobrevivência de uma empresa madeireira. O estudo realizado em 2005 pelo IPARDES, com os madeireiros das Gêmeas do Iguaçu, mostra que esse é um desafio a ser superado. Conforme a pesquisa, 57% dos madeireiros não têm reserva florestal própria. Dos 43% restantes, mesclam-se reflorestamentos de espécies variadas como o pinus, eucaliptus e outras. Conforme o PDI (2006), a madeira mais utilizada na atualidade é o pinus, com 200 fornecedores, sendo os maiores fornecedores o estado do Paraná (68%) e Santa Catarina (32%). Destacamos que, além do pinus, é usado o cedro, itaúba, jequitibá, imbuía, canela, bracinga, entre outras.

Lago (2000) mostra que, em substituição a economia florestal extrativista, iniciou-se, de forma mais consistente, nos meados dos anos de 1960, o esforço do reflorestamento, orientado para a formação de maciços homogêneos de espécies exóticas de coníferas do gênero pinus, mais moderadamente com espécies do gênero eucaliptus e, também, de nativas. A legislação de incentivos fiscais ao reflorestamento, não mais vigora, mas persistem normas de repovoamento arbóreo que influem em mudanças no domínio vegetal e na própria fauna.

Com relação à origem dos insumos utilizados pelos municípios, verifica-se maior dificuldade em conseguir madeira dura proveniente do norte do Mato Grosso e do Sul do estado do Pará. Como o deslocamento é feito por carretas, os problemas mais frequentes são a quebra do veículo, geralmente pelas péssimas condições de rodovias, e o atraso na entrega das cargas, pois em períodos de chuva no Norte do Brasil é comum o veículo ficar atolado na lama até por vários dias. Essas condições adversas encarecem o produto final.

A produção e obtenção de matéria-prima são variadas, assim como o destino das vendas. Os produtos têm como principais consumidores a população do Paraná, São Paulo e Santa Catarina.

Segundo Martini (2003), a cadeia produtiva do complexo madeireiro inicia-se a partir da floresta nativa e ou reflorestada. A madeira extraída (toras) é processada de acordo com a finalidade, seja combustíveis (carvão e lenha) ou industriais. Dos **serrados**⁴¹, originam-se os móveis, esquadrias, madeira para construção civil e

⁴¹ Madeira serrada é a denominação genérica de vários produtos derivados de madeiras sólidas, como tábuas, pranchas, dormentes, entre outros.

outros fins. Os **painéis**⁴² podem ser divididos em madeira sólida (lâminas e compensados) e os reconstituídos (aglomerados⁴³, MDF⁴⁴, OSB e Hardboard); e a **polpa** (pasta de alto rendimento e celulose).

Com relação ao destino dos produtos derivados da madeira, verifica-se que é muito diversificado.

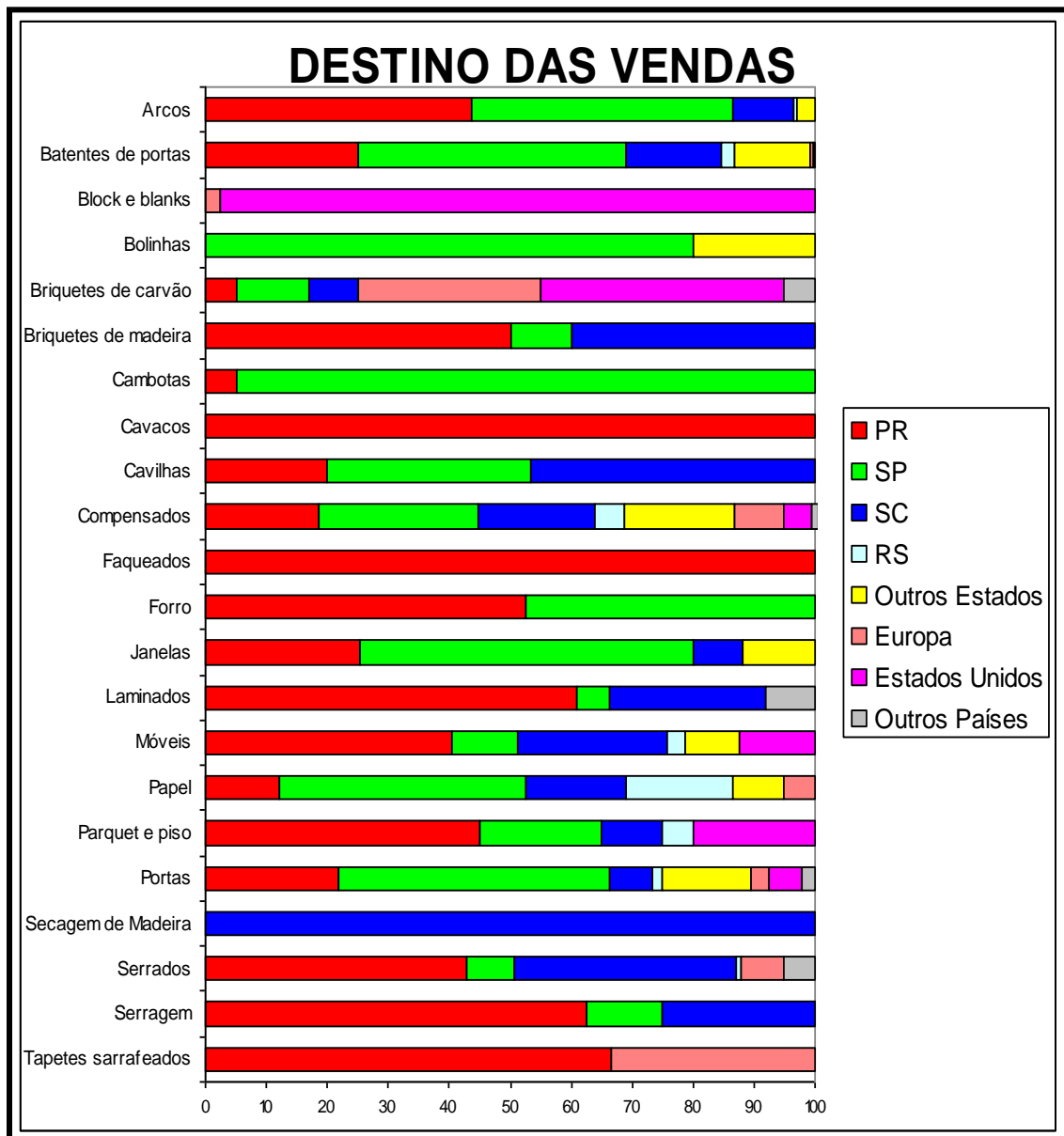


Gráfico 1 : Destino das Vendas; Fonte: IPARDES 2005

⁴² É desenvolvido por um processo de colagem, compreendendo vários processos de produção.

⁴³ Painéis de partículas prensadas.

⁴⁴ *Medium Density Fiberboard* - MDF, *Oriented Strond Board* - OSB, *High Density Fiberboard* – HDF, são painéis manufaturados de fibras de madeira.

De acordo com a pesquisa realizada por Martini (2003), o tempo de permanência de micro e pequenas empresas em União da Vitória e Porto União é de 39,9%, mais de dez anos; 6,06%, dez anos; 3,03%, nove anos; 6,06%, oito anos; 12,12%, sete anos; 3,03%, seis anos; 12,12%, cinco anos; 6,06%, quatro anos; 3,03%, três anos; 3,03%, dois anos; 6,06% até um ano.

Pode-se ressaltar que a instalação dessas empresas se dá pelo processo histórico geográfico que propicia condições para tal, caso contrário, elas seriam instaladas em outro território. Lins (2000), ao discorrer sobre o estado de Santa Catarina, mostra que este estado reúne condições para abrigar políticas de desenvolvimento estribadas nas possibilidades e forças locais. A rigor, isso representaria prolongamento da tradição catarinense, pois o crescimento industrial do estado caracterizou-se pelo desempenho de firmas de origem familiar, claramente locais.

Constata-se que a atividade ligada ao ramo madeireiro nunca foi voltada, somente, para o atendimento dos mercados locais. Num primeiro momento, através do Rio Iguaçu e posteriormente pela ligação ferroviária de São Paulo com o Rio Grande do Sul, tivemos a circulação desses produtos. Assim, as relações de circulação, comunicação de produtos e mercadorias nunca estiveram restritos ao espaço local. O povo que se instalou próximo à ferrovia veio com o intuito de viver a *modernidade*, logo, beneficiar-se dela, seja em atividades ligadas à madeira (corte, transporte, carregamento, etc.) ou em outra, como o comércio, que pudesse beneficiá-lo, direta ou indiretamente, desse fluxo de pessoas e produtos. Na atualidade, como foi mostrado, Porto União e União da Vitória continuam mantendo relações de circulação e comunicação de produtos e mercadorias com vários estados brasileiros, destacando-se São Paulo, Paraná e Santa Catarina e mesmo com outros países, como os Estados Unidos, Inglaterra.

4.5 A história de um rural “escondido”: uma história das árvores?

A paisagem fitogeográfica do Município de União da Vitória está inserida na microrregião do Médio Iguaçu. É representada por florestas subtropicais, com a presença da araucária, faxinais e mata de várzea. (HORT, 1990,p.45)

{...} O distrito de Porto União já apresenta uma produção de cereais, capaz de poder abastecer a cidade toda. Entretanto, o problema da colonização das terras do distrito ainda não teve solução desejada. Falta-lhe, sem dúvida, a atenção bastante do Poder Público, para os núcleos onde trabalham os braços poloneses, como disto é testemunho a Nova Galícia, e mais ao que lhe ficam ao pé, na linha-sul da estrada de ferro. (FAGUNDES e RIBAS, 2002, p.49)

Eis a imagem do vale do Iguaçu: uma terra empírica e imprevidentemente expoliada. A fertilidade do solo foi sugada até a última gota. O pinheiro gigantesco – um ciclo vegetativo secular – foi trocado, na sua maior parte, por um grão que germina em três meses – o trigo. E se vão indo os derradeiros troncos de imbuia – a nobre *ocotea porosa* – permutados por reles divisas africanas ... Mas, das clareiras abertas, o homem do vale, agora mais experimentado e melhor informado, já traça novos rumos sócio-econômicos. Os matos maninhos que cobrem a terra esvaída vão sendo substituídos, já em largas extensões, por pastagens mais nutritivas e mais resistentes as variações climáticas. As áreas desertadas pela derrubada colossal vão sendo replantadas em tratos crescentes. À economia destrutiva que imperou no passado segue-se, embora nos primitivos passos, uma orientação construtiva largamente promissora. Refaz-se ordenadamente o que intempestivamente de fez. (RIESEMBERG,1973,p.149)

No pós-Guerra do Contestado, nos últimos 90 anos as relações que envolvem o direito à terra, sob o ponto de vista constitucional, não chegou às ex-terras contestadas. Milhares de trabalhadores rurais ainda sobrevivem da parceria, do aluguel da terra e da posse, isso sem comentar o fato de que milhares de hectares de terras regionais se mantêm sob a grilagem de importantes ‘*empresários rurais*’ que podem ser correlatos aos ex-coronéis do Contestado. (FRAGA, 2006, p.95)

Falar de um rural “escondido” é uma forma de chamar atenção para um território onde o destaque é a madeira e até mesmo a ideia de natureza é associada “somente” às árvores. Pois bem, como foi mostrado até o momento, além dos conflitos socioambientais no processo de formação das Gêmeas do Iguaçu emerge a questão da necessidade de moradia e sobrevivência pelo uso do solo, seja pela retirada de madeira, pelo reflorestamento, ou pela agricultura de subsistência.

A questão que queremos mostrar é que as árvores estão no rural e seus usos impactam essa realidade e também a da(s) cidade(s). Quando evidenciado a centralidade que União da Vitória e Porto União (por consequência da relação entre elas) desempenham no norte de Santa Catarina e sul do Paraná, ficou latente a sua função de abastecedora de suprimentos para os municípios a sua volta. Mas o que

talvez não tenha sido percebido é que essas funções têm uma história ligada ao rural. Se as grandes serrarias e madeireiras estavam em União da Vitória e Porto União, onde estavam as árvores? Obviamente que na área rural destes municípios e daqueles no seu entorno.

A madeira, as árvores e os reflorestamentos sempre aparecem como um capítulo à parte ao rural nas bibliografias que abordam as Gêmeas, ou seja, como se não estivessem lá. Por exemplo, ao se referir a União da Vitória, Hort (1990) diz que a indústria extrativa (madeira e mate) constitui um fator de grande importância para o município, já a agropecuária não possui destaque em razão: dos terrenos excessivamente acidentados; dos solos ácidos; da falta de técnicas modernas; da falta de assistência técnica e financeira; do predomínio de culturas de subsistência e dos latifúndios. Sobre os reflorestamentos ele afirma que:

O reflorestamento exerce importante papel econômico no Município, principalmente no setor madeireiro, tendo em vista que as florestas nativas foram praticamente devastadas e as empresas madeireiras convenceram-se que a solução é o reflorestamento: **É de se lastimar que tal iniciativa tenha começado tão tardiamente, mas é melhor tarde do que nunca.** Hoje já esta sendo industrializada a madeira reflorestada. As principais espécies reflorestadas são:

- pinus eliotti
- pinus araucária
- eucalipto
- bracatinga
- erva-mate (HORT, 1990, p.42-43 grifo nosso)

Sobre o reflorestamento o Agente Florestal do município de Porto União assim se expressou em 1942:

O replantio está sendo feito regularmente, sendo que a Southern Brazil Lumber Col. Comp. Incorporada, continua sendo a líder, visto que, o maior replantio lhe pertence atualmente. Os proprietários de terras, onde é extraída a madeira, continuam procedendo da mesma forma, substituindo as árvores abatidas **por mudas da mesma espécie, ou de outras essências florestais.** (FAGUNDES e RIBAS, 2002, p.69 grifo nosso)

A questão se torna mais interessante quando do ato de uma publicação do Correio do Povo em 1941. O relato é muito próximo das ideias defendida por autores como Bonifácio, Rebouças, Maack e Martins.

E, aludindo ao zelo com que vem cuidando do reflorestamento, em Santa Catarina, assim se fez ler o respeitável diário da Empresa sulriograndense Correio do Povo, em sua edição do dia 18 de março de 1941:

Uma nota sobre o reflorestamento.

No Estado de Santa Catarina, um município – o de Porto União – acaba de oferecer o exemplo de estar reconstruindo suas matas por meio do replantio. Milhares de pinheiros ali são abatidos, para atender a indústria madeireira; no entanto, mudas da mesma árvore em número superior aos troncos abatidos, são entregues ao solo, para que, mais tarde, não ofereça o vácuo em lugares que a natureza povoara de árvores.

Ali não se troca o pinheiro pelo eucaliptus, como se faz em certas partes, tirando o encanto de uma vegetação nativa. Ali se guarda o que é primitivo. Não diferencia o aspecto de nossas selvas, matando-o.

Não só mudas de pinheiro como de outras genuinamente nossas do Brasil, são cultivadas para que o patrimônio vegetal não desapareça naquelas paragens, onde, no dizer da nota divulgada pelo Inspetor florestal da região, se obedece ao Código, se **respeita a lei do reflorestamento e, sobretudo, se deixa para as gerações futuras um usufruto** que, noutras partes, não é considerado sagrado e, por isso, se desbarata.

Seria o caso de, em face do que está se procedendo na comuna catarinense, se perguntar se entre nós há um movimento igual e qual o município onde ele se opera. (FAGUNDES e RIBAS, 2002,p.69-70 grifo nosso)

O que se planta(va) além de árvores? Como a agricultura desenvolveu-se basicamente para subsistência aparecem em destaque: milho, feijão, arroz, uva, mandioca e soja (plantados até a atualidade). Alguns produtos cultivados em outros momentos na área estudada, como na década de 1940, não se plantam mais, é o caso do centeio e do trigo (Fagundes e Ribas, 2002) e também da cevada e do linho (Riesemberg, 1973). Resta salientar o crescimento na produção de frutas vermelhas (morangos, amoras, etc) e hortaliças para a comercialização em feiras semanais nas áreas urbanas dos municípios.

O autor regional que mais se aprofundou na discussão sobre o rural das Gêmeas do Iguaçu foi Riesemberg (1973). Embora sua preocupação tenha sido mostrar o processo de ocupação humana no vale do Iguaçu, dentro de uma perspectiva econômica, percebem-se nele as influências de autores como Maack e Martins que o permitiram uma interpretação da relação do meio ambiente físico com o humano e, desse modo, das permanências e rupturas de hábitos e costumes no rural propiciado pelos fluxos migratórios. No seu estudo, evidencia-se desde as rotas indígenas que viraram caminhos de tropas (estradas), passando pela navegação do rio Iguaçu (sua importância econômica e migratória), até a implantação da estrada ferro. Dito isso, discute-se desde as riquezas naturais dos ervais e pinheirais até o empobrecimento de um solo pobre por natureza. Ressalta-se ainda a importância

genética da entrada dos imigrantes europeus e seu contato com “com o elemento nacional” num processo aculturativo ininterrupto.

Sobre a ocupação humana em União da Vitória vai-se delineando, mais uma vez em nossa história, um sistema de privilégios (questionado pelos caboclos do Contestado) na concessão de terras. Essa prática era mais comum com as grandes empresas, mas também ocorreu com os imigrantes, pois “Aproveitando o contingente estrangeiro que chegava à região, a prefeitura de União da Vitória mandou medir, em 1895, no rocio da vila, 88 lotes de 10.000 m², que entregou gratuitamente aos colonos que neles se instalaram.” (Riesemberg,1973,p.105) O tamanho dos lotes rurais variam de 1 a 25 hectares (como em Cruz Machado, então distrito de União da Vitória até 1951).

No processo de distribuição de terras grandes propriedades passaram a contrastar com as pequenas, e as casas dos “nacionais” (nas palavras de Riesemberg) com o estilo europeu adaptado ao frio daquele continente (ex. casa com sótão para armazenar alimento e uma angulação do telhado suficiente para resistir à neve). Os ritos religiosos e a própria arquitetura das igrejas são marcantes {...} o polonês trouxe um sentimento religioso intenso {...} e através do qual a grei se unia – a instituição religiosa” (Riesemberg, 1973,p.120). O uso da cevada para fazer bebida que substituía o café e o linho para o fabrico do tecido também foram necessário (é marcante o colorido dos lenços sobre as cabeças da mulheres), mas não menos importantes do que criar patos e gansos para utilizar suas penas nos enchimentos de travesseiros e cobertas.

Aliados à produção de grãos, como o trigo e o centeio, instalam-se moinhos para beneficiá-los. Como poucos podiam construí-los ou deslocar seus grãos até um existente utilizou-se em larga escala a “jorna”, ou seja, uma máquina utilizada para moer os cereais.

Outra contribuição europeia veio pelas carroças a as suas múltiplas utilidades como, por exemplo, transporte de pessoas, madeiras, ervas e mercadorias em geral.

A carroça polaca desempenhou papel importante nos transportes coloniais.

Em primeiro lugar, ela se harmonizou perfeitamente com os lotes rurais, em cujas pequenas dimensões não caberiam pastagens suficientes para manutenção de um número grande de animais, como era o dos que constituíam as tropas; em segundo lugar, ela acomodava mais simplesmente e com maior proteção os produtos coloniais. Outras vantagens apresentava ainda, como no transporte de pessoas e na

velocidade dos percursos. E os danos que produzia nas estradas não eram maiores que os produzidos pelas tropas e nem tão grandes como, através de observações superficiais, são pintados às vezes. (RIESEMBERG, 1973.p.126)

Hoje o que se tem nas colônias de União da Vitória e Porto União é um misto de elementos do início da colonização como elementos atuais. Exemplo disso são as igrejas “tradicionais” que passam a dividir fiéis com as evangélicas; a extinção de moinhos ou sua permanência como museu; além das carroças com rodas de madeira revestida de ferro outras com rodas de carros; a presença de carros de passeios, caminhões e tratores; casas de madeira e de tijolos; estradas mais largas e com pontos de parada de ônibus, entre outros.

Dito isso, se pode afirmar que de menor expressão econômica aparecem as práticas da pecuária, da apicultura e da piscicultura (Hort, 1990). Estas três atividades somadas à produção de alimentos e à extração vegetal são basicamente a essência do mundo rural das Gêmeas do Iguaçu, ainda hoje.

4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA

Entender as lógicas em torno da destruição e preservação/conservação da Natureza parece ser um grande passo rumo ao desenvolvimento de projetos socioambientais exequíveis e com bons resultados. Isso independe da escala: local, regional, nacional ou global. O clássico trabalho de Hirschman “Projetos de desenvolvimento”, publicado em 1969, já apontava para o fato de que bons projetos estão atrelados a bons diagnósticos. Ele fazia questão de afirmar que se um projeto foi ou será mal sucedido na execução é, justamente, por que teve falhas numa fase anterior. E, às vezes, mesmo que o resultado seja positivo ele caracteriza um mau planejamento⁴⁵. Parece que a relevância de tese reside neste espaço.

⁴⁵ Hirschman (1969) chama isso de princípio da mão oculta. Um exemplo citado por ele é de uma empresa que trabalhava com celulose, extraída da taquara. Porém, a empresa não previu que esse tipo de vegetação seca a cada 30 anos, ou seja, faltaria matéria prima. Alarmados com a situação os empresários investiram em estudos que resultaram em fontes alternativas a anterior e que acabaram sendo muito mais rendosas economicamente. O autor é enfático ao afirmar que o bom resultado não elimina o erro de planejamento por falta do diagnóstico preciso.

Nestes dois capítulos deparamo-nos com duas situações interessantes. A primeira relacionada à destruição - em nome do progresso - e a outra em torno do conhecimento da natureza visando à busca de um equilíbrio entre o que se produz e o que se consome. Essa aparente contradição também está em trabalhos como o de Simioni (2007). Embora o autor esteja mais preocupado em mostrar como os fatores econômicos impedem um planejamento energético, no Brasil, baseado em energias sustentáveis, fica explícito em seu trabalho a ideia de permanência numa lógica que vê a Natureza atrelada a valores econômicos e outra voltada à “sustentabilidade” visando aliar produção/consumo, sustentabilidade social e ambiental.

Essas questões tornam-se pertinentes mesmo quando se foca assuntos “mais modernos” como os transgênicos. Isso porque eles não são tão recentes como se pensa. A transgênia relaciona-se a pesquisas dos séculos XIX e XX, derivados de estudos como aquele realizado por Gregor Mendel que definiu, através de estudos com ervilhas, a transmissão de características hereditárias através de gerações (Benthien, 2007)⁴⁶. Na mesma lógica apontada por Simioni temos: de um lado os defensores da disseminação dos transgênicos, geralmente composto por grupos com força política e econômica para manter e influenciar em decisões e do outro lado ONGs, ambientalistas e a sociedade civil organizada lutando contra essa interferência humana na natureza que coloca a vida, a natureza e o próprio homem como objetos para uma possível manipulação. Verificamos que estas duas lógicas ou práticas, não são recentes. Mas em que medida elas se aproximam ou se distanciam? Elas são próximas ou são distantes? São basicamente duas lógicas que sintetizam a relação homem-natureza? Acredita-se que a empiria nos ajudará a responder estas questões.

De antemão se afirma, em razão das referências levantadas, que o povo de União da Vitória e Porto União foi forjado num contexto em que macroprocessos

⁴⁶ O Conselho de Informação sobre Biotecnologia (CIB) afirma que anterior a Mendel, intuitivamente os princípios da biotecnologia já eram usados para produzir pães, iogurtes, cervejas e muitos outros alimentos. Também ressaltam que a palavra biotecnologia é formada por três termos de origem grega: bio, que quer dizer vida; logos, conhecimento; e tecnos, que designa a utilização prática da ciência. Dentre as defesas para a utilização dos transgênicos a CIB destaca: a) a segurança dos transgênicos é avaliada rigorosamente; b) o meio ambiente é um dos maiores beneficiados pela biotecnologia; c) a biotecnologia está presente em diversas áreas (ex. agricultura, indústria farmacêutica, alimentícia e química); d) a biotecnologia contribui para o futuro como, por exemplo, na produção de alimentos para combater a fome; e) o Brasil possui legislação para a rotulagem de produtos geneticamente modificados; f) organizações mundiais como a FAO/ONU e a OMS apoiam; g) pagamento de royalties.

sociais, como as políticas de colonização, influenciaram no dia a dia das pessoas, em especial do mundo rural. Diferentes hábitos e costumes passaram a dividir o mesmo espaço, ora se fundindo (ex. sincretismo religioso, visto através do monge), ora se afastando (ex. festas típicas). E os recursos naturais? Bem, de um lado dilapidado por empresas como a Lumber e, do outro, “cuidado”, “protegido”, por moradores “antigos”(caboclos) e “novos” (imigrantes). O empresário conhecendo a dinâmica natural para ganhar mais dinheiro e os moradores para (sobre)viverem por mais tempo a partir dele. Daí duas questões devem ser aferidas: a primeira relaciona-se aos resquícios da economia da natureza e, a segunda, o conhecimento popular que resultou das próprias práticas que se perpetuam e/ou resignificam ao longo do tempo.

Nesta primeira parte da tese foram abordados alguns dos principais aspectos considerados relevantes para o estudo da formação social do território, onde se inserem as Cidades Gêmeas do Iguaçu. Esses aspectos que ainda mantêm algum tipo de vinculação com a dinâmica histórica atual, podem ser assim resumidamente apontados:

Até o momento intencionou-se mostrar como a formação histórica da ocupação da região influenciou no modelo de exploração econômica que se tem, bem como, a relação entre este território e as formas de apropriação dos recursos naturais. Pontuou-se que as dinâmicas populacionais, resultados de fluxos migratórios internacionais (de estrangeiros) e nacionais (de “brasileiros”) resultou num magma cultural que pode ser visualizado através de diversos atores citados, ou seja, são visíveis na figura do caboclo, dos monges, dos trabalhadores das empresas madeireiras e rurais, de imigrantes, etc. Disso tivemos como resultado as características culturais de um povo marcado pelo messianismo, pela cultura rústica, pelos usos dos recursos naturais, pela religião e por conflitos em torno da ocupação das terras com a implantação de grandes companhias extrativistas e de “colonização”. A presença do capital estrangeiro influenciou na distribuição de terras e na implantação de vias de comunicação “modernizadoras” como, por exemplo, a estrada de ferro, além de contribuir para a modernização de serrarias que se tornaram o símbolo da destruição da mata nativa em nome do progresso. Isso marca a participação do Estado neste processo. É o início da República propiciando uma nova dinâmica ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Trata-se de uma

opção pela indústria, pelo homem branco estrangeiro. O resultado foi conflituoso. Ele também marca a apropriação predatória dos recursos naturais e faz emergir uma estrutura social de classes ou de categorias sociais que vão tomando forma e definindo um padrão de conflito e de interesses regionais que conformarão a história do século XX na região. A modernização de máquinas e/ou o desenvolvimento de novas técnicas passa a significar maior lucro econômico e o domínio constante/contínuo da natureza. Enfim, é dessa trama de relações que se extraem elementos que mostram uma relação mais evidente entre aspectos estruturais e históricos do território estudado com as características ainda presentes hoje. Acredita-se que isso poderá ser evidenciado a partir das falas e discursos dos atores entrevistados, a respeito de como se constituíram visões e imaginários dessa história e da relação entre as práticas sociais, humanas e políticas verificadas com as consequentes implicações e impactos sobre o meio ambiente (natureza/ecossistemas e biomas).

Ressalta-se também que em meio a essa formação social conflituosa foi se forjando uma necessidade de se conhecer os recursos naturais para que os agricultores estrangeiros e “brasileiros” pudessem (sobre)viver da terra. Ao capital estrangeiro caberia retirar o que pudessem para obter lucros econômicos, porém, ao morador/trabalhador rural isso não era o suficiente. As suas vidas estavam atreladas ao que possuíam para viver. O contexto de fome e miséria que os caboclos e imigrantes estavam envoltos fizeram-nos utilizar ao máximo o que a natureza pudesse lhe oferecer. O conhecimento dos monges sobre as essências florestais parece a síntese desta prática.

Portanto, os macroprocessos sociais econômicos e políticos que o povo brasileiro e especificamente das Gêmeas do Iguaçu esteve envolto, é revelador de uma forma de ocupação e povoamento que visava explorar ao máximo os recursos naturais para que os mesmos significassem o lucro, o progresso e a sobrevivência. Desde o início do primeiro capítulo foi mostrado como isso tomou proporções significativas a ponto de receber o reforço da ciência para potencializá-lo (Pádua, 2002; Martins, 1944; Maack, 1981). Assim, o conhecimento e os usos dos recursos naturais estavam mais relacionados ao desenvolvimento econômico e à sobrevivência do que um espírito de preservação/conservação dos mesmos. Por isso a tese se estruturou em torno das discussões da economia da natureza, ou

seja, da necessidade de se conhecer a dinâmica sistêmica natural visando lucros futuros.

Na sequência, apresentamos nossa pesquisa de campo, buscando assim identificar como os elementos constitutivos do passado permanecem ou são ressignificados por alguns atores sociais da região, a fim de constatar a relevância dos temas aqui propostos: formação socioambiental do território; relação com a natureza nas propriedades rurais; os conflitos socioambientais da ou na área estudada; conflitos com as instituições ambientais; os usos, as técnicas e os costumes na utilização dos recursos naturais; utilização de técnicas de conservação/preservação dos recursos naturais; concepções sobre a degradação e o os impactos dos reflorestamentos com espécies exóticas; a relação entre o passado e o presente através dos hábitos alimentares e festivos; a importância da natureza e a perspectiva de futuro para os moradores/trabalhadores rurais; a necessidade do diálogo de saberes no território estudado; a influência da religiosidade popular nas formas de usos dos recursos naturais.

PARTE II

CAPÍTULO III

5. CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES/TRABALHADORES RURAIS E DE SUAS PROPRIEDADES: DO PERFIL DO GRUPO PESQUISADO AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A SUA REPRESENTAÇÃO DA PAISAGEM

5.1 Considerações iniciais

Com o propósito de compreender a permanência dos significados que os atores conformados sociologicamente atribuem à natureza - e como consequência a relação do homem com a natureza no meio rural - optou-se por uma metodologia de trabalho pautada em questionários/entrevistas a serem aplicados aos proprietários/moradores desse espaço. As perguntas abertas e fechadas foram aplicadas in loco e sempre pelo mesmo pesquisador. Esse contato direto com as pessoas foi de extrema importância para a pesquisa, pois evidenciou particularidades que muitas vezes não são percebidas através de leituras. Olhar no olho, ver as mãos calejadas, sentir o cheiro de suor, de poeira ou de comida, sentar em uma cadeira confortável ou em um pedaço de tora são sensações importantíssimas que enriquecem e gratificam o trabalho de campo.

As vivências do autor neste espaço rural - citadas na introdução desta pesquisa - e as distintas situações presenciadas foram fundamentais para escolha das áreas a serem aplicados os questionários/entrevistas. Nesse contexto, optou-se pelas colônias São Domingos e Rio Vermelho em União da Vitória-PR e Barreiros, Antonio Cândido (mais conhecida por Legru em razão de ser o nome da antiga estação da estrada de ferro), Nova Galícia, Stenghel e São Miguel da Serra em Porto União-SC. Com exceção de São Miguel, os demais apresentam uma população predominantemente polonesa/ucraniana. Este foi um dos motivos para suas escolhas, visto que, impera no discurso popular das gêmeas a noção de atraso econômico/social ligado à formação étnica. São Miguel da Serra, embora colônia alemã, apresenta um caso muito específico de uma propriedade que, na atualidade, possui um museu rural, por isso sua escolha.

5.1.1 Reconhecimento da área de estudo e aplicação de questionário

Embora já existisse um primeiro contato do pesquisador com a área rural, no final da década de 1990, enfatiza-se que em outras circunstâncias a ida até este espaço era esporádica e limitava-se a uma ou outra incursão buscando um banho de piscina ou cachoeira. Nesse sentido, foi necessário um reconhecimento da área de estudo. Isso ocorreu entre os dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2012 e, o propósito, foi o de selecionar possíveis propriedades para a aplicação dos questionários. É um trabalho muito importante, pois evita que o pesquisador perca tempo procurando pessoas ou pontos para, se for o caso, fotografar, entre outros. Outra questão é o próprio contato com a comunidade para tirar as primeiras impressões e se tornar conhecido, ou seja, uma ida a um armazém, a um pesque e pague ou uma conversa “informal” na beira da estrada se faz necessário.

A aplicação dos questionários e entrevistas iniciou-se no dia 10 e finalizada no dia 17 de janeiro. Ao todo se percorreu entre idas e vindas, do reconhecimento até o último questionário, algo em torno de 400 km. Poeira, chuvas intermitentes, fuga de cães, ferimentos em arames farpados, caras fechadas, sorridentes, desconfiadas ou um convite para comer morangos, tomar café e/ou sopa, fizeram parte do processo.

Ressalta-se também a inclusão de outros atores que não estavam nos planos da pesquisa, mas pela dinâmica natural da mesma foram incluídos e entrevistados. Referimo-nos especificamente aos representantes do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis), IAP (Instituto Ambiental do Paraná), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural) que foram citados em vários momentos pelos moradores da área rural e, nesse sentido, foram acionados para se pronunciarem sobre a compreensão institucional da relação homem/natureza e os seus respectivos papéis ou funções desempenhadas junto às comunidades rurais. Assim, num primeiro momento, foram aplicados 21 questionários em União da Vitória, 21 em Porto União e, ainda, as 4 entrevistas citadas.

Total de questionários	42
Homens	27
Mulheres	15
4 entrevistas	IBAMA, IAP, EMATER e EPAGRI

Quadro 1 – Total de questionários

5.1.2 Perfil das propriedades e do público alvo



Figura1: propriedades rurais da área estudada - Jan/2012.

O público questionado mora basicamente em propriedades com área inferior a 50 mil m² e, por esse motivo, são classificados como pequenos produtores⁴⁷. Todas as terras por estarem inseridas na transição do segundo para o terceiro planalto apresentam dobras íngremes que dificulta a utilização de máquinas grandes ou o plantio em grande escala como ocorre no norte do estado do Paraná. Assim, a produção de alimentos é pequena e diversificada. Produz-se milho, soja, feijão, batata, queijo, beterraba, morangos, hortaliças em geral. Nas terras onduladas, o gado aparece com frequência, assim como, nas partes baixas do terreno temos o cultivo de peixes para a prática de lazer (pesque e pague) ou atender o mercado local (principalmente no período religioso conhecido como quaresma). Destaca-se

⁴⁷ Sabe-se que existe um intenso e longo debate sobre o que determina o sentido de grande ou pequeno produtor. Na tese, o sentido é o mesmo daquele mostrado por Carvalho (1986), ou seja, a unidade de produção que é administrada por um grupo doméstico (família e parentes) e cujo processo de trabalho apresenta como componente determinante a presença da força de trabalho deste grupo doméstico, utilizando-se ou não de capital intensivo para produzir. Enfim, pressupõe que a força de trabalho assalariada é esporádica, ou seja, não é a maior parte do total da força de trabalho consumida.

ainda o que é mais visível nestas terras, ou seja, reflorestamentos de pínus e eucaliptos.

Em relação ao grupo pesquisado percebe-se o predomínio de pessoas com mais de 30 anos. Num primeiro momento parece que elas evidenciam aquilo que Nazareth (2009) chamou de uma opção por um modo de vida, ou seja, encontraram no meio rural a sua satisfação de necessidades econômicas, de moradia, de lazer, entre outras.

IDADE	
20 a 30 anos	06
31 a 40 anos	13
41 a 50 anos	11
51 a 60 anos	04
Mais de 60 anos	08

Quadro 2 – Idade dos entrevistados

A diferença do mais jovem para o mais idoso é de 62 anos. Isso associado ao predomínio de pessoas com mais de 31 anos e o tempo de contato com o rural torna-se extremamente relevante na compreensão das permanências e rupturas dos usos dos recursos naturais e, também, das características do povo em questão. A partir daí existe a possibilidade de conhecermos o passado pela tradição de alguns informantes escolhidos e, ao mesmo tempo, o presente pela análise de pequenos agrupamentos (CANDIDO, 1971). Num estudo realizado por Tonietto (2007)⁴⁸, sobre o sentido da tradição na ruralidade contemporânea, em uma comunidade de agricultores familiares descendentes de imigrantes europeus, no município de São José dos Pinhais/PR, constatou-se que as transformações sofridas pela agricultura familiar moderna não implicaram rompimento definitivo com as formas tradicionais camponesas. Isso significa que o estudo realizado por ela confirma a ideia de Candido (1971). Embora a autora não tenha dito, mas deduz-se, que as

⁴⁸ Fica evidente a influência que Tonietto recebe de autores como Wanderlei (2009) que entende a agricultura familiar como um ator social e, principalmente, de Chayanov (1981) que teve seus estudos (re)valorizados por Wanderlei e, gradativamente, ganha mais seguidores. Em nossa análise, a principal contribuição do autor (Chayanov) consiste em mostrar o espaço da agricultura camponesa no capitalismo e, ao mesmo tempo, mostrar a possibilidade de uma revolução camponesa e não aquela proletária, como queriam os marxistas (embora ele também fosse influenciado por esse pensamento). Na atualidade essa teoria é muito importante para mostrar a importância do rural.

permanências não devem ter ficado somente na forma de se fazer uma linguiça, na utilização de alguns alimentos, nos cultos a santos e festividades comunitárias, mas também nos “usos da Natureza”.

Outra situação que chama a atenção é número elevado de pessoas que se declararam como casadas. Isso é uma evidência da tentativa da manutenção de alguns hábitos e costumes religiosos que ainda permanecem neste espaço. Mesmo que predomine uma desconfiança de que a “Igreja só quer dinheiro” ressalta-se o esforço das comunidades para manter missas e festas populares que acabam sendo a memória de momentos, para eles, importantes.

Estado civil	
Casado(a)	34
Separado(a)	03
Solteiro(a)	03
Viúvo(a)	02

Quadro 3 – estado civil

Os imóveis visitados pertencem quase que exclusivamente aos proprietários. Nesse quesito ao menos duas considerações são importantes. A primeira relaciona-se as antigas colônias, ou seja, áreas de 10 alqueires que foram sendo gradativamente reduzidas. Pode ser o caso de uma família de 10 filhos que herdaram cada um 1 alqueire ou mesmo pessoas que vendem as terras em pedaços menores a interessados. A questão é que terras com área menor a 1,2 alqueire (ou 3 hectares) não recebem escrituras e, isto sim, um termo de posse expedido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Nesse sentido, muitos agricultores estão repassando posses que podem ser questionadas caso não haja, como dito, o reconhecimento legal. Como as áreas são pequenas não é raro encontrar pessoas que ganham dinheiro “extra” trabalhando na propriedade vizinha ofertando um serviço que aquele dono não pode realizar (talvez por razões técnicas como a falta de um trator ou quantidade de mão de obra) e vice-versa.

A segunda consideração, foco da tese, remete-nos à análise de um rural em movimento, dinâmico e cheio de conflitos principalmente no plano ambiental. A legislação ambiental aplicada às pequenas propriedades numa área íngreme e cheia

de rios reduz as possibilidades de uso do solo. Essa situação compromete a renda da família e por esse motivo, é alvo de muitas críticas.

Característica do imóvel	
Próprio	36
Cedido	01
Do patrão	05

Quadro 4 – Característica do imóvel

Tendo em vista que a modernização do início do século XX, provocou muita degradação nessa região (como mostram os livros que abordam principalmente o Conflito do Contestado) faz-se necessário discutir, com quem vive neste espaço, como eles veem as transformações paisagísticas do lugar que estão inseridos. Nesse aspecto o item “tempo de vivência na região” tende a mostrar como os moradores se relacionam com a natureza e, certamente, como percebem as modificações culturais, tecnologias, enfim, socioambientais. Principalmente através da fala dos mais velhos ter-se-á a capacidade de fazer um mapeamento centenário dessas relações citadas acima. O propósito, ou seja, a tese é evidenciar que **dentre** as lógicas que orientam as práticas da relação homem/natureza está um pensamento característico do final do século XIX e início do XX que é, basicamente, ver nos recursos naturais uma forma de ganhar dinheiro ou um recurso indispensável para a sobrevivência. Assim, se uma pessoa está preservando ou conservando os recursos naturais não implica, necessariamente, uma afetividade ou uma consciência ambiental, isto sim, uma necessidade.

Essa necessidade pode ser macro ou micro, por exemplo, não destruir a Floresta Amazônica em razão dos desequilíbrios climáticos e, obviamente, das consequências, pois todos perderão algo, seja em qualidade de vida ou numa lavoura que sofreu pela falta de chuvas, entre outros. Em escala micro está o rio que pode secar porque a vegetação ciliar foi retirada e vai deixar de fornecer água para irrigação ou outra finalidades.

Tempo no lugar	
Até 5 anos	08
De 6 a 10 anos	03

De 11 a 20 anos	05
De 21 a 30 anos	06
De 31 a 40 anos	08
De 41 a 50 anos	06
Mais de 50 anos	06

Quadro 5 – Tempo no lugar

Não se trata de afirmar que ninguém faz nada em prol da natureza sem fazer cálculos de benefícios, pois isto seria um grande equívoco. Bastam ver os inúmeros livros, congressos, eventos em geral, que mobilizam milhares de pessoas realmente preocupadas com os rumos que a sociedade está dando para si mesmo num contexto ambiental. Ora, destruir os recursos naturais é acabar com o próprio homem. A questão da tese é evidenciar que em muitas situações a natureza é vista como algo para o homem satisfazer suas necessidades. Isso não anula as práticas “bem intencionadas”, somente chama a atenção para algo que talvez não seja tão discutido. Esta questão será revisitada em outro momento.

Quando perguntados sobre a origem de sua renda, se ela é fixa ou não, surgem situações interessantes. A primeira relaciona-se aos aposentados que veem no benefício social um complemento e até mesmo segurança na renda familiar. A segunda liga-se a pessoas que fornecem produtos para agroindústrias como, por exemplos, frangos firmando um contrato. A terceira situação é de empregados com salário mínimo e o direito de produzir na propriedade para gerar ganho extra. A quarta refere-se a empregados que não possuem renda fixa, mas ocupam uma função de chacreiro, ou seja, é uma troca onde uma pessoa cede à outra o direito de morar na propriedade desde que ela zele pela mesma. Assim, se fizer um roçado para o patrão, um plantio, uma poda de ervais, entre outras, garantirá um ganho a mais. Geralmente tem um espaço para sua roça e um tempo, se for o caso, para prestar serviço a terceiros.

Uma questão “curiosa” é aquela que se refere ao imóvel classificado como cedido, pois o morador se diz dono da terra em razão dos anos de serviços prestados ao patrão. Como mora há bastante tempo no lugar e nunca recebeu nada pelos cuidados prestados à propriedade, isto sim, aos trabalhos como cortar e carregar toras, etc., garante ser o dono legítimo e negocia um pedaço de chão para

si. Hoje se declara como renda fixa visto que está aposentado e, como os outros pesquisados, planta para gerar um ganho extra ou garantir produtos de subsistência.

Renda fixa	
Sim	24
Não	18

Quadro 6 – Renda fixa

Embora as áreas rurais sejam próximas do centro urbano de União da Vitória e Porto União e, logo, das instituições de ensino básico e superior, percebe-se uma maioria de pessoas com baixa escolaridade. Dentro de um contexto histórico de exclusão social constata-se que os mais velhos possuem menos anos de frequência em escolas, ou seja, aprenderam basicamente a ler e escrever. Os mais novos pela infraestrutura à sua disposição como, por exemplo, linhas de ônibus ou escolas rurais na sua comunidade tendem a terminar o ensino médio e até mesmo ingressar na faculdade.

Escolaridade	
Até 4ª série	18
De 5ª a 8ª série	08
Ensino médio completo	08
Superior completo	05
Não responderam	03

Quadro 7 - Escolaridade

5.2 A relação com a natureza nas propriedades rurais: da produção aos conflitos socioambientais



Figura 2 - Paisagens predominantes⁴⁹ - Jan/2012.

Os pequenos produtores apresentam alguns elementos interessantes nos usos do solo. Onde não se pode plantar o gado é solto, faz-se um tanque de peixes ou utiliza-se a área para reflorestamento. Em vários casos opta-se somente pelo reflorestamento. Nos espaços disponíveis para o plantio utilizam-se poucas máquinas, geralmente de pequeno porte (isso em razão do relevo acidentado). Do grupo pesquisado, a maior parte revelou que o trabalho manual é predominante, seguido de máquinas de pequeno porte (tratores, arados, rotativo ou Tobata, etc.) e em menor quantidade animais.

Para o preparo da terra	
Manual	22
Máquinas	10
Animal	08
Outros	02

Quadro 8 – Preparo da terra

Nas respostas subentende-se que em situações esporádicas quem não possui máquinas pode, por exemplo, contratar um trator para destocar (tirar tocos de árvores que foram cortadas), arar ou mesmo utilizar animais. Noutra situação quem

⁴⁹ Desmatamento avançando os platôs e reflorestamento em meio à mata nativa.

tem máquinas pode realizar trabalhos manuais e assim por diante. Isso faz parte de um processo produtivo.

No que se refere ao quesito *outros* entenda-se o caso de um pesque e pague na propriedade (função principal dela) e obviamente a utilização de, no máximo, roçadeiras para limpar o terreno ou tratores para aprofundar ou construir novos tanques, caso necessário. O outro caso é o de uma Casa de Massas que funciona na propriedade (função principal). São dois casos que evidenciam um rural como espaço de consumo e não (somente) de produção.

Também chama a atenção os poucos casos de usos de agrotóxicos no processo produtivo. A argumentação principal para quem não os utiliza são os danos ocasionados por esses produtos. Das pessoas que responderam *Sim*, ou seja, utilizam agrotóxico, 07 possuem escolaridade até a 4ª série do ensino primário, 01 até a 8ª série e 01 o superior completo.

Utiliza agrotóxico	
Sim	09
Não	33

Quadro 9 – Utiliza agrotóxico

Existem os casos de agricultores que revelaram não utilizar porque encarece a produção. Mas, o mais impressionante de tudo é que a maioria que revela essa “consciência ambiental” e não contamina sua terra **afirma** não receber instrução de nenhum órgão ou instituição governamental. Se analisarmos o grupo de pessoas com nível de ensino até a 8ª série teremos 26 ao todo, ou seja, mais de 50% do universo pesquisado. Deduzindo os 08 entrevistados que disseram utilizar agrotóxico, ainda assim, teremos 18 pessoas com baixa escolaridade desenvolvendo práticas ambientalmente corretas.

Recebe ajuda de alguma instituição	
Sim	07
Não	35

Quadro 10 – Recebe ajuda do governo

Essa situação fica interessante quando as práticas tidas como ecologicamente corretas são associadas à escolaridade das pessoas. Não seria “normal” relacionar práticas ecologicamente corretas com níveis elevados de escolaridade? Porque as pessoas estão preservando/conservando a natureza? O que elas esperam com essa atitude? Obviamente que isto pode depender também do processo de sociabilidade (grau de participação em grupos organizados, etc.). Por si só, os níveis elevados de escolaridade não dizem muita coisa. Veja-se o caso dos formados em agronomia que atuam no *agrobusiness*. Mas a nossa questão gira em torno das permanências que perduram nessas relações sociedade-natureza.

Do proprietário mais recente ao mais antigo, independentemente da escolaridade, parece que vai se desenhando um discurso comum “a terra tem que dar lucro”. Talvez seja reflexo de um espírito predatório dos madeireiros dessa região como afirmou Haliski (2007), mas também o anseio de um povo que visa melhorar suas condições de vida.

5.3 Os conflitos com as instituições ambientais

“A única ajuda do governo é o salário do véio”

(D. Maria ao se referir ao seu esposo aposentado)

O contato com os moradores da área rural permitiu a constatação de muitas inquietudes referentes à participação das instituições governamentais neste espaço. A principal reclamação está associada aos usos do solo, pois a legislação ambiental restringe, segundo eles, a possibilidade de aumentar a produção ou mesmo melhorar a qualidade de vida. Dentre os inúmeros comentários pode-se citar o caso do Sr. Nelson “{...} agora não deixam derrubar, agora é só mato”, referindo-se à dificuldade em se conseguir uma licença para corte. Para D. Verônica “{...} eles só aparecem quando é denúncia” e segundo o Sr. Eugênio “precisava {...} nem estrada não faz {...} não deixam queimar a terra e no morro não sobe trator”.

No grupo pesquisado a única instituição que recebeu alguns “elogios” foi a EMATER. Nesse sentido, o contato com as instituições teve como propósito entender qual o papel e/ou funções atribuídas a elas, assim como, formas de

atuação, resultados obtidos pelo trabalho desempenhado e os principais conflitos com os moradores/produtores da área rural. A intenção da tese não é trabalhar em cima de um discurso oficial, pois isso poderia ser feito consultando as páginas das instituições na internet, isto sim, ouvir dos respectivos representantes a sua visão através das experiências vividas.

No lado paranaense (União da Vitória) conversamos com representantes do IAP e da EMATER.

Instituto Ambiental do Paraná - IAP⁵⁰ – Já na primeira entrevista nos deparamos com algumas situações interessantes. Uma é a constatação por parte deste instituto das restrições impostas pela legislação ambiental aos usos do solo “tem propriedade com restrição de até 80% em razão da tipologia florestal, relevo, solo e hidrografia”. Outra é a limitação da capacidade de atuação “a função do IAP não é fazer é executar”. Assim, a preocupação do instituto é, basicamente, expedir licenciamentos florestais e industriais, fiscalizar o desmate, a caça e a pesca.

Como a ideia é a execução de leis, falta pouco espaço para orientações “o IAP não pode orientar tem que aplicar”. A fala do grupo estudado é ratificada pela representante que nos atendeu, ou seja, falta orientação e sobra punição. Não existe um diálogo. Os moradores/trabalhadores da área rural até tentam argumentar mostrando que o Sul do estado está sendo castigado porque “preservou/conservou”, enquanto que o Norte devastou tudo em nome da expansão agrícola.

Joana, explica que a partir da criação da lei de crimes ambientais em 1998, as punições ficaram mais severas “antigamente tinha autuações e a pessoa ficava com o bem/utilizava a área”. Agora acontecem embargos e a necessidade de recomposição do que fora degradado e “qualquer infração vira crime”. Outra situação é relacionada ao trabalho do agente fiscalizador, pois quem não faz autuação (caso necessário) vira o infrator, ou seja, se não multar é penalizado.

Mesmo com todos esses elementos é afirmado que existe uma boa relação com as comunidades rurais. Para possíveis conversas o IAP utiliza as reuniões da EMATER.

⁵⁰ Como o objetivo das entrevistas é buscar uma visão dos representantes das instituições e não necessariamente das instituições, substituiremos os nomes dos entrevistados por pseudônimos.

Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER⁵¹ – se uma instituição pune exercendo uma relação de coerção também deve existir “alguém” para orientar. Isso para nossa surpresa não fica a cargo, pelo menos em União da Vitória, do instituto que leva o nome de ambiental, isto sim, da EMATER. A sua função é basicamente a extensão, ou seja, “articulação para o desenvolvimento rural, econômico, social e ambiental”.

Antonio mostrou uma organização de trabalho interessante. Durante 3 anos, realizou-se um contato com a comunidade rural para se fazer um diagnóstico das suas necessidades. Através de várias reuniões com lideranças locais e a comunidade (em igrejas, núcleo de educação, escolas rurais, etc.) chegou-se a uma caracterização dos agricultores familiares. Assim, verificou-se que num mesmo grupo existem interesses distintos, por exemplo, quem quer discutir sobre floresta, horta, leite, entre outros. Hoje, quando se quer marcar uma reunião com um grupo específico manda-se cartas, ou comunica-se via telefone, rádio e internet. Como o IAP não tem nada disso, utiliza essa mesma reunião para falar o que deseje.

Esse processo resultou numa relação curiosa “na minha visão eles (os agricultores) veem a EMATER como o grande apoiador {...} somos de parteira a piloto de avião {...} EMATER é a grande mãe”. Quem necessita de alguma coisa como licenciamento ambiental já recebe uma orientação e, desse modo, “ganha tempo”.

No plano ambiental é feita uma análise firme e concisa “o IAP deveria ter pelo menos uma atividade educativa”. Através de uma orientação “o agricultor preserva muito mais e maneja melhor {...} a falta dessa orientação gera comentários como, por exemplo, se eu soubesse disso não teria feito dessa forma”.

Dentre os problemas que comprometem o trabalho mais eficaz junto ao agricultor é citada a falta de profissionais para atender um grande número de pessoas, a falta de um sindicato atuante “o nosso cliente não foi preparado para a política {...} sindicato não é só pra ir ao dentista ou ver aposentadoria” e a falta de escolas voltadas ao campo. No final da entrevista ainda reforçou as potencialidades de União da Vitória citando que “nós temos cobertura vegetal {...} a velocidade da

⁵¹ Informações gerais sobre a EMATER podem ser obtidas no site, conforme referência.

degradação diminuiu, mas ainda existe” e ainda se referiu à grande quantidade de água neste espaço.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA⁵² – “Somos os anjos do apocalipse”. A função deste instituto é similar a do IAP, pois é o responsável pela emissão de licenciamentos e fiscalização de áreas federais. Sua inserção em União da Vitória justifica-se pela divisa de estados que implica em uma ação federal, por exemplo, se ocorrer um desmatamento que atinja simultaneamente o Paraná e Santa Catarina quem intervém é o IBAMA ou mesmo uma situação de desmatamento ao longo do rio Iguaçu. O termo anjos do apocalipse foi empregado pelo representante da instituição para afirmar que quando eles “aparecem” é porque normalmente tem algum problema.

Dentre as questões discutidas com Ferreira, destaca-se a limitação do efetivo que conta com 4 fiscais para atender 70 municípios e a consciência ambiental dos moradores/trabalhadores rurais.

No primeiro quesito evidencia-se a importância de denúncias (a situação mais comum é aquela que envolve o transporte de madeira/lenha) para combater os impactos ambientais. Ao citar uma das estratégias utilizadas para o desflorestamento sem chamar a atenção das autoridades, através das imagens de satélite, Ferreira dá o seguinte exemplo “eles tiram o sub-bosque e plantam pinus que cresce rápido e logo ultrapassa a mata nativa”. Quando isso ocorre a mata nativa é derrubada e sobra uma terra para reflorestar. Foi nesse contexto que o fiscal, ao se referir ao conflito Norte/Sul, afirma que “aqui não é igual só por causa do relevo”, ou seja, se não fosse relevo acidentado tinham devastado tudo. Embora reconheça que a consciência ambiental está contribuindo para diminuição de impactos “hoje ninguém é ignorante, vejo uma diferença muito grande, antes o pessoal desconhecia muita coisa, hoje não {...} tem luz, rádio, TV” deixa claro que “todo mundo é a favor da preservação do terreno do vizinho (e utilizam) uma alto-desculpa pra destruir a sua terra”.

Ao finalizarmos a entrevista faz 3 considerações “quem faz lei são os legisladores, nosso grande desafio é discutir o que queremos, o que tem significância”, por exemplo, “qual a significância de um pinheiro numa plantação de

⁵² Informações sobre a instituição encontram-se no site, conforme referencia.

soja?” “sou a favor e não abro mão de recuperar efetivamente os 20% das APPs (Áreas de Proteção Permanentes) por causa da água porque sem ela ninguém vive”. Na primeira deixa explícito que somente cumpre o que está escrito; na segunda questiona a importância do isolamento de uma espécie sem que se pense no ciclo natural da vida, ou seja, um pinheiro precisa de outro para reproduzir; na terceira evidencia um pensamento presente desde os tempos de Humboldt e sua teoria do dessecamento, noutras palavras, vamos preservar para não sofrermos as consequências.

Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI⁵³ - “antes de técnicos somos sociólogos, temos que entender o regime de funcionamento da família”. A EPAGRI é equivalente a EMATER e, nesse contexto, é responsável “por trazer tecnologias para o agricultor e promover o desenvolvimento”. A entrevista com Magalhães foi de extrema importância para mostrar as fragilidades da atuação do estado de Santa Catarina frente aos problemas socioeconômicos e ambientais de Porto União/SC.

O que mais chamou atenção foi a maneira como os moradores/agricultores rurais são vistos. Primeiramente, foi feita por ele toda uma introdução mostrando os impactos da revolução verde nas políticas públicas e nos “agricultores passivos”, posteriormente citou-se o aumento dos níveis de escolaridade que “fez agricultores mais críticos”. Disso resultou uma conclusão “os antigos são mais resistentes, falta perspectiva” e os “jovens e mulheres são mais receptivos à tecnologia”.

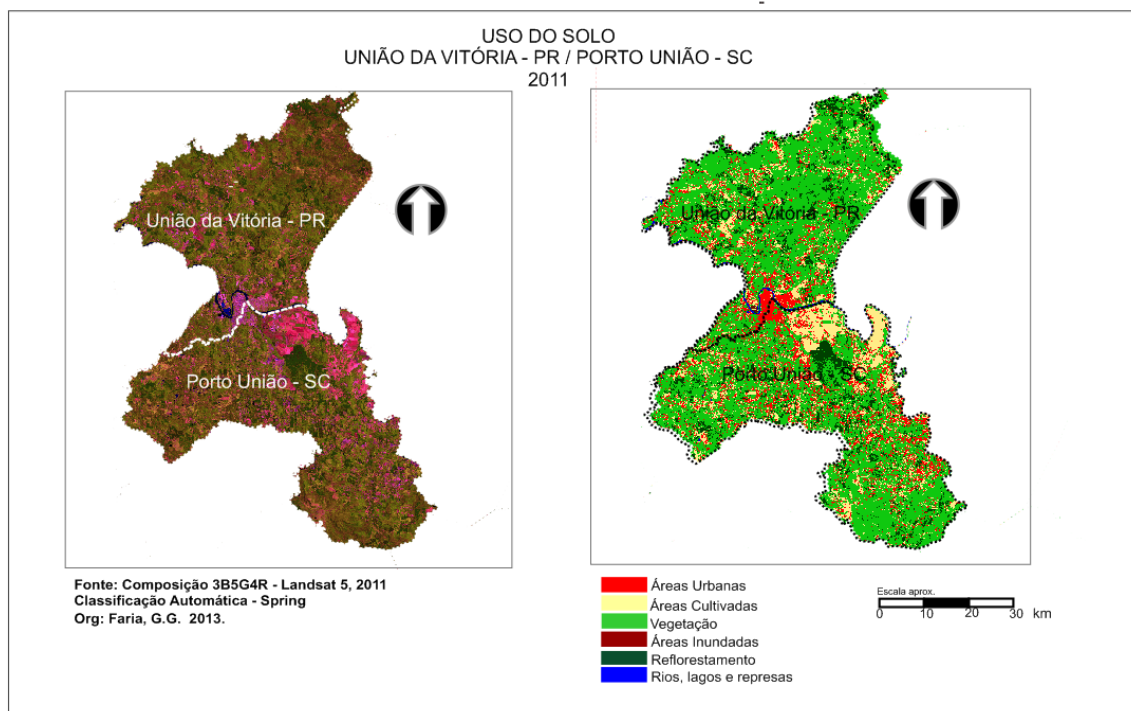
Quanto ao trabalho desempenhado afirmou que “eles nos enxergam como Estado, ou seja, responsável por tudo”. A partir dessa resposta interrogamos (baseados nos questionários que aplicamos) a ineficácia da atuação da EPAGRI para atender os anseios do seu público alvo. Fizemos essa intervenção para mostrar que os agricultores possuem muitas dificuldades de conseguir, principalmente, licenças ambientais. Essa questão é muito complexa porque diferentemente de União da Vitória que conta com o IAP, em Porto União, o equivalente é a FATIMA que se localiza no município de Canoinhas. Fomos informados que a EPAGRI auxilia os agricultores instruindo-os para conseguirem o que desejam “os agricultores têm dificuldades de seguir os trâmites”. Com relação às reuniões

⁵³ Maiores informações sobre a instituição encontram-se no site, conforme referência.

informou que as comunidades são avisadas por rádio, TV, etc., e que a mesma se realiza nas sedes das comunidades.

O “melhor” estava por vir. Caminhando para o final da entrevista o engenheiro citou o aumento do corte de madeira (obviamente justificado pela elevação do número de reflorestamentos) e o aumento “por 6” na produção de leite. Nesse momento fizemos outra intervenção afirmando que os agricultores por nós pesquisados não citavam qualquer ajuda por parte da EPAGRI. Bem, a explicação revelou uma visão determinista que atribui o “fracasso” das pessoas à origem cultural “tem que analisar o aspecto cultural {...} a colonização polonesa e ucraniana é pobre {...} não se associam e querem fazer o que eles acham que é certo e não querem colaborar”. Assim, “em direção a Canoinhas onde estão os italianos e alemães a cooperação é maior e os agricultores são mais fortes” já “em direção a Matos Costa onde estão os ucranianos e poloneses, a cooperação é fraca e os agricultores também”.

5.4 Por uma análise da dinâmica da paisagem: a ótica dos moradores/trabalhadores rurais



Com o propósito de verificar a dinâmica da paisagem no espaço onde estão inseridos União da Vitória/PR e Porto União/SC, realizou-se o seguinte questionamento para o público-alvo da pesquisa: Como era essa região (terras)? Tinha muita vegetação, animais, etc.? Mudou muito? A ideia consiste numa tentativa de fazer um mapeamento das práticas dos agricultores/moradores na área estudada buscando elementos para se entender a relação homem/natureza ao longo do tempo. O objetivo é evidenciar os motivos de termos a atual situação de uso e ocupação do solo, porém, pela fala dos moradores/trabalhadores rurais.

Dos livros que retratam os municípios estudados ou o conflito do Contestado, verificou-se a descrição de uma região tomada por vegetação, no final do século XIX e início do século XX. A riqueza da flora propiciou a instalação de interessados em explorar a erva-mate ou instalar serrarias que dilapidaram imensas áreas da mata de araucária. Soma-se a isso a implantação de colônias nas áreas já exploradas. Ressaltasse que juntamente com a vegetação destruiu-se grande parte da fauna e flora. Enfim, gostaríamos de verificar isso pela fala do grupo pesquisado, por isso os questionamentos.

Anteriormente à aplicação dos questionários acreditava-se que as grandes devastações para aumentar áreas de plantio era uma situação típica do Norte do estado paranaense. Equivocamos-nos. Obviamente que o interesse pela madeira era grande, mas os agricultores precisavam sobreviver produzindo o necessário para sua subsistência. Nesse contexto vendia-se a madeira para “limpar a terra” e, caso não conseguisse comercializá-la ateava-se fogo em tudo para iniciar uma lavoura. Outra situação - que nos parece óbvia - é que em razão das características acidentadas do relevo a extensão da agricultura é diferente daquela do norte.

Dito isso, partiu-se da seguinte metodologia: a) seleção de relatos dos moradores através do tempo de vivência na região; b) análise das falas. Dos moradores mais recentes para os mais antigos acredita-se que poder-se-á fazer um mapeamento, através da representação que eles têm da região, que indique as alterações ou dinâmicas da paisagem pelo menos nos últimos 90 anos, ou seja, próximo ao início do conflito do Contestado. Se levarmos em consideração que os mais velhos reproduzem as falas, análises, causos, etc., de seus pais e avós, temos uma representação, no mínimo, centenária.

Aqueles com menos tempo de contato (moradia) com o rural fazem considerações sobre o que estão observando tendo como base a atualidade, ou seja, limitam-se a mostrar as áreas verdes preservadas por lei ou mesmo o verde dos reflorestamentos.

Por exemplo: dizem que “tá preservado, (e) tudo misturado mata nativa com pinus e eucalíptus” (Alois, 1 ano no lugar); ou “não mudou nada” (Sandro, 6 anos no lugar); está “tudo igual” (Julio, 4 anos no lugar); sempre “tá do mesmo jeito, tem um pouco de tudo” (Cláudio, 8 anos); ou ainda dizem que “foi tirado bastante erva, pinus” (Lucinda, 4 anos no lugar); ou que “desmataram bastante, (e) foi tudo substituído pelo pinus e eucalíptus” (Reginaldo, 15 anos no lugar); ou que “tinha mais lavoura, hoje é reflorestamento” (Adriana, 17 anos no lugar); e “agora tem bastante terreno e virou chácara de lazer, só eu conheço mais de 20” (Wilson, 12 anos no lugar)

Embora esses relatos nos tragam elementos interessantes como evidenciar a preservação em razão da legislação ambiental, a grande quantidade de espécies exóticas, a extração centenária da erva-mate e a fragmentação das antigas colônias que estão virando chácaras (para lazer, moradia, pesque e pague, entre outras atividades) entende-se que isto não é suficiente para o nosso propósito. Estes depoimentos retratam no máximo os últimos 20 anos da paisagem regional. Por esse motivo, neste momento, destacam-se os depoimentos dos “mais velhos”.

Outra situação importante a esclarecer é que a dinâmica da paisagem é constante, contínua, ou seja, resulta de um ou vários processos ininterruptos da relação homem/natureza. Nem sempre as pessoas conseguem perceber as modificações a sua volta, porém, deixam em suas falas elementos que as evidenciam. Isso fica explícito nas colocações a seguir:

Está “quase igual, aumentou o pinus” (Verônica, 22 anos no lugar); “aumentou (o número de) morador e o pessoal foi mais pro pinus (exemplo) igual aqui plantava arroz (hoje não)” (Inês, 22 anos no lugar); “agora não deixam derrubar, agora é só mato” (Nelson, 37 anos no lugar); “a firma estragou muito, antes era mais plantação” (Juventino, 22 anos no lugar); “era mato fechado, até eu desmatei, o pinus já nasce por conta, veja ali na serra” (Airtó, 25 anos no lugar); “antes tinha mais lavoura, hoje tá mais verde” (Verônica, 25 anos no lugar); “hoje tem mais pinus pra vende”

(Marcelo, 33 anos no lugar); “hoje é reflorestamento antes era lavoura” (Élson, 38 anos no lugar)

Do que fora citado entre os pesquisados e que moram entre 22 a 38 anos na área rural, percebe-se claramente um momento de transição das lavouras para o plantio de espécies reflorestadas. Quando é citado que “antes tinha mais lavoura e agora é mais verde” também se constata três situações: o contato com a cidade ficou mais facilitado tornando-se mais barato comprar em armazéns do que plantar e, noutro enfoque, a fiscalização ambiental foi sendo intensificada propiciando o crescimento de “mato” em lugares de difícil acesso (geralmente áreas de preservação) e, ainda, o aumento do verde não é resultado somente da vegetação nativa, isto sim, do pinus e do eucaliptus.

Entre os moradores com mais de 40 anos de vivência nas terras citadas o que se evidencia é uma transição da floresta nativa para a agricultura. No final do século XIX e início do século XX, mesmo com a instalação das primeiras serrarias, o Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina apresentava grandes vazios demográficos e, nesse contexto, uma baixa velocidade na exploração da floresta de araucária que permitiu a ela resistir à devastação (por vários motivos como o próprio relevo, já citado). Isso fica explícito nas falas.

Vejamos os relatos:

A região “não mudou muito, só aumentou o pinus e o eucaliptus” (Lurdes, 40 anos no lugar); “aumentou o pinus e eucaliptus e a bracatinga está mais em extinção” (Júlio, 40 anos no lugar); antes “tinha mais mato e foi tirado, tem só um poquinho, hoje planta até bracatinga, era mato virgem coisa mais linda” (Maria, 43 anos no lugar); “quando chegemo era só mato (exemplo) igual do Gan (as terras do vizinho) tudo foi derrubado, hoje não dá mais agricultura, hoje é mais reflorestamento” (Evone, 47 anos no lugar); antes “tinha mais mato” (Miguel, 48 anos no lugar); “era área rural, lavoura, roça, (hoje é) reflorestamento, (o) empresário compra e põe pessoas pra cuidar {...} (hoje) a agricultura não compensa para o pequeno” (Ingard, 50 anos no lugar); “no começo (tinha) muita lavoura, hoje não pode cortar capoeira por causa do IBAMA, se o mato crescer você perde a lavoura” (Benjamin, 52 anos no lugar); “tinha mais lenha antes” (Júlio, 58 anos no lugar); “hoje é menos agricultura e mais mato, diminuiu o gado, antes aqui era bacia leiteira”

(Cassemiro, 60 anos no lugar); “a lavoura tá se acabando não deixam queima a terra e no morro não vai máquina” (Eugênio, 69 anos no lugar); “o pinus substituiu a lavoura, antes ia pra Galícia (colônia) e via só roça” (Maria D, 70 anos no lugar); o “pinus não existia só (tinha) mato do lugar (nativo), roçavam, plantavam, só lavoura, agora tem bastante pinus e gente que trabalha na cidade” (André, 75 anos no lugar)

Pelo apresentado, pode-se fazer a seguinte consideração: No final do século XIX e início do XX, a mata nativa predominava em razão da baixa densidade demográfica e das condições específicas do relevo. Essa situação propiciou a instalação de serrarias para aproveitar o potencial madeireiro. Concomitantemente temos a formação das primeiras colônias e a necessidade de plantio para subsistência dos moradores. Assim, as terras que não tinham sido “limpadas” pelos exploradores de madeira começaram a ser, agora também, pelos novos moradores que precisavam plantar. Portanto, de uma situação de vegetação fechada vai-se evoluindo para grandes clareiras abertas destinadas a moradias, plantações, entre outros.

Dentro das colônias a vegetação era utilizada de formas diversificadas, ou seja, para construir casas, paios, cercas, chiqueiros, para lenha, para venda, entre outros. Com a retirada contínua dos recursos naturais e a instalação de um grande número de indústrias madeireiras, pós década de 1960, temos uma intensificação na destruição da floresta de araucária. Em razão disso começam os reflorestamentos de madeiras que crescem rapidamente como, por exemplo, o pinus e o eucaliptus para, nesse momento, abastecer o mercado local.

É nesse contexto também que as cidades de União da Vitória e Porto União começam a servir como o “centro onde se encontra o necessário para viver”, em outras palavras, sua condição de centro comercial favoreceu a compra de muitos produtos que fizeram os agricultores abandonarem o plantio daquilo que não compensaria economicamente.

O reflorestamento passou a ser sinônimo de dinheiro rápido e fácil. Mesmo com a criação do código florestal, na década de sessenta, os desmatamentos continuaram. Posterior a uma série de encontros e conferências sobre o meio ambiente, intensifica-se a fiscalização restringindo, inclusive, os reflorestamentos e os desflorestamentos. Assim, quem não via em sua propriedade possibilidades de

ganhar dinheiro acabou por vendê-la a pessoas interessadas em construir espaços de lazer, de moradia, entre outros. Quem permaneceu tenta sobreviver como pode. Resumindo: as falas dos moradores ilustram tudo o que escrevemos, nos dois primeiros capítulos, sobre a formação socioambiental de União da Vitória e Porto União.

CAPÍTULO IV

6 A RELAÇÃO COM A NATUREZA: OS USOS, AS TÉCNICAS E OS COSTUMES

6.1 Sobre as técnicas e a preservação/conservação ambiental

“No meu pouco prano se o pessoal não cuida com energia os novo vão sofre porque limpam tudo que tem e fica igual nos outros país” (Sr Juventino 75 anos de idade)

“Deus fez o povo movido à comida Ele não ensinou comer serragem” (Márcia, 38 anos de idade)

Nesse momento é oportuno mostrar qual é a visão dos agricultores/moradores da área rural sobre a preservação/conservação ambiental, bem como, as técnicas que eles utilizam para amenizar os impactos ambientais. Assim, foi perguntado se *eles acreditavam que a preservação ambiental era importante para o seu crescimento econômico*. As respostas foram diversificadas e reveladoras de uma relação com a natureza que, em nossa análise, é pouco explorada nos estudos acadêmicos, ou seja, a ideia de preservação/conservação baseada no que ela pode oferecer as pessoas.

Tivemos dois padrões de respostas. Um voltado às restrições legais dos usos do solo pela legislação ambiental e o outro sobre a importância da preservação/conservação para a manutenção de suas terras. Principalmente neste último é recorrente a necessidade de preservar as nascentes. Os dois enfoques possuem um mesmo pano de fundo que pode ser explicado pela epígrafe “Deus fez o povo movido à comida Ele não ensinou comer serragem”.

Sendo assim, seguem alguns dos relatos coletados: “a árvore refresca o aviário e é melhor pra produção” (Lurdes, 40 anos no lugar); a vegetação “é importante por causa da água” (Miguel, 48 anos no lugar); “o mato precisa (preservar) por causa da água, isso é muito importante, mas não tá certo deixar de derrubar um pinheiro”(Evone, 47 anos no lugar); “se ficar parado (a terra) não dá dinheiro, hoje você não pode derrubar um pinheiro que ta lá no quinto dos inferno, o

que é isso?”(Maria, 43 anos no lugar); a preservação “só prejudica, sempre respeitei a água, a nascente, agora não posso usar a terra que preservei e tenho que trabalhar pros outros” (benjamim, 52 anos no lugar); “Ela (preservação) tem uma vírgula, leis esdrúxulas, acredito que tem que preservar as nascentes e o resto usa. Meu pai ensinava não cortar pinheiro (uma espécie de poupança) e hoje eu tenho e não consigo tirar” (José, 44 anos no lugar); “uma parte 5%, 9% ou 20% tem que preservar e o resto devia ser destruído porque (a árvore) se recupera em 15 anos” (Eugênio, 69 anos no lugar); “tamo prejudicado na região, o povo inventou uma lei que prejudica, o certo era ver cada propriedade”(Casseiro, 60 anos no lugar); “onde tem água tem que deixa” (Júlio, 4 anos no lugar); “a preservação é importante pra tudo, pra saúde da gente, quem planta orgânico é melhor” (Sandro, 6 anos no lugar); “conforme eles (governo) fizeram (as leis) não, eu pago 20% de reserva grátis pro governo e não posso tirar lenha, nada” (André, 75 anos no lugar); “não sou contra preservar porque (se não) nosso filho não vai conhecer, tem que ter para mostrar” (Adriana, 17 anos no lugar); “esse negócio de meio ambiente é complicado quando tem duas ou três água em cima (rios)” (Loreno, 2 anos no lugar); “depende o lado, dependendo do lugar tem que devastar” (Aírto, 25 anos no lugar); “se não preservar a fonte não adianta preservar o rio” (Verônica, 25 anos no lugar); “o negócio de preservação é mal entendido, não deixam cortar nada (assim) se aparecer um pinheiro na minha propriedade eu corto (quando ele é pequeno) se eu pudesse cortar eu preservava” (Inácio 37 anos no lugar); “um pouco é exagero deles, não podemos mexer em volta do rio” (Verônica, 22 anos no lugar); “quero saber de tirar o que tem e ganhar dinheiro em cima” (Alóis, 1 ano no lugar); “o importante é ganhar dinheiro” (Claudio, 8 anos no lugar).

Sobre as citações acima podem-se fazer múltiplas análises, mas dentro do nosso propósito interessa ressaltar o que parece uma contradição “se eu pudesse cortar eu preservava”. Em nossa análise esse enfoque da cultura popular se aproxima daquele mostrado por Sachs (2009) ao afirmar que o uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural. É isso que ele chama de “*aproveitamento sensato da natureza*” (Sachs,2009,p.70).

Especificamente sobre a *legislação ambiental* perguntamos se ela *ajuda ou atrapalha o morador, produtor/empresário rural*. Percebeu-se muita insegurança nas respostas tendo em vista que as pessoas deixaram claro, em vários momentos, a importância da preservação/conservação para que eles continuem vivendo da (ou na) terra. A dimensão econômica e de classe fica latente e é permeada pelo discurso da preservação. No geral as falas pretendem evidenciar um “suposto” favorecimento dos “grandes” frente aos “pequenos” e, ao mesmo tempo, a necessidade de se rever a legislação.

Por isso muitos se posicionaram da seguinte forma: “depende da lei” (Verônica); “tem que proteger pra não degrada (mas da) minha parte tão errado” (Inácio); “a gente preserva mais num ganha {...} preservar é certo mais o (meu) terreno é pequeno, o empresário sim (deve preservar)” (Verônica); “(a legislação) restringe e pra quem vive (no rural) prejudica {...} o pessoal que mora na cidade quer preservar”(Airto); “a lei é boa porque ensina mas o cara (do rural) tem que seguir pela ideia dele (conhecimentos próprios) porque não tem fiscal (no caso de orientação)”(Nádia); “nóis queria tirar pinheiro e não dá, tem que pagar”(Cláudio); “prejudica principalmente o pequeno, hoje quem planta ta indo mora na favela {...} não pode vender nada que o fiscal pega, eu tive que comprar madeira na cidade com minha aposentadoria (salário) pra fazer estrebaria” (André); “pra quem depende da terra atrapalha, o Paraná (onde ele está) foi prejudicado, não mexeu e agora sofre”(Sandro); “não deixam fazer nada”(Waldomiro); “prejudica mais onde tem que ocupa (vegetação), a terra foi feita pro trabalho”(Eugênio); “da forma como ta prejudica, (por isso) tem que fazer um estudo de cada propriedade”(José); “prejudica o pequeno”(Benjamin); “antigamente tavam acabando com tudo e qualquer seca mantinha a água, hoje não”(Maria); “um lado atrapalha por causa da reserva e de outro ta certo, se não pelava (desmatava) tudo”(Liucelia); “por isso tem tanta miséria e gente indo pra cidade, antes vendia o mato hoje o terreno” (Márcia); “não tem liberdade, a terra tem que cuidar mais tem que produzir, gerar lucro” (Inês); “(hoje) você não pode ter um pinheiro pra derrubar” (Elson); “umas leis ajudam outras atrapalham (exemplo) igual esse terreno, quem vai comprar se tem um rio?” “nem sim nem não porque já tem preservação”(Júlio L.); “no caso do pequeno tem gente que depende e não pode tirar” (Júlio M.); “maneraram a lei, no morro não podia plantar, na vargem também, e agora ta bom (se referindo ao novo código florestal)”

(Ingard); “num ponto ajuda e outro prejudica {...} não querem que derrubem o pinheiro que ta secando e eles não tem lucro, nem nós”(Juventino).

Outro aspecto relacionado à problemática socioambiental refere-se especificamente aos *impactos ambientais*. A questão central era diagnosticar, na ótica do grupo pesquisado, *os maiores problemas ambientais da atualidade e da comunidade em que vivem*. Assim como nos itens anteriores intencionou-se diagnosticar o conhecimento popular no que tange aos usos dos recursos naturais e a relação homem/natureza. O interessante é constatar que o que se conhece hoje é muito próximo daquilo que vimos, por exemplo, em Pádua, ou seja, a necessidade de se preservar as nascentes, a dimensão dos impactos climáticos sobre nossas vidas, enfim, a degradação ambiental e da própria saúde humana.

Para os pesquisados os maiores problemas ambientais são: o “clima e tempo desregulado” (Verônica K.); o “clima e o caminhão de lixo que não passa”(Juventino); o “destino do lixo (o caminhão só vem na vila), tem que queima e enterrar” (Ingard); a “água que uso, estamos esperando o “água para todos” (programa do governo federal)” (Julio M.); “o lixo nois queimamos, mais (o maior problema) é a terra que é fraca”(Lucinda); é o “desmatamento e reflorestamento de pinus, até o rio ta seco”(Reginaldo); a “quantidade de veneno” (Wilson); o “lixo, mal cheiro e mosca por causa do aviário (propriedade vizinha)” (Marcelo); a “água”(Nelson); o “lixo, gente da cidade vem jogar aqui”(Inês); o “clima e terra fraca” (Miguel); “o lixo noís levava longe e jogava, hoje o lixeiro pega em frente à igreja {...} a única coisa é a terra fraca” (Maria); “erosão, agrotóxico e falta de água” (José); “o chão é muito dobrado e produz pouco por causa disso, tem que fazer curva de nível (para evita erosão)”(Cassemiro); “veneno que joga na roça e vai pro rio”(Sandro); “a água tá diminuindo, tem ano do El niño e do La niña”(Loreno).

Destes problemas assinalados vê-se que é recorrente a questão da água, do clima, da utilização de agrotóxicos e do enfraquecimento do solo. Duas pessoas disseram que “não tem problema, nossa água com árvore em volta sempre tem o mesmo ritmo” (André) subentendendo que “não temos problemas porque cuidamos” (Julio L.).

Mas, o caso mais inusitado foi um que enfatizou que o seu maior problema ambiental é o “mico (macaco prego) que tá comendo o pinus” (Eugênio). Uma

inversão de valores que mostra desconhecimento do funcionamento da fauna local e, ao mesmo tempo, um pedido de ajuda para que ele continue a sobreviver da extração vegetal.

Uma das questões principais a ser respondida pelo grupo pesquisado envolve diretamente a sua relação com a natureza através de sua prática: *Você acredita que por trás de uma ideia de preservação/conservação existe um interesse econômico?* Não especificamos se era por parte dele(a) , do Estado, entre outros. Isso foi intencional para que o pesquisado não se sentisse induzido a uma resposta negativa ou positiva, porém, sabe-se que independente da escala o sentido é o mesmo.

Dos 42 questionários aplicados 40 afirmaram que *Sim*, ou seja, por trás de toda prática que vise à preservação/conservação existe um interesse econômico. Uma pessoa não respondeu em razão do tipo do seu estabelecimento (Casa de Massas) e a outra disse que não dava pra afirmar nada.

Analisando somente os que disseram *Sim* e relacionando-os a propriedade sua ou que trabalham temos um número bastante significativo. Nas 40 propriedades, a média de trabalhadores fica na casa de 3,9, ou seja, 157 pessoas. Certamente que não se pode afirmar que todos partilhariam da mesma resposta, mas infere-se que a probabilidade de isso acontecer seria alta. Outra situação é relacionada ao número elevado de trabalhadores informais. Mas supondo, através do que se constatou em campo, que 50 pessoas (em média) realizam esse tipo de trabalho e, por esse motivo, não deveriam estar na conta, ainda assim teríamos uma média de 2,6 trabalhadores o que equivaleria a 107 pessoas ligadas a terra. Isso implica na afirmação de que a terra tem que gerar lucros.

Sobre as técnicas e tecnologias foi perguntado: *se você usa ou utiliza-se novas técnicas seria visando à conservação/preservação da natureza ou o aumento de lucros?* Intencionalmente não colocamos uma alternativa que significasse ambas as respostas. A explicação é que queríamos ouvir dos pesquisados esta terceira alternativa.

Assim, das respostas obtidas 33 afirmaram categoricamente que o lucro está em primeiro plano; 5 disseram que o objetivo seria a preservação/conservação da natureza. Segundo o Sr. Juventino (22 anos no lugar) “temos que preservar para ter

lucro”; 3 enfatizaram que as duas coisas são importantes “os dois juntos porque eles não caminham mais separados” (Ingard, 50 anos no lugar) e; 1 não respondeu.

Nesse mesmo contexto 16 pessoas disseram que para *aumentar a produção* seria necessário investir em *novas tecnologias*, pois “temos que se adapta ao desenvolvimento, produzir mais derrubando menos, um exemplo é o transgênico que usa menos veneno” (Ingard, 50 anos no lugar). Outros foram enfáticos ao afirmarem que “tem que ir pra técnica, só no sistema antigo morre de fome”(André, 75 anos no lugar) e “se não mudar com ela, não vai {...}” (Nelson, 37 anos no lugar). Nesse aspecto há quem afirme que “quem respeitar os antigo (costumes) morre de fome” (Júlio, 58 anos no lugar) visto que “esse negócio de antigo acabou” (Waldomiro, 4 anos no lugar).

Outras 13 pessoas afirmaram que deve ser mais *valorizado o conhecimento popular* (dos antigos como eles se referem), pois “minha mãe é do tempo dos antigos, ela que ensina e tudo da certo”(Lucinda, 4 anos no lugar). Segundo Benjamim “no tempo antigo o IBAMA não existia e os antigo respeitava (exemplo) cortava uma lado e esperava o outro crescer” (52 anos no lugar). Por isso “meu marido segue os costumes” (Inês, 22 anos no lugar). O “conhecimento de agora não funciona (antes) não tinha veneno” (Miguel, 48 anos no lugar).

Dos pesquisados, 11 acreditam que deve-se *valorizar tanto o conhecimento popular como o científico*. Ora, “temos que puxa ideia de todo lado”(Evone, 47 anos no lugar), “os dois tem que andar junto, (porque as vezes) no papel é uma coisa e não dá certo porque o bicho é vivo (referente ao gado), dos antigo dava certo”(Lurdes, 40 anos no lugar), mas “as duas coisa mais tem que modernizar, antes tinha que plantar pepino dentro de casa quando era inverno, hoje não precisa”(Cassemiro, 60 anos no lugar). Nesta questão 2 pessoas não souberam responder.

Esses dados acabam questionando a afirmação feita pelo representante da EPAGRI ao afirmar que os novos são mais receptivos às tecnologias. Ao mesmo tempo nos leva à reflexão sobre a importância de se valorizar os saberes populares. Em grande medida essa reflexão vai ao encontro da afirmação de Altieri (2012) sobre o manejo dos recursos naturais. Segundo ele, este manejo tem que ser aplicado sob as diversas condições em que vivem os pequenos agricultores, além

de ser ambientalmente sustentável e baseado na utilização dos recursos locais e no conhecimento tradicional.

6.2 Sobre a degradação, os reflorestamentos e as técnicas

Embora se tenha coletado muitas informações sobre as modificações paisagísticas da área estudada, buscou-se aprofundar essa discussão no quesito degradação da natureza. De diferentes formas obtivemos um quadro dos impactos ambientais considerados mais graves pelos moradores/agricultores rurais.

Quando perguntados *se a natureza foi muito degradada* 17 pessoas disseram que *Sim* com alguns dos seguintes argumentos: “foi devastado, mas a própria natureza se recuperou, corte uma canela da 10m de lenha e ela brota de novo do toco” (Eugênio, 69 anos no lugar). Por um período “foi muito perseguido antigamente e o fato de ser chão dobrado pararam de retirar” (Cassemiro, 60 anos no lugar). Degradaram “principalmente no plantio” (Ingard, 50 anos no lugar), e hoje tem “mais a substituição, aumentou a área verde com pinus e mato”(José, 44 anos no lugar).

Também tem um pouco de saudosismo nestas respostas: “alguns anos atrás a lenha era (retirada) direto, cansei de carregar porco, galinha e vender na cidade, tempo bão acabou”(Inácio, 37 anos no lugar); “antigamente era arvoredado, mata virgem” (Maria, 43 anos no lugar), “no começo quando eu era criança tinha matos virgem, hoje não tem mais nada só mato novo” (André, 75 anos no lugar) e um pouco de “realismo”, pois “cada um tira pra sobreviver” (Julio M, 40 anos no lugar).

Nesta questão 12 pessoas disseram que *a natureza não foi muito degradada* visto que “aumentou a área verde (pois) era tudo plantação” (Elson, 38 anos no lugar), e “o que foi tirado repõem com erva, pinus” (Lucinda, 4 anos no lugar). Assim, “tá mais preservado”(Júlio L. 58 anos no lugar) e “do jeito que tava tá, terminou a lavoura agora é pinus”(Juventino, 22 anos no lugar).

As outras 13 pessoas não responderam, porém, fizeram algumas considerações afirmando que “toda região foi liquidada, mais já tem parte de mato” (Nádia, 2 anos no lugar), ou que “não sei, mas achei bem conservado” (2 anos no

lugar) ou ainda se referiram às plantas exóticas dizendo que “falam que puxa água, por isso retirei os eucaliptus” (Sandro, 6 anos no lugar)

Em razão da grande quantidade de árvores exóticas nas propriedades rurais da área estudada, quisemos saber as razões de sua origem: *você já plantou ou vai plantar espécies exóticas?*

A maioria (32) respondeu que *Sim* afirmando que “só um pouquinho, planto mais pra deixar plantado” (Marcelo, 33 anos no lugar). Outros 6 disseram *Não* “mas to pensando em planta e (ainda) fazer um tanque de peixe” (Airoto, 25 anos no lugar) e 4 *não responderam*.

O reflorestamento muitas vezes esta associado a uma espécie de *poupança* (isso já era feito com reservas de pinheiros, porém, o plantio desordenado não caracteriza reflorestamento e, por esse motivo, não pode ser retirado para comercialização). Não é raro ouvir, nesta região, comentários que afirmem isso categoricamente. A questão é que muitas pessoas pensaram neste tipo de investimento fazendo com que hoje tenhamos uma desvalorização do pinus e do eucaliptos. Por isso o Sr. Eugênio aconselha plantar/reflorestar pinheiro. Mesmo que ele demore mais para crescer - quando comparado a outras madeiras exóticas - o seu valor é maior.

Esta questão foi seguida de outra: *alguém já lhe informou se as espécies exóticas degradam a natureza? Caso a resposta seja Sim, quem?*

Em nossa primeira análise pensou-se que existia um desconhecimento sobre os impactos que as espécies exóticas propiciam. Equivocamos-nos, mais uma vez. A grande maioria respondeu (37 pessoas) *Sim*, ou seja, já foram informados da degradação ou verificaram pelas próprias experiências.

O Sr. Claudio “(ouviu falar) em conversa de firma” (8 anos no lugar), mas segundo o Sr. Airoto “os próprios moradores falam” (25 anos no lugar). Isso vai sendo confirmado por outros como o Sr. Alóis ao afirmar que “os amigos falam” (1 ano no lugar). O Sr. Marcelo disse que “o funcionário do IAP falou” (33 anos no lugar) e a D. Inês “ouvi(u) falar na escola e em casa” (22 anos no lugar).

Dentro deste número de pessoas que disseram saber das consequências temos aqueles que *ouviram falar*, os que *constataram pela prática* e os *incrédulos*.

Assim, para o Sr. Reginaldo “todo mundo fala que seca a água” (15 anos no lugar), mas conforme a D. Maria “os antigo já falavam: você planta quando a lavoura não dá mais, o pinus é porcaria e acaba a terra e a água duma vez” (Maria, 43 anos no lugar).

O Sr. Loreno é enfático ao dizer que “já fiz o teste (no município que morava) e estraga, enfraquece a terra, e se deixar pela natureza demora uns 30 anos pra terra volta (ficar fértil)” (2 anos no lugar). O Sr Julio confirma que “pela prática é verdade” (58 anos no lugar). O Sr. Eugênio disse que o “eucalíptus e pinus seca a água” (69 anos no lugar), ou noutras palavras “consome água” (Wilson, 12 anos no lugar). O Sr. José consegue fazer uma análise mais ecossistêmica e afirma que “percebi na prática, o pinus secou o banhado e diminuiu as abelhas” (José, 43 anos no lugar). Para o Sr André a “madeira que cresce em poucos anos chupa muita água e até caminhão passa onde era banhado” (75 anos no lugar). Essas práticas se resumem na seguinte fala: “a gente viu por conta própria” (Miguel, 48 anos no lugar),

Conforme o Sr. Inácio “o pessoal comenta, mas o pinus não estraga (a terra) ele protege, o eucalíptus sim” (37 anos no lugar). Para a D. Evone “falam, mais é muita bobagem {...} só seca (água) na seca” (47 anos no lugar). Segundo o Sr. Benjamim “isso é conversa pra não plantar o pinus, onde fiz lavoura (depois de tirar o pinus) formou a melhor plantação com milho viçoso” (52 anos no lugar). Assim, “acho que não estraga” (Elson, 38 anos no lugar), pois “é relativo, depende da adubação” (Luiz, 8 anos no lugar).

Ainda neste grupo de pessoas que afirmaram conhecer os danos ambientais relacionados a reflorestamentos com espécies exóticas encontramos alguns mais prudentes. É o caso do Sr. Juventino ao dizer que “tinha que fazer o teste, dizem que toma força (da terra)” (22 anos no lugar) e do Sr. Casseiro “precisava estuda, mas acho que é (verdade que degrada)” (60 anos no lugar).

Tivemos 2 que *não responderam* a questão e 3 que afirmaram *Não* ter conhecimentos de impactos relacionados às espécies exóticas.

Com relação às práticas, *perguntamos o que mais degrada a natureza*, ou seja, é a *extração da vegetação ou a agricultura*.

Tivemos outra “surpresa”. Pensou-se inicialmente que as respostas apontariam para uma relação de agricultura *versus* extrativismo, onde este último estaria em vantagem por estarmos em uma região essencialmente extrativa.

Do grupo pesquisado 02 pessoas não souberam responder e 06 disseram que a agricultura é a principal responsável pela degradação. A agricultura é prejudicial “se plantar num lugar só” (André, 75 anos no lugar), e porque usa “muito agrotóxico” (José, 44 anos no lugar).

Outros 06 disseram que as duas práticas são prejudiciais afirmando que “tá pareio” (Lucinda, 4 anos no lugar) os níveis de degradação e que “um puxa o outro, acho que a consciência ambiental tá importante” (Ingard, 50 anos no lugar).

Entretanto, 28 afirmaram que a extração é a principal causa da degradação. Para o Sr. Wilson “na agricultura você trata a terra e preserva a água próxima” (12 anos no lugar), e ainda “na agricultura você corrige o solo” (Elson, 38 anos no lugar). Portanto, “o maior problema é plantar madeira no lugar impróprio pra lavoura” (Juventino, 22 anos no lugar). Concluindo: “o que vou te dizer, meio de sobrevivência (agricultura) não estraga” (Nelson, 37 anos no lugar).

Ainda nesse contexto, perguntou-se sobre os motivos que os levam a retirar madeira. 02 pessoas falaram que é para usar o solo para a agricultura; 02 não responderam; 10 enfatizaram o consumo próprio (lenha, madeira, cercas, paios, entre outros) e; 27 retiram a cobertura vegetal com o objetivo de comercializá-la.

Motivos da retirada da cobertura vegetal	
Uso para agricultura	02
Consumo	10
Comercialização	27
Não responderam	02

Quadro 11 – Motivos da retirada da cobertura vegetal

Mesmo que a grande maioria do público pesquisado tenha revelado o conhecimento da degradação ocasionada tanto pelas espécies exóticas quanto pela

retirada da cobertura vegetal, constatou-se o desejo deles em aumentar as áreas de reflorestamentos.

Assim, 23 pessoas disseram que precisam *mais espaço* para aumentar a área de reflorestamento; 15 afirmaram que precisam de mais *tecnologia* para aumentar a produção de silvicultura; 03 precisam tanto de *espaço quanto de tecnologia* e; 01 não respondeu a questão.

Para aumentar os reflorestamentos é necessário	
Tecnologia	15
Espaço	23
Espaço e tecnologia	03
Não responde	01

Quadro 12 – Para aumentar o reflorestamento

Esta questão é muito importante para que possamos pensar em estratégias de “controle” sobre avanços em áreas florestadas. Como a maioria disse que precisa de mais áreas de plantio parece certo que, ao obtê-las, isso acabará ocorrendo. Assim, um trabalho sobre a importância das tecnologias para maximização da produção em uma área menor faz-se necessário.

6.3 Sobre as técnicas de conservação/preservação

“mesmo sem lei eu sabia da terra fraca pra plantar”

(Sr. Cassemiro, 60 anos no lugar)

Independentemente da idade e níveis de ensino constatou-se que os moradores/agricultores possuem algumas técnicas/práticas de uso dos recursos da natureza que, em muitos casos, independem da interferência das instituições de apoio.

Na epígrafe, o Sr. Cassemiro afirma que o seu conhecimento sobre os usos dos recursos são “anteriores a legislação”. Falas como essas ficaram explícitas em vários momentos da pesquisa para justificar a permanência na área rural e a

sobrevivência nela, ou seja, afirmam saber o que é preciso para viver. Assim, quisemos saber – um pouco mais - como esse povo usa os recursos naturais.

Especificamente sobre a *localização dos melhores solos* para plantio tivemos relatos que mostram as experiências de vida do grupo pesquisado. Perguntou-se: *Como você sabe onde estão as melhores terras?* Não interessa discutirmos cientificamente se eles estão certos ou errados, isto sim, compreender as suas estratégias para sobreviverem. No geral esta questão pode ser respondida pela D. Inês, pois segundo ela “quem trabalha sabe, terra gorda e sem areia” (Inês, 22 anos no lugar) ou mesmo pela D. Ana ao dizer que “se (a terra) for macia, úmida, é porque é boa” (Ana, 2 anos no lugar).

O Sr. André conhece a qualidade do solo “pelo mato que cresce” (75 anos no lugar). Isso fica explícito nas falas que se seguem: “onde tem madeira grossa é boa, onde tem samambaia, vassoura, carátua, não cresce nada” (Eugênio, 69 anos no lugar), pois “onde a terra é gorda o mato é diferente” (Lucinda, 4 anos no lugar), ou seja, “a terra boa não é tão solta, arenosa” (Reginaldo, 15 anos no lugar).

A noção de terra gorda está associada à grande quantidade de matéria orgânica. Por isso pode-se perceber sua qualidade “pelo mato, cor da terra” (Juventino, 22 anos no lugar). Eles possuem conhecimento dos limites impostos pela qualidade do solo através da vegetação. Qualquer técnico agrícola sabe que um solo com samambaias é ácido, por esse motivo pobre. Esse povo não usa o termo ácido, mas sabe que esse solo com samambaia é fraco. A única pessoa que “se arriscou” numa explicação técnica foi a D. Ingard ao dizer que conhece a terra fraca “pelo tipo de mato (e cita um exemplo) igual onde tem samambaia falta calcário” (Ingard, 50 anos no lugar).

Depois de algumas afirmações de que “a terra é ruim onde tem samambaia” (Sandro, 6 anos no lugar), tivemos alguns exemplos do que fazer neste tipo de solo. Assim, conforme a D. Lurdes “onde planta samambaia é que planta eucalíptus, mas milho não dá” (38 anos no lugar). Já o Sr. Loreno mostra que conhece o solo “pelo tipo de vegetação” e pela rotina, pois “a gente já acostumou colher na terra e já sabe”, por exemplo, “ano que vem vamos planta aqui (apontou o local), temos que saber as áreas porque a terra nunca é pareia (tudo igual)” (2 anos no lugar). Sobre a quantidade e a qualidade do produto o Sr. Cassemiro alerta que “para mandioca

tem que ser terra mais seca, na terra boa tem nhapinda, jaguarandi” (Cassemiro, 60 anos no lugar).

Também temos análises que apontam para as planícies de inundação, visto que, “as melhores terras estão nas margens dos rios” (Wilson, 12 anos no lugar) e, ao mesmo tempo, em terrenos basálticos, mas com uma restrição: “aqui onde a terra é boa não pode mecaniza porque tem bastante pedra”(Júlio L.,58 anos no lugar).

Para que os moradores/agricultores *permaneçam produzindo* é necessário o *conhecimento daquilo que estão fazendo*. Assim, eles foram questionados sobre os *problemas ambientais ou de produção que enfrentam e a necessidade de desenvolver por conta própria alguma técnica ou estratégia para extrair aquilo que precisam degradando menos*.

Sobre esse aspecto alguns relataram que para plantar a “bracatinga joga a semente e mete fogo e dá que nem praga, na Galícia (colônia de Porto União) saía muita lenha, reflorestava a custa de queimada” (Cassemiro, 60 anos no lugar). Outros enfatizaram que “sempre aprendi por conta própria {...} o veneno acaba a terra {...} a reserva pra água é a nascente, cuide em volta” (Inácio, 37 anos no lugar), ou que “deixei crescer mato por causa do rio” (José, 44 anos no lugar). Ainda sobre a conservação/preservação das águas temos aqueles que relatam que “já tirei vegetação que puxa água pra preservar (citou o eucalíptus)” (Sandro, 6 anos no lugar) ou noutros termos: “já mantive vegetação pra não encolher o rio” (Airto, 25 anos no lugar). Esta última citação mostra uma preocupação recorrente com a redução dos potenciais hídricos da região.

Outro assunto muito citado é a erosão do solo. Verificamos pessoas como Sr. Reginaldo, muito preocupado em combater os efeitos e não as causas “onde a chuva estraga arrumamos” (15 anos no lugar), ou mesmo aqueles mais prudentes como o Sr. Júlio “cuido da terra pra combate a erosão” (Júlio L., 58 anos no lugar). Nesta mesma linha temos o caso do Sr. Elson que afirma “planto capim elefante onde tem erosão” (38 anos no lugar) ou mesmo de outros como o Sr. Wilson: “capim elefante serve pra carpa (alimento deste peixe) e combate erosão” (12 anos no lugar).

A D. Ingard disse que para aumentar a produção “fiz cobertura na horta deduzindo por experiência” (50 anos no lugar). Também tivemos aqueles que aprenderam em livros, mas mostram algumas restrições a eles “li livro do começo da história e fiz rotação de cultura (influenciado) pelo livro {...} não uso adubo porque não tem dinheiro {...} livro aceita tudo que escreve (e) a realidade é outra, comer é uma coisa e produzir é outra” (Loreno, 2 anos no lugar). Especificamente no segundo caso vemos que a rotação de culturas somente foi utilizada por falta de dinheiro pra comprar adubo. Esse não é o caso do Sr. Juventino que afirma “esse negócio de adubo (não usamos) pegamo só do mato (junta folhas debaixo das árvores e coloca na roça) não compramos (não existe) melhor que isso” (22 anos no lugar).

No campo das desconfianças sobre o saber científico a D. Márcia diz que “(desenvolvi) pouca coisa, (mas) tem gente que estuda e nem sabe o que é uma vaca (criticando os veterinários)” (38 anos no lugar). Esta análise evidencia as limitações da moradora/produtora e ao mesmo tempo tenta mostrar que elas também existem na ciência, ou seja, ela mostra que fez *tão pouco* quanto aqueles que estudam.

Também presenciamos algumas experiências com o plantio consorciado⁵⁴ de espécies vegetais e os dilemas em torno dos seus benefícios. Imaginamos que essa seria uma prática comum no plantio realizado pelos agricultores, mas não foi isso que a pesquisa revelou.

Realiza plantio consorciado	
Sim	19
Não	23

Quadro 13 – Plantio consorciado

Por trás dos motivos que levam ou não ao plantio de diferentes espécies em um mesmo espaço temos o lucro a ser obtido pela produção ou a baixa produtividade por razões naturais do desenvolvimento de cada espécie. Tivemos vários exemplos que funcionam e de outros que não dão certo.

⁵⁴ Prática de plantar/cultivar duas ou mais espécies juntas.

De acordo com o Sr. Miguel “(aqui) não funciona por causa da raiz da erva (plantio de mandioca)” (47 anos no lugar). Segundo a D. Lucinda “o patrão já fez mais o milho não desenvolveu no meio da erva” (4 anos no lugar). Temos aqueles que apontam para a baixa produtividade “consorciado não produz tão bem” (Inês, 22 anos no lugar), aqueles que falam que “da muita mão de obra” (Adriana, 17 anos no lugar), e outros que afirmam “um (uma espécie) estraga o outro” (Nelson, 37 anos no lugar).

Temos o grupo de moradores/produtores que “ouviram falar ou que supõe” os resultados da produção. Segundo o Sr. Julio M. “vejo o vizinho, mas acho que não dá alguma coisa” (40 anos no lugar). O Sr. Sandro “já ouvi(u) fala(r) que é bão” (Sandro, 6 anos no lugar), mas “o pessoal diz que não funciona” (Benjamim, 52 anos no lugar), pois “já trabalhei com quem plantou e ele não vai plantar mais” (Marcelo, 33 anos no lugar).

A D. Nádía afirma que “feijão com milho e milho com abóbora funciona” (2 anos no lugar). Já a D. Ana diz que “milho com feijão {...} produz mais” (2 anos no lugar). Isso ilustra a fala da D. Maria que “plantava erva no meio da capoeira e dava erva de melhor qualidade do que aquela plantada no limpo” (43 anos no lugar).

Neste contexto temos a fala do Sr. Cassemiro que “plantava feijão e milho, arroz e mandioca e dava certo”, mas “hoje ninguém faz mais esse sistema porque senão morre de fome”, pois “eu ganho mais com verduras” (60 anos no lugar). Para nós a citação da D. Ingard, referente ao plantio consorciado – independentemente do tipo de cultura - é autoexplicativa: “eucalíptos com milho e pastagem da certo, mas tem que fazer como eles explicam (EMATER) se não funciona” (Ingard, 50 anos no lugar), ou seja, não é simplesmente plantar. Utilizando falas anteriores afirma-se a necessidade de se conhecer as espécies consorciadas para que os resultados apareçam.

Embora os moradores/agricultores tenham negado, presenciamos em duas oportunidades áreas que foram queimadas. Ela é (ou foi) uma prática, como foi dito por um entrevistado, comum para o plantio da bracatinga. Também serve para limpar terrenos muito íngremes, com muitas rochas ou ainda para acelerar a limpeza de uma localidade qualquer.

Já realizou queimadas	
Sim	22
Não	18
Não responderam	02

Quadro 14 - Queimadas

Assim, 22 pessoas disseram que já realizaram queimadas no passado; 02 não responderam e; 18 afirmam que nunca o fizera. Os quarenta que responderam essa pergunta dizem que não o fazem na atualidade visto que “é proibido” (Benjamim, 52 anos no lugar e Inácio, 37 anos no lugar) ou porque “é mais fácil com o trator” (Júlio M., 40 anos no lugar), ou simplesmente dizem que “aqui não (nesta região)” (Cláudio, 8 anos no lugar).



Figura 3 - Queimadas nos Barreiros e na Nova Galícia – Jan/2012.

6.3.1 Casos específicos

Elencamos três casos relacionados à preservação/conservação que ilustram o saber popular, o impacto da legislação ambiental e a produção de alimentos.

No primeiro, temos uma situação em que a produtora rural (Ingard, 50 anos no lugar) forra o chão da sua lavoura com folhas de pinus para evitar o impacto da água e, desse modo, combater o processo erosivo “dizem que o pinus absorve o nitrogênio, mas por outro lado a erosão também provoca perda de produtividade”. Outra situação na mesma propriedade, relatada pela produtora, refere-se ao rio que foi recuperado com a preservação da mata ciliar “tem gente que fala como vocês sujaram tudo {...} tem gente que não volta mais pra pescar e nem percebe que a mata fez a água e os peixes aumentar”.

O segundo caso é referente à propriedade da D. Maria (80 anos no lugar). Uma propriedade belíssima cortada por um rio que servia para movimentar o moinho da propriedade (moagem de trigo, descascar arroz, etc.). Segundo o seu filho os serviços prestados por eles foram enfraquecendo gradativamente até o ponto de não realizarem mais para comunidade (isto estaria ligado à diminuição das lavouras, preços dos alimentos, proximidades com produtos industrializados, entre outros). Esse mesmo rio que serviu para que a família ganhasse dinheiro é o grande problema na atualidade “ele passa no meio da propriedade”, ou seja, se preservar as suas margens e mais aquelas dos afluentes e subafluentes a propriedade tem uma redução de cerca de 80% de sua área de uso. O antigo moinho virou um Museu Rural e o restante da propriedade serve para lazer de pessoas que o procuram no campo “é um lazer alternativo em razão da lei ambiental”.



Figura 4 - Antigo moinho e atual museu rural – Jan/2012.

O terceiro caso pode ser ilustrado pelo Sr. Cassemiro (60 anos no lugar). Trata-se especificamente da utilização de estufas para o cultivo de hortaliças, em geral. Essa prática está se tornando viável pela maior produtividade e expressão que os agroecológicos estão tendo na atualidade “em meio alqueire na estufa você produz mais que em seis fora dela”. O adubo utilizado é “cinza de caldeira que faz a parte do calcário e é bem mais barato” e também se utiliza técnicas de irrigação por gotejamento “que funcionam melhor”. Geralmente o que é cultivado vende-se em feiras semanais na cidade. A aceitação crescente dos agroecológicos associado à falta de espaço para o plantio faz das estufas uma excelente alternativa para os produtores rurais.



Figura 5 - Plantação em estufas – Jan/2012.

Nas três situações percebemos aquilo que chamamos de complexidade do rural. Certamente de que se pode fazer uma análise pautada na (re)valorização de algumas práticas que caracterizam “o novo rural” (Wanderlei, 2009) como, por exemplo, fazer do rural um espaço de consumo e não de - somente – produção. Entretanto, ressaltasse as estratégias dos moradores/trabalhadores para continuar (sobre)vivendo na área rural. No primeiro caso temos um misto de situações em que se valoriza e nega o saber científico simultaneamente. Preservar a mata ou vegetação ciliar é uma técnica de controle da erosão que incide na qualidade da água e quantidade de peixes, porém, na mesma propriedade, utilizar num canteiro folhas de pinus para amenizar os impactos erosivos da água da chuva é algo extremamente contestável pelo saber científico.

No segundo caso, a mesma legislação que proíbe o corte de vegetação ou outros usos possíveis da propriedade, pode ter sido responsável pela dinâmica atual da mesma. Se não tivesse a grande quantidade de águas e de áreas verdes os turistas iriam até esta área? Como a propriedade funcionava basicamente em torno do seu moinho – que foi desativado – pode-se inferir que depois da retirada da vegetação (reivindicada pelos moradores) restaria basicamente a atividade agropecuária de subsistência. Ao que tudo indica a vegetação seria uma espécie de poupança que foi “congelada” pela lei ambiental, por isso a revolta. Como não há o interesse em uma produção de subsistência – até mesmo pela restrição ambiental - o turismo rural se tornou “forçosamente” uma alternativa.

A terceira situação refere-se ao aumento gradativo da produção de agroecológicos na região. Segundo Altieri (2012), a agroecologia seria uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no (ou pelo) campo. Também concordamos com ele, mas o que interessa do exemplo citado é que algumas técnicas de produção de agroecológicos estão sendo assimiladas por pessoas que nem sempre produzem produtos com esta característica ou mesmo que estejam pensando na preservação/conservação. É o caso da utilização de uma estufa, um adubo alternativo, entre outros, que são utilizados por serem mais baratos e produzirem mais.

Em linhas gerais, verifica-se o aparecimento de cenários diferentes, em função das experiências diferenciadas de cultivo e práticas produtivas de cada agricultor/trabalhador. Pode-se dizer que existem diferentes racionalidades (expectativas em função das experiências diretas e indiretas de cada um dos entrevistados, segundo mantêm ou não uma tradição na forma de plantio e na diversidade de produtos). Por outro lado, o diferencial para cada uma dessas situações é com a introdução do plantio de árvores exóticas (pinus e eucaliptus) que estão associadas com as práticas de larga escala das grandes propriedades rurais e com interesses comerciais. Cremos que é a questão da escala, associada ao tipo de agricultura mais tradicional, que define o caráter ou o padrão de um cultivo ser “mais” ou “menos” ecológico. As entrevistas demonstram que, quando se trata de o agricultor ter tido uma longa experiência no tipo de plantio, ele mesmo sabe os limites do equilíbrio de práticas ecologicamente sustentáveis.

A inserção de novas práticas está associada a um cálculo de sobrevivência, ou seja, o que é preciso, no julgamento dos atores, para se viver bem. Isto justifica o plantio de espécies exóticas e os riscos socioambientais que ela representa, mas, por outro lado, a segurança adquirida pela comercialização deste produto. Os métodos tradicionais coexistem com formas de imposição de algumas práticas agrícolas (ex. exóticas) assegurando uma maior renda ao produtor/trabalhador rural. Ao que tudo indica isso já é uma prática centenária na região e certamente continuará se reproduzindo (mais adiante temos mais elementos que afirmam isso).

Contudo, os cuidados com a natureza, por parte desses atores, pode ter uma fonte no imaginário ou na cultura da região, cujas marcas simbólicas estão muito presentes, por conta de uma forte densidade representada pelos eventos do Contestado e das figuras dos monges e seus ensinamentos, reatualizados e ritualizados pelos moradores (batismos, benzimentos, transmissão oral por lendas, contos, etc). Acredita-se que essas influências se manifestam nas praticas e usos dos recursos naturais.

6.4 Reflexos de um passado recente: animais silvestres na dieta alimentar, produtos que não se cultiva mais e as festividades religiosas

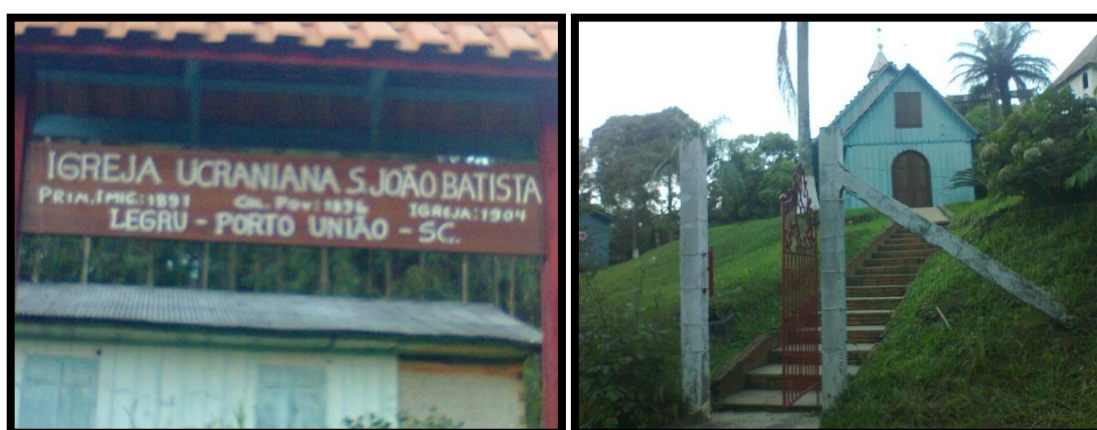


Figura 6 - Igreja ucraniana de 1904⁵⁵ - Jan/2012.

⁵⁵ Uma das igrejas mais antigas da região e que marca a intensificação de um processo de hibridismo cultural.

Candido (1971) faz uma análise da dieta alimentar do grupo que estudou mostrando a importância do alimento na cultura de um povo, seja ele para suprir as necessidades básicas ou contribuir para os fortalecimentos dos laços comunitários. Embora ele tenha discutido sobre os usos de vários alimentos, como a mandioca, o milho, lagartos, macacos etc., nos interessam especificamente os animais silvestres. Isso porque a sua utilização pode significar várias coisas como, por exemplo, necessidade de sobrevivência, intensificação do capital social pelas ofertas de partes de caças a vizinhos, preservação/conservação da natureza, intensificação da fiscalização de órgãos ambientais, entre outros.

Assim, procurou-se saber dos moradores/trabalhadores rurais quais os animais que eram consumidos e que hoje não o são mais, ou seja, quais as razões de sua utilização ou cancelamento desta. A questão da não utilização está associada ao fato de que consumir animais silvestres é crime e os moradores/trabalhadores sabem disso. Obviamente que mesmo que consumissem não nos fariam. A intenção não é incriminá-los, mas entender o que eles pensam sobre o assunto.

Constamos três estilos de respostas. Uma pautada no amor à natureza, outra na extinção devido à utilização de agrotóxicos e uma terceira, em maior proporção, mostrando o aumento do número dos animais silvestre em razão da legislação ambiental. Com relação ao assunto a D. Lurdes faz uma fala que acaba sendo síntese “bicho tem, os grandão é que vão caça, os colono tem medo da lei e muitos tem amor ao bicho” (Lurdes, 38 anos no lugar).

Com relação ao aumento da quantidade de animais o Sr. Casseiro diz que “aqui tem bicho demais, até macaco, pato do mato, marrequinho, canário {...} (e que) hoje ninguém come porque não interessa mais” (60 anos no lugar). Essa fala é reforçada por outros ao afirmarem que “aumentou os bicho (quantidade) até na estrada, o pessoal não caça {...} um pouco é conscientização, e o que tem de pomba salera {...}” (Reginaldo, 15 anos no lugar). Conforme a D. Evone “a gente vê bicho mais não caça, não gostamos de (comer) bicho do mato, (e) aqui tem um pouco de lebre e até veado” (47 anos no lugar). Enfatiza-se também que “hoje ninguém mata, tem jacu, lagarto, nhanbú e (até) tatu tem bastante (Sandro, 6 anos no lugar).

Em algumas propriedades aparecem poucos animais. Assim, surgem algumas análises como a do Sr. Luis dizendo que “tem pouco animal nessa região, (porque) aqui tinha caçador clandestino” (Luiz, 8 anos no lugar), ou como a da D. Ana ao enfatizar que “(tem) mais é lagarto e passarinho que ninguém come” (2 anos no lugar). No plano da escassez o Sr. Eugenio alerta que “tem bastante animal, mais antes quanto mais caçava mais tinha” (69 anos no lugar). Aí cabe um alerta feito pelo Sr. José “tem bastante, tem gente que caça, sou contra, tem que preserva” (44 anos no lugar).

Toda vez que um animal silvestre interfere na produção ele é visto como uma praga. Segundo o Sr. Júlio L. “tem animal em excesso e estraga a lavoura, (além do que, hoje os animais) não interessam, é melhor ir no mercado”(58 anos no lugar). Isso é confirmado pelo Sr. Nelson ao dizer que “tem bastante bicho, lebre o que aparece {...} prejudica a lavoura {...} aqui tinha um tatu (cavando por toda parte) peguei e larguei na serra” (Nelson, 37 anos no lugar). Também sobra espaço para aqueles que argumentam que “não tem mais bicho, só passarinho” (Lucinda, 4 anos no lugar).

Sobre a legislação e agricultura o Sr. Inácio diz que “{...} hoje não precisa proibi a caça (porque) não tem mais bicho {...} e o problema é o veneno” (37 anos no lugar). Já para o Sr. Elson “se alguém mata um lagarto, eu bato nele (um dia) matei um bicho por cagada”, na minha propriedade “canário tem que cuida pra não pisa em cima, jacu também”. Ele acabou desenvolvendo um método simples para proteger sua produção “pra não estragarem a lavoura tem que joga comida pra eles come” (38 anos no lugar),

Mais especificamente sobre a legislação é dito que “ninguém mais caça e é proibido e se mata um bichinho vai responder processo” (André, 75 anos no lugar). Numa visão nostálgica falam que “caçavam de tudo, como caçavam, era uma coisa muito boa {...} hoje a caça ta proibida {...} mais se não fizessem isso não tinha mais nada” (Maria, 43 anos no lugar). Assim, “tem sobrado mais bichos (porque) não pode caçar {...} os jacus vem nessa árvore e ficam com as galinhas” (Benjamin, 52 anos no lugar). Portanto, “não é que não compensa (é que) a lei ta aí {...} mais nunca cacemo {...} hoje é a lei da natureza” (Verônica, 25 anos no lugar).

Segundo o Sr. Juventino “depois que tamo aqui se crio mais bicho porque proibiram a setra (estilingue) que mata a natureza” (22 anos no lugar). Nesse mesmo enfoque vemos que “aparece lagarto, tatu {...} um pouco por causa da lei” (Miguel, 48 anos no lugar). Portanto, “bicho tem, mais é proibido caça na propriedade, hoje ninguém se interessa {...} mais o bicho ta acabando pelo veneno” (Julio, 4 anos no lugar).

Outra questão relacionada à alimentação *refere-se ao cultivo*. Por isso pediu-se que os pesquisados dissessem *o que era produzido* em suas terras e que hoje, por várias razões, *não cultivam mais*.

Percebeu-se que a articulação cada vez maior entre o urbano e o rural propiciou a diminuição ou ate mesmo a erradicação do cultivo de alguns produtos⁵⁶. A explicação esta no contato cada vez maior com produtos industrializados “mais baratos”, perda de produtividade do solo e escassez de mão de obra. Também fica claro, mais uma vez, a importância dos reflorestamentos para aumento da renda familiar e que, em muitos casos, foi privilegiado em detrimento das lavouras. Isso já ocorrera em outros momentos com produtos como a erva

A produção de trigo fôra abandonada pelos paranaenses em virtude do aparecimento da praga da ferrugem, ‘não é logo, tanto, a ferrugem, como a erva que faz mal ao trigo’, face a preferência daqueles por estas atividades consideradas mais fáceis e rendosas. (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969,p.112)

Segundo o Sr. Elson “minha produção sempre foi milho e feijão” (38 anos no lugar). É a mesma situação da D. Maria ao dizer que “plantava as mesmas coisas mais sufoca a terra (que) perde a força” (Maria, 43 anos no lugar). Porém, temos situações onde se afirma que hoje não produz mais “arroz por causa do trabalho e do espaço” e porque “a família inteira cada um foi pra um canto” (Inês, 22 anos no lugar). Também verificou-se que “antigamente (produzia-se) arroz e centeio”, mas era “muito serviço e pouco lucro” (Julio, M.,40 anos no lugar).

Dentre as explicações para o declínio da produção constata-se que “trigo e centeio sempre tinha, mais depois dava um fungo e acabava com ele {...} hoje na

⁵⁶ Em 1969 Faissal El-Khatib mostrava a produção de alguns produtos como batata doce, centeio, fumo, mandioca mansa, milho e trigo e, como pode-se contatar, alguns destes não se planta mais, na área estudada, como é o caso do centeio.

técnica dá trigo, mais nem moinho colonial existe mais {...} por uns 20 anos (tivemos) colheita de primeira e depois decaiu” (André, 75 anos no lugar). Já o Sr. José plantava arroz, mandioca e milho, porém, “tínhamos mão de obra de terceiro e acabou ficando caro” (44 anos no lugar). A D. Lucélia parou de plantar arroz, alho e cebola “por causa da natureza, clima” (48 anos no lugar). O Sr. Juventino parou de produzir arroz e trigo e diz que “larguemo mão por causa do clima, purgão,” (22 anos no lugar).

É recorrente que não se produz mais “arroz, mandioca, por causa do preço e mercado” (Julio L. 58 anos no lugar), e nem “trigo, centeio, cana de açúcar (produção de açúcar)” (Benjamim, 52 anos no lugar). O Sr. Marcelo afirma que “arroz só plantava quando era pequeno, mais faltou gente” (33 anos no lugar), mas há de se ressaltar que “as terras não ajudam, me lembro da melancia, melão, hoje não dá mais, a terra ta fraca e foi tudo indo pro reflorestamento” (Evone, 47 anos no lugar). Quem quiser viver da terra terá que investir em técnicas de correção do solo, ou seja, “planta tudo pelo adubo, a terra tem que ser tratada” (Marcia, 38 anos no lugar).

Finalizando, com a tentativa de entendermos a importância dos produtos de acordo com uma determinada conjuntura: “milho, feijão, arroz (predominava), sem arroz o agricultor não via dinheiro, mais hoje não compensa” (Cassemiro, 60 anos no lugar).

6.5 O QUE PERMANECEU NA(S) COMUNIDADE(S)

Esta questão está intimamente relacionada às permanências e rupturas nos hábitos e costumes, embora também tenhamos percebido isso nas falas anteriores. Nesse sentido, percebeu-se ao menos duas situações marcantes. A primeira relacionada à igreja e a segunda aos grupos étnicos.

Temos aqueles que dizem que se “perdeu tudo” (Luiz, 8 anos no lugar), ou seja, “que se perdeu todos os costumes” (Marcelo, 33 anos no lugar). Ou como afirma a D. Maria, “hoje tem muito pouco, mais os ucranianos que respeitam natal,

final de ano, feriado religioso” (43 anos no lugar). Neste mesmo contexto o Sr. Casseiro diz que “se perdeu muito, mais ainda existe {...} mais é festa de igreja, mas é só lucro, antes era pra confraternização (a esposa interfere e diz) mais se não fizer festa como vai sustentar o padre (ele retoma a fala) antes os padres diziam se podia casar, hoje são meio malandro” (60 anos no lugar).

Segundo a D. Evone hoje “se perdeu muita coisa, festa ainda sai e casamento tá difícil {...} nem adianta dizer case pros filhos, tem que ter fé e pedir pra Deus que não termine {...} hoje querem dinheiro na igreja, eu disse pra tesoureira tá virando comércio, rifa, rifa e pedem, pedem” (47 anos no lugar). Nas palavras do Sr. Eugênio “hoje tem festa só pra faze pavilhão da igreja e ainda vai gente de fora” (69 anos no lugar) ou, segundo o Sr. Benjamim, “dia santo existe e festa de igreja é só pra dinheiro” (52 anos no lugar).

Como apontado acima, constatam-se novas relações entre pessoas de diferentes lugares, até mesmo nas festas comunitárias. Neste sentido, os laços afetivos criados pela proximidade entre as pessoas das colônias vão se enfraquecendo. Esta situação fica explícita na fala do Sr. Elson ao enfatizar que na atualidade “só tem festa e pra ganha dinheiro (antes) tinha briga mais era divertido” (38 anos no lugar). Ao se referir que tinha briga e que isso era divertido ele nos remete à obra clássica de Franco (1983) que afirma que a proximidade entre pessoas leva ao conflito. Ela chega a citar exemplos de brigas entre compadres onde um acaba matando o outro com golpes de faca, após uma bebedeira. No outro dia, encarcerado e curado do porre o assassino se arrepende e diz que não queria matar seu compadre, visto que gostava muito dele, mas durante a briga ele desferiu um golpe que acabou vitimando quem ele tinha muita estima.

Sobre a relação vicinal e os costumes a D. Ingard afirma que “os ucraniano mantêm, mais o pessoal mais misturado não {...} antes nós fazia mutirão⁵⁷, ia fazer surpresa e já levava o gaitero” (50 anos no lugar). O Sr. José também faz esta observação ao dizer que “o que diminuiu bastante é a reunião (confraternização) de moradores, festa tem” (44 anos no lugar).

⁵⁷ Conforme Holanda (1983) o muxirão ou mutirão é o costume em que os roceiros se socorrem uns aos outros nas derrubadas de matos, nos plantios, nas colheitas, na construção de casas, na fiação de algodão, entre outros, e teriam sido tomados de preferência ao gentio da terra e, fundamentam-se, na expectativa de auxílio recíproco, tanto quanto na excitação proporcionada pelas ceias, danças, etc.

Percebe-se que “pra fala verdade é mais os ucraniano (que seguem os costumes)” (Inácio, 37 anos no lugar). Como já foi apontado que o povo está “mais misturado” também fica evidente que “nessa região o rito ucraniano tem bastante, mas agora tem outras festas como a do peixe” (Wilson, 12 anos no lugar).

Portanto, temos alguns descendentes de ucranianos afirmando que “pra nós não mudou quase nada” (Julio L. 58 anos no lugar), e que “o pessoal segue a sua tradição, seu padroeiro, dia de festa” (Verônica, 25 anos no lugar). No geral, segundo o Sr. Juventino, quem faz os rituais são “os mais de idade”, porém, “hoje (os mais novos) respeitam pouco, nem em santo acreditam” (Juventino, 22 anos no lugar).

Ao mesmo tempo que se afirma a permanência das “comida típica, festas, domingos” (Ines, 22 anos no lugar), de hábitos e costumes ucranianos, entre outros, a D. Verônica alerta que também permanecem “as coisa polonesa” argumentando em contrapartida que hoje “já não tem muita festa e casamentos” (Verônica, 22 anos no lugar). Nas palavras do Sr. Loreno “tá se perdendo, a igreja quase nem é aberta e hoje o povo vive pra si, nem família se reúne mais” (Loreno, 2 anos no lugar). Na mesma linha de pensamento, vemos que “{...} hoje o casamento não compensa o povo se amontoa” (André, 75 anos no lugar).

6.6 A importância da natureza e a perspectiva de futuro

Segundo a observação de H. Von Stein, ao ouvir a palavra natureza, o homem dos séculos XVII e XVIII pensa imediatamente no firmamento; o do século XIX pensa em uma paisagem.

(Sérgio Buarque de Holanda)

Outra questão clássica da economia da natureza refere-se à importância dos recursos naturais para o desenvolvimento do país. Neste sentido, foi perguntado: *Você acredita que a natureza é importante para o desenvolvimento do nosso país?*

A natureza é importante para o desenvolvimento do país	
Sim	30
Não	07
Não souberam responder	05

Quadro 15 - A natureza é importante para o desenvolvimento do país

Dentre as 05 pessoas *não souberam responder* foi dito que “o jogo financeiro está por trás e querem nos dominar (referindo-se a influência estrangeira no Brasil)” (Luiz, 8 anos no lugar), ou que é “difícil explicar, porque se o país viver só de natureza o proprietário é sacrificado” (Cassemiro, 60 anos no lugar).

As 07 pessoas que disseram *Não* afirmaram que “a natureza não dá dinheiro é só pro gasto de quem precisa” (Maria, 43 anos no lugar), ou que “a natureza mais é pra bonito, não tem serventia, deviam preservar mata virgem” (André, 75 anos no lugar). Para o Sr. Aírto “o lucro é pequeno” (25 anos no lugar). Já no desabafo da D. Lurdes “é só discurso, se você tiver 10 alqueire (preservado) o governo não te paga, (se você quiser) tem que tirar imbuia de noite” (38 anos no lugar).

Com relação às 30 pessoas que responderam *Sim*, percebe-se que elas são enfáticas ao afirmarem que “tem que saber usar” (Julio M, 40 anos no lugar), ou seja, “tem que saber usar, respeitar as águas e as parte de reserva e não deixar tudo mato” (Benjamim, 52 anos no lugar) porque “nem o ar presta se não tiver árvore” (Evone, 47 anos no lugar).

O Sr. Claudio diz que preservando/conservando “tem mais coisa pra vender” (Cláudio, 8 anos no lugar), mas “tem que saber trabalhar” (Inácio, 37 anos no lugar).

Em nossa análise a fala do Sr. Eugênio é seminal e sintetizadora de boa parte, senão de toda a tese: “reveja a lei, preservamo e precisamos, não pode ser punido nós, tem milhões de metros cúbicos apodrecendo e firma fechando por falta de madeira {...} tem que aproveita mais pro comércio se não vira tudo mato e acaba as indústria {...} tem imbuia verde que vai ficar pra bonito, com 100, 200 anos ela morre sozinha, ela tem idade, a canela seca, a bracinga seca (por isso tem que usar) {...} eu uso um pouco mais porque pago engenheiro, tinha que ter engenheiro

pros agricultor pra entra dinheiro pros colono {...} 10 mil em madeira o mico (macaco prego) tá comendo, precisamos de ajuda” (Eugênio, 69 anos no lugar”).

O que podem estar nos dizendo esses 30 entrevistados que consideram a “natureza” como fundamental para as atuais formas de produção? Provavelmente uma visão mais “realista” e “pragmática” indicando que existem meios para explorar os recursos naturais, respeitando seus limites e que, ao produzirem dessa forma, garantem o sustento e os ganhos para sobreviverem. Os que rejeitam esta visão, usam um sentido de “natureza” restritiva e de externalidade.

6.6.1 Perspectiva de futuro

Caminhando para o final, nos interessa entender *qual é a perspectiva de futuro dos moradores/trabalhadores*.

Conforme o Sr. Eugenio, ao analisar a situação atual do produtor, “se não melhora a legislação vai piora {...}” (69 anos no lugar). A D. Evone também não é tão otimista, pois “a gente tem medo, queria que melhorasse {...} no interior não digo que ta melhorando ta ficando só aposentado” (47 anos no lugar). Ainda numa postura critica em relação ao governo o Sr. Benjamin afirma que “do jeito que tá, o governo tá acabando com os colono pequeno, só os grande fica” (52 anos no lugar).

Alguns não apresentam perspectiva de melhorias dizendo que “melhora pra uns, piora pra outros” (Adriana, 17 anos no lugar), ou que “o povo vai continuar na mesma coisa” (Luiz, 8 anos no lugar). Nas palavras do Sr. Julio M. “o que eu vou te dizer, trabalhar eu tenho do mesmo jeito, comida ninguém dá” (4 anos no lugar), e naquelas da D. Marcia “não acredito muito, eu pretendo melhorar, mais o país ...” (38 anos no lugar). Portanto, para eles “a tendência é piorar” (José, 44 anos no lugar).

No que se refere à produção de alimentos no campo o Sr. Wilson diz: “acredito que tem que investir em tecnologia de alimentos pra aumentar a produção” (12 anos no lugar). Mas D. Nádia alerta que “vai piorar, o povo não se interessa

(pela agricultura) e se enfia na cidade {...} e não tem incentivo do governo, (por exemplo) veio semente do estado e é ruim” (2 anos no lugar). Por isso tem gente enfatizando que “precisa de gente pra planta” (Sandro, 6 anos no lugar). Porém, neste mesmo enfoque, o Sr. Cassemiro é otimista “acho que melhora porque o governo tá voltando o zóio pra produção de alimento” (60 anos no lugar), ou seja, “a tendência é melhorar” (Nelson, 37 anos no lugar).

Analisando o plano ambiental o Sr. Reginaldo fala que “acho que piora, cada vez desmatando mais, chuvarada, ventania” (Reginaldo, 15 anos no lugar). Mas para a D. Verônica a solução da maioria dos problemas “depende da lei” (Verônica K., 22 anos no lugar), ou seja, muitos impactos socioeconômicos e ambientais precisam de políticas públicas mais eficientes.

Para os mais otimistas “a tendência é melhora, antigamente andava de carroça e agora de carro” (Aírto, 25 anos no lugar). É o mesmo pensamento da D. Ingard ao dizer que “eu acho que melhora porque o ser humano tem essa tendência” (50 anos no lugar).

Esta perspectiva de melhora geralmente está associada à implantação de políticas públicas pelos governos municipais, estaduais e federal – principalmente neste último. Por isso, o Sr. Juventino afirma que “um pouco melhora, a vontade dessa mulher que tá lá é grande (presidenta da República), ela conversa bonito e tem bom prano” (22 anos no lugar). As melhorias “depende do governo, sozinho a gente não faz” (Verônica, 25 anos no lugar), assim “espero que melhore” (Julio M., 40 anos no lugar).

6.7 O CAMPO REVISITADO

Até o momento verificou-se que os elementos da economia da natureza, assinalados no primeiro capítulo, e evidenciados na formação socioambiental das Gêmeas do Iguaçu, ainda permanecem vivos nas práticas dos agricultores/moradores rurais. Referimo-nos especificamente à noção de uso da terra pautado num equilíbrio ecológico e, acima de tudo, fundamental para o

desenvolvimento (social, econômico, ambiental, etc) das famílias estudadas. Na parte teórica e na empírica, isso ficou claro. Assim, pode-se afirmar que nos agricultores/trabalhadores, permanecem elementos da necessidade da preservação/conservação dos recursos naturais, para se obter lucro (a terra como lucro). Porém, a história não é linear e as particularidades políticas, econômicas, culturais, naturais, etc., conformaram um povo com características muito particulares. Isto significa que o sentido de lucro, ou seja, terra como lucro, foi resignificado e não pode mais ser encarado como lucro econômico puro e simples, como apontado pela economia da natureza. Certamente seria um equívoco afirmar que esta concepção não existe mais, no entanto, o sentido de lucro no povo estudado é o mesmo da sobrevivência, da permanência na terra, da noção de equilíbrio, do respeito à natureza e ao próprio homem.

Este caminho foi apontado pelos Mandamentos da Natureza, supostamente escrito pelos monges. Por isso, precisamos voltar a campo para analisar com mais cuidado esta situação.

Por outro lado, não se pode deixar de indicar que essa “ressignificação” do sentido de natureza associada a ideias de preservação/conservação ambiental corresponde a um novo discurso difuso, global, científico e midiático (e também pela crítica social dos movimentos e pela nova legislação ambiental) sendo apropriado de diversas formas e maneiras pelos diversos agentes sociais. Contudo, a pesquisa demonstrou que o entendimento demonstrado pelos agricultores também denota esse tipo de influência difusa, mas não é apenas retórico. As maneiras de como eles expressam esse entendimento têm um rebatimento sobre suas experiências de vida de agricultores e de suas práticas produtivas. Neste sentido, esse discurso reforça uma determinada crença na maioria deles que agem corretamente em relação à preservação ambiental conferindo-lhes, portanto, certa legitimidade social.

6.8. Atualidade e presença dos conhecimentos do(s) monge(s)

{...} Dirigindo-se para Rondinha {...} em visita a Manuel Batista de Oliveira, o profeta encontrou Francisco Cardoso, que ia muito apressado queimar a roça. Caminharam juntos, proseando.

- Pra que tanta pressa em queimar a roça? – perguntou ele.

- Ora, ora, são João Maria, pois, esta com jeito de chuva – respondeu Cardoso.

- Chuva? Seis meses de seca virá, meu amigo ...

- Minha Nossa Senhora! O que será de nós! – exclamou o lavrador.

- Não se incomode – tranquilizou-o João Maria, vai colher o que plantar.

- De fato, sobreveio larga estiada, mas sem prejuízos para o vale do Iguaçu. (MARÉS DE SOUZA,2004,p.80)



Figura 7 - Pocinho de São João Maria em Porto União – SC – Jan/2012.

Ao longo da tese pudemos constatar que os monges tiveram uma participação muito importante na formação “socioambiental” dos municípios

estudados. Cabe-nos averiguar a atualidades de suas pregações e os reflexos disso nas práticas de uso dos recursos naturais.

Segundo Ribas (2004), a passagem do primeiro monge na região data de 1896, coincidindo com a imigração italiana. Em razão das “ameaças” do catolicismo rústico frente à igreja temos, dois anos mais tarde, a passagem do Bispo de Curitiba, o primeiro do Paraná, visitando as gêmeas do Iguaçu. Posteriormente, outro religioso importante denominado Frei Rogério Neuhaus, vigário de curitibanos, chegou a visitar os redutos sertanejos aconselhando o fim do combate. Isto porque “{...} os posseiros, agregados e peões possuíam um alto grau de religiosidade. A religião era, geralmente, orientada pelo Monge João Maria (homem muito bom)” (Ribas,2004,p.27).

O Frei Rogério tornou-se vigário em Porto União e destacou-se como mediador entre as tropas federais e os sertanejos.

No dia 09 de maio de 1914, chegou Frei Rogério Neuhaus, primeiro vigário franciscano da Paróquia, que desempenhou um papel muito importante no progresso das duas cidades. Participou ativamente no atendimento aos portadores da gripe espanhola, foi pacificador na Guerra do Contestado e trabalhou 22 anos na Região, entre o Paraná e Santa Catarina, liderando a construção, em alvenaria, da primeira Igreja Matriz, cujo lançamento da pedra fundamental foi em 1910 {...} (CONHECENDO, 2004,p.71)⁵⁸

Depois desta igreja outras vieram e hoje chama atenção a grande quantidade/variedade delas em dois municípios que somadas a sua população não chegam a 100 mil habitantes. Sem levarmos em consideração o surto de crescimento das neopentecostais nos últimos 20 anos, pode-se destacar a presença: das igrejas ucranianas, igrejas matrizes católicas, a Luterana, o Lar Espírita, a Metodista, a Batista e a Adventista. Cabe ressaltar que a tarefa dos religiosos era desmistificar os monges.

Paralelamente, a ampliação do número de Igrejas vemos a permanência das ideias do Monge, como destacado por Ribas (2004) e por Tonon (2002 e 2008). Nem o tempo e muito menos o poder dos eclesiásticos eliminaram a crença do povo

⁵⁸ A história da igreja iniciou-se em 1887 com a benção da pedra fundamental e a sua inauguração foi em 1890. Ela passou a condição de Paróquia em 1909, pertencendo primeiramente à diocese de Curitiba e, como depois da divisão das terras ficou do lado de Santa Catarina, em 1917, teve que migrar para a Diocese de Florianópolis. Do lado do Paraná foi construída uma nova Igreja Matriz para compensar a perda desta importante construção para Santa Catarina. (Conhecendo, 2004)

na vinda do messias. No imaginário coletivo da área estuda os três monges se resumem a um só, ou seja, o *Monge* e, sua força, é equivalente a de “outros santos” como São Sebastião. Na tradição popular os sertanejos mortos no Irani reapareceriam juntamente com o monge, São Sebastião – **protetor dos desvalidos e das boas colheitas** - e uma legião de anjos. É comum coabitar nas casas a imagem de São Sebastião com amuletos do Monge. (Tonon, 2008)

As práticas relacionadas ao atendimento de mazelas sociais ligadas à cura das doenças físicas e do espírito via curandeirismo ou benzimentos ajudaram na propagação da representação do monge como milagroso, assim como, de sua relação de cuidado com os animais e proteção de colheitas. Segundo Tonon (2008), um milagre muito comum atribuído a eles relaciona-se as cruzes de madeiras que brotavam. Na realidade o monge utilizava cedro ou aroeira para confeccionar a cruz e ao fincá-la no solo seria como se estivesse plantando mudas dessas espécies. As folhas das cruzes que viravam árvores eram muito utilizadas em chás. Outra situação refere-se ao grande número de pessoas espalhadas pelo Brasil rural em meio a latifúndios ou posses que abrigavam áreas florestadas e, em seu interior, os mandraqueiros⁵⁹, puxadores de reza, adivinhos, benzedores, capelães leigos, entre outros atores relacionados às práticas contrárias ao catolicismo ortodoxo.

Os conhecimentos do monge eram aplicados/relacionados a atividades humanas ou de fenômenos da natureza. Suas influencias orientavam as relações de parentesco, compadrio e mutirões nas comunidades, por ele influenciada. Destaca-se neste processo o Sistema Faxinal detentor de membros com autonomia econômica e administrativa, noutras palavras, os sertanejos conheciam e praticavam o compartilhamento de terras cultiváveis, produção agrícola e outros bens, ou seja, práticas de solidariedade nos bens, nas tarefas, na tradição e cultura herdada. A utilização de animais silvestres na dieta alimentar e do pinhão merecem destaque neste sistema. (Tonon,2008)

Através da interferência do monge a terra seria compatível ou relacionada com a sobrevivência humana. Situação antagônica à noção de terra como um bem econômico, propagada, por exemplo, pelas empresas colonizadoras.

⁵⁹ No Sul do Brasil é muito comum utilizar esta palavra para se referir aquela pessoa que faz mandinga, bruxaria, etc.

Também destaca-se a boa relação do monge com os indígenas e o seu papel frente à sociedade, pois José Maria era sinônimo de comida, lugar para dormir e justiça, enquanto a igreja, através do Frei Rogério somente ofertava a justiça depois da morte. Assim, saques a fazendeiros e coronéis não era roubo, porque estes eram impuros. (Tonon,2008)

Outra situação a ser destacada é a realização de previsões e como isto era absorvido pelo povo. É o caso da previsão de guerras, como foi o Contestado, ou mesmo do aparecimento de gafanhotos, reelaborados ou resignificados com a presença do avião na região e a devastação das florestas ocasionadas por serrarias como a Lumber.

João Maria ia para União da Vitória. {...} passou a noite em conversa com a mãe desta senhora e outras pessoas. O penitente falou nas 'Linhas de burros pretos, de ferro, carregando o pessoal', nos 'gafanhotos de ferro' – trens e aviões – que viriam na guerra e derrota dos moradores. Profecias que se cumpriram. (MARÉS DE SOUZA, 2004, p.80)



Figura 8 - Informativo no Parque João Maria em Porto União – SC- Jan/2012⁶⁰.

⁶⁰ No interior da imagem esta escrito: "O monge João Maria aconselhava os sertanejos para que plantassem bastante, estimulava o uso de ervas no tratamento das enfermidades. Ele também aconselhava o povo que tivesse bastante fé em Deus e que trabalhasse para desviar as tentações. Carregava consigo um saco de algodão com uma pequena barraca e uma panelinha. Costumava pousar em locais de boa água. Depois que o Monge deixava o local, os moradores da região faziam um cercadinho ao redor da fonte, que se tornava milagrosa. Acreditavam ser ele um santo." (Cleto da Silva). Neste local o Monge João Maria esteve em 1896, o pocinho abençoado por ele tornou-se local de peregrinação e até hoje as famílias da região procuram o pocinho para batizarem seus filhos, para promessas em busca da cura à enfermidades e para insucessos.

Em nossa análise, esses elementos apresentados justificam a permanência de práticas tida, na atualidade, como ambientalmente corretas ao lado daquelas extremamente danosas como é o caso do desflorestamento indiscriminado. O que está se afirmando é que as práticas relacionadas à economia da natureza se fundiram com os elementos do catolicismo rústico resultando numa forma muito particular de compreensão de natureza e ambiente. Isso fica evidente na empiria quando averiguamos a “importância” do conhecimento dos “antigos/popular” com as novas técnicas e tecnologias. Não há consenso entre o que é “mais importante” e isso independe da idade dos pesquisados.

Esse caso pode ser ilustrado pela família, de origem italiana/ucraniana, da dona Evone. Aposentada que possui o dom de fazer pomadas, benzimentos, tirar cera do ouvido, assim como, tirar ar, dores, e outros males não muito comuns como, por exemplo, ataque (epilepsia). Atende até mesmo pessoas que foram picadas por cobras e aranhas. Segundo ela, seu benzimento “pra aranha é um tapa”, já para “cobras é mais difícil”. A eficácia do seu trabalho é comprovada por ela ao afirmar que “tem médico que vem da cidade até aqui tirar cera do ouvido”. Muito religiosa, ao reivindicar o maior contato do povo com Deus, cita um exemplo de um acontecimento natural que causou prejuízos e o associa ao seu criador “o vento estragou a estufa ... é o bichinho ruim que tava”.

Uma família religiosa que frequenta os ritos católicos/ucranianos adota dos benzimentos e predições. Para colocar mais elementos nesse magma cultural, possui em sua propriedade uma serraria com reflorestamento de espécies exóticas – responsabilidade do seu filho – e plantio de orgânico sob a tutela de sua filha.

Enfim, este conjunto de elementos nos fez voltar a campo para coletarmos mais algumas entrevistas, baseadas nos mandamentos da natureza, a fim de podermos relacionar o conhecimento dos monges com as práticas em torno do ambiente e natureza, na atualidade.

6.8.1 Pesquisa de campo II

Por tratar-se de um retorno a campo optou-se metodologicamente por entrevistarmos quatro atores que, em nossa análise, nos dão uma visão das permanências e rupturas do pensamento dos monges refletidos na população local. Ou seria população local refletida no monge?

Sendo assim, entrevistamos: padres representantes da Matriz Nossa Sr^a das Vitórias, uma benzedeira, um morador/trabalhador mais antigo e um mais recente, da área rural. Não se conseguiu falar com a benzedeira Evone, que já tínhamos entrevistado, porém, conversamos com sua filha que nos municiou de informações importantes. Por outro lado, ao entrevistarmos o morador mais recente, descobriu-se que o mesmo abrigava em sua residência uma benzedeira de aproximadamente 90 anos de idade, de quem herdou a propriedade. Neste sentido, conversamos com ela também. Assim, ao invés de quatro, como adiantado, realizaram-se cinco entrevistas.

a) Matriz Nossa Sr^a das Vitórias – Como já mencionado (explícito no corpo do trabalho), esta igreja foi a primeira a se instalar nas Gêmeas do Iguaçu e aquela responsável por tentativas de se anular a figura dos monges na cultura popular. Assim, conversou-se sobre o assunto com os padres Vilmar e Celso.

O primeiro nos orientou a irmos até o município de Caçador/SC, pois “toda nossa diocese é o terreno do Contestado, o chão do Contestado é aqui {...} todos os padres ali que tem esta vivência, você poderia colher 50 testemunhos bem forte.” Neste momento chega o Padre Celso e nos apresenta outras informações muito interessantes sobre a relação do povo com a igreja e com os monges. Ao se referir ao batismo nas fontes afirma que “{...} o povo tem seus mecanismos {...} quem vem batizar na igreja nunca vai falar que batizou antes {...}”. Ao afirmar que às vezes isso pode ser constatado junto aos fiéis diz que “{...} isso é bom para purificar a fé do ponto de vista ortodoxo”. Ainda sobre as práticas da Igreja adverte que “Do ponto de vista da orientação da ortodoxia da Igreja é uma coisa, outra coisa é o chão da vida”.

O que está claro é que o povo recebe informações/conhecimentos, faz reelaborações e resignificações a partir da sua vida e de suas práticas. Um exemplo

é a figura de São Sebastião que pode ser associada à guerra, caças, lavouras, militares vencedores e caboclos/perdedores. A guerra é justificável por ter sido ele um santo guerreiro, já o lado da caça é a sua resignificação a partir da Umbanda. Daí sua associação ao cuidado com as florestas e, provavelmente, a sua relação com a lavoura. Segundo o Padre Celso, na região de Videira/SC ele é associado às forças militares que venceram o conflito do Contestado. Por outro lado, na área que estudamos, ele está associado aos caboclos, ou seja, os perdedores.

Uma fala do Sr. André ao se referir à figura de São Sebastião é reveladora da representação deste santo e mesmo da relação entre “brasileiros, negros ou caboclos” com os imigrantes que colonizaram a área estudada. Também é muito próxima daquilo que já fora constatado por autores como Elias (2000) ao se referir as relações entre os estabelecidos e os outsiders. Referimo-nos especificamente ao que seria uma “anedota” **presente no passado** da comunidade.

Um cavaleiro tinha que passar por uma espécie de rio, mas não tinha como! Assim, fechou os olhos e com sua fé pensou em nomes de santos que virariam degraus de uma ponte por onde ele passaria. Assim foi falando, santo Antonio, são Jorge e assim por diante. Quando faltava um degrau e não tinha mais nenhum santo, falou o nome de são Sebastião. Quando pisou, o degrau não apareceu, e ele caiu. Aí o homem disse: negro é negro!

Ao afirmarmos que são Sebastião é um santo católico, ele nos responde: “é um santo católico, mais é de caboclo”.

Especificamente com relação à Igreja matriz, percebe-se, ainda hoje, que ela busca uma relação constante com esse povo do contestado, especificamente com os “caboclos” ou seus descendentes.

Por sugestão dos padres, deixou-se o roteiro das entrevistas, no formato de questionário, e o mesmo foi respondido, como se segue.

Roteiro⁶¹

1 – Qual a relação dos conhecimentos dos monges com os defendidos pela igreja?

Apesar de ter um problema hierárquico, há uma relação bastante próxima. Os monges tinham um conhecimento prático e assim orientavam. Já os representantes hierárquicos sempre tinham/defendiam verdades universais.

⁶¹ No dia 03/11/2012, conversamos com os padres Celso e Vilmar. Discutimos vários assuntos referentes a participação da Igreja no território do Contestado. Por solicitação dos mesmos foi deixado um roteiro da entrevista e, posteriormente, as questões deste foram respondidas. Toda a parte escrita foi realizada gentilmente pelo padre Celso.

2 – O Sr. percebe a permanência da crença e dos valores de ideias dos monges na região?

É muito perceptível esta presença. No âmbito das crenças há muitas práticas e devoções (orações, batismos, santos ...). Em termos de valores, há que se destacar a amizade (compadrio ...), a importância da comunidade e do respeito à natureza, o cuidado.

3 – A igreja é favorável a este tipo de manifestação religiosa?

Sim, há tempos se incentiva a necessidade, no processo de evangelização, de se inculturar. É preciso conhecer, valorizar e, a partir disso, purificar a fé.

4 –O Sr. Concorda com esses Mandamentos da Natureza? Existe alguma relação com o que é defendido pela Igreja, via pastorais?

Sim, concordo. Desde o Vaticano II, a Igreja assumiu uma nova postura em relação a sua ação pastoral. Toda a ação da Igreja deve defender e preservar a vida, obra de Deus. A humanidade é responsável pela boa administração e cuidado de todos os bens, dons de Deus.

5 – Principalmente durante o conflito do Contestado a Igreja foi contra os monges e a aplicação de seus conhecimentos? Isso se mantém ainda hoje?

Eu não acredito desta forma. Talvez a mentalidade dos representantes nesta mediação do conflito tenha sido interpretada dessa forma. A Igreja reconhece que sua atuação teve erros e acertos. Talvez a postura antagonista entre as duas lideranças religiosas (Monge e Frei).

6 – Espaço para outras considerações

Este conflito representa uma luta entre dois modelos de conceber o uso da terra. De um lado, uma visão privatista e exploradora. De outro, a terra como dom de Deus para todos. Isso só foi possível a partir de uma liderança que catalisou os anseios místicos proféticos e sociais daquele povo. O místico de toda luta levou à superação de muitos limites encontrados pelos caboclos, que foram derrotados pelo poder político, militar e econômico. Mas a luta e a garra permanecem na vida de muitos e são alimentados pela mística dos cuidados com a natureza.

b) o mais novo e o mais antigo – para aferição da presença e atualidade dos conhecimentos dos monges também optou-se por entrevistarmos o morador/trabalhador com atividades mais recentes no espaço rural assim como um dos mais antigos. Ambos se mostraram bastantes céticos com relação aos monges evidenciando, mais uma vez, a figura deste ator associada aos “brasileiros, caboclos”, etc., ou a gente mais “misturada” geneticamente. Mas, ao mesmo tempo, reproduzem o discurso de que “não acredito e nem desacredito” (Sr. Alois, 1 ano no lugar) ou de que já “me benzi de cobreiro quando era pequeno” (Sr. Andre, 75 anos no lugar).

O Sr, Alois inicia sua fala dizendo não acredita em benzimento, curas, etc., mas sabe que existe e não discorda de quem procura ou o faz. Cita o pocinho de

João Maria, em Porto União/SC, afirmando que o lugar é “famoso”, porém, nunca foi até ele. Neste momento um amigo, o Sr. Sérgio, faz uma intervenção, se referindo a uma reportagem que leu, dizendo que “bosta também cura”. A questão é que a água do pocinho é imprópria para consumo, mas muita gente a utiliza por ser milagrosa. Prossegue o Sr. Alois, afirmando que na área rural o povo é “bem crente nisso”, mas ratifica que “não acredita”. Refere-se às curas como “artesanais” por estarem associada à manipulação de produtos da natureza e que o seu funcionamento depende da fé das pessoas.

Sobre os Mandamentos da Natureza disse que “nunca tinha visto, mais eles têm fundamento”. Concorde com os mesmos, pois “são real”. Depois de inúmeras afirmativas do desconhecimento dos ensinamentos dos monges diz que “na minha família nunca ouviu falar, nunca me envolvi” e que “sempre se criou na igreja. Monge é uma religião e igreja é outra”. Mesmo com todos esses argumentos finaliza sua entrevista evidenciando a “confusão” de ideias e princípios que faz parte do povo desse território, ou seja, “sou católico e acredito em espírito, acredito no monge e não acredito em nada ao mesmo tempo”. Também aproveita para mostrar que gostou dos mandamentos e alerta que é raro quem faz daquele jeito que está escrito.

O Sr. Andre inicia sua fala afirmando que benzedeiros e benzimentos “tinha e tem até hoje”. A sua esposa, a D. Ana, cita as pastorais e seu trabalho com benzimentos e distribuição de pomadas. O Sr. Andre retoma a palavra e diz “Esse negócio pastoral da saúde é porque trabalham com ervas, coisas naturais. Pra mim, chegou num ponto, que isso é pra prolongar a doença da pessoa, depois pra sofrer mais”. Ao inquirirmos se ele não acredita nisso, altera o seu humor e responde “nada, nada, completamente”. Cita o caso de seu primo que tomou “garrafadas por 8 anos” ao invés de procurar um médico pra curar a próstata. “ele acreditou nas ervas e sofreu 8 anos”.

Na sequência diz que funcionam os benzimentos e simpatias, mas alerta que a pessoa tem que nascer com esse dom “o espírito da pessoa é apropriada pra essas coisas”. Diz que é um ou outro que nasce com esse dom e na sequência dispara “eu falo uma coisa pra combinar com isso, explorar vertente de água {...} com forquilha de pêssego ou marmelo”. Ensina que a pessoa que tem o dom pega a

forquilha e sai caminhando “onde tem a vertente o galho chega a quebrar nas mão, de tanto torcer. Mais quantas pessoas fazem isso?”. Segundo ele é possível saber até a profundidade que está água pelos “choques” que dá na mão de quem a procura. “assim os venedores, eu já conheci venedera que ela venzia dor de dente. A dor parava e nunca mais vinha, ou o dente estorava ou caia”.

Ao perguntarmos sobre os poderes da D. Evone ele diz que “o povo fala que tem funcionado” e cita o caso do seu vizinho que “foi com cobreiro lá e melhorou”. Aí a sua esposa já fala de outra com esse poder, a D. Teodora, “mais eu nunca fui lá”.

Perguntaram-me se “sou ucraniano” e ao afirmar esta descendência dizem que hoje tem muita mistura. Comentam sobre a sua filha que se casou com um polaco e que hoje não falam mais o idioma em casa. Seus netos estão frequentando a catequese, “cantam em ucraino mais não sabem falar”. Ressalta-se que muitos descendentes de imigrantes ucranianos e polacos aprenderam o português na escola. Mesmo com a “mistura” não é raro encontrarmos famílias que usam esta língua como “a oficial” em suas propriedades.

Na sequência, ao se referir aos pocinhos, ou águas milagrosas dos monges, o Sr. Andre faz questão de afirmar que “aqui não acreditamo {...} na colonha quase nem falam”. Em seguida, faz um relato muito rico sobre a influência do monge na comunidade, ironizando aqueles que acreditam “Agora eu lhe falo o que é verdade, o João Maria é muito pro caboclo, pra caboclada, hahahah João Maria”.

Afirma que a caboclada fala até hoje dele. “esses tempos que era muito calor no inverno, o Pepê Rocha disse: o profeta João Maria falou que vai chegar o tempo que não vai saber quando é inverno e quando é verão”. Depois de uma boa gargalhada, complementa “eles acreditam, aqueles mais antigos, que dizem brasileiros antigos”.

Enfatiza que muita gente procura o poçinho pra levar cabelo, etc., pra pagar promessas ou fazer pedidos. “eu tinha um cobrero, ta certo, não procuraram o médico {...} mais tem conversa que pra cobrero médico não funciona. Aí quando tavam fazendo aquela estrada de ferro, que tem até hoje, que ta abandonada {...} passava aqui na frente e depois passaram mais pra lá, porque aqui é muito subida {...} tavam fazendo um trecho no Stenghel e tinha um acampamento de empregados

lá {...} um cunhado informou que tem uma preta que vence essas coisas, daí minha mãe me levou, ela venceu, rodou com escritas dela e secou, descascou tudo {...} ela sabia, ela tinha poder”. Cita outro caso atual de pessoas que possuem verrugas “o médico opera, mais va faze uma cirurgia, tem que pagar um rio de dinheiro {...} e com o venzimento não precisa”.

Sobre os Mandamentos da Natureza, afirma que isso é verdade. Durante sua exposição de ideias, vai ficando claro que o que está escrito nele possui uma relação verdadeira com os usos do ambiente e natureza no espaço rural. Como dito em outro momento, eles funcionavam para orientar as praticas dos agricultores moradores dentro de princípios morais defendidos na época. São inúmeras as situações que evidenciam isso, por exemplo, quando dito pra não jogar palhas nas encruzilhadas, o Sr. André afirma que isso era uma prática comum “tinha gente que descascava amendoim e jogava casca na encruziada, é uma simpatia pra dar bem”. Assim como nos mandamentos, ele acha isso errado e comenta que ainda hoje existem inúmeras praticas, associadas à feitiçaria/macumbaria, que poluem, até os rios e cachoeiras.

Relaciona o cuidado da natureza com a religião. Faz uma serie de comentários e exemplificações dos usos associado-os a sobrevivência “a árvore nasceu e cresceu pra cortar, pra lenha, tábua {...} a árvores também tem vida {...} antigamente, deus o livre uma criança chegar perto da água e urina, apanhava igual boi na roça, os antigo europeu ensinava não faze isso”. Compara com a atualidade pra mostrar o atual desrespeito com a água. “tem mais uma, no estrangeiro á água é muito poça. Que nem a minha vó contava, na Ucrânia tinha poças vertentes, tinha um riozinho ou outro, aí o povo aprendia a respeitar quanto mais, cuidar o quanto mais e preservar o quanto mais. E aí vieram pro Brasil {...} que tem muita água e não tão respeitando.

Faz questão de relacionar o conhecimento dos europeus com a bíblia e chega a citar o caso do Papa João Paulo que beijou o solo brasileiro em sinal de respeito. Enfatiza que os mandamentos estão certos porque a natureza foi criada por Deus.

Mostra o conhecimento passando de geração em geração onde os mais velhos ensinavam os mais novos “quando eu andava na catequese as frera já

ensinavam a mata só os bicho que dão carne e não só por mata”. Na relação com os animais comenta que “quem não gosta da criação, a criação não gosta dele”.

Sobre a relação natureza-economia mostra que o desmatamento desenfreado ou o mau uso do solo ocasiona prejuízos “os antigo que falavam que do jeito que tá indo vai faltar lenha no Brasil, que nem lá na Europa ta faltando {...} o pessoal já ta desmatando demais, não se deve tanto. Cita um exemplo das queimadas de folhas “não se deve queimar as folhas, ta certo que em alguns lugares sim, isso pra limpar, mas pondo as folha e palha pra apodrecer aduba a terra e aí a planta vem bonita {...} e se limpa toda a terra, vem a chuva e vira tudo em nada”. Em relação ao leite para o terneiro e o mel para as abelhas afirma que isso sempre é falado, mais isso ele já sabe pela prática “todo mundo precisa comer”, ou seja, até os animais.

Aproveitamos o final da entrevista para entendermos um pouco mais a relação entre os imigrantes e os caboclos. A fala do Sr. André começa enfatizando que não viu muita briga ao longo da ferrovia, isto sim, acidentes com vagões. Isto em razão do relevo acidentado e o mau funcionamento dos freios das máquinas. Citou o transporte de gado, madeira, porcos, entre outros, no trajeto São Paulo Rio Grande do Sul. Segundo ele, a falta de brigas se associava ao fato de que o imigrante sempre evitou os caboclos “não se uniam, sempre davam lado pra não ofender eles, por causa que os caboclos, agora não é assim, por qualquer coisa matavam, surravam. Caboclada muito violenta {...}”.

Sobre o Contestado disse “não tô a par dessa guerra”. Fizemos toda uma contextualização dizendo o que representou para a região, os conflitos, etc., aí ele fez questão de retomar o assunto referente à posse de terras dizendo que “esse negócio do governo deu terra pro imigrante, não existe. O que compraram eles tinham {...} agora tão dando chance, antes não tinha nada disso {...} quem veio com dinheiro comprava e tinha, agora, aqueles que vieram e requereram essas terras não ganharam nada {...} o que tinha de família que passava fome, moravam nos ranchos no mato e os homens nessa estrada de Palmas antiga, agora abandonada, trabalhando na picareta e apă, pra paga o terreno. Isso sim tinha muito.”

Em seguida, a D. Ana fala do seu caso de família “igual a minha falecida vó contava, disse que quando tinha essas tropas, que andavam por aqui, tratavam os cavalo e quando iam embora as mulher iam juntar aquele milho que sobrava e

cuzinhava pras criança nas latinhas, passaram um trecho muito ruim” e continua o Sr. Andre “é diferente de quem veio com dinheiro”.

Para o Sr. André, a relação dos mandamentos com a pastoral se dá pelas orações e remédios caseiros naturais. Descrente, cita o caso do seu vizinho, de 83 anos de idade, que tinha dito um dia para ele “é, tem gente ainda gastando dinheiro nas farmácias, quando tem remédio caseiro que até cura câncer, digo hihhi{...} você já foi longe demais”. Dá mais uma gargalhada e fala “quando atacou o coração dele, operaram, não adiantou as ervas {...} é a mesma coisa a babosa pra nascer cabelo, agora tão passando até no corpo {...} disque era um padre que começou cura com isso”. Sobre este último caso cita uma reportagem que assistiu onde teria visto que a babosa “não tem medicina e o povo diz que ta se curando até de câncer”.

Finaliza mostrando a relação da igreja com o monge, afirmando que ela é contra ele até hoje. Com relação às ervas “ela não tá sendo contra”. Sobre o João Maria comenta que “os caboclos diziam que ele passou o mar de um lado ao outro, a pé. Quando eu era pequeno um me contou assim, que João Maria chegou na casa dele e pediu pra tomar água. Quando o homem trouxe a caneca ele disse, a água você jogue, eu quero só a caneca. Mais aqui não tem água, só areia. O João Maria fez o sinal da cruz e já explodiu e saiu água. Pra mim isso não cola!”.

Na sequência buscamos compreender a relação das benzedeadas com as comunidades investigadas. Presenciamos que elas possuem duas linhas de formação: uma relacionada às pastorais da saúde e outra de pessoas vinculadas aos monges, porem, ambas apresentam as mesmas características. Embora algumas práticas como “derramar cera” para ver se a pessoa tem algum problema, etc., não tenha sido ensinada pela pastoral, é ela “quem legitima” essa prática através de quem se “formou em seus cursos”. Também é comum o discurso de que a pessoa precisa ter o dom para realizar esta prática.

Na relação via pastoral podemos citar o caso da D. Evone, já apresentada em outro momento. Conversamos sobre ela com sua filha D. Lucinda. Ela diz que a mãe é muito procurada, vindo gente de toda parte em razão do seu dom. Sendo assim, quisemos saber a origem do trabalho desempenhado pela benzedeadora, foi aí que tivemos a informação do treinamento que recebeu da pastoral da saúde há, mais ou menos, 30 anos. Segundo ela, “tinha mais senhoras daqui, fizeram o grupo da

pastoral da saúde na matriz Nossa Sr^a das Vitórias. Tem diploma, tudo. Faz muitos anos, eu era pequena, só que poucas continuaram no ramo, muitas desistiram. A mãe tem o dom. Às vezes ligam de São Paulo com dor nas costas e aí ela faz a costura na Bíblia, depois de um tempo ligam agradecendo.”

Ao indagarmos sobre as histórias dos monges, ela respondeu não ter muito conhecimento a respeito “mais a gente ouve falar do São João Maria do pocinho”. Também disse que ainda acontecem muitos batismos nessas águas e que “batismos em pocinhos a gente faz, até eu batizei minhas filhas {...} levei no João Maria mesmo, antes de batizar na Igreja, pra não ficar tanto tempo sem {...} muitos dizem que é errado, mas pra gente tendo fé não é”. Também enfatiza que a pastoral da saúde não “permitia esses benzimentos que a mãe faz”, mas “hoje é recomendado até por médico”.

Na crença popular esses benzimentos e as benzedeiças ajudam a curar todo tipo de doença “dor no corpo, cobrero, susto, míngua, dor de cabeça, mal olhado, além de tirar cera do ouvido, medir crianças”. Uma prática muito comum pra diagnosticar os males é “derramar cera”, trata-se de aquecer uma vela benta ou cera de abelha numa panela e derramar numa vasilha com água. Ao esfriar o material jogado, forma-se uma imagem onde elas veem o problema de cada pessoa “cada um tem um desenho diferente, de uma pessoa nunca é igual da outra”.

A D. Lucinda disse desconhecer os Mandamentos da Natureza. Já no primeiro onde se diz que não se deve “queimar folhas ou cascas” ela comenta “eu sei que não pode colocar a casca da fruta no fogo, porque o pé para de produzir {...} o pai e a mãe falavam”. Durante varias vezes ela afirmou nunca ter ouvido falar daquilo, mas que já sabia o que deveria ser feito, ou seja, já praticava por conta própria o que estava escrito. Dentre outros ensinamentos que recebeu está aquele de não se negar um prato de comida a uma pessoa “se não a gente morre” ou mesmo que “matar animal é covardia” ou que não se deve chamar nomes feios a criação “se chamar nome feio eu já brigo. Meu cunhado chamava de bicho do ... e minha cunhada disse, não é dele é minha a criação, não é do coisa ruim”. Ratificou que os mandamentos falam a verdade, pois “se não fosse Deus, não teria nada” e que, principalmente os dois últimos “a gente faz direto”.

Disse que os mandamentos possuem relação com o que é ensinado pela pastoral “porque vem tudo da natureza. Tudo que a mãe faz, desde a abelha até o chá, é tudo natural”.

Ao questionarmos a relação delas com a pastoral imaginou-se que seria algo constante, intenso, mas a resposta foi negativa. Propagam o que a D. Evone aprendeu há muito tempo “depois que fomos, nunca mais foi”. Citou que existem reuniões da pastoral, porém, não frequentam.

Aí entra algo espetacular que mostra a passagem do aprendizado de uma geração à outra. Referimo-nos ao fato de que a D. Lucinda, que aprendeu com sua mãe, na medida do possível, repete os rituais. Essa situação foi revelada quando indagamos se ela, a D. Lucinda, já realizou alguma prática como aquela de sua mãe “eu já fiz quando a mãe não tá, derramo a cera, faço pomada {...} é igual o meu irmão disse, nós precisamos aprender bem, pra depois segui”.

Além das pomadas, outro “medicamento” muito utilizado é a “garrafada”. Trata-se de um líquido à base de pinga/cachaça e ervas “garrafada com pinga e 9 tipo de ervas, enterra 9 dias e depois vai pro tratamento {...} é usado até pra amamentação, limpar o organismo {...} o tipo da erva utilizada depende do tipo de problema”. Algumas que se utilizam com frequência são o “cipozinho, erva de João Maria, chapéu de couro, folha de abacate, pata de vaca, cabelo de milho, milome”, entre outros.

Sobre a relação dos descendentes de imigrantes com descendentes de caboclos diz que hoje “não tem diferença”, além de mostrar que não existem conflitos naquela área rural “sem terra não tem”. Mas cita alguns sem tetos “na Nova Galícia, nas casinha da rede, acho que não trabalham com nada, vivem de assistência social, trabalham por dia, sei lá”.

Evidencia uma relação interessante que, para nós, não parece destoar muito daquela do Contestado, ou seja, pessoas negras que vivem numa relação de respeito e medo com brancos “temos medo {...} levei até uma roupa pra eles, mais são meio desleixados, usam uma vez e jogam fora”. Finaliza afirmando que por ali é tranquilo, o problema é mais por Matos Costa e Bituruna onde estão os sem terras.

Onde vive, cada colono tem uma área que não é tão grande e também mora em cima, por isso não interessa aos outros.

Na entrevista que fizemos com o Sr. Alois, por várias vezes ele disse que sobre os monges era melhor conversar com a “véinha”, pois ela “tem uns 90 anos ou mais, mais é bem lúcida”. A Sr^a a que se refere é a D. Madalena, uma benzedeira muito requisitada, principalmente, em direção ao município de Paula Frontin/PR.

Descendente de alemães, e faz questão de descrever sua vó, que veio da Alemanha, uma “mulher baixa, de zóio bem verde e gordinha”. Ao se referir aos ensinamentos dos monges diz que agora o povo não acredita muito, mas antes “tinha muita gente com coragem e fé em Deus {...} faziam cura”. Afirma ter aprendido trabalhar com benzimentos com seu sogro “só com cera não, isso aprendi sozinha”. Sobre seus poderes fala que “Deus me ajudo {...} tinha gente que tava dexado pelo médico {...} vinham de São Paulo pra benze, era mesma coisa que tirar com a mão” Cura(va) “machucadura”, “rendidura”, faz(ia) “costura” ou seja, “tudo que é coisa eu sei fazer, só que agora eu to fraca pela idade e a minha vista me atrapaia {...} é um dom que eu tenho {...} com parto trabalhei 30 anos {...} antigamente não tinha hospitar, depois que chego hospitar em Frontin, eu descansei”.

Diz que se criou “no tempo de sertão, onde passava carguero” e fazia de tudo que um homem podia fazer, até “tropeava com o pai e meu avô”. Ao insistirmos na origem do seu aprendizado revelou que seu tio também era benzedor “fazia cura pra picada de cobra”. Já o seu sogro “tinha uns livro de oração, ele sabia lê”. Também cita que não aprendeu mais porque não aprendeu ler.

Dentre suas curas citou um caso de meningite “o Derceu era piquinininho, a comadre levou lá em casa e ele rolando de tontinho que a menigite dexa, a criança ia rolando {...} a noite intera dava remédio e no outro dia, meio dia, tava são”. Ao indagarmos como fazia aquilo ela respondeu “homeopatia”, mas cita alguns produtos que se comprava em farmácia como o “arsênico e o crero, um pó branco”. Disse que o livro do seu tio tinha os sintomas das doenças e que davam o remédio e curava “mais hoje não existe, hoje é comprimido, injeção”. Enfatiza que “tinham tudo que é remédio no quintar, tava com dor de cabeça a mãe dizia vá busca um chá de ponta alívio, um remédio das foia cumprida, ferpudinho”. O que fica evidente é a utilização

de remédios naturais com aqueles artificiais, juntamente com as rezas, benzimentos, etc.

Sobre os monges afirma que “os padre eram contra {...} acho que são até hoje, são contra o João Maria porque ele era profeta {...} então, se ele chegasse aqui e ele quisesse que nós visse ele, nós via, senão varava e nós não via”. Garante que inúmeras pessoas viram e conversaram com o monge “quantas pessoas {...} tem o pousinho dele lá, o cruzeirinho dele, conversaram com ele {...} e tudo que ele disse hoje tão vendo”.

Os “monge ensinavam oração {...} ensinava quem tinha fé, quem não tinha podia ir correndo tudo que não pegava ele {...} ele ia de vagazinho, o cavaleiro que ia a galope não alcançava ele {...} tinha gente que abusava e depois ia lá no posinho, onde ele posava, e não via ele”.

Também confirma as práticas dos monges de ensinar o que e onde plantar, assim como, afirma que a relação das pessoas/monges com os animais é verdadeira “tudo que contam é tudo verdade”.

Cita um exemplo muito interessante que remete aos antigos faxinais na região “ele disse que a Serra da Esperança chegava um dia {...} vocês vão vê fica tudo cruzadinha, picadinha por cerca de arame, porque era um mundo inteiro aberto pra tudo criá. Fazendero um não pegava a criação do outro, um avisava o outro ta aqui teu boi, ta aqui tua vaca, teu cavalo, era uma irmandade, hoje não fazemos isso porque matam”.

Sobre a relação dos imigrantes com os caboclos diz que “eles não se puxam” e exemplifica dizendo que “tinha um alemãozinho que os pais eram da Europa {...} boa gente, diz que o pai tinha tanta raiva de caboclo que se ele pudesse matava tudo {...} o veio perseguia os moreno”. Conheci “gente pobrezinha, pobrezinha, aquela pretaiada que eu tinha tanto dó {...} mais a gente também era pobre e tinha que trabalha pra viver”. Sobre os indígenas afirma que “antigamente tinha e eram bravo, incomodavam, agora são mansinho”.

Fala da relação do monge com Sebastião e enfatiza que este último é “pra sai na guerra, na guerra de São Sebastião. Isso foi João Maria que falou {...} que na guerra seja com um soldado ele ganha {...} os home não pode ir. Daí perguntaram

pro João Maria como é que vai se feito, você chama, como é que faz? {...} disse, não apareçam, fiquem amoitados no fundo do quintar {...} nessa guerra briga os bugre tudo a favor de São Sebastião”.

Com relação aos mandamentos diz que é aquilo mesmo que está escrito e já de início faz uma relação do uso do solo com Deus “quando Jesus andava no mundo chegava nas parte e perguntava, ta roçando a capoeirinha? Um homem respondeu: aqui a terra é boa e dá mantimento nem que Deus não queira. É mesmo? foi andando mais pra lá um coitadinho roçando uma capoeirinha ruinzinha, Jesus olho, ta roçando uma capoeira de terra fraquinha? Pois é, mais Deus, veja bem lá, Deus querendo dá bastante. Aquela que era muito boa {...} malmente nasceu milho e acabosse”. Também aproveita pra dizer que, pela sua vivência no rural, o que prejudica a lavoura é os animais como o macaco e o quati.

Sobre os últimos mandamentos cita “que tudo tem fome, tudo trabaia” e que trabalha “com a cera, mais na verdade é com a abelha”. Sobre os ensinamentos que recebeu enfatiza que os “mais véio contava, meu avô contava, que o mato falava, conversava {...} dava uma facãozada na árvore e vertia sangue {...} não é como agora”. Na sequência explica que o monge ensinava plantar milho, feijão, etc., “esse falecido Alexandre, que era tio da minha mãe, conversou muito com o João Maria, que posava perto da casa da minha bisavó {...} tinha o cunhado dele que sempre ia lá no posinho visita João Maria e a muié dele disse assim pras crianças, pegue uma galinha e vamo leva pra ele, aquela galinha correu, correu e aí a mulher disse o galinha daquilo, deu pro capeta, e daí pegaro depois que ela disse aquele nome {...} e aí foram lá e disseram nois truxemo uma galinha {...} eu não quero essa galinha você deu pro diabo {...} eu me seguro pra dize as coisas”.

Por fim, relaciona sua prática com os ensinamentos que aprendeu citando uma plantação de alface durante o inverno “plantei uma alface e deu uma geada quando ela tava pegadinha já {...} cubri tudo e depois disse, sabe o que? Deus sabe! se for pra dá ela não morre {...} aquela alface de cabeça deu como um repoió”.

Finaliza lembrando que seu tio e um amigo chamado Vicente, sentavam ao lado do monge e ficavam somente escutando para aprender as orações, depois elas serviam pra benzer a criação, as pessoas, entre outros, assim como o monge fazia.

As Gêmeas do Iguaçu são impregnadas de estórias e histórias sobre misticismos e predições. Têm imagens e esculturas que representam o Contestado, a ferrovia, os monges, os caboclos, o soldado e os pinheirais em varias partes da cidade.

Recentemente foi construída uma praça em Porto União, próximo à divisa com União da Vitória, em homenagem aos cem anos do Contestado. Ela leva este nome. Nela é possível constatar como esse evento está presente no imaginário social, pois é difícil não se deparar com pessoas falando, principalmente, do monge João Maria e suas proezas que foram realizadas. As pessoas vão até este espaço nem que seja para tirar fotografias ao lado da réplica do monge, esculpida em madeira (muito comum na região).

Diante do exposto, temos muitos indicativos daquilo que chamamos de formação de uma mentalidade coletiva, na área estudada. Assim, é possível afirmar que os monges e seus ensinamentos foram fundamentais para a formação das ideias de natureza e ambiente no território estudado e, conseqüentemente, das práticas atuais de uso desses recursos naturais.

Todavia, o inverso também é verdadeiro, ou seja, provavelmente os monges se apropriaram de conhecimentos que já eram difundidos pela região. Através da fala dos padres e demais entrevistados, fica explícito que o cuidado com a natureza não era ou se resumia à figura dos monges. Mas, é óbvio que eles difundiram os usos dos recursos naturais como uma alternativa à escassez de recursos presentes na região, principalmente medicinais e de produção. Foi um misto de conhecimentos científicos com conhecimentos indígenas. Portanto, percebe-se que existe um fio condutor tanto nos monges, quanto nos padres, ou mesmo na sociedade estudada, como um todo. Trata-se do (re)conhecimento da importância dos recursos naturais para a sobrevivência humana. Também é verdadeiro afirmar que, na medida em que se intensificam as trocas genéticas, as relações de trabalhos entre distintos grupos étnicos, de amizade, entre outros, mais evidente ficam as proximidades entre aqueles que parecem ser diferentes. O povo das Gêmeas é um só. É a diversidade étnica, inclusive, que dá concretude à trama de relações estabelecida ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, permite diferenciar esta região das demais.

A diversidade discursiva colhida nas entrevistas é reveladora de uma formação discursiva múltipla, atravessada por diversas reinterpretações do passado: os padres ao revalorizar o significado cultural e religioso dos monges podem estar querendo “justificar” a ação da igreja no passado que desqualificava o sincretismo religioso, no sentido de atribuir apenas a si mesma a função de detentora do monopólio da salvação; por outro lado, a “descrença” de alguns entrevistados sobre a “veracidade” da função dos rituais e práticas curativas, legitimando as formas e instituições de conhecimento científico, demonstram que esta forma de apropriação de sentido é a mais diversa e representativa de como na modernidade não há uma centralidade no sistema de valores e crenças. Contudo, essa riqueza de interpretações confere ao presente da região estudada um significado muito rico de representar e reatualizar a origem da formação social e cultural do território e dos conflitos que ali ocorreram.

7 DA DIVERGÊNCIA À CONVERGÊNCIA: A NECESSIDADE DO DIALOGO DE SABERES

Uma nova racionalidade ambiental dependerá do concurso ou do consórcio de distintas estratégias, para fragilizar a racionalidade instrumental dominante. São legítimas, portanto, tanto a emergência de novos saberes/fazeres científicos, que dialogam entre si, e também com outros saberes, ligados à tradição dos saberes sociais (adeus à arrogância da divisão elitista da ciência contra as ideologias e as ilusões do saber popular!). (FLORIANI, 2008,p.121)

O que se evidenciou até o momento deixa latente a necessidade da utilização de estratégias para que se utilizem os recursos naturais dentro de uma *nova racionalidade ambiental*. É neste contexto que Leff (2001) fala em revalorização de um conjunto de saberes sem pretensão de cientificidade. Assim, entende-se que (re)valorizar os saberes “populares”, “tradicionais”, “sociais”, seja qual for o nome dado a eles, não significa supervalorizá-lo ou diminuir a importância da ciência, isto sim, buscar alternativas para o diálogo necessário entre os conhecimentos citados.

A questão do diálogo de saberes é colocada como uma possibilidade de implantação de políticas públicas que valorizem esta prática na área estudada, tendo em vista que muitos agricultores – demonstrado na empiria - possuem uma relação muito forte com os conhecimentos tradicionais, sociais, etc., não reconhecidos

tecnicamente ou cientificamente⁶². Na pesquisa subentende-se este desejo por parte dos agricultores seja quando afirmam sobre a importância do conhecimento repassado de geração em geração ou mesmo quando aplicam técnicas de usos dos recursos naturais por conta própria (mesmo que isso possa indicar ausência de assistência técnica).

Segundo Leff (2003), a racionalidade ambiental encontra sua morada no saber ambiental. E este por sua vez, não pode confinar-se nos conhecimentos científicos constituídos. Portanto, o diálogo de saberes se inscreve numa política da diferença, a qual ultrapassa o pensamento ecologista e o sistema de saberes existentes, constituindo-se no encontro com a alteridade. Portanto, a construção da racionalidade ambiental conduz à desconstrução das lógicas de conhecimento e de poder dominantes, abrindo as vias para outras significações da natureza desde a cultura.

La racionalidad ambiental no es una “ecologización” del pensamiento ni un conjunto de normas e instrumentos para el control de la naturaleza y la sociedad, para una eficaz administración del ambiente. La racionalidad ambiental es una teoría que orienta una praxis a partir de la subversión de los principios que han ordenado y legitimado la racionalidad teórica e instrumental de la modernidad. Es una racionalidad –en sentido weberiano– que articula una racionalidad teórica e instrumental con una racionalidad sustantiva; es una racionalidad que integra el pensamiento, los valores y la acción; es una racionalidad abierta a la diferencia, a la diversidad y pluralidad de racionalidades que definen y dan su especificidad e identidad a la relación de lo material y lo simbólico, de la cultura y la naturaleza (LEFF,2003,p.33).

A tese evidenciou um processo de ocupação e povoamento que de um lado mostrou a degradação dos recursos naturais principalmente pela atuação de empresas madeireiras e de colonização e, de outro, principalmente pela fixação dos caboclos e dos colonos na terra, um sistema de organização em que a terra é o principal meio de sobrevivência e, por este motivo, deve ser conservada⁶³. Tanto

⁶² Na tese corre-se o risco de que a reivindicação do diálogo de saberes torne-se uma digressão do autor sobre o conflito entre os saberes científicos e não-científicos, pois do ponto de vista da reivindicação deste diálogo, é mais comum localizá-lo em grupos sociais organizados (tanto epistemológica, quanto técnica ou politicamente: em poucas comunidades epistêmicas, em alguns movimentos sociais, ou grupos de produção agroecológicos).

⁶³ Viveiros de Castro (2002) mostra um exemplo interessante ao se referir a Amazônia, pois boa parte dela seria o resultado de milênios de manipulação humana e, ao contrário do que se imagina, afirma que as florestas antropogênicas apresentam maior biodiversidade que as florestas não-perturbadas.

colonos como caboclos aprenderam técnicas de usos dos recursos naturais que vão desde o conhecimento do melhor solo para plantio até o conhecimento de essências florestais com fins medicinais.

É aí que entra, em nossa análise, a pertinência do diálogo de saberes. Isto porque estamos vivenciando um período em que a preservação/conservação da natureza está cada vez mais em pauta. A grande questão é que, como disse um entrevistado “quem está na cidade quer preservar”. O grande detalhe é que quer preservar, na grande maioria dos casos, como disse o representante do IBAMA, o terreno do vizinho e não o seu. Sem entrarmos em maiores detalhes - que está implícito no corpo da tese - a questão é que o morador da área rural quer ter o direito de participar dos rumos de sua vida, visto que, padece porque alguém está decidindo por ele. Os seus conhecimentos não são válidos? Acredita-se que sim, por isso a reivindicação de um projeto pautado no respeito à diversidade e, acima de tudo, a valorização dos conhecimentos (re)produzidos, pelo povo em questão.

Mostrou-se que a utilização dos recursos naturais faz parte da sobrevivência do trabalhador/morador rural. Quando é dito que o morador da cidade quer preservar isto não significa que ele, o do espaço rural, não o quer, isto sim, que ele sabe o que deve ser preservado. Como disse o Sr. Casemiro “mesmo antes da lei nós já sabíamos o que deveria ser preservado”. Em vários momentos nos deparamos com situações em que os moradores/trabalhadores fazem análises similares aquelas dos grandes teóricos que mostramos. Quando dito que o chão é muito dobrado e dificulta o plantio de determinadas espécies ou que não se deve extrair vegetação ao longo das nascentes porque seca a água, entre outros, vemos análises similares àquelas realizadas por Ross (2009) ou mesmo José Bonifácio ou Humboldt (apud Pádua, 2002). Equivocamo-nos em nossa hipótese ao colocar que os moradores/trabalhadores possuem o mesmo espírito predador/destruidor do homem dos fins do século XIX e início do XX. Quando a maioria fala que a terra tem que dar lucro, não significa que eles estão fundados no princípio de que o lucro está acima de tudo, inclusive da natureza. Neste momento, entende-se que o lucro está associado à noção de sobrevivência e não de exploração e degradação a qualquer preço. Certamente que em algum caso isto pode ocorrer, mas não é regra.

Para nós isso explica o fato de termos em uma mesma propriedade o plantio de pinus e de agroecológicos. Eles precisam se alimentar e vender o excedente, mas também precisam de dinheiro para comprar equipamentos ou mesmo de uma poupança para garantir o futuro da família. A questão é que se o agroecológico for um investimento mais vantajoso que o pinus, ele será privilegiado. O mesmo é válido para outra espécie que substitua o pinus e o eucaliptus. Mas o quê poderá substituir as espécies exóticas? É provável que um profissional da ciência possa auxiliar nesta questão ou, noutra possibilidade, ouvir a solução dada pelos próprios moradores/trabalhadores e contribuir para viabilizá-la. Trata-se de uma decisão conjunta e não arbitrária.

Dito isso se entende que se deve fortalecer ou intensificar os laços entre a comunidade rural e os representantes do IBAMA, IAP, EMATER, EPAGRI, Instituições de ensino, entre outras, para se construir um modelo de desenvolvimento que seja suficiente para se preservar/conservar os recursos naturais e que, ao mesmo tempo, signifique qualidade de vida para as pessoas que moram/trabalham no rural. Como disse o Sr. Eugênio nós não devemos ser punidos!

Assim:

El diálogo de saberes demanda palabras que los articulen en algo más que un postulado o una axiomática, de una racionalidad instaurada en una realidad, para dar coherencia y consistencia a aquello que hoy empieza a manifestarse en el encuentro y enlazamiento de discursividades, de pensamientos, de hablas y de acciones que plantea la relación entre el ser y el saber. Se trata del campo de una *política de la diferencia* que pone en movimiento una relación del ser y lo real, con u Otro y con el Infinito. (LEFF,2003,p.31)

El diálogo de saberes no se conduce por la fórmula de racionalidad comunicativa basada en significados objetivos y en códigos de racionalidad preestablecidos por um saber de fondo común; el diálogo de saberes es el encuentro de interlocutores que rebasa toda concep-tualización, toda teoría y toda finalidad guiada por una racionalidad, que antepone la justificación de una racionalización a la razón y la justicia del Otro. (LEFF,2003,p.24)

É nesse contexto que Floriani (2008) afirma que o dialogo de saberes e a racionalidade ambiental seriam produções discursivas e práticas sociais que não teriam preocupações maiores com qualquer tipo de ruptura epistemológica ou

qualquer tipo de pureza científica, pois trata-se de inaugurar um campo de saber e de conhecimento com articulações intra (disciplinares) e extracientíficas.

Leff (2009) nos evidencia uma crise ambiental que, por sua vez, também o é da razão, do pensamento e do conhecimento. É aí que ganha destaque a educação ambiental.

A educação ambiental emerge e se funda em um novo saber que ultrapassa o conhecimento objetivo das ciências. A racionalidade da modernidade pretende por à prova a realidade, colocando-a fora do mundo que percebemos com os sentidos e de um saber gerado na forja do mundo da vida. O saber ambiental integra o conhecimento racional e o conhecimento sensível, os saberes e os sabores da vida. O saber ambiental prova a realidade com saberes sábios que são saboreados, no sentido da locução italiana *asaggiare*, que põe à prova a realidade degustando-a, pois se prova para saber o que se pensa, e, se a prova da vida comprova o que se pensa, aquele que prova se torna sábio. Dessa forma, restaura-se a relação entre a vida e o conhecimento⁶⁴. (LEFF,2009,p.18)

Com relação ao dialogo de saberes Leff (2009) afirma que ele se produz no encontro de identidades. É a entrada do ser constituído por intermédio de sua história até o inédito e o impensado, até uma utopia arraigada no ser e no real, construída a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. Assim, o ser, para além de sua condição existencial geral e genérica, penetra o sentido das identidades coletivas que constituem o crisol da diversidade cultural em uma política da diferença, mobilizando os atores sociais para a construção de estratégias alternativas de reapropriação da natureza em um campo conflitivo de poder, no qual se desdobram sentidos diferenciados e, muitas vezes, antagônicos, na construção de um futuro sustentável.

A educação ambiental recupera assim o sentido originário da noção de *educere*, como deixar sair a luz; não como um novo iluminismo da coisa, nem como o despregar-se do objeto ou a transmissão mimética de saberes e conhecimentos, mas sim como a relação pedagógica que *deixa ser ao ser*, que favorece a que as potências do ser, da organização ecológica, das formas de significação da natureza e dos sentidos da existência se expressem e manifestem. A educação ambiental é o processo dialógico que

⁶⁴ Para Leff (2009) o saber social emerge de um diálogo de saberes, do encontro de seres diferenciados pela diversidade cultural, orientando o conhecimento para a formação de uma sustentabilidade partilhada. Ao mesmo tempo, implica a apropriação de conhecimentos e saberes dentro de distintas racionalidades culturais e identidades étnicas. O saber ambiental produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos ante o mundo. Trata-se de um saber ao qual não escapa a questão do poder e a produção de sentidos civilizatórios.

fertiliza o real e abre as possibilidades para que se chegue a ser o que ainda não se é. (LEFF,2009,p.23)

Quando se afirma a necessidade do diálogo de saberes e que resultará numa educação ambiental fruto de uma construção coletiva, emerge a questão: como fazer isso? Em grande medida Luna e Moya (2008) apontam um caminho que passa pela escola. Trata-se do reconhecimento dos limites da formação pedagógica e a necessidade de superá-los através da criação de espaços de diálogos de saberes que propiciem uma relação da escola com a comunidade e que se manifeste em projetos de investigação.

La formación del docente y de los estudiantes, debe tomar en cuenta a la enseñanza como proceso abierto al pensar creativo, al encuentro con la identidad en el reconocimiento de lo simbólico, vivido, soñado. Este es el camino para que el sujeto se pueda habitar, dándole a la formación un sentido de libertad para aprender e interpretar. Se trata de superar el concepto de educación y de escuela que ha estado vinculado a lo preestablecido y a la reproducción de estados culturales. (LUNA e MOYA, 2008,p.457)

Esta situação permite pensarmos na formação do professor tanto na universidade quanto na sua formação continuada, no exercício de sua função. Os alunos e a comunidade farão parte deste processo.

La formación del docente debe abrirse a formas de comprensión alejadas de la concepción de sujeto cosificado, de procesos de alienación que manipulan al sujeto, a la realidad y a las acciones del ser para transformar su entorno. Lo contradictorio y lo diverso nutre la posición centrada en el diálogo de saberes, éste se expresa como diálogo de la complejidad, por lo tanto, hace inclusiva la búsqueda del conocimiento más allá de lo aparente. Se debe considerar que lo que acontece es proceso constituyente, por esto la intersubjetividad es intercambio sobre este acontecer que se expresa como concientización. En este sentido, en el espacio escolar, es necesario seguir el acontecimiento en su desarrollo; así, podría surgir el compromiso ético que tendría mejores posibilidades en el enlace escuela-saber-comunidad. (LUNA e MOYA, 2008,p.457)

Como resultado, espera-se que o diálogo de saberes resulte em problematizações da realidade e ao mesmo tempo em que sirva para obtenção de repostas aos questionamentos que foram postos.

En esta lógica, el diálogo intersubjetivo favorece la posibilidad de transversar propuestas, este proceso se corresponderá con el pensar individual de cada sujeto y el intercambio de las diversas posiciones. Así, se cruzan saberes que permiten la explicación o generación de otras dudas, este cruce de explicaciones o de interrogantes da cuenta de lo complejo de lo real. (LUNA e MOYA, 2008,p.457)

Em conclusão

{...} el diálogo de saberes debe constituirse en el cruce de cultura pública y cultura académica; en este sentido, se debe superar la creencia de que todo conocimiento escolar representa lo válido y lo que proviene de lo cotidiano debe ser rechazado. El diálogo de saberes representa la recuperación del enlace con la realidad, es actividad para que aflore la intersubjetividad como expresión de intercambio entre el tiempo cultural y la necesidad de resignificar el valor del formar-se desde una perspectiva de creatividad. (LUNA e MOYA, 2008,p.460)

O diálogo de saberes entendido também como ação frente às desigualdades existentes

{...} hay que dar cuenta de la imposibilidad de recrear procesos sociales desde posiciones unilaterales. Hoy el encuentro, el diálogo, la negociación hacen parte de nuevos rituales que buscan llegar a consensos y a agendas de negociación política. Esto ha implicado que los sectores dominantes trabajen con especial énfasis las estructuras comunicacionales que les permiten redescubrir la dimensión social e histórica, la tradición cultural como reserva de esperanzas y de sentidos. La comprensión de la inviabilidad de propuestas autoritarias y el reconocimiento de esa tradición cultural fuente de sentidos de vida, lleva a pensar que los procesos de educación popular e investigación comunitaria lejos de cooptar, homogeneizar, assimilar la diferencia o la contradicción tendrían que operar desde y con procesos comunicativos que permitan esclarecer fines, mostrar la singularidad, la diversidad, la diferencia y la desigualdad; facilitando acontecimientos y proyectos orientados a recrear las formas de resignificar la participación y la solidaridad, en un sistema determinado por la ley del más fuerte en lo cultural, social, político y económico. (GUIZO, 2000, p.11)

Difícil pensar em outra alternativa para a solução ou amenização dos conflitos socioambientais na área estudada, senão pela via do diálogo de saberes. Entende-se a complexidade do que se propõe tendo em vista a necessidade de superação de barreiras impostas tanto pelo conhecimento científico (a negação de conhecimentos “não-científicos”) quanto pela legislação ambiental ou mesmo pelos jogos de interesses entre o grande e pequeno proprietário. Lembramos a postura dos representantes das instituições ambientais ao afirmarem que não fazem leis, isto sim, aplicam. Então, devemos criar condições para, se for o caso, mudar as leis. É difícil, porém, não é impossível. Tanto os moradores/trabalhadores rurais sinalizaram na direção do diálogo de saberes quanto à própria ciência (com um grande número de cientistas).

Andrade (2010) escreve sobre o diálogo de saberes atentando para experiências inovadoras no ensino, abordando a formação de novos profissionais extensionistas dentro e fora dos muros escolares. O seu trabalho versa sobre a

Fundação Itesp, em São Paulo, uma instituição pública prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O seu estudo, fundamentado em Paulo Freire, foca na relação do técnico extensionista com o agricultor. Assim, todos os sujeitos são educandos e educadores.

Segundo a autora, no diálogo de saberes está implícita a construção conjunta do conhecimento ou a produção coletiva de conhecimentos, sem haver imposição de receitas, técnicas ou soluções prontas, sem “*invasão cultural*”. É uma prática que envolve a participação direta do agricultor ou da comunidade, na ação (execução), gestão, monitoramento e avaliação. O agricultor assume o protagonismo de seu processo histórico, tendo um papel ativo na transformação de sua realidade, buscando atuar e se (co)responsabilizar pelo seu desenvolvimento, de modo cada vez mais autônomo. Por outro lado, ainda com Paulo Freire, o técnico não pode se omitir na sua relação com os agricultores, ou seja, omitir o que sabe, o que aprendeu nos domínios do conhecimento técnico-científico, esconder seus valores, suas crenças, sua visão, pois o verdadeiro aprendizado só se constrói na "síntese cultural" de sujeitos, ambos, técnico e agricultor protagonistas.

Numa relação de ensino-aprendizagem, *Diálogo de saberes* é a confluência ou o encontro do conhecimento científico, sistematizado, comprovado, aprendido na escola com o conhecimento ou saber popular adquirido por meio da experiência de vida do agricultor nas diversas dimensões, que expressa o que faz sentido para ele, sua visão de mundo, sua identidade de agricultor. O diálogo pressupõe troca, uma relação de sujeitos iguais, ambos educadores e educandos, ou seja, numa relação horizontal em que nenhum é melhor ou mais que o outro, e ambos são possuidores de conhecimentos, cientificamente ou apenas socialmente construído. O conhecimento científico e o conhecimento popular são diferentes, complementares e não são antagônicos.

Metodologicamente, este diálogo⁶⁵ tem como pressuposto o reconhecimento e o respeito à cultura, aos valores étnicos, a história dos sujeitos, na medida em que o extensionista procura **conhecer a realidade** do agricultor ou da comunidade com a qual vai trabalhar. É nesta realidade ou neste contexto sócio-histórico, sob o olhar atento do técnico, que se pode *ler* valores culturais, o modo de ser e de se ver, de viver e de trabalhar, de significar seus projetos de vida. (ANDRADE,2010,p.2-3)

Na atualidade, numa metodologia cujo modelo teórico-pedagógico é o *tecnicismo*, a ATER difusionista se faz por meio de uma intervenção pedagógica calcada numa relação unilateral, verticalizada, autoritária, onde prevalece a transferência de pacotes de conhecimentos e tecnologias, visando o

⁶⁵ O modelo teórico-pedagógico é o construtivismo e o interacionismo, tendo como fundamento a internalização das atividades socialmente e historicamente produzidas, dos modos culturais de pensar e agir, a partir da relação mediada pelo outro e pelos sistemas simbólicos. (ANDRADE,2010)

desenvolvimento produtivista. É isso que deve ser erradicado. Uma das grandes dificuldades é romper com essa relação viciada, em que o próprio agricultor espera do profissional de ATER uma postura conivente com as práticas assistencialistas que ainda predominam no campo. Assim, deve-se trabalhar de modo que se consiga um “desenvolvimento endógeno” nas comunidades ou propriedades, ou seja, onde o agricultor possa se ver na sua propriedade, na sua comunidade, entre outros. Para tanto, dentre outros exemplos, deve-se primar por atividades coletivas e não aquelas como as reuniões - no formato atual de repasse de informações. (Andrade, 2010)

Na tese, ficou explícito na fala dos agricultores/moradores o desejo dos mesmos participarem na construção de um modelo mais equitativo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. A exemplo da ATER vemos que a EMATER paranaense já está mais avançada neste processo, mas ainda é insuficiente. No caso da EPAGRI catarinense teríamos que avançar um pouco mais – isso pelo próprio determinismo cultural explícito na fala do técnico que nos atendeu. Entretanto, ambas instituições carecem de mão de obra suficiente para se atender aos moradores/trabalhadores rurais assim como: investimento em formação pedagógica com técnicas específicas para a extensão rural e o desenvolvimento de um projeto norteador focado no diálogo de saberes. A mesma lógica se aplica ao IBAMA e IAP, pois ambos são atores fundamentais para a formação de um pensamento socioambiental que resulte de “múltiplas cabeças”, fruto de uma construção coletiva.

Enquanto isso não ocorre, o povo pesquisado vai (sobre)vivendo. Às vezes na nostalgia de um passado, outras na esperança de um futuro melhor, porém, imerso numa passividade assustadora.

Como se pode observar pelo exposto, o diálogo de saberes é a conjunção entre diversos aspectos do processo de construção de alternativas socioambientais, cujo princípio motor é a ação dialógica entre o cognitivo, o cultural, o político e o tecnológico. O cognitivo valoriza saberes oriundos do acúmulo de práticas e experiências do agricultor que aprende com a natureza o respeito aos seus limites e potencialidades; a abertura para os saberes científicos também é uma virtude que pode trazer ganhos na forma de explorar os recursos naturais, em benefício dos indivíduos envolvidos, das comunidades e dos ecossistemas. No plano cultural, é o reconhecimento, a valorização e a maneira de colocar em movimento a(s) identidade(s) de grupos sociais, na sua diversidade étnica, religiosa, em suas

diversas vertentes artísticas e estéticas. No político, o envolvimento de diversos atores sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, em diálogo e/ou em conflito com as instâncias da esfera pública (instituições, governos, etc.). Finalmente, no plano tecnológico, saber conviver com o desenvolvimento de novas tecnologias que sirvam para melhor transformar a natureza, tanto em seu próprio benefício como para os coletivos humanos envolvidos. As comunidades locais devem saber valorizar suas histórias de vida e o acúmulo de suas experiências históricas e culturais, traduzindo-as nos processos educacionais e informativos, utilizando-se dos meios mais eficazes de comunicação da atualidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há diferentes modelos de exploração dos recursos da natureza e esses modelos são constitutivos de lógicas e práticas diferenciadas, podendo os mesmos ser identificados na história das sociedades humanas. A modernidade capitalista instaurou, contudo, o predomínio do mercado sobre os demais aspectos das atividades humanas e sociais. A referência que fizemos ao longo da tese à chamada *economia da natureza* nos permite entender como se sucedem as diferentes racionalidades de apropriação dos recursos naturais em momentos históricos singulares que vão se alternando uns aos outros ou que podem coexistir de maneira conflituosa entre si, como é o caso de empreendimentos econômicos extrativistas e altamente predadores dos recursos naturais (como as florestas no Paraná) e formas “mais adequadas” de exploração desses recursos e os usos do solo feitos pelos agricultores da região sul do estado, onde realizamos nossa pesquisa.

Metodologicamente, a questão foi discutida a partir da instauração de políticas socioeconômicas que colocava a natureza como um dos itens fundamentais para se atingir o desenvolvimento. Assim, desflorestamentos, queimadas, erosão, poluição de mananciais, etc., deviam ser combatidos, pois poderiam comprometer essa empreitada. Disso gerou um discurso muito próximo ao que temos na atualidade e que definimos como “ecologicamente correto”, ou seja, o uso racional dos recursos naturais.

Nesse enfoque, a tese teve como proposta mostrar como distintas formas ou maneiras de se conceber o que é natureza, determina/influencia a relação e/ou práticas do homem frente a ela. Na parte empírica isso foi aferido junto aos atores que pesquisamos. A intenção foi constatar como os elementos constitutivos do povo em questão permanecem, recebem influências, se resignificam e se materializam em práticas de utilização dos recursos naturais.

Inicialmente aventou-se que na atualidade, por trás do discurso ecologicamente correto dos proprietários/moradores rurais, permanece o espírito predatório do extrativista/explorador - com a mesma concepção de natureza - do final do século XIX início do XX, ou seja, que mudou o momento histórico e logicamente algumas práticas, mas mantém-se o espírito devastador e individualista

que vê a natureza como aquela que deverá ser vencida/superada ou mesmo aquela que deve servir o homem. Em linhas gerais, foi suposto que a economia geral da natureza que prevê a necessidade de se preservar/conservar para que se tenha lucros futuros, está presente nas práticas atuais. Em grande medida esta hipótese foi refutada, como será visto a seguir.

Para chegarmos a possíveis respostas, passamos por uma necessária (re)construção das formas e usos da natureza no Brasil, especificamente da mata atlântica. Esta construção passou pelo veio condutor da economia da natureza, ou seja, aquela ideia de que os territórios não deviam permanecer intocados, mas sim serem aproveitados de maneira racional e cuidadosa e que progresso econômico não era entendido como antagônico em relação à conservação da natureza. Percebemos que este discurso esteve presente desde o início do século nos escritos de grandes intelectuais como Romário Martins e, de certo modo, permanece até hoje. A grande questão, no plano intelectual, e que também demonstra uma ressignificação do conceito de natureza neste meio, é que gradativamente a Natureza está sendo vista como sujeito e não mais como objeto.

Em face à tamanha destruição dos recursos naturais ao longo de nossa história, autores como Dean, chegaram a tratar a própria espécie humana como invasora e a defenderem que somente não foi destruído mais, porque alguns elementos naturais como o relevo ou de incapacidade técnica, como a chegada de estradas a mais lugares remotos, impediram isso.

O crescente progresso da técnica foi uma das mais avassaladoras forças de destruição dos recursos naturais. Como foi mostrado, o desflorestamento do estado paranaense é um exemplo disso. Porém, o crescente domínio da técnica também foi uma das maneiras que o homem encontrou para “domesticar” a natureza e seguir rumo ao progresso econômico. Pádua mostrou isso ao afirmar que os pensadores analisados por ele, em sua tese, de maneira geral, não defenderam o ambiente natural com base em sentimento de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido a sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais constituíam o grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa. A destruição e o desperdício dos mesmos eram considerados uma espécie de crime

histórico, que deveria ser duramente combatido. Assim, o valor da Natureza fundava-se na sua importância econômica e política. Trata-se da ciência a serviço do desenvolvimento.

A partir daí iniciou-se uma série de estudos discutindo problemas como a desertificação, secas, erosão, perda de produtividade no campo, diminuição de água nos rios, proteção de vegetação ciliar, entre outros, e, até mesmo, o questionamento a sistemas socioeconômicos pautados no escravismo.

Visando fazer a relação com este primeiro capítulo, o segundo mostrou como a formação socioambiental da área estudada está relacionada com os macroprocessos econômicos e políticos vigentes no Brasil, principalmente, entre o final do século de XIX e início do século XX. Neste sentido, relacionou-se a apropriação do território do Brasil com suas implicações entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Evidenciou um período conturbado e marcado por inúmeros conflitos de luta pela terra, implantação do capital estrangeiro, intensificação da urbanização e intensificação dos fluxos migratórios sob a batuta da mudança da Monarquia para a República. Na área estudada o principal resultado foi o conflito do Contestado.

No início do período republicano as terras devolutas vão para a mão dos estados, dominados por oligarquias, gerando uma constante instabilidade e precariedade na posse da terra com relação à situação do camponês. Os conflitos pela posse da terra passaram a opor cada vez mais os camponeses e seus antigos senhores, assim como, produziram um rompimento nos vínculos pessoais entre coronéis e suas clientelas. É nesse contexto que eclodem vários conflitos regionais, dentre eles, o do Contestado.

Ao que tudo indica essa passagem, ou início dela, de um Brasil rural para urbano, intensificação dos fluxos migratórios, industrialização e a expansão do capital estrangeiro em nosso país, foi a força motriz de vários acontecimentos que marcaram a formação do povo brasileiro e, conseqüentemente, foi o embrião que resultou nos principais elementos constitutivos das Gêmeas do Iguaçu e seus respectivos problemas socioambientais. Além do que fora exposto, um hibridismo cultural, uma cultura chamada de rústica relacionada a um catolicismo popular, em especial o catolicismo rústico, marca o povo em questão e é revelador de um

contexto de grandes transformações sociais, ambientais, econômicas e políticas. Aqui já se pode perceber o início das grandes modificações nas relações sociais que a *modernidade* trouxe.

O jogo de forças entre os atores das escalas local, estadual, federal e global se intensifica e acaba resultando em múltiplos conflitos ligados a essa expansão capitalista. Grandes empreendedores, como Farquhar, se entusiasmarão tanto com as possibilidades de enriquecimento que se esqueceu de colonizar as terras recebidas dentro da faixa que acompanha a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, e decidiu expulsar todos os posseiros que, há dezenas de anos, viviam na região que lhes servia de morada e sustento. Assim, não se preocupou com o povo dos faxinais nem com a riqueza da flora e fauna, simplesmente retirou o que achava que era seu de direito, ou seja, não se importou com as mazelas sociais ou com a biodiversidade.

Neste contexto conflituoso a figura dos monges ganha destaque. Conhecedores de sementes e essências da floresta passaram a ter um contato muito forte com o povo. Mesmo depois da morte ficaram no imaginário popular e estão até hoje.

Os monges passaram a interferir diretamente na vida das pessoas chegando, até mesmo, a transportar sementes, indicar melhores terras para plantios, entre outros. Seus ensinamentos associados às curas milagrosas fizeram com que as crenças em seu retorno nunca fossem abandonadas. A força dos monges foi tanta a ponto de serem combatidos por membros da Igreja católica.

Acredita-se que eles foram responsáveis pela criação daquilo que foi chamado de *Mandamentos das Leis da Natureza*. Nos mandamentos fica explícita a necessidade de se buscar um equilíbrio entre o homem e o que é necessário para sua sobrevivência. Os excessos nos usos da natureza deveriam ser punidos por Deus, ou seja, usavam seu poder de “santo” para replicar regras morais e éticas de convívio coletivo. O respeito a terra, a água, aos animais, enfim, a biodiversidade, passa a ser sinônimo de respeito ao criador.

Com estes elementos, intencionou-se mostrar como a formação histórica da ocupação da região influenciou no modelo de exploração econômica que se tem,

bem como, a relação entre este território e as formas de apropriação dos recursos naturais. Pontuou-se que as dinâmicas populacionais, resultados de fluxos migratórios internacionais (de estrangeiros) e nacionais (de “brasileiros”) resultou num magma cultural que pode ser visualizado através de diversos atores citados, ou seja, são visíveis na figura do caboclo, dos monges, dos trabalhadores das empresas madeireiras e rurais, de imigrantes, etc. Disso tivemos como resultado as características culturais de um povo marcado pelo messianismo, pela cultura rústica, pela religião e por conflitos sobre a ocupação das terras com a implantação de grandes companhias extrativistas e de “colonização”. A presença do capital estrangeiro influenciou na distribuição de terras e na implantação de vias de comunicação “modernizadoras” como, por exemplo, a estrada de ferro, além de contribuir para a modernização de serrarias que se tornaram o símbolo da destruição da mata nativa em nome do progresso. Isso marca a participação do Estado neste processo. É o início da República propiciando uma nova dinâmica ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro e regional. Trata-se de uma opção pela indústria, pelo homem branco estrangeiro. O resultado foi conflituoso. Ele também marca a apropriação predatória dos recursos naturais e faz emergir uma estrutura social de classes ou de categorias sociais que vão tomando forma e definindo um padrão de conflito e de interesses que conformarão a história do século XX na região. A modernização de máquinas e/ou o desenvolvimento de novas técnicas passa a significar maior lucro econômico e o domínio constante/contínuo da natureza. Enfim, é dessa trama de relações que se extrai elementos que mostram uma relação mais evidente entre aspectos estruturais e históricos da região ou território estudado, com as características ainda presentes. Isso foi evidenciado a partir das falas e discursos dos atores entrevistados a respeito de como se constituíram visões e imaginários dessa história e da relação entre as práticas sociais, humanas e políticas verificadas com as consequentes implicações e impactos sobre o meio ambiente.

Como dito ao longo da pesquisa, a dilapidação pura e simples passou a conviver com estratégia de sobrevivência do migrante, dos “brasileiros”, dos caboclos “sem terras”, a partir dos recursos naturais disponíveis. Isso foi o “germe” de ressignificações presentes na atualidade estudada. É bem verdade que presenciamos conhecimentos/entendimentos difusos sobre natureza e ambiente,

porém, as trajetórias e estratégias de vida conduziram esse povo a formas “menos danosa de exploração”. Isso justifica a relevância do trabalho.

Portanto, a teoria desenvolvida foi fundamental para o desenvolvimento da empiria. Por isso, no capítulo III, realizamos uma caracterização dos moradores/trabalhadores rurais e de suas propriedades: do perfil do grupo pesquisado aos conflitos socioambientais e a sua representação da paisagem. Dentre as técnicas de pesquisa, optou-se por questionários e entrevistas. Como dito em outro momento, olhamos no olho dos entrevistados e sofremos com as intempéries do meio, enfim, vimos um rural “vivo” através de nossa teoria e empiria.

Constatou-se um rural cheio de problemas econômicos, sociais, políticos e ambientais, mas também com soluções possíveis para saná-los e, pela nossa satisfação, pelas ideias dos próprios agricultores/trabalhadores. Certamente que suas “soluções” são movidas por suas práticas e, muitas vezes, carece de um aporte técnico-científico. Por isso a defesa de um necessário diálogo de saberes, via projetos educacionais, para tornar boas ideias em ações.

Encontramos um rural em transformação em suas bases produtivas. Além da substituição do pinheiro pelo pinus e o eucalipto, presenciamos muitas propriedades virando chácaras para descanso e lazer de quem mora no urbano. Nelas encontram-se piscinas, tanques de peixes, turismos, entre outros. Também constatamos outras situações de inversões de valores econômicos das propriedades, ao longo do tempo analisado. Antes da intensificação de fiscalizações por agentes ambientais do governo, as terras com “mato” e com rios eram supervalorizadas, hoje, se ela os possuir servirá “somente” para os modelos de chácaras que citamos acima. No geral, as propriedades que encontramos tentam conciliar uma “poupança” no formato de um reflorestamento, uma boa moradia, alguns animais para abate - quando a propriedade não vive dele (galinhas, porcos, etc) -, um pouco de vegetação para lenha, cercas, etc., e pequenas lavouras – quando o proprietário/trabalhador não vive exclusivamente disso.

Encontramos, dentre os pesquisados, um predomínio de pessoas com mais de 30 anos. Num primeiro momento parece que elas evidenciam *uma opção por um modo de vida*, ou seja, encontraram no meio rural a sua satisfação de necessidades econômicas, de moradia, de lazer, entre outras. A maioria delas é casada,

mostrando um “conservadorismo” ainda vigente, é dona do seu imóvel rural e mora há mais de 10 anos no lugar. A maior parte se declara com renda fixa. Assim, encontramos a figura do chacreiro, do aposentado, daquele que trabalha via contratos com empresas que compram sua produção, autônomos que arrendam propriedades, outros que trabalham de meeiros, e ainda os que vendem o que podem conforme produzem.

Devido ao tipo de produção, tamanho da propriedade e características do relevo, o trabalho manual é predominante, seguido de máquinas de pequeno porte (tratores, arados, rotativo ou Tobata, etc.) e em menor quantidade animais. Poucos utilizam agrotóxicos seja em razão dos preços, do tipo de atividade ou de alternativas próprias para adubação como, por exemplo, adubação com folhas de árvores ou rotação de culturas.

São desorganizados coletivamente, enquanto movimento, porém, extremamente críticos frente à atuação das instituições ambientais. A ausência de diálogo faz com que, de um lado, tenhamos aqueles que punem a serviço da lei, e os punidos por falta de alternativas/organização/interesse, enfim, forças para reverter a situação. Por tudo isso, os usos dos recursos naturais refletem a tradição, a punição, e a (des)informação via meios de comunicação.

O capítulo IV consistiu numa maneira de se mostrar as relações com a natureza nos seguintes quesitos: os usos, as técnicas e os costumes e, também, apontar um caminho para “integração” de saberes via o diálogo de saberes.

Através de diferentes formas e maneiras de se entender o que é “natureza” e como se deve utilizá-la, percebeu-se, no grupo pesquisado, um predomínio de visões pragmáticas pautadas em suas experiências de vida e sobrevivência. Como disse uma entrevistada “Deus fez o povo movido à comida, Ele não ensinou comer serragem”. Uma das grandes questões é que os moradores/trabalhadores reconhecem que a “natureza” é importante para o desenvolvimento socioeconômico de um país ou região. Embora pareça uma continuação pura e simples da lógica imprimida pela economia da natureza, percebeu-se o contrário, ou seja, uma ressignificação de lucro e desenvolvimento voltado ao equilíbrio ambiental, porém, com respeito à biodiversidade. Aqui não está posto o medo de serem punidos por Deus, caso matem um animal – como nos mandamentos da natureza -, nem a

racionalidade puramente econômica já citada. Trata-se dessas múltiplas influências, e outras já citadas, ancoradas em valores ético-morais que se formaram no bojo de tudo que se apontou na pesquisa.

Dentre as situações que presenciamos na empiria está a consciência do que é um impacto ambiental, dos principais problemas socioambientais locais e global e, a importância de uma legislação ambiental condizentes com a realidade que vivemos.

Disso tudo, extraímos que os cuidados com a natureza, por parte desses agricultores/trabalhadores, também está atrelado à cultura regional, cujas marcas simbólicas estão visíveis nos discursos, símbolos, práticas, etc., por conta de uma forte densidade representada pelos eventos do Contestado e das figuras dos monges e seus ensinamentos, que foram reatualizados e ritualizados pelos moradores (batismos, benzimentos, homeopatia, transmissão de lendas, etc).

Percebemos que o trabalho realizado pelos monges na formação desta “consciência ambiental”, também foi desenvolvido por padres, freiras, etc., o que nos leva a entender que isso era uma prática “comum” para aqueles que liam as escrituras sagradas ou mesmo frequentaram escolas e/ou reproduziam um “certo saber científico”. Mas a questão é que tudo isso fez parte de um contexto e foi sendo repassado de diferentes maneiras para o povo. Seja seguindo o monge, em escolas, catequeses, universidades, igrejas, entre outros.

Especificamente sobre os monges, constatou-se que eles difundiram os usos dos recursos naturais como uma alternativa à escassez de recursos presentes na região, principalmente medicinais e de produção. Foi um misto de conhecimentos científicos com conhecimentos indígenas e experiência práticas. Enfim, percebe-se que existe um fio condutor tanto nos monges, quanto nos padres, ou mesmo na sociedade estudada, ou seja, trata-se do (re)conhecimento da importância dos recursos naturais para a sobrevivência humana.

Por todos estes motivos, a diversidade discursiva colhida nas entrevistas é reveladora de uma formação discursiva múltipla, atravessada por diversas reinterpretações do passado, por exemplo: os padres ao revalorizar o significado cultural e religioso dos monges podem estar querendo “justificar” a ação da igreja no passado que desqualificava o sincretismo religioso, no sentido de atribuir apenas a

si mesma a função de detentora do monopólio da salvação; por outro lado, a “descrença” de alguns entrevistados sobre a “veracidade” da função dos rituais e práticas curativas, legitimando as formas e instituições de conhecimento científico, demonstram que esta forma de apropriação de sentido é a mais diversa e representativa de como na modernidade não há uma centralidade no sistema de valores e crenças. Contudo, essa riqueza de interpretações confere ao presente da região estudada um significado muito rico de representar e reatualizar a origem da formação social e cultural do território e dos conflitos que ali ocorreram.

A questão que mais chama atenção: um povo forjado por lutas e conflitos nas dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais não possui capacidade de organização e luta por suas reivindicações. O que poderia ser a força motriz da formação de um grupo extremamente atuante resultou no efeito contrário. Não nos cabe julgar se isso é bom ou ruim, mas é fato que o mote de *idades irmãs* ou *gêmeas* para citar União da Vitória e Porto União, contribuiu significativamente para a formação do grupo “amigo”, “parceiro” e o que é fundamental no projeto de poder de qualquer grupo submisso.

O que chamamos de permanência é a forma como o grupo estudado utiliza os recursos naturais e, especificamente, no reconhecimento da necessidade de preservação/conservação dos recursos hídricos, conhecimento dos melhores solos, técnicas de controle de erosão, valorização do conhecimento “dos antigos”, entendimento de natureza que deve dar lucro. Também não pudemos deixar de perceber as ressignificações na forma de pensar e agir deste grupo frente à natureza e o ambiente. Esta questão acaba girando em torno do reconhecimento do saber técnico-científico, da importância da legislação ambiental para conter os impactos ambientais e mesmo na introdução de formas de cultivo mais pautadas na noção de equilíbrio ambiental como é o caso da agroecologia. O que permanece é a reivindicação do agricultor em utilizar suas terras, da forma como ele concebe como correto ou mesmo de “ter o direito” de ser ouvido para, se for o caso, mudar suas práticas. O que muda é a aceitação de que nem sempre ele conseguirá sozinho. Nas palavras do Sr. Eugenio, que acabou falecendo dias depois da entrevista, “o colono precisa de ajuda!”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. (orgs) Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ALVES, M. A.; GRIGGI, G. Ética como racionalidade aberta à alteridade em Levinas. In: **Sociedade pós-moderna: luzes e sombras**. (orgs) André Roberto Cremonesi e Rogério Baptistella. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2011.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ALBUQUERQUE, M. M. de. **Pelos caminhos do sul: história e sociologia do desenvolvimento sulino**. Ed. Imprensa Oficial Paraná, 1978.
- ANDRADE, M. Correia de. **A abolição e a reforma agrária**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- _____. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- ANDRADE, M. R. Notas para discussão sobre o diálogo de saberes: experiências inovadoras no ensino de ATER. In: **2º Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural**. 1 a 3 de set. Santa Maria-RS, 2010.
- BARROS, J. D'ASSUNÇÃO. História, Imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. In: **Conexão: comunicação e cultura**; UCS, Caxias do Sul, v.6, n.11, jan/jun. 2007.
- BALHANA, A. P. ;MACHADO,B. P.; WESTPHALEN, M. C. **História do Paraná**. vol.01. Curitiba: Gráfica Editôra Paraná Cultural Ltda, 1969.
- BOURDIEU. P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed, UNESP, 2004.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL – Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. **Lei Nº601, de 18 de Setembro de 1850**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 21 de janeiro de 2013.

BRANDENBURG, A. Sociologia do ambiente rural: principais temas e perspectivas. In: **Ambiente & Sociedade**. Jan-Jun, año/vol. VIII, número 001. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Campinas, Brasil, 2005.

BIGARELLA, J. J. Os desafios da sustentabilidade ambiental para as comunidades do litoral paranaense, sobrevivência, preservação, causas e efeitos: uma análise sob o olhar da gestão pública. In: **I Congresso de Gestão Pública da UFPR Litoral: uma agenda regional de gestão pública para o litoral do Paraná**. Palestra. Maio de 2012.

BUARQUE, C. Ignacy Sachs: o professor humanista para o século XXI. In: **Ignacy Sachs: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. (org) Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2ªed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CARVALHO, H. M. **A tecnologia agrícola e o pequeno produtor rural**. Rio de Janeiro: PTA, 1986.

CORREA, S. Marcus de S. Entrevista. In: Rede Brasileira de História Ambiental (RBHA). Disponível em:<[HTTP://www.historiaambiental.org/index.php?option=com_content&view=article&id=166:historiador-silvio-marcus-de-souza-correa-&catid=92:entrevista&itemid=342](http://www.historiaambiental.org/index.php?option=com_content&view=article&id=166:historiador-silvio-marcus-de-souza-correa-&catid=92:entrevista&itemid=342)>.2009. Acesso em: 02 de abril de 2012.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G. da; STOLCKE, V. (orgs) **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONSELHO DE INFORMAÇÕES SOBRE BIOTECNOLOGIAS (CIB). **Transgênicos: você tem direito de conhecer**. Disponível em <www.cib.org.br>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná tradicional.** Tese (Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ) Rio de Janeiro: 2003.

DAMIANI, A. **População e geografia.** 8ªed. São Paulo: Contexto, 2004.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ENGELS, F. **A guerra dos camponeses na Alemanha..** Disponível em <<http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.marxists.org/archive/marx/works/1850-pwg/index.htm>>. HTML Mark-up: revista janeiro de 2002. Acesso em: 22 de agosto de 2011.

EMATER. **Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Disponível em <<http://www.emater.pr.gov.br/>> Acesso em 10 de outubro de 2011.

EL-KHATIB. **Municípios do Paraná.** vol. 04. Curitiba: Gráfica Editora Cultural Ltda, 1969.

EPAGRI. **Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.** Disponível em <<http://www.epagri.sc.gov.br/>> Acesso em: 10 de outubro de 2011.

FAGUNDES, J. **FAFI: 45 anos a serviço da educação.** União da Vitória: Kayganguê, 2005.

FAGUNDES, J.; RIBAS, J. O. (orgs) **Monografia de Porto União.** Palmas: Kayganguê, 2002.

FLORIANI, D. **Conhecimento, meio ambiente & globalização.** 1ª ed. (2004), 4ª reimp. Curitiba: Juruá, 2008.

FRAGA, N. C. **Mudanças e permanência na rede viária do contestado: uma abordagem acerca da formação territorial do sul do Brasil.** Tese (Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR), 2006.

FRANCO, M. S. de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 3ªed.São Paulo: Kairós, 1983.

GASPARI, L. T. **Imagens femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50.** União da Vitória: Kaygangue, 2005.

GIRALDI, L. J.; QUADROS, O. José de. **Filosofia: aprendendo a pensar.** 17ªed. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzato, 2001.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminos do meio ambiente.** 13 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIISO, A. **Potenciando la Diversidad: Diálogo de saberes, una práctica hermenéutica colectiva.** Medellín, Febrero, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALISKI, A. M. **Arranjo produtivo local das Gêmeas do Iguaçu: uma alternativa para o desenvolvimento territorial?** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciências Aplicadas, UEPG), 2007.

_____. **Formação territorial do arranjo produtivo local das gêmeas do iguaçu: elementos teóricos e metodológicos para uma análise de desenvolvimento socioeconômico e/ou implementação de projetos.** **Anais...** (org) Sílvia Regina Pereira – Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2009.

HALISKI, A. M; FLORIANI, D. **Território: um passo rumo ao desenvolvimento sustentável.** In: I Seminário Nacional de Sociologia & Política: Sociedade e Política em Tempos de Incerteza. 2009. p.1-10.

HIRSCHMAN, A. **Projetos de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

HORT, J. **Geografia do município de União da Vitória.** União da Vitória: UNIPORTO, 1990.

HOLANDA. S, Buarque de. **Raízes do Brasil.** 16.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.

IAP. **Instituto Ambiental do Paraná.** Disponível em <<http://www.iap.pr.gov.br/>> Acesso em: 10 de outubro de 2011.

IBGE. **IBGE Cidades.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>> Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

IBAMA. **Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Disponível em < <http://www.ibama.gov.br/index.php>> Acesso em: 10 de outubro de 2011.

_____. Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Lista Oficial de Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção de 2008**. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/documentos/lista-de-especies-ameacadas-de-extincao>> Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico município de União da Vitória**. 2012.

KANASHIRO, V, U. **Esboço de uma sociologia do conhecimento da questão ambiental**: concepções de sustentabilidade e produção acadêmica brasileira. Uma análise da base *Scielo*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNICAMP), 2010.

KESSELRING, T. O Conceito de Natureza na História do Pensamento Ocidental. In: **Episteme**. Jul/dez, nº11. Porto Alegre. pp. 153-172. 2000.

KOCH, Z.; CORRÊA, M. C. **Araucária**: a floresta do Brasil meridional. 2ed. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2010.

LAGO, P. F. A Terra e o homem. In: SANTOS, S.C. (org). **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis. Ed. da UFSC: FCC edições, 2000.

LAZIER, H. **Paraná**: terra de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2003.

_____. **Romário Martins, o paranista**. In: Jornal de Beltrão, 2003. Disponível em <<http://www.jornaldebeltrao.com.br/blogs/hermogenes-lazier/romario-martins-o-paranista-4602/>>. Acesso em: 20 de março de 2013.

LE GOFF, J. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 7, p. 13-40, jan./jun. Editora UFPR, 2003.

_____. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. In: **Educação & Realidade**. p.17-24, set./dez. 2009.

LEVINAS, E. **Transcendência e inteligibilidade**. Lisboa: Edições, 1991.

LINS, H.N. O Alvorecer de um Novo Século. In: SANTOS, S.C. (org). **Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica**. Silvio Coelho dos Santos (org). Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC edições, 2000.

LUNA, E. P.; MOYA, N. A. Dialogo de saberes y proyotos de investigación em la escuela. In: **Educere: artículos arbitrados**. Año 12, nº42, p. 455-460, jul./ago./set. 2008.

MARTINI, S. T. **A competitividade da micro e pequena empresa madeireira na Região do Vale do Iguaçu: suas potencialidade e fragilidades**. Florianópolis: Universidade Federal da Santa Catarina – UFSC, 2003.

MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: J, Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Paraná, 1981.

MACHADO, L. Grandes Economistas V: Quesnay e os fisiocratas. In: **Conselho federal de Economia – COFECON**. Disponível em <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=794&Itemid=114>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2013.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. São Paulo: Ed. Da UNICAMP, 2004.

MARTINS, R. **Livro das árvores do Paraná**. Curitiba: Empreza Gráfica Parananese LTDA, 1944.

SOUZA, F. Marés de. **Ronda Velha: Os Fundamentos Históricos do Município de Paula Freitas**. Curitiba: Arte e Letra, 2004.

MELO, M. S. 2000. **Lagoa dourada, furna assoreada do Parque Estadual de Vila Velha**. In: SCHOBENHAUS, C.; Campos, D.A.; QUEIROZ, E.T.; Winge, M.; Berbert-Born, M. (Edit.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Disponível em

<<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio099/sitio099.htm>>. Acesso em: 20 de março de 2006.

MOCELIN, R. **Os guerrilheiros do Contestado**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1989.

MONTEIRO. D. T. Um confronto entre juazeiro, canudos e contestado. História geral da civilização brasileira. Direção de Boris Fausto (Período Republicano).III.O Brasil republicano. 2ºvol, 4ªed. **Sociedade e Instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

MUNICÍPIO. **Porto União**. Disponível em <<http://www.portouniao.sc.gov.br/home/index.php?>> Acesso em: 27 de julho de 2012.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PALAZZO, C. L. **Visões francesas do Brasil: permanências medievais nos relatos da modernidade** In: Univ. FACE, Brasília, v. 4, n. 1/2, p. 5-28, jan./dez. 2007.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. **Paraná 150 anos**: o sesquicentenário do Paraná no contexto escolar. Curitiba: CETEPAR, 2004.

PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Integrado do arranjo produtivo da madeira de Porto União da Vitória**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/arquivo/sdp/proAcao/APL/PDPUniaoVitoriaPortoUniaoPR.pdf>> Acesso em 15 de junho de 2006.

PROJETO RENDA CRESCENTE. **Projeto renda crescente**: projeto da comunidade, para criação de empregos e renda, com qualidade ambiental. Coordenação: Câmara dos Dirigentes Logistas (CDL). 2004.

QUEIROZ. M. I. Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Editora Dominus: Ed. da Universidade de São Paulo, 1965.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIESENBERG, A. **A instalação humana no vale do Iguaçu**. Coleção Vale do Iguaçu da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR, 1973.

RODRIGUES, R. A. Notas sobre a transcendência e a inteligibilidade em Emmanuel Levinas. In: **Sociedade pós-moderna: luzes e sombras**. (orgs) André Roberto Cremonezi e Rogério Baptistella. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2011.

ROSS, J. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

SACHS, I. **Ignacy Sachs**: caminhos para o desenvolvimento sustentável. (org) Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, S. C. dos. A modernidade chega pelo trem. In: **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC edições, 2000.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMIONI, C. A. O planejamento energético no Brasil: o desprezo às opções sustentáveis. In: **Ruralidades e questões ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. (orgs) BRANDENBUG, A; FERREIRA, A.D.D. {et al}. Brasília MDA, 2007.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

SOUTO, C.; SOUTO, S. **A explicação sociológica**: uma introdução à sociologia. São Paulo: EPU, 1985.

TONIETTO, M. O sentido da tradição na ruralidade contemporânea. In: **Ruralidades e questões ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. (orgs) BRANDENBUG, A; FERREIRA, A.D.D. {et al}. Brasília MDA, 2007.

TONON, E. **Ecos do Contestado**: rebeldia sertaneja. Palmas: Kaygangue, 2002.

_____. **Os monges do Contestado:** permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Tese (Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense), 2008.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs). Rio de Janeiro; Campus, 1997.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1973.

Viveiros de castro, E. Imagens da natureza e da sociedade. In: **A inconstância da alma selvagem:** e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WANDERLEY, M de Nazareht B. **O mundo rural como espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: **Ensaio de sociologia.** (orgs) H.H Gerth e C. Wrigth Mills. 5ªed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. In: **Ensaio de sociologia.** (orgs) H.H Gerth e C. Wrigth Mills. 5ªed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Ed. Martin Claret LTDA. 5ª reimp, 2008.